

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PERCEÇÃO AMBIENTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



Dissertação de Mestrado

Acessibilidade em Praças e Parques:
O caso do Parque Dom Antônio Zattera em Pelotas - RS

Lívia Winkel Fernandes

Pelotas, dezembro de 2017

Lívia Winkel Fernandes

**Acessibilidade em Praças e Parques:
O caso do Parque Dom Antônio Zattera em Pelotas - RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora:
Prof. Dra. Adriana Portella

Pelotas, dezembro de 2017

Lívia Winkel Fernandes

**Acessibilidade em Praças e Parques: O caso do Parque Dom Antônio Zattera
em Pelotas - RS**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa:

Banca examinadora:

Prof. Dr. Adriana Araújo Portella (Orientadora)
Doutor Joint Centre for Urban Design pela Oxford Brookes University

Prof. Dr. Celina Maria Britto Correa
Doutor em Arquitetura pela Universidade Politécnica de Madrid

Prof. Dr. Eduardo Rocha
Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Aline Montagna da Silveira
Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal De São Paulo

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

F364a Fernandes, Livia Winkel

Acessibilidade em praças e parques : o caso do Parque Dom Antônio Zattera em Pelotas - RS / Livia Winkel Fernandes ; Adriana Portella, orientadora. — Pelotas, 2017. 117 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

1. Acessibilidade. 2. Percepção. 3. Praças. 4. Parques. 5. Pelotas. I. Portella, Adriana, orient. II. Título.

CDD : 711.4

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Ati
Ace

Ao meu pai (*in memoriam*),
por ter me ensinado o maior
amor desse mundo, ser sempre
meu melhor amigo e meu
eterno herói.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à Universidade Federal de Pelotas, à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e ao PROGRAU, por possibilitar a realização dessa dissertação, proporcionando o estudo e aprendizado; à minha orientadora, Adriana Portella, quem sempre me apoiou; aos meus pais, Glauco Passos Fernandes e Regina Nair Winkel, por sempre incentivarem meu estudo; à minha filha, Antonella Fernandes Barbosa, por todo o amor; as amigas Tais Brandelli e Rafaela Peres e familiares, que sempre me acompanharam nessa caminhada.

Resumo

O poder público investe altos recursos em projetos de revitalização de espaços públicos que não levam em consideração a acessibilidade universal como base e acabam por não atender às necessidades de diferentes usuários. Tal situação acarreta em exclusão social. Em muitos países, critérios de acessibilidade já vem sendo incorporados aos projetos, criando cidades mais inclusivas e facilitando a vida de pessoas com deficiência ou algum problema de mobilidade. No Brasil, apesar de possuímos uma norma para edificações e área públicas, a NBR 9050 (ABNT, 2015), ainda não conseguimos transformar a teoria em prática. O presente trabalho tem como objetivo propor diretrizes que auxiliem o poder público nos projetos de requalificação de espaços públicos, como praças e parques, baseados na acessibilidade. Para atingir esse objetivo, pretende-se considerar diversos tipos de usuários e suas limitações, a fim de determinar diretrizes que satisfaçam simultaneamente distintos grupos quanto à acessibilidade desses espaços. O parque Dom Antônio Zattera, na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, foi eleito para estudo de caso, por ser localizado perto de uma escola para deficientes visuais, de uma escola infantil e de um lar de idosos. Com o intuito de cumprir o objetivo da pesquisa, utilizaram-se métodos da área da percepção ambiental, qualitativos e quantitativos. Os seguintes métodos de pesquisa foram utilizados: levantamento físico e fotográfico do local, grupo focal, mapas comportamentais, entrevistas, questionários e entrevistas caminhadas, a fim de entender a percepção dos usuários sobre o local. Na conclusão, o estudo mostra que a falta de metodologia e critérios projetuais acarretam a falta de acessibilidade, afastando os usuários com algum tipo de limitação ou deficiência e diminuindo, assim, a qualidade de vida desses grupos. Dessa forma, esse descaso limita a vida das pessoas, já que, se revitalizados de forma eficiente, esses espaços poderiam ser inclusivos, tornando-se mais seguros. Por fim, são indicados diretrizes que devem ser considerados para elaboração de requalificação e projetos de praças e parques, de modo a colaborar para futuros projetos acessíveis a todos os usuários.

Palavras-chave: acessibilidade; percepção; praças; parques; Pelotas.

Abstract

The public sector invests vast resources in public spaces revitalization projects that do not comply with universal accessibility standards as a foundation, and they end up not meeting the different needs of their users. This situation results in social exclusion. In many countries, handicap accessibility has been integrated into projects creating more inclusive cities, thus facilitating the life of people with disabilities or mobility limitations. In Brazil, despite the fact building construction regulations cover such lengths as far as public areas, we have not yet been able to bring theory into practice. This work of research proposes guidelines that will assist the public sector in their redevelopment projects of public spaces, such as squares and parks, based on handicap accessibility. In order to reach this goal, it intends to consider various different types of people and their respective handicap limitations for setting guidelines that simultaneously satisfy different groups of people regarding the accessibility of these spaces.

Park Dom Antônio Zattera, located in the city of Pelotas, Rio Grande do Sul, in southern Brazil, has been chosen as the case study for this work because its location. The park is located near by a school for visual impaired people, kindergarten and a nursing home. In order to fulfill the research goals, qualitative and quantitative methods from the environmental perception field of study were applied. The following research methods were used: physical and photographic survey of the site, focus group, behavioral mapping method, interviews, data surveys and a walkthrough method in order to understand the user's perception of the place.

To conclude, the study reveals that the lack of methodology and design criteria leads to lack of handicap accessibility, excluding the users with limitations or disabilities, therefore decreasing the quality of life of these groups. So, the current approach neglects to and limits people's lives, since these spaces could potentially be revitalized in order to become more inclusive and safer. Lastly, guidelines were made available for redevelopment projects of squares and parks to collaborate on future projects, thus fulfilling all handicap requirements.

Keywords: accessibility; perception; squares; parks; Pelotas.

Lista de Figuras

Figura 2.1 – Vista de uma cidade industrial no século XVIII	32
Figura 2.2 – Park Miracle	36
Figura 2.3 – Parque Superkilen – Setor 1, Setor 2 e Setor 3	37
Figura 2.4 – Parque da Amizade.....	38
Figura 2.5 – Brinquedos do Parque da Amizade.....	39
Figura 2.6 – Implantação do Parque da Mocca.....	40
Figura 2.7 – Brinquedos acessíveis Parque da Mocca.	41
Figura 2.8 – Brinquedão Parque Ibirapuera.	41
Figura 2.9 – Espaço de lazer em Dom Pedrito.....	40
Figura 2.10 – Espaço de lazer acessível na Praça das Carretas - Bagé	42
Figura 3.1 – Mapa do Brasil, a localização da cidade de Pelotas e o Parque Dom Antônio Zattera.....	46
Figura 3.2 – Gráfico número de casos de deficiência física por 100 mil pessoas	47
Figura 3.3 – Parque Dom Antônio Zattera.....	48
Figura 3.4 – Escola de Ensino Infantil Ruth Blank.....	49
Figura 3.5 – Lar de Idosos de Pelotas.....	49
Figura 3.6 – Escola Louis Braille	49
Figura 3.7 – Parque de Diversões.....	49
Figura 3.8 – Playground Infantil.....	49
Figura 3.9 – Academia de Letras	50
Figura 3.10 – Pista de Skate	50
Figura 3.11 – Banheiro Feminino	51
Figura 3.12 – Banheiro Masculino.....	51
Figura 3.13 – Espaço	51
Figura 3.14 – Faixa Central norte-sul	51
Figura 3.15 – Montagens fachadas entorno Parque Dom Antônio Zattera	52
Figura 3.16 – Lanternin Oriental 1920.....	55
Figura 3.17 – Estrutura da entrada do playground que antes era fechado	56
Figura 3.18 – 3D Projeto de reforma	56
Figura 3.19 – Placa informativa sobre a obra de recuperação do passeio.....	57
Figura 3.20 – Pavimentação recuperada	57
Figura 3.21 – Academia de ginástica ao ar livre.....	58

Figura 3.22 – Escola Ruth Blank após a reforma	58
Figura 3.23 – Levantamento físico Parque Dom Antônio Zattera.....	59
Figura 3.24 – Levantamento físico Parque Dom Antônio Zattera.....	61
Figura 3.25 – Levantamento do mobiliário do Parque Dom Antônio Zattera	62
Figura 3.26 – Mobiliário Parque Dom Antônio Zattera	63
Figura 3.27 – Espaço destinado ao estacionamento para prestadores de frete	63
Figura 3.28 – Feira no Parque Dom Antônio Zattera.....	64
Figura 3.29 – Caminho percorrido para realização do mapa comportamental.....	65
Figura 3.30 – Grupo focal com os alunos da Escola Louis Braille.....	66
Figura 3.31 – Grupo focal com os alunos da escola Ruth Blank.....	67
Figura 3.32 – Grupo focal com os moradores do Lar de idosos de Pelotas.....	68
Figura 3.33 – Moradores do Lar de idosos de Pelotas.....	68
Figura 3.34 – Passeio com alunos do Braille pelo Parque	71
Figura 4.1 – Mapa de Usos	79
Figura 4.2 – Frequência do uso da quadra poliesportiva?	85
Figura 4.3 – Lugares apontados como melhores lugares para caminhar em ordem decrescente.....	86
Figura 4.4 – Lugares apontados como melhores lugares para caminhar em ordem decrescente.....	88
Figura 4.5 – Locais apontados como os mais fáceis de se atravessar para chegar no Parque, em ordem crescente.	90
Figura 4.6 – Locais apontados como os mais difíceis de se atravessar para chegar no Parque, em ordem crescente.	92
Figura 4.7 – Frequência dos usuários segundo os mapas comportamentais.	95
Figura 4.8 – Áreas de maior concentração, sobreposição dos mapas comportamentais.....	96
Figura 4.9 – Locais de maior concentração de pessoas (Altar da pátria, playground infantil e pista de skate).....	97
Figura 4.10 – Imagem das atividades comerciais encontradas no Parque.	98
Figura 4.11 – Vista da sala no Lar de Idosos	99
Figura 4.12 – Sala de estar no Lar de idosos.....	99
Figura 4.13– Trajeto percorrido pelos alunos da escola Louis Braille.	100
Figura 4.14 – Trajeto percorrido pelos alunos da escola Louis Braille	101
Figura 4.15 – Playground infantil em épocas de chuva.....	103

Figura 4.16 – Poster do Projeto de requalificação Praque Dom Antônio Zattera....	105
Figura 4.17 – Projeto de requalificação Parque Duque de Caxias	106
Figura 4.18 – Usuários com problemas de mobilidade	107
Figura 4.19 – Usuários entrevistados.....	107

Lista de Tabelas

Tabela 4.1 – Avaliação dos equipamentos e espaço	75
Tabela 4.2 – Frequência da pergunta 27 (Condições físicas do correspondente?) ..	81
Tabela 4.3 – Frequência da pergunta 27.1 (Qual o problema de mobilidade?).	81
Tabela 4.4 – Frequência da pergunta 1A (O que você acha da praça?).....	81
Tabela 4.5 – Frequência da pergunta 1B (O que você acha da praça?).....	81
Tabela 4.6 – Frequência da pergunta 1C (O que você acha da praça?).....	82
Tabela 4.7 – Frequência da pergunta 2 (Com que frequência você vem a praça?)..	83
Tabela 4.8 – Frequência da pergunta 19. (Você mora ou trabalha perto da praça?)	83
Tabela 4.9 – Tabulação cruzada das perguntas 23 “Você utiliza a praça sozinho ou acompanhado?” e pergunta 29 (Sexo dos respondentes)	83
Tabela 4.10 – Frequência da pergunta 4 . (O que você vem fazer na praça?)	84
Tabela 4.11 – Grau de satisfação quanto à manutenção dos equipamentos.....	84
Tabela 4.12 – Frequência da pergunta 25. Aponte a melhor coisa que tem na praça e ajuda você a caminhar	85
Tabela 4.13 – Frequência da pergunta 15. Marque no mapa abaixo com um X os melhores lugares para caminhar na praça	86
Tabela 4.14 – Frequência da pergunta 15.1 Por quê?	87
Tabela 4.15 – Frequência da pergunta 17 Marque no mapa abaixo com um X os piores lugares na praça para caminhar.....	87
Tabela 4.16 – Frequência da pergunta 17.1 Por quê?	88
Tabela 4.17 – Frequência da pergunta 17- Marque no mapa abaixo com um CIRCULO o lugar mais fácil para atravessar a rua e chegar na praça	89
Tabela 4.18 – Frequência da pergunta 16.1 Por quê?	91
Tabela 4.19 – Frequência da pergunta 26. “Aponte a pior coisa que tem na praça e atrapalha seu caminhar”	91
Tabela 4.20 – Frequência da pergunta 18 Marque mapa abaixo com um CIRCULO o lugar mais difícil para atravessar a rua e chegar na praça?”	92
Tabela 4.21 – Frequência da pergunta 18.1 Por quê?	93
Tabela 4.22 – Frequência dos usuários segundo os mapas comportamentais.....	94
Tabela 4.23 – Desenhos alunos Ruth Blank	103

Sumário

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO À PESQUISA	15
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	15
1.2 OBJETIVOS.....	16
1.2.1 Objetivo Geral	16
1.2.2 Objetivos Específicos.....	16
1.3 JUSTIFICATIVA.....	17
1.4 PERGUNTA DA PESQUISA.....	18
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	19
1.6 DEFINIÇÕES CONCEITUAIS	19
CAPÍTULO 2: MARCO TEÓRICO	21
2.1 ACESSIBILIDADE E DESENHO UNIVERSAL	21
2.1.1 Acessibilidade	21
2.1.2 Desenho Universal.....	23
2.1.3 Pessoas com deficiências, suas restrições e os sentidos.....	26
2.1.4 Legislação e normas vigentes sobre acessibilidade no ordenamento jurídico brasileiro.....	29
2.2 PRAÇAS E PARQUES	30
2.2.1 Conceituação e breve histórico	30
2.2.2 Uso e apropriação.....	34
2.2.4 Praças e parques acessíveis	36
2.3 PERCEPÇÃO AMBIENTAL	43
2.4 OBSERVAÇÕES	44
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA	46
3.1 SELEÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO: PARQUE DOM ANTÔNIO ZATTERA	46
3.1.1 O Entorno do parque	51
3.1.2 História do parque.....	54
3.2 MÉTODOS DE COLETAS DE DADOS	59
3.2.1 Levantamento de arquivo	59
3.2.2 Levantamento de campo.....	59
3.2.2.1 Levantamento Físico e fotográfico	60

3.2.2.2 Mapa Comportamental	64
3.2.2.3 Grupo Focal	66
3.2.2.4 Entrevistas semiestruturadas	68
3.2.2.5 Questionários	69
3.2.2.6 Entrevista caminhada	71
3.3 ANÁLISE DE DADOS.....	72
CAPÍTULO 4: RESULTADOS.....	73
4.1 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE NO PARQUE DOM ANTÔNIO ZATTERA	73
4.1.1 Avaliação do Parque Dom Antônio Zattera através do levantamento físico, fotográfico e comparação com norma NBR9050.	71
4.1.2 Levantamento dos usos no entorno.....	79
4.2 PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS ACERCA DO PARQUE DOM ANTÔNIO ZATTERA.. ..	80
4.2.1 A relação entre usuários com problemas de mobilidade e sem limitações e sua percepção do parque.....	80
4.2.2 Apropriação do espaço e manutenção	82
4.2.3 Conforto no caminhar.....	85
4.2.4 Acesso ao Parque.....	89
4.3 PERCEPÇÕES QUANTO AO COMPORTAMENTO DOS USUÁRIOS....	93
4.4 PERCEPÇÃO DOS GRUPOS COM PROBLEMA DE MOBILIDADE QUANTO AO PARQUE DOM ANTÔNIO ZATTERA.	96
4.4.1 Percepção dos idosos.....	96
4.4.2 Percepção dos alunos do Braille.....	99
4.4.3 Percepção dos alunos da Escola Ruth Blank	101
4.4.4 Entrevista com o arquiteto prefeitura	104
4.4.5 Entrevista com usuário com problemas de mobilidade	107
4.5 OBSERVAÇÕES	108
CAPÍTULO 5: CONCLUSÕES	110
5.1 PROBLEMA DE PESQUISA, OBJETIVOS E MÉTODOS	110
5.2 RESULTADOS	111
5.2.1 Fatores que devem ser considerados em projetos de espaços públicos de lazer como praças e parques.....	113
5.3 IMPORTÂNCIA DOS RESULTADOS.....	116

REFERÊNCIAS	118
Apêndice A: Levantamento Fotográfico	122
Apêndice B: Mapas comportamentais	124
Apêndice C: Grupo Focal Louis Braille	133
Apêndice D: Grupo Focal Lar de idosos	141
Apêndice E: Entrevista com usuários deficientes	153
Apêndice F: Questionário	155
Apêndice G: Entrevista Ruth Blank	160
Apêndice H: Desenhos alunos Escola Ruth Blank	162
Apêndice I: Entrevista arquiteto da Prefeitura de Pelotas	165
Anexo A: NBR9050- Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	181
Anexo B: Reportagem Diário Popular - Academias ao ar livre proporcionam saúde e lazer	211
Anexo C: Reportagem Diário Popular - Calçadas do Parque Dom Antônio Zattera recebem qualificações.....	212
Anexo D: Projeto de revitalização do Parque resgata importância do Parque	213
Anexo E: Reportagem Diário Popular - Lei exige acessibilidade em praças e parques	214

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO À PESQUISA

O presente trabalho pertence à área de estudo ambiente-comportamento e pretende investigar a percepção de diferentes grupos de usuários, com diferentes condições de mobilidade quanto à acessibilidade em equipamentos urbanos, como praças e parques. Este primeiro capítulo dedica-se a introduzir o leitor ao problema de pesquisa, aos objetivos, à justificativa e à pergunta de investigação.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Esta investigação estuda quais os fatores devem ser considerados em reformas e projetos de espaços públicos de lazer, como praças e parques. Quando praças e parques são projetados sem considerar as necessidades de todos os grupos, tornam-se locais inóspitos e apenas utilizados por pessoas sem restrições e difidências. (CAMBIAGHI, 2007). As praças e parques, atualmente, têm sido projetados não só sem respeitar as normas existentes, como a NBR9050 (ABNT, 2015), mas também não levando em consideração seus usuários e seu comportamento no espaço.

Nesse sentido, o problema central desta pesquisa é: **as reformas e os projetos de praças e parques são propostos sem considerar a acessibilidade e as normas, de modo que não atendem às necessidades de todos os usuários.** Nesse contexto, surge a seguinte pergunta de pesquisa: “Quais as diretrizes devem ser considerados nas reformas e projetos de praças e parques públicos, a fim de que se tornem locais seguros e acessíveis a todas as pessoas?”.

A acessibilidade em locais públicos de lazer é condição essencial para o uso de todas as pessoas, conferindo, assim, uma maior qualidade de vida à população, assegurando a todos não só acesso aos lugares, como também participação nas atividades, com segurança e facilidade. Entretanto, as praças e parques têm sido projetados sem levar em consideração as mudanças de condições da população, aumento da faixa etária e o aumento no número de pessoas com deficiências. (CAMBIAGHI, 2007). Para assegurar o direito da população e, principalmente, dos grupos com algum tipo de restrição ou doenças, foram criadas legislações como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração com Pessoas Deficientes e a criação da NBR9050 (ABNT, 2015), a qual define normas para criação de espaços com acessibilidade.

Pesquisas já realizadas (GEHL, 2003; ALEX, 2008, MACEDO; ROBBA, 2010; BARROS; BENTLEY, 2012) conferem a importância das praças e parques à população, como ponto de encontro, descanso e reuniões. Independente das atividades exercidas, esses espaços são fundamentais não só para a qualidade de vida, mas para socialização de uma população. Quanto mais tempo ao ar livre, mais viva a cidade (GEHL, 2003). Nesse contexto, as praças e parques públicos sempre tiveram caráter e função democrática, local de reunião, celebração e manifestações, sendo fundamentais para desenvolvimento, saúde e sociabilização da população. Desse modo, a acessibilidade deve ser conferida a todos, bem como o direito de uso e participação social.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivos Gerais

O objetivo geral da pesquisa é identificar quais as dificuldades devem ser considerados em reformas e projetos de espaços públicos de lazer, como praças e parques, proporcionando conforto e segurança a todos, aumentando a integração social e melhorando, assim, qualidade de vida da população.

1.2.2 Objetivos Específicos

O estudo tem como objetivos específicos:

- (I) Avaliar as condições de acessibilidade no Parque Dom Antônio Zattera de acordo com a Norma NBR9050 (ABNT, 2015);
- (II) Identificar as percepções dos usuários sobre o Parque Dom Antônio Zattera;
- (III) Identificar as limitações dos grupos com problemas de mobilidade sobre o Parque Dom Antônio Zattera;
- (IV) Identificar o comportamento dos usuários no local;

- (V) Identificar os fatores considerados pelos arquitetos do poder público na elaboração de projetos de praças e parques.

Desse modo, este trabalho busca investigar e comparar qual a imagem que os usuários possuem do espaço público eleito como estudo de caso. Além disso, determinar os fatores que afastam os grupos de pessoas com alguma necessidade especial ou deficiência física, para auxiliar na elaboração de diretrizes para requalificações e futuros projetos de praças e parques acessíveis. Por fim, ampliar o conhecimento e o debate acerca das questões de acessibilidade em espaços públicos de lazer, como praças e parques.

1.3 JUSTIFICATIVA

De acordo com Cambiaghi (2007), a Organização das Nações Unidas – ONU, estima que cerca de 10% da população dos países em desenvolvimento é constituída por pessoas portadoras de algum tipo de deficiência. A Organização Mundial de Saúde (OMS) calcula que esse número alcance mais de 650 milhões de pessoas no planeta. No Brasil, o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, estima que esse contingente corresponda a 23,9% da população, algo em torno de 46 milhões de pessoas. A deficiência visual foi a que mais apareceu entre as respostas dos entrevistados, chegando a 35,7 milhões de pessoas, seguido da deficiência motora. Esse dado mostra uma mudança significativa no número de pessoas com necessidades especiais, em relação ao levantamento do IBGE, no Censo de 2000, o qual apontava que 15% da população apresentava algum tipo de deficiência.

Os portadores de deficiência possuem os mesmos direitos de todos ao acesso e uso de espaços públicos, assim como os demais cidadãos. No entanto, muitas vezes, para exercê-los, as pessoas com restrições necessitam de cuidados especiais. A criação de praças e parques acessíveis com certeza será um grande passo para participação dessas pessoas nas atividades econômicas e sociais, visto que os problemas de mobilidade constituem um fator de inibição do direito de participação delas na sociedade.

A acessibilidade evidencia-se, ainda, em um campo de estudo novo, pouco abordado pelos profissionais da área, embora este assunto venha atraindo cada vez mais a atenção, ainda é pouco discutido no meio acadêmico e, na prática, os projetos com acessibilidade normalmente não consideram os aspectos perceptivos. Nesse viés, este trabalho utilizará as teorias de pesquisa da percepção ambiental para investigar os elementos que devem ser considerados no desenvolvimento de um projeto acessível.

Diversas pesquisas de acessibilidade de edificações são encontradas, porém poucas direcionadas especificadamente para os espaços públicos de lazer, como praças e parques. Até mesmo a NBR9050 (ABNT, 2015), a qual estabelece critérios e parâmetros de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, traz poucas informações acerca desse assunto. Essa situação indica a necessidade urgente de pesquisas sobre acessibilidades nesses espaços públicos e formas de interligá-las à prática de projeto.

A pesquisa pretende determinar dados teóricos que possam fundamentar os fatores que devem ser considerados em reformas e projetos de espaços públicos de lazer, como praças e parques, levando em consideração as características de cada local, as preferências e as necessidades dos usuários e o modo como os espaços são utilizados.

1.4 PERGUNTA DA PESQUISA

Quais diretrizes devem ser considerados nas reformas e projetos de praças e parques, a fim de que se tornem locais seguros e acessíveis a todas as pessoas?

Essa pesquisa investiga a percepção dos usuários de praças e parques através de um objeto de estudo, o Parque Dom Antônio Zattera, localizado na área central da cidade de Pelotas – RS, espaço que concentra em seu interior diversos espaços de lazer e, recentemente, foi objeto de revitalização por parte do poder público, identificando as limitações de utilização do parque.

O desempenho desse espaço foi avaliado a partir do levantamento do parque, das percepções e observações de comportamento de grupos de usuários com

diferentes condições de mobilidade, em comparação com as diretrizes descritas na NBR9050 (ABNT, 2015).

A investigação realizou-se com a utilização de diferentes métodos: levantamento documental em arquivos, levantamentos físicos, levantamento fotográfico, mapas comportamentais, aplicação de questionários e entrevistas, semiestruturas e entrevistas caminhadas.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação apresenta cinco capítulos, conforme resumo abaixo:

Capítulo 1- Introduz o leitor ao problema da pesquisa, aos objetivos, à justificativa e à pergunta da pesquisa.

Capítulo 2- Apresenta a base conceitual do trabalho, por meio da revisão da literatura.

Capítulo 3- Apresenta a metodologia utilizada na investigação.

Capítulo 4- Apresenta e discute os resultados da pesquisa.

Capítulo 5- Apresenta a conclusão da pesquisa e as considerações finais; expõe os principais resultados e a importância deste estudo para futuras investigações.

1.6 DEFINIÇÕES CONCEITUAIS

Para a compreensão dos termos utilizados durante o desenvolvimento da pesquisa, aplicam-se algumas definições:

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos. (ABNT, 2015).

Mobilidade Reduzida: é a situação (temporária ou permanente) em que o indivíduo tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio. (CAMBIAGHI, 2007).

Piso Tátil: piso em alto-relevo em relação ao piso adjacente, com a finalidade de constituir alerta ou guia perceptível por pessoas com deficiência visual. Existem dois tipos: piso tátil de alerta e direcional. (ABNT, 2015).

Rota Acessível: trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecte os ambientes externos ou internos de espaços e edificações e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas os usuários, inclusive aqueles com deficiência e mobilidade reduzida. A rota acessível pode abranger estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, pisos, corredores, escadas, rampas, entre outros (ABNT, 2015).

CAPÍTULO 2: MARCO TEÓRICO

Neste capítulo, aborda-se a questão da acessibilidade e sobre o desenho universal, as deficiências e restrições das pessoas, as legislações existentes sobre acessibilidade, a importância dos parques e praças para a população no âmbito de lazer e para saúde, a sua origem e as linhas de paisagismo no Brasil. São apresentados projetos de parques e praças, no Brasil e no mundo, onde a acessibilidade foi utilizada como agente qualificador e de integração do espaço público. Por fim, a importância da percepção ambiental para pesquisas homem-ambiente.

2.1 ACESSIBILIDADE E DESENHO UNIVERSAL

2.1.1 Acessibilidade

Cambiaghi (2007) define espaço acessível como um lugar que todos possam utilizar, circular sem restrições de acesso, resultando, assim, em um ambiente integrador e não apenas destinado a pessoas com alguma deficiência. Defende, também, que espaços acessíveis, ambientes urbanos ou edificações podem ser alcançados de três formas diferentes: (i) pela criação de produtos que sejam utilizáveis pela maior parte de usuários possíveis, sem quaisquer modificações; (ii) pela criação de produtos facilmente adaptáveis aos diferentes usuários; e (iii) pela padronização de produtos, tornando-os compatíveis.

A NBR9050 (ABNT, 2015 p.2) conceitua acessível como “espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa”. Dischinger, Bins Ely e Piardi (2009) definem acessibilidade como algo muito além de poder atingir um lugar desejado. É necessário que o local permita ao usuário compreender sua função, sua organização e relação espacial, assim como participar das atividades que ali ocorrem. Todas essas ações devem ser realizadas com segurança, conforto e independência.

Alex (2011) define a acessibilidade como condição primordial para o uso. O acesso físico é condição para apropriação e uso do local, é a ausência de barreiras,

sejam elas espaciais ou arquitetônicas, para poder utilizar esses lugares. Nos espaços públicos, o autor cita que também deve-se considerar a localização dos acessos, condições de travessia de rua e qualidade dos caminhos, menciona a renovação da Bryant Park que removeu as barreiras físicas e visuais e aumentou a acessibilidade, tendo como efeito imediato o aumento do número de usuários e dobrando o número de mulheres que visitam o local. Sendo que na avaliação pós-ocupacional três itens foram contatos como fatores do aumento dos usuários: A percepção de segurança, maior acesso visual e presença da polícia, guardas e pessoal da manutenção.

Dischinger e Bins Ely (2006) identificam quatro componentes da acessibilidade para que os espaços sejam, de fato, acessíveis: orientação/informação, deslocamento, uso e comunicação.

(i) A *orientação espacial* está ligada à compreensão do espaço, permitindo, assim, que os usuários reconheçam a identidade de funções do espaço e definam suas estratégias de deslocamento e uso. As condições de orientação dependem das configurações arquitetônicas e dos suportes informativos adicionais existentes, bem como das condições do indivíduo de tomar decisões e agir.

(ii) A *comunicação* refere-se às possibilidades de troca de informações interpessoais, ou troca de informações por meio da utilização de equipamentos de tecnologia assistiva, que permitam o acesso, a compreensão e o uso das atividades existentes.

(iii) O *deslocamento* faz referência às condições de movimento ao longo de percursos horizontais e verticais, de forma independente, segura e confortável, sem interrupções e livre de barreiras.

(i) O *uso* é obtido através da possibilidade de participação de todo e qualquer indivíduo nas atividades, podendo utilizar todos os ambientes e equipamentos.

Em muitos países, a acessibilidade já é discutida e implementada em larga escala, enquanto isso, no Brasil, restringe-se apenas a algumas leis que não são respeitadas, nem mesmo pelos arquitetos, tampouco pelos órgãos de fiscalização. Mais do que simplesmente respeitar a legislação, os arquitetos, engenheiros e gestores precisam ir além e pensar na acessibilidade do ambiente, pois atender às exigências das normas não garante a acessibilidade, visto que estas não

contemplam todas as especificações necessárias. Sob essa perspectiva, a acessibilidade vem cobrar a função social que o projeto deve desempenhar.

2.1.2 Desenho Universal

O termo desenho universal foi utilizado, pela primeira vez, por Ron Mace, em 1985, para indicar projetos que consideram as múltiplas necessidades oriundas da capacidade de mobilidade dos usuários. Tem como base o respeito à diversidade humana e a busca de desenhos que proporcionem segurança, autonomia e conforto. (BINS ELY, 2010).

Desenho universal constitui-se, para todos nós, como o último nível que se pode alcançar do processo e prática da acessibilidade ambiental da arquitetura. Um ambiente acessível responderá diretamente à uma variedade de exigências básicas dos usuários, até o ponto em que a acomodação de necessidades distintas dos usuários seja uma das funções naturais dos elementos daquele ambiente. É fundamental conhecer os critérios de elaboração de projetos para os diferentes grupos de pessoas, sejam crianças, idosos, gestantes, estrangeiros, entre outros, com o intuito de se pensar na integração entre grupos separados de usuário, ou seja, pensar no ambiente como um local de interação a que todos os tipos de usuários devem ter acesso e possibilidade de utilizar (CAMBIAGHI, 2007).

O desenho universal tem como objetivo a criação de espaços com acessibilidade a todos, cujos equipamentos e estruturas possibilitem uso sem restrições de idade, condições físicas e motoras. As soluções universais têm como objetivo um desenho de qualidade que tenha, dentre outros itens, segurança, autonomia e conforto aos seus usuários, pois não se restringe apenas ao objeto arquitetônico, mas também busca atingir a concepção de espaços livres, design de equipamentos e produtos, baseando-se no respeito à diversidade humana. (BINS ELY, et al 2010).

Em 1961, na Suécia, aconteceu uma conferência internacional, a qual reuniu Japão, Estados Unidos e países da Europa, com o intuito de buscar soluções de acessibilidade. Já em 1993, em Washington, nasceu a “Barrier Free Design”, uma comissão cujo objetivo foi discutir desenhos de equipamentos, edifícios e áreas urbanas adequados à utilização por pessoas com deficiência. (CAMBIAGHI, 2007).

No Brasil, o conceito de desenho universal começou a ser discutido em 1980, a fim de conscientizar profissionais, como arquitetos e engenheiros, sobre a importância da acessibilidade. A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o ano de 1981 como o Ano Internacional de Atenção às Pessoas com Deficiência. Logo, o assunto ganhou repercussão, fortalecendo o que se intitulava Eliminação de Barreiras Arquitetônicas às Pessoas Portadoras de Deficiência (MANUAL, 2010).

O conceito de desenho universal não foi desenvolvido apenas para indivíduos com alguma deficiência ou limitação, mas para todas as pessoas. A ideia é criar ambientes que possam ser desfrutados com segurança e autonomia por todos. O aproveitamento do desenho universal na arquitetura permite não só acessibilidade total dos cidadãos, como também aumento na qualidade de vida de usuários com alguns tipos de restrições. Apesar do crescimento das cidades e dos espaços de lazer, como praças e parques, o desenho universal no Brasil não vem sendo empregado nos projetos urbanos, mesmo depois de décadas da criação da primeira técnica normativa. Em outros países, como Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, investimentos em pesquisas da área têm sido desenvolvidos e aplicados para garantir a acessibilidade e utilização dos usuários com ou sem limitações (CAMBIAGHI, 2007).

O procedimento de criar um meio ambiente cada vez mais abrangente e menos restritivo tem mostrando-se como um espírito mundial contemporâneo que se propaga, como as demais tecnologias que se impõem para a qualidade de vida do ser humano. Nesse sentido, seguir as diretrizes de um desenho universal, ou inclusivo, passou a significar, intrinsecamente, procurar reconhecer e respeitar a diversidade anatômica e sensorial entre os indivíduos e as modificações pelas quais passa o corpo humano, da infância à idade avançada.

De acordo com o Manual do Desenho Universal (MANUAL, 2010)], na década de 1990, o arquiteto americano Ron Mace criou, com um grupo de arquitetos, os sete princípios do desenho universal. Estes conceitos são mundialmente aceitos para qualquer programa de acessibilidade. São eles:

- 1- Igualitário (uso equiparável): São espaços, objetos e produtos que podem ser utilizados por pessoas com diferentes habilidades, tornando os espaços iguais para todos;

- 2- Adaptável (uso flexível): Criação de produtos ou lugares que atendam pessoas com diferentes capacidades e diversas preferências, sendo adaptáveis para qualquer uso;
- 3- Óbvio (uso simples e claro): Produtos de simples assimilação, para que uma pessoa possa compreender, livre de sua experiência, conhecimento, habilidades de linguagem, ou limitações;
- 4- Conhecido (informação de simples percepção): Quando a informação necessária é prestada de forma a atender às necessidades do receptor, seja ela uma pessoa estrangeira, um deficiente visual ou auditivo;
- 5- Seguro (tolerante ao erro): Espaços pensados para diminuir os riscos e aceitáveis consequências de ações acidentais ou não propositalas;
- 6- Sem esforço (baixo esforço físico): Produtos para serem usados eficientemente, com comodidade e com o menor uso de força;
- 7- Abrangente (dimensões e espaço para aproximação de uso): Dimensões e locais adequados para o acesso, o alcance, a manipulação e o uso, independentemente do tamanho do corpo (sobrepeso, anões, etc.), da postura ou mobilidade do usuário (cadeirantes, com carrinhos de bebê, bengalas, etc.) (MANUAL, 2010).

O desenho universal reforça o senso de independência do indivíduo, ao mesmo tempo em que garante a democratização das oportunidades por meio da eliminação de barreiras das mais variadas naturezas. Seu propósito é conseguir que o projeto de todos os ambientes e produtos possibilite sua utilização por todas as pessoas e não apenas por um grupo (sejam pessoas com um tipo específico de deficiência ou quaisquer outros subgrupos), assegurando que o conjunto da população possa utilizar com segurança e autonomia os diversos objetos e espaços construídos (DORNELES; AFONSO; BINS ELY, 2013)

Cabe salientar que a preocupação com a acessibilidade nas cidades está, aos poucos, desmistificando esses conceitos e salientando que ambos são inclusivos para as pessoas com e sem deficiência, buscando permitir que todos utilizem os mesmos espaços urbanos, sem nenhuma segregação.

2.1.3 Pessoas com deficiências, suas restrições e os sentidos

As pessoas portadoras de deficiência têm dificuldades de participação social e, de alguma forma, não conseguem usufruir os espaços coletivos pensados e planejados para os ditos “normais”, fruto de uma sociedade pensada sob a perspectiva do homem padrão. O problema dos portadores de deficiência insere-se em uma das mais graves questões sociais brasileiras. Assim, para poder realizar intervenções em seu benefício, é necessário conhecer suas expectativas, necessidades e alternativas (SILVA, 2004).

A Declaração Internacional dos Direitos das Pessoas Deficientes, publicada em 1975, define “pessoa deficiente” como o indivíduo incapaz de assegurar, de forma autônoma, as necessidades de uma vida individual ou social, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas. (SOUZA, 1998).

A Lei Federal Brasileira nº 10.098, de 2000 estabelece “pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida” como aquela que apresenta limitação, temporária ou permanente, na sua capacidade de relacionar-se com o meio e utilizá-lo (BRASIL, 2010).

A NBR9050 (ABNT, 2015) conceitua deficiência como “a redução, limitação ou inexistência da percepção das características do ambiente, de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente”.

Em 1970, a Organização Mundial de Saúde (OMS) começou a preocupar-se com a criação de uma classificação que envolvesse as modificações a nível físico funcional das pessoas e que se distinguisse da Classificação Internacional de Doenças (CID). De tal modo, em 1980, a OMS publicou a *International Classification of Impairment, Disability and Handicap* (ICIDH), que centrava suas definições nas características das pessoas (deficiência, incapacidade e impedimento), procurando estabelecer o conceito de “deficiência” como uma perda ou anomalia fisiológica, psicológica ou anatômica (WHO, 1980).

Estabelecendo uma nova conceituação, procurando não estigmatizar as pessoas, transferindo a responsabilidade das limitações dos seres humanos para sua relação com o ambiente, em maio de 2001, a OMS aprovou a *International Classification of Functioning, Disability and Health* (ICF). Uma versão em língua portuguesa foi traduzida pelo Centro Colaborador da OMS, com o título de

Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, CIF (FARIAS; BUCHALLA, 2005).

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde tem como objetivo classificar, ou seja, padronizar, os componentes de saúde e bem-estar e é utilizada como uma ferramenta apropriada para diversas aplicações, por exemplo, como um instrumento na investigação, que permite medir resultados, a qualidade de vida e os fatores ambientais (OMS, 2004).

A CIF define alguns conceitos necessários para a compreensão da classificação, destacando-se o conceito de restrições em participações, definidas como problemas que um indivíduo pode enfrentar em situações da vida e limitações da atividade, dificuldades que um indivíduo possui na execução de tarefas. Como classificação, a CIF permite fazer uma abordagem multidimensional, relacionando a condição de saúde, com as funções e estruturas do corpo, as atividades, a participação e os fatores ambientais (OMS, 2004).

Todas essas definições e conceitos auxiliam no entendimento das diferentes necessidades das pessoas. Cambiaghi (2007) destaca que a diversidade é o que caracteriza os humanos como espécie, sendo comum a diferença dos usuários, destaca, também, que as pessoas que enfrentam problemas com o ambiente não são somente as pessoas deficientes. Para tanto, utiliza-se para essas pessoas o termo “pessoas com mobilidade reduzida”, essa classificação pode incluir pessoas com deficiência, crianças, idosos, pessoas carregando pacotes, com carrinhos de bebês ou de compra, ou, por exemplo, pessoas que sofreram alguma lesão, mesmo que temporária.

Contudo, a eficácia da interação humana com o meio ambiente depende de suas capacidades, ou limitações (CAMBIAGHI, 2007). A partir de uma avaliação da interação humana com o meio ambiente, as pessoas foram classificadas em quatro diferentes categorias de restrições, descritas a seguir: **As restrições em atividades físico-motoras** dizem respeito ao impedimento ou às dificuldades para a prática de atividades que dependam de força física, coordenação motora, precisão ou mobilidade. Então, restrições deste tipo afetam, principalmente, as pessoas que já possuem uma deficiência físico-motora ou têm sua mobilidade reduzida, como os idosos e a crianças. Já **as restrições na percepção sensorial** referem-se às dificuldades na percepção das informações do meio ambiente, devido à presença de barreiras ou ausência de fontes que impedem ou dificultam a obtenção de estímulos

através dos distintos sistemas sensoriais (visual, auditivo, paladar/olfato, háptico e orientação). Essas restrições atingem, especialmente, as pessoas com deficiências visuais, auditivas e os idosos. Por sua vez, **as restrições de comunicação** tratam das dificuldades para comunicar-se socialmente através da fala ou da utilização de códigos, devido a características do meio ambiente (existência de ruído, dispositivos de controle, etc) ou da ausência de equipamentos de tecnologia assistiva. Essas restrições afetam a realização de atividades, principalmente, para pessoas com deficiência auditiva ou com problemas na fala. Por fim, **as restrições em atividades cognitivas** dizem respeito às dificuldades encontradas no tratamento das informações existentes no meio ambiente (cartazes, sinais, letreiros), ou no desenvolvimento de relações interpessoais para realização de atividades que requerem compreensão, aprendizado e tomada de decisão. Estas restrições afetam, principalmente, pessoas iletradas com deficiência cognitiva (DISCHINGER; BINS ELY E PIARDI, 2009).

Segundo OKAMOTO (1996) os sentidos comuns, visão, paladar, olfato, audição e tato, são as nossas conexões com o ambiente, entretanto, para conhecer realmente o ambiente precisamos da interação corpo-mente, utilizando todos os sentidos, internos e externos.

A visão ocupa 87% dos nossos sentidos nos dando a sensação que a realidade é aquilo que vemos. Tem como função localizar e reconhecer, em três níveis gradativos de percepção: A configuração dos objetos e seres; A visão e volume, pelo jogo de luz e sombra; A sensação do peso, pela textura e padrão. O tato, além de ser o sentido mais amplo do organismo, nos confere a sensação de interioridade dos objetos, é o que define nosso corpo com a relação ao meio, nos dando a sensação de tridimensionalidade, é a forma de nos sentirmos vivos. A nossa audição tem um significado muito profundo, ligado a segurança e a comunicação oral, está diretamente ligado ao sentido espacial, ao equilíbrio. O olfato é o sentido que nos permite não só reconhecer objetos e lugares, mas também atrair, repelir ou causar repulsa, através dele estabelecemos contato com o mundo, sendo a memória olfativa um dispositivo de reconhecimento e localização. O paladar é o primeiro sentido a ser mais desenvolvido quando nascemos seguido do olfato, o tato, audição e visão, nos idosos a perda dos sentidos segue na ordem inversa: a visão, a audição, o tato, o olfato, sendo o último o paladar. Quando um ou mais sentidos são afetados ou eliminados, não só percebemos o mundo de forma

diferente, como precisamos que o ambiente nos forneça condições de entendê-lo além de simplesmente usufruí-lo (OKAMOTO, 1996).

2.1.4 Legislação e normas vigentes sobre acessibilidade no ordenamento jurídico brasileiro

As leis e normas criadas sobre acessibilidade em projetos de edificações e urbanísticos asseguram, às pessoas portadoras de deficiências, acesso e utilização através da incorporação de elementos (CAMBIAGHI, 2007).

Em 1948, foi estabelecido o marco inicial que garantia o direito à cidadania de todas as pessoas, através da promulgação da ‘Declaração Universal dos Direitos Humanos’, pela Organização das Nações Unidas (ONU). A partir disso, diferentes esforços foram iniciados mundialmente para garantir o direito igualitário a todas as pessoas.

No ano de 1975, a ONU criou a ‘Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes’ e, em 1982, o ‘Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência’. Este ano acabou sendo referido como o ‘Ano Internacional das Pessoas Deficientes’. Conforme a ONU (1983), o Programa busca orientar os países membros da organização a respeito da política adotada em relação à equiparação de oportunidades das pessoas com deficiências.

Em 1988, a Constituição Federal Brasileira decretou que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988, p.1).

Porém, somente em 1989 foi ratificado, através da Lei nº 7.853, o direito à possibilidade de integração das pessoas com limitações na cidade, a partir da eliminação de barreiras de acesso às ruas. Esta lei é regulamentada pelo decreto nº 3.298, de 1999, e visa *garantir e estimular o acesso das pessoas à cultura e ao turismo*, entre outros (BRASIL, 1989).

O Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, foi instituído para regulamentar as Leis números 10.048, de 8 de novembro de 2000, que “dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica”, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a qual estabelece normas e critérios para promover a acessibilidade das

peças portadoras de deficiência em espaços públicos, no mobiliário urbano, em edifícios e meios de transporte e comunicação. (BRASIL, 2004, p.1).

A Associação Brasileira de Normas Técnica define, através da NBR9050 (ABNT, 2015), critérios e parâmetros técnicos para elaboração de projetos, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, a fim de oferecerem condições de acessibilidade.

Analisando as legislações e normas sobre acessibilidade vigentes no Brasil, pode-se verificar observações importantes sobre a acessibilidade em espaços públicos de lazer, como praças e parques. O Art. 3 da Lei 10.098 define que parques devem ser acessíveis às pessoas e o Art. 4, da mesma lei, alterado em 2017, determina que no mínimo 5% de cada brinquedo e equipamento de lazer deve ser adaptado e identificado, a fim de possibilitar a sua utilização por pessoas com deficiência (BRASIL, 2004).

A NBR9050 (ABNT, 2015) define que os parques e praças devem admitir pavimentação, mobiliário e equipamentos acessíveis. Em locais de preservação ambiental deve-se buscar a mínima intervenção do ambiente com o máximo grau de acessibilidade. As rotas devem atender às especificações dos pisos acessíveis. Além disso, determina que 5% das mesas de jogos ou refeições sejam acessíveis ou que 10% sejam adaptáveis. Normatiza, também, dimensões, posicionamentos das peças e características dos pisos em banheiros públicos (ver Anexo A).

2.2 PRAÇAS E PARQUES

2.2.1 Conceituação e breve histórico

A praça - expressão cultural urbana - tem sua importância não só pelo seu valor histórico, como também pela função de participação democrática. Revela-se, ao mesmo tempo, vazio e construído; não é apenas um espaço de lazer aberto, é também um local de sociabilidade, de integração do tecido urbano. Constitui-se de um espaço que conecta as ruas, a arquitetura e as pessoas (ALEX, 2008, p. 23).

São ligadas diretamente à diminuição do estresse, contribuem para diminuição com tempo de hospitalização, além de vantagens econômicas como

valorização dos imóveis residenciais em zonas de área verde, praças e parques (BARROS, BENTLEY, 2012, p. 21).

As áreas verdes caracterizam-se como espaços de lazer, trazem muitos outros benefícios para a cidade, como a regularização da temperatura, tendo em vista que áreas com cobertura vegetal são capazes de diminuir até 1,4° da temperatura superficial. Além do mais, ajudam o escoamento superficial, pois a vegetação protege o solo do impacto direto das chuvas e atua na melhor distribuição da água pela superfície e na qualidade do ar. As áreas verdes possuem, ainda, a função de filtro de poluentes, ajudam na redução de ruídos, atuam como barreiras verticais, diminuindo os sons atribuídos a veículos e outros sons da cidade. Áreas verdes relacionadas à saúde mental: quanto maior o tempo gasto visitando áreas verdes, menor a ocorrência de problemas mentais, independente dos contextos culturais e climáticos; desenvolvimento cognitivo e atenção: estudos comprovam o aumento de atenção e trabalho relacionados à presença de áreas verdes no local, além das atividades físicas que estão diretamente ligadas a melhor função cognitiva (AMATO-LOURENÇO, 2016).

Quanto mais tempo ao ar livre, mais viva a cidade. Condições ideais para a vida ao ar livre foram criadas nas cidades antigas escandinavas, justamente devido à atenção ao clima local. Considerando o papel-chave do exercício pelo clima na determinação da qualidade, prazer e conforto urbano, evidencia-se lamentável que a maior parte dos urbanistas não tenha sequer tentado garantir a melhor qualidade de clima no espaço urbano (GEHL, 2003, p. 172-173).

Durante a Idade Média, houve uma mudança de valores, fazendo com que o verde fosse praticamente banido da cidade e as construções fechadas tomassem conta dos espaços. Apesar disso, ainda havia jardins internos nas edificações, que misturavam todas as características já conhecidas desde a Mesopotâmia, passando por Egito e Grécia, entre outros. Os dois estilos mais conhecidos nessa época eram os Monacais, que representavam o luxo, e os Mouriscos, que representavam a vida familiar sem luxo. No fim do século XVII, com o aumento da insalubridade nas cidades da Europa e o início da Revolução Industrial (Figura 2.1) surge a necessidade de criar espaços verdes em resposta à nova relação homem-natureza. Essa procura pela natureza e o verde levou a população urbana a procurar e recriar espaços de lazer na busca por uma melhor qualidade de vida.



Figura 2.1: Vista de uma cidade industrial no século XVIII

Fonte: Disponível em: <<http://www.historialivre.com/moderna/industria.htm>> Acesso em: 2016

Apesar das transfigurações sofridas pela paisagem urbana, as praças e parques surgem como locais de contemplação, como agentes de amortização da poluição sonora e visual. Além disso, criam microclimas na cidade e tornam-se locais de importância para prática de atividades físicas da população. Em decorrência disso, a OMS (Organização Mundial da Saúde) recomenda o mínimo de 12 m² de área verde por habitante no Brasil. Segundo Daroda (2012):

A praça enquanto espaço público é um exemplo de interação. Local de relevante valor histórico, cultural e de interação social, as praças são espaços fundamentais na configuração urbana e constituem um importante espaço público da história das cidades. Definida como lugar de encontro, passagem e de sociabilidade, historicamente a praça é também palco de manifestações políticas, cívicas, sociais, culturais, esportivas e religiosas. A praça enquanto espaço simbólico e lugar de memória é resultado da integração entre morfologia e estética (DARODA, 2012, p.23).

O parque é criado, então, como uma figura complementar ao cenário das elites emergentes, que controlavam a nova nação em formação e que procuravam construir uma figuração urbana compatível com seus interlocutores internacionais, especialmente ingleses e franceses (MACEDO & SAKATA, 2010).

As praças públicas caracterizam-se, portanto, por serem espaços públicos, coletivos e multifuncionais, ou seja, elementos urbanos que identificam e contribuem para organização do espaço da cidade, na medida em que possibilitam acesso livre e convívio social.

O espaço urbano, tido como precursor das praças, foi a ágora, na Grécia. A ágora grega era um espaço aberto, normalmente delimitado por um mercado, no qual se praticava a democracia direta, visto ser este o local para discussão e debate entre os cidadãos (MACEDO; ROBBA, 2010).

A praça contemporânea nem sempre é um local de convívio na vida pública. (QUEIROGA, 2003). Muitas vezes, é marcada por um design fundamentado na visualidade da paisagem. As diversas trocas de informações trazidas de outros países fizeram com que surgissem inúmeros movimentos artísticos inovadores, gerando, desta forma, a pluralidade da estrutura e produção paisagística contemporânea. (ROBBA, 2001). Quando não ocorre o equilíbrio entre as necessidades e a estética em um projeto na contemporaneidade, muitas vezes, criam-se espaços atraentes e chamativos, alguns espetaculares, mas sem atingir a dimensão humana.

Gehl (2003) divide as atividades em necessárias e opcionais, as necessárias são aquelas que as pessoas precisam realizar todos os dias, como ir para o trabalho ou escola, esperar o ônibus e comprar comida. Já as opcionais são aquelas que dependem de uma escolha, como caminhar, aproveitar o sol, ver vitrines, e, por isso, são um termômetro para medir a qualidade dos espaços.

Segundo Queiroga (2003), juntamente com urbanismo contemporâneo, o pedestre ganha novamente um importante espaço junto ao design das cidades. Os espaços urbanos que haviam sido tomados por veículos, voltam a transformar-se em calçadas e praças. Há uma quebra de paradigma na forma de se pensar a cidade, advinda da urgência da amenização dos problemas urbanos provenientes da construção de cidade com foco no automóvel. Após o lançamento do livro *Morte e Vida de Grandes Cidades*, de Jane Jacobs, em 1961, muitas mudanças efetivaram-se. Da mesma forma, Gehl (2003) contribuiu para seguir o projeto de Jacobs, pensando em cidades para pessoas.

Quanto ao projeto da praça contemporânea, observa-se a continuidade da morfologia e lógica espacial moderna, com estares, esplanadas e patamares que se misturam, criando ambientes e subespaços. A liberdade dos elementos, como o programa, os desenhos, as cores e os materiais permitem a criação de projetos com variadas linguagens. (ROBBA, 2001). Quanto à forma, caracteriza-se por: tradição modernista, colagem decorativa e irreverência, formalismo gráfico, espaços cenográficos e simbólicos e pequenos arremates urbanos.

Há uma liberdade de criação a partir da revisão dos conceitos modernistas, permitindo a inclusão de partidos e linguagens diferentes, irreverentes, simbólicas e cenográficas. Segundo Robba (2001), as praças contemporâneas são representações onde muitas formas de expressões são aceitas, juntamente com a tecnologia dos materiais construtivos.

O conceito de urbanidade, aqui focalizado, se refere ao modo como espaços da cidade acolhem as pessoas. Espaços com urbanidade são espaços hospitaleiros. O oposto são espaços inóspitos ou, se quisermos, de baixa urbanidade. Vivemos em cidades onde o espaço público é cada vez mais inóspito, marcado por grades nas fachadas de prédios, extensos muros contornando introvertidos condomínios, mega *shopping-centers* / mega estacionamentos e, a pior parte, as áridas *freways* urbanas. (RHEINGANTZ, 2012).

Os espaços públicos são locais que possibilitam à sociedade não só o contato com a natureza, mas a socialização e atividades de lazer. Como esses espaços são de livre acesso à população, a acessibilidade é importante para que todas as pessoas, independentemente de suas características físicas e habilidades, possam acessar e utilizar sem restrições (DORNELLES, 2006).

2.2.2 Uso e apropriação

O sucesso ou fracasso de parques depende do tipo de uso do solo existente ao seu redor. Diversidade de usos e de pessoas gera diferentes necessidades e horários de utilização, que, por sua vez, auxiliam o parque a ser utilizado em diferentes horas do dia e da noite. A localização, no contexto mais amplo, também é essencial (JACOBS, 2000).

A manutenção dos espaços públicos interfere diretamente em seu uso. Os estudos de praças públicas e a vida pública nesses espaços, conforme Alex (2011, p.23), devem abordar a manutenção da praça como elemento de destaque na configuração espacial da cidade e da cultura urbana, além de abranger conceitos de democracia e cidadania, os quais indicam o direito de acesso e uso dos espaços públicos por todos, assim como a importância do convívio social. O sucesso das praças, de acordo com Macedo e Robba (2010, p. 49), também se deve a sua manutenção constante, fator importante para atrair usuários.

Alexander (2013) defende que a vida de uma praça pública depende da periferia, dos nichos de atividades que circundam a praça. Os bolsões de atividade não só são responsáveis pela vitalidade, mas, se estrategicamente projetados, quando vivenciados, tornam-se estratégias de deslocamento para o centro da praça. Cita também que quando um local é cheio de vida, os lugares mais altos e suficientemente baixos (escadas), para que haja interação, são os mais convidativos.

O autor ainda afirma que o usuário tende a usar mais as praças quando a distância da sua casa e da praça não ultrapassa duas ou três quadras, após essa distância, seu uso cai radicalmente, sendo assim as pessoas que moram nesse perímetro possuem uma alta frequência nos espaços de lazer.

ALEX (2011) define que projetos bem-sucedidos de praças são aqueles que consideram o entorno, a integração com as ruas e o sistema viário, possuem calçadas largas, a delimitação clara de ruas e com opções de lazer. Já os projetos com usos deficitários possuíam além de acesso difícil e poucas opções de uso, falta de integração com entorno e não eram articulados ao sistema de ruas. Seus estudos de praça demonstraram que, as deficiências da administração pública as quais aumentam as desigualdades ambientais e sociais, a ausência de códigos urbanísticos, falta de dimensionamento de calçadas e de acessibilidade universal, que forneçam conforto e integração do projeto, acarretam em praças abandonadas pela população

Jacobs (2000) defende que a segurança pública está diretamente ligada aos olhos nas ruas, a vida nas calçadas. Determina três condições para que as ruas sejam dotadas de vida e para que os usuários exerçam a função de vigilantes nos espaços públicos: separação entre o público e o privado - as fachadas dos prédios devem possibilitar aos seus moradores visibilidade para rua e nas calçadas devem haver usuários caminhando ininterruptamente, o que além de aumentar o número de olhos na rua, estimula a observação do espaço.

Através de pesquisas do IBGE sobre vitimização e justiça, investigou-se a sensação de insegurança percebida pelas pessoas no domicílio, bairro e cidade. A medida que a população afasta-se do seu domicílio a sensação de insegurança aumenta. Segundo dados do IBGE, os homens declaram-se mais seguros do que as mulheres nos três âmbitos. A faixa etária onde a sensação de insegurança indicou maior índice foi entre 10 e 15 anos (IBGE, 2010).

2.2.3 Praças e parques acessíveis

Com o objetivo de garantir a independência dos usuários e maior integração social, projetos de praças e parques acessíveis vêm sendo implantados. A seguir, serão apresentados praças e parques que utilizam a inclusão como estratégia projetual, implementando equipamentos, revestimentos, estímulos sensoriais e sinalizações acessíveis.

O Parque Miracle, na cidade de Wilmington, é um campo projetado pela Miracle League, para permitir que pessoas, sejam elas adultas ou crianças, com algum tipo de deficiência física, cognitiva ou de desenvolvimento, possam praticar algum esporte, principalmente o *baseball*. Também possui um playground com diversos brinquedos acessíveis, podendo ser comparado a um parque de diversões (ver Figura 2.2).



Figura 2.2: Park Miracle.

Fonte: Disponível em: <<http://www.uncw.edu/13/articles/miraclefield.html>> Acesso em: 2016.

O espaço possui, além do mobiliário acessível, piso emborrachado, criado especialmente para este local e para as funções exercidas nele. Estes ambientes proporcionam aos usuários, além de diversão, seu desenvolvimento, permitindo que aprendam ou melhorem algumas funções, como a coordenação motora, por exemplo. Através de uma parceria, uniram-se o poder público e privado, empresas locais, a universidade e grupos de saúde e de defesa, para executar esse projeto.

Superkilen (ver Figura 2.3) é um parque localizado na cidade de Copenhague, na Dinamarca, e o que o diferencia dos demais é a sua diversidade e seu aspecto multicultural. É um parque que promove a interação através de sua forma, de seus equipamentos e cores, rompendo com a densa malha urbana da capital. O local foi escolhido por tratar-se de uma zona multicultural, cujo intuito é de movimentar a economia local. A área de lazer compreendida por mais de 1 km e foi construída no bairro de Nørrebro, uma região com grande diversidade étnica e que não ganhava tanta atenção da comunidade quanto outros bairros da capital.

O projeto surgiu de uma parceria entre um grupo de artistas conhecido no país, o Superflex, arquitetos do Bjarke Ingels Group (BIG) e a empresa de paisagismo Topotek1. Esse grupo planejou um local de convivência onde todos pudessem interagir e coabitar de forma saudável, e, principalmente, para que possam identificar-se naquele espaço. Para criar a diversidade do lugar, os idealizadores inseriram, pelas áreas do parque, equipamentos adquiridos de diferentes culturas, como, por exemplo, uma fonte do Marrocos, placas metálicas da Alemanha, placas de sinalização da Bélgica e até bancos vindos do Brasil.

O parque é dividido em três setores: a “Praça Vermelha”, com cores vibrantes em tons de rosa e vermelho, onde ficam os brinquedos do playground das crianças e que remetem à vida moderna, o “Mercado Negro”, conceitualmente um local mais clássico, um lugar de convivência com bancos, mesas de jogos e churrasqueiras para os visitantes interagirem, e o “Parque Verde”, com um longo gramado criado para a realização de piqueniques e brincadeiras ao ar-livre (HELM, 2012)



Figura 2.3: Parque Superkilen – Setor 1, Setor 2 e Setor 3

Fonte: Disponível em: <<http://www.architonic.com/ntsht/the-park-xof-parks-copenhagen-s-superkilen/7000731>> Acesso em: 2015.

O Parque da Amizade (ver Figura 2.4) é uma área para atividades de lazer, onde especialmente crianças e jovens podem participar, independentemente das suas capacidades físicas ou cognitivas. Localizado no parque de Villa Dolores de Montevideú, ao lado do Planetário Municipal, tornou-se o primeiro parque com propriedades totalmente inclusivas no país. Ele foi projetado com o objetivo de conversão de uma área livre de 80x50 metros em um espaço público para brincar, aprender e compartilhar sem barreiras. O projeto faz parte de um processo de transformação dos espaços públicos de Montevideú, chamado "Compromisso com Acessibilidade". A estratégia projetual apostou em uma plataforma horizontal, minimizando o plano inclinado existente. O parque possui uma diferença de nível entre a avenida, logo cria uma barreira física, visual e sonora entre os usuários do parque e os veículos (MARTINS, 2015).



Figura 2.4: Parque da Amizade

Fonte: Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/770159/parque-da-amizade-marcelo-roux-plus-gaston-cuna/558cd95ae58ece2c830000be-parque-da-amizade-marcelo-roux-plus-gaston-cuna-imagem>> Acesso em: 2015.

A área entre o parque e as ruas foi projetada como um jardim, que fornece cor e aroma ao lugar. No Parque da Amizade, foram escolhidos dispositivos que melhoram as experiências táteis, sonoras e aromáticas (MARTINS, 2015).

O parque é composto por seis setores, que foram separados por temas característicos, todos com equipamentos lúdicos, sendo eles:

a) Área infantil: jogos para crianças de zero a três anos;

- b) Gira-gira e balanço: várias redes para o desenvolvimento psicomotor;
- c) Água: destinada a contemplação, aos sons e aos jogos programados;
- d) Labirinto: brincadeira que possibilita encontros e que integra elementos táteis e de comunicação;
- e) Anfiteatro: local de reunião para eventos diversos e desenvolvimento de atividades em grupo;
- f) Tecnológico: espaço coberto com estações para brincadeiras digitais e virtuais.

O conceito de jardim sensorial está direcionado para as pessoas com restrições sensoriais e relaciona-se com os possíveis estímulos que as características dos elementos das áreas livres públicas de lazer podem proporcionar aos sentidos humanos, seja o visual, o háptico, o auditivo, o paladar/olfato e o de equilíbrio. Estes estímulos podem ser a partir do uso de vegetação ou de materiais que emitam odores, tenham características visuais marcantes como texturas, emitam sons, entre outros. Um elemento marcante nestes jardins é a presença de água (WORDEN; MOORE, 2005).



Figura 2.5: Brinquedos do Parque da Amizade.

Fonte: Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/770159/parque-da-amizade-marcelo-roux-plus-gaston-cuna/558cd95ae58ece2c830000be-parque-da-amizade-marcelo-roux-plus-gaston-cuna-imagem>> Acesso em: 2015.

O Projeto Anna Laura Parques para Todos disponibiliza espaços estruturados que proporcionam alegria, integração, motivação para todos, uma vez que é composto por diversos recursos lúdicos que propiciam às crianças, com e sem deficiência, um momento de troca ao compartilharem as mesmas experiências.

Desta forma, as crianças com mobilidade reduzida e/ou alterações sensoriais e intelectuais brincam de forma segura e ampliam as experiências motoras, cognitivas e sensoriais, gerando sensações prazerosas que favorecem a melhora da autoestima, promovendo a acessibilidade social, caminho que conduz a uma sociedade sem preconceitos.

O Parque da Moca, um dos parques do projeto Ana Laura Para Todos, está implementado em um terreno triangular (ver Figura 2.6), dispõe os equipamentos em um trajeto pavimentado, a fim de facilitar a locomoção de usuários com problemas de mobilidade. Dentre os brinquedos, há escorregador, caixa de areia, painel xilofone, painel ábaco, balanço, entre outros (ver Figura 2.7).



Figura 2.6: Implantação do Parque da Moca.

Fonte: Disponível em: <<http://annalaura.org.br>> Acesso em: 2016.



Figura 2.7: Brinquedos acessíveis Parque da Moca.

Fonte: Disponível em: <<http://annalaura.org.br>> Acesso em: 2016.

Na cidade de São Paulo, no Parque Ibirapuera localiza-se o brinquedão (ver Figura 2.8). O brinquedo se caracteriza por ser uma estrutura de madeira com rampas, que possibilitam o acesso de usuários com cadeiras de rodas e com algum problema de mobilidade, brinquedos sensoriais e piso de borracha no entorno, conferindo maior segurança aos usuários em caso de queda.



Figura 2.8: Brinquedão Parque Ibirapuera

Fonte: Disponível em: < <http://elisaprado.com.br/blog/2010/10/brinquedo-acessivel/>> Acesso em: 2016.

Algumas cidades já apresentam em suas praças e parques alguns brinquedos e/ou espaços com brinquedos acessíveis, por exemplo, Dom Pedrito (ver Figura 2.9) e o município de Bagé (ver Figura 2.10). O espaço de lazer para cadeirantes em Dom Pedrito conta com dois equipamentos de diversão, um balanço que pode ser utilizado por cadeirantes e crianças que não necessitem da mesma, e um gira-gira, também desenvolvido para uso de cadeirante e acompanhante (PESSOA, 2014).



Figura 2.9: Espaço de lazer em Dom Pedrito

Fonte: Disponível em: <<http://marcuspessoa.com.br/pracas-para-cidadaos-com-necessidades-especiais>> Acesso em: 2016.

O município de Bagé conta com um espaço projetado para o uso de crianças cadeirantes, o local possui um piso de concreto que facilita o uso dos cadeirantes e pessoas com alguma dificuldade de locomoção (LAMEIRA, 2014).



Figura 2.10: Espaço de lazer acessível na Praça das Carretas - Bagé
Fonte: Autora, 2016.

Mesmo que os espaços acima citados não satisfaçam as normas de acessibilidade, nota-se uma preocupação inicial com a inserção de alguns elementos que possibilitem a recreação de pessoas com certas deficiências. Apesar da lenta inserção de elementos acessíveis nos espaços de lazer, primeiramente marcada pela fiscalização das calçadas e rampas, há um crescimento não só da criação de leis, como da fiscalização, fazendo, assim, com que a acessibilidade se torne uma prática cada vez mais conhecida e aplicada.

Os projetos além de se preocuparem com mobiliários que seguem os conceitos de Desenho universal, apresentam cores que estimulam e atraem crianças e usuários. Os pisos são feitos de materiais lisos que facilitam o caminhar, emborrachados para dar segurança e conforto, apresentam brinquedos táteis e sonoros, uma vegetação toda pensada nos estímulos sensoriais.

Através da análise dos projetos acima apresentados, acredita-se na acessibilidade como elemento integrador e qualificador do espaço público, tendo um papel único e importante para uso e acesso de todas as pessoas, atraindo, com isso, mais usuários e incentivando a utilização do espaço público.

Constata-se, a partir do exposto, que os parques citados acima, Miracle, Superkilin e o Parque da Amizade, são marcados pelos novos anseios da sociedade de locais mais inclusivos, para que, além de propiciarem lazer, sejam um espaço de novas experiências. Preocupados não só com a harmonia estética, mas também com a integração de diferentes grupos, os novos parques possuem um caráter mais

social. São locais que unem o lúdico ao sensorial. Em decorrência dessa nova visão, tornam-se locais de trocas culturais e de novas experiências.

2.3 PERCEPÇÃO AMBIENTAL

O processo de apreensão e avaliação da qualidade do ambiente pelo usuário envolve duas etapas: a percepção e a cognição. A percepção caracteriza-se por ser o processo pelo qual o indivíduo obtém as informações do ambiente em que está inserido, estando relacionada à uma experiência imediata e dependente de estímulos multissensoriais, resultando da sensibilização provocada no observador pelos atributos morfológicos dos objetos. Já a cognição não envolve necessariamente um comportamento imediato e não necessita estar relacionada diretamente ao que está ocorrendo no espaço visualizado, ela implica na associação desses atributos a significados gerados, por exemplo, a partir da cultura, dos valores e da experiência prévia do indivíduo (OKAMOTO, 1996; REIS E LAY, 2006).

Segundo Okamoto (2002), a mente é seletiva e recebe estímulos do ambiente de acordo com o interesse e essa sensação leva a um comportamento. Logo, dois estímulos juntos geram o comportamento: o exterior, para sua adaptação ao mundo, e interior, o qual reage de acordo com sua interpretação da realidade.

Podemos entender a percepção já como uma atividade mental de elaboração que envolve uma atividade reflexiva, mas esta, como manifestação do espírito, não surge necessariamente de lógicas e princípios racionais. A percepção, elemento integrante da faculdade cognitiva das sensibilidades, ajusta e dá ordem e coerência às sensações, mas isto não implica que se submeta só às normas da razão. A percepção constrói um mundo qualificado através de valores, emoções, julgamentos. É capaz de produzir o sentimento, que é uma expressão sensível mais durável que a sensação, por ser mais contínua, que perdura mesmo sem a presença objetiva do estímulo. (PESAVENTO, 2007, p. 9).

O espaço deveria favorecer o comportamento harmonioso do homem mais do que apenas atender às suas necessidades básicas, como repousar, trabalhar, reproduzir-se, divertir-se e relaxar. A psicologia ambiental é utilizada a fim de compreender a interação pessoas-ambiente, pois sua meta é criar o ambiente perceptivo do homem para seu desenvolvimento adequado, utilizando uma linguagem ambiental.

As pessoas desenvolvem uma imagem ambiental dentro de um processo bilateral, selecionando, organizando e dando significados a tudo o que veem, sendo essa imagem um resultado individual da percepção do ambiente. Desse modo, a probabilidade de que essa imagem tenha um resultado mais aproximado aumenta conforme as pessoas estejam organizadas em grupos mais homogêneos (LYNCH, 1999, p.7)

A relação entre homem e espaço, no contexto do meio ambiente, tem sido objeto de questionamento para a formação do comportamento, pois homem é constituído de dois universos: um exterior, em constante processo de adaptação ao meio, e outro interior, cujo *letmotiv* se exterioriza em ações como resposta à interpretação dessa realidade (OKAMOTO, 2002).

Diante disso, essa investigação aborda as percepções do espaço e alguns dos fatores, como identificação, orientação e significado simbólico, para compreender como a falta desses fatores influenciam no comportamento e nas atitudes dos usuários das praças e parques públicos. Através da análise de como esses elementos físicos podem interferir na percepção do lugar, no seu uso e na função dos espaços públicos, busca-se variáveis físicas e simbólicas, as quais sejam favoráveis ao êxito do projeto.

2.4 OBSERVAÇÕES

Neste capítulo, abordaram-se questões relativas à importância de praças e parques para a população, da acessibilidade e do desenho universal. Além da importância vital para as cidades, as praças e parques revelam-se como importantes lugares de convívio social e para práticas de atividades físicas.

O paisagismo contemporâneo, em muitos países, já traz exemplos da inserção de parques voltados à acessibilidade. O Parque da Amizade, no Uruguai, é um exemplo de integração e acessibilidade, tendo em vista que conta com brinquedos acessíveis, sonoros, rampas que auxiliam e facilitam o acesso de todos ao parque, pisos e vegetação frutífera. O projeto do Superkilen abriga diversas culturas e conta com a participação popular para adquirir forma e conteúdo.

A percepção é indispensável em pesquisas sobre o planejamento do ambiente, pois permite avaliar diversas necessidades de diferentes grupos e culturas que desempenham funções e atividades distintas. É de fundamental importância

para que possamos compreender melhor as inter-relações entre homem e o ambiente, suas expectativas, necessidades, satisfações e insatisfações.

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados os métodos e as técnicas de pesquisa, assim como os aspectos relativos à operacionalização das variáveis do estudo. Primeiramente, é apresentado o objeto de estudo, com suas características, as razões da escolha e a delimitação da área a ser investigada. Em seguida, são apresentados os métodos para coleta, a análise de dados e considerações relativas ao trabalho de campo.

3.1 SELEÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO: PARQUE DOM ANTÔNIO ZATTERA

A cidade de Pelotas está localizada na região sul do Brasil, terceira maior cidade do Rio Grande do Sul, às margens do Canal São Gonçalo e, devido a sua proximidade com a Laguna dos Patos e com o Oceano Atlântico, possui um clima subtropical úmido. (CONCEIÇÃO et al., 2009).

Pelotas, apesar de apresentar 77 praças na sua estrutura, possui em poucas delas elementos que remetam à acessibilidade.

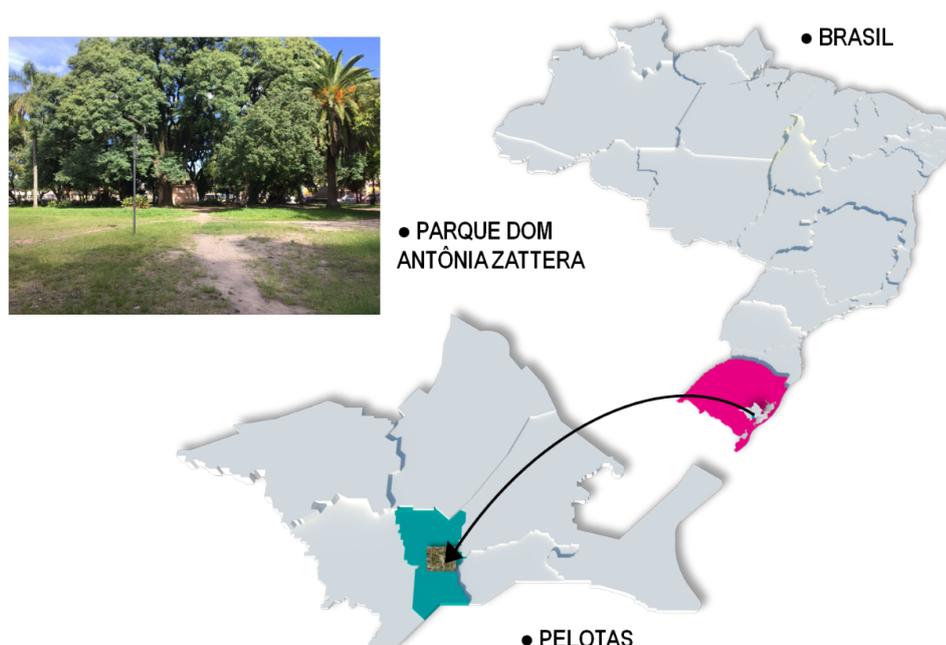


Figura 3.1: Mapa do Brasil, a localização da cidade de Pelotas e o Parque Dom Antônio Zattera.

Fonte: Autora, 2015

Segundo dados das famílias cadastradas no SIAB, Pelotas surge com um índice de casos de deficiência física acima da média nacional. Enquanto nos anos de 2003 até 2013 a média nacional oscilou entre 964 a 995 a cada 100 mil habitantes, a cidade de Pelotas registrou oscilações entre 1589 e 1716 casos. Registrando, assim, um índice bem mais alto que a média nacional.

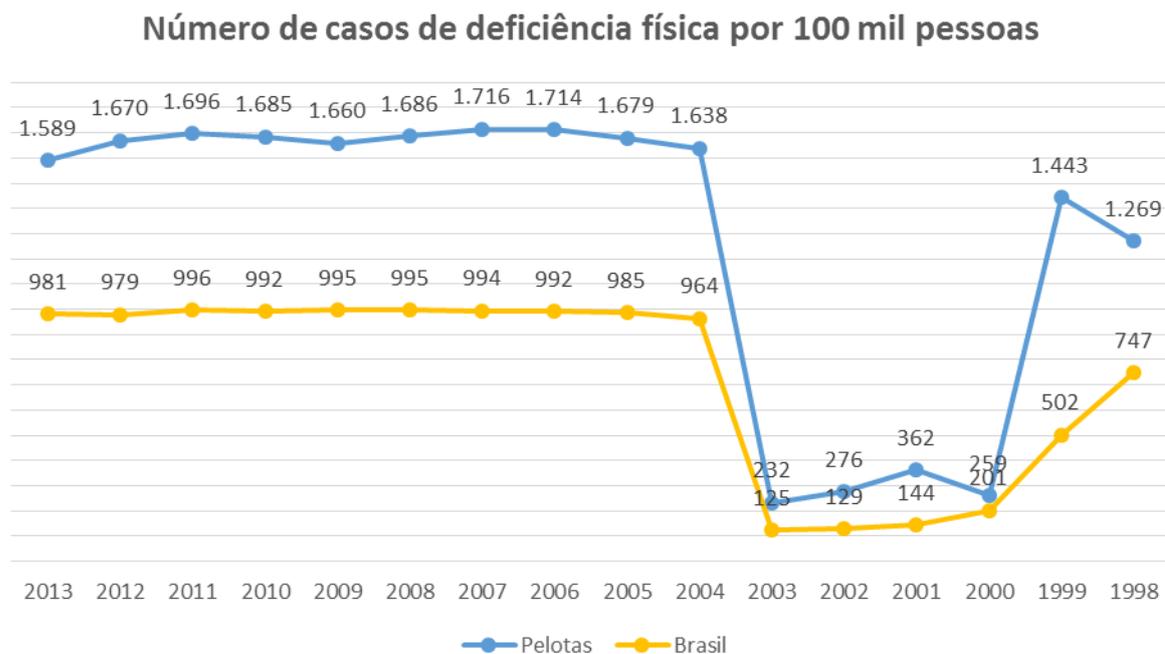


Figura 3.2: Gráfico do número de casos de deficiência física por 100 mil pessoas
Fonte: Autora, 2015.

O Parque Dom Antônio Zattera anteriormente era conhecido como Praça General Câmara e Praça Júlio de Castilhos. É o objeto de estudo deste trabalho, devido à sua importância social e cultural e por ser um dos maiores da cidade, englobando inúmeras atividades como espaços de lazer ativo playground (ver Figura 3.3).

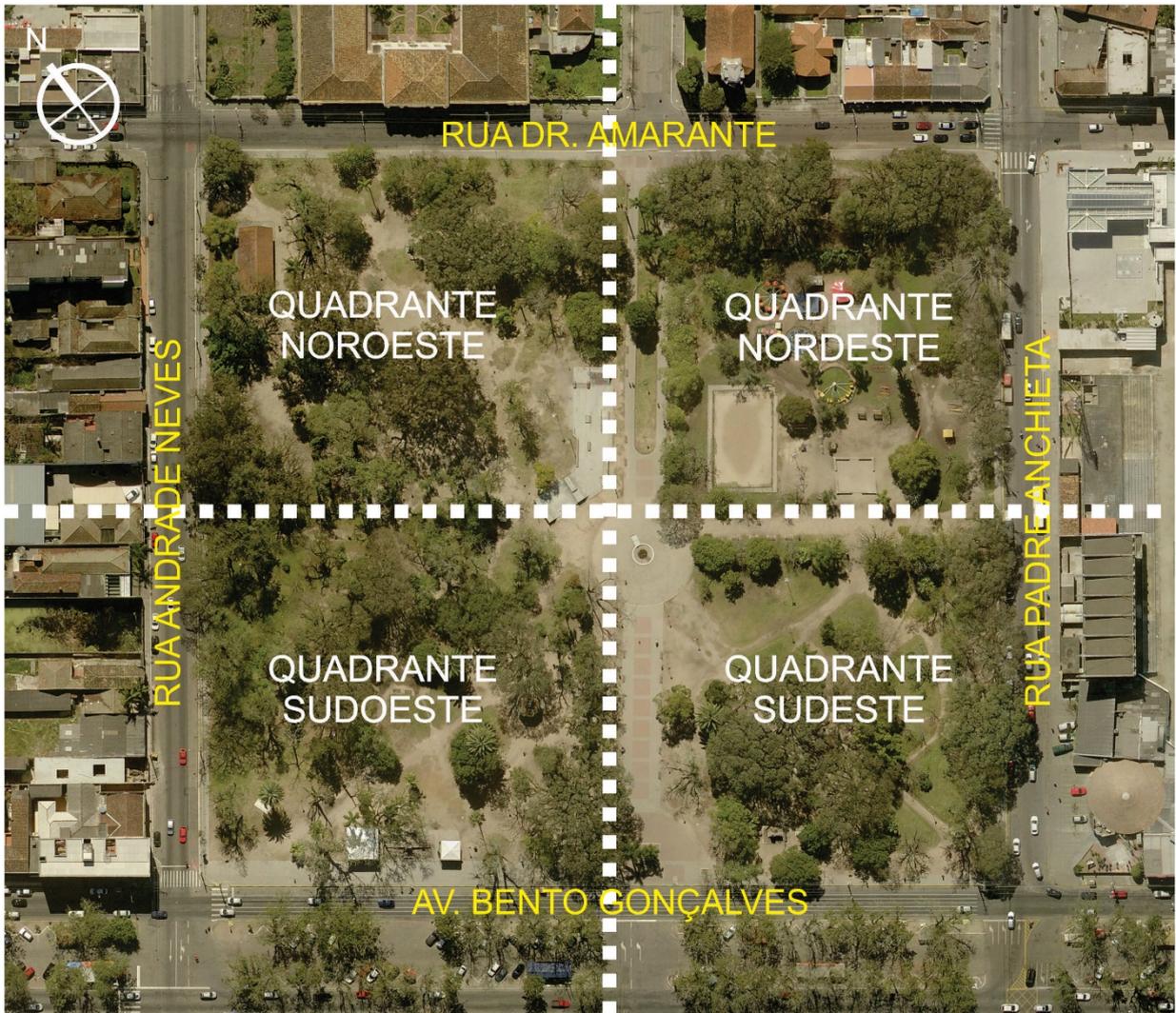


Figura 3.3: Parque Dom Antônio Zattera.
Fonte: Autora, 2015.

A escolha do parque Dom Antônio Zattera, para estudo de caso, deu-se em função de três critérios:

- (i) No interior do parque, localiza-se uma Escola de Educação Infantil com alunos de 4 a 5 anos, usuários de interesse para pesquisa (ver Figura 3.4);
- (ii) Em sua volta, na esquina da Rua Andrade Neves e Dr. Amarante, localiza-se um Lar de Idosos de Pelotas, outro local de usuários para pesquisa (ver Figura 3.5);
- (iii) A duas quadras do parque, situa-se uma escola que atende alunos com deficiência visual e motora (ver Figura 3.6);
- (iv) Passou por revitalizações nos anos de 2009, 2016 e 2017.



Figura 3.4: Escola de Ensino Infantil Ruth Blank
Fonte: Autora, 2015.



Figura 3.5: Lar de Idosos de Pelotas
Fonte: Autora, 2015.



Figura 3.6: Escola Louis Braille
Fonte: Autora, 2016.

O Parque Dom Antônio Zattera possui uma área de aproximadamente 36.402,00 m² (3,64 ha) e localiza-se na porção norte da cidade, sendo circundado pelas ruas Andrade Neves, Dr. Amarante, Padre Anchieta e Av. Bento Gonçalves.

Possui, no seu interior, no quadrante nordeste, a escola de Educação Infantil Ruth Blank, um parque de diversões (ver Figura 3.7) e o playground infantil (ver Figura 3.8).



Figura 3.7: Parque de Diversões
Fonte: Autora, 2015.



Figura 3.8: Playground Infantil
Fonte: Autora, 2015.

Já no quadrante noroeste, há a antiga sede dos escoteiros que hoje dá lugar à Academia Pelotense de Letras (ver Figura 3.9) e a quadra de skate (ver Figura 3.10).



Figura 3.9: Academia de Letras
Fonte: Autora, 2015.



Figura 3.10: Pista de Skate
Fonte: Autora, 2015.

No quadrante sudeste, localiza-se o banheiro feminino (ver Figura 3.11), junto a locais de lazer, como bancos e espaços para práticas de exercícios. No quadrante sudoeste, o banheiro masculino (ver Figura 3.12), juntamente com locais de descanso e o espaço cívico (ver Figura 3.13). Na parte central norte-sul, um longo calçadão com uma fonte localizada na parte central (ver Figura 3.14).



Figura 3.11: Banheiro Feminino
Fonte: Autora, 2015.



Figura 3.12: Banheiro Masculino
Fonte: Autora, 2015.



Figura 3.13: Espaço Cívico
Fonte: Autora, 2015.



Figura 3.14: Faixa Central norte-sul
Fonte: Autora, 2015.

3.1.1 O Entorno do Parque

O Parque possui no seu entorno uma gama diversificada de prédios, não só históricos como com finalidades de usos distintos. Na fachada da Rua Amarante, o Parque é rodeado por um prédio que ocupa toda extensão da Rua Andrade Neves até a Rua Quinze de Novembro, o qual abriga o Lar de Idosos (Quadra 1). Entre a Rua Quinze de Novembro e a Rua Padre Anchieta, encontra-se a Igreja São João, casas residências e algumas comerciais (Quadra 2). A fachada da Rua Padre Anchieta (Quadra 3) é formada pelo posto de gasolina do Guga, o prédio do Estádio da Boca do Lobo e a churrascaria Lobão. A fachada da Av. Bento Gonçalves (Quadra 4 e 5) é constituída, predominantemente, por estabelecimentos comerciais como a confeitaria Berola, bares, lojas de móveis, restaurante, farmácia e padaria.

Já a fachada da Rua Andrade Neves é constituída, basicamente, por prédios comerciais, edifícios e casas residenciais (Quadra 6).



1A

Quadra 1 - Rua Dr. Amarante



2A

2B

2C

2D

2E

2F

2G

Quadra 2 - Rua Dr. Amarante



3A

3B

Quadra 3 - Parte 1 - Rua Padre Anchieta



3B

3C

Quadra 3 - Parte 2 - Rua Padre Anchieta



4A

4B

4C

4D

4E

4F

4G

4H

4I

4J

4K

Quadra 4 - Avenida Bento Gonçalves



Figura 3.15: Montagens fachadas entorno Parque Dom Antônio Zattera
Fonte: Autora, 2015.

3.1.2 História do parque

Pelotas entrou para a história com a vinda da charqueada de José Pinto Martins, em 1780, a qual estimulou a criação de outras charqueadas, dando origem à povoação que marcaria o início da cidade. O primeiro loteamento que se formou em Pelotas foi onde atualmente encontra-se a Catedral São Francisco de Paula, vinte anos após a instalação da primeira charqueada na cidade. Era chamado de Freguesia São Francisco de Paula, em homenagem ao santo do dia da expulsão dos espanhóis.

Dom Antônio Zattera foi um religioso brasileiro, bispo da Diocese de Pelotas, que viveu entre 1899 e 1987. Foi muito importante para cidade e região sul do Estado do Rio Grande do Sul, principalmente, por ser o fundador da Universidade Católica de Pelotas. Devido à essa importância, recebeu como homenagem a nomeação do parque (PARADEDA, 2003).

Com as várias trocas de nomes, a praça tornou-se parque a partir do ano de 1980. Seus primeiros registros datam de 1873, sob a hipótese da instalação de um dos chafarizes trazidos da França, mas tal obra não ocorreu, sendo possível supor que esse seja um dos quatro chafarizes que vieram da França e que desapareceu. A instalação do chafariz não aconteceu, pois na época não havia água encanada no local. Esse serviço efetivou-se somente alguns anos após a instalação da caixa d'água, vinda da Escócia, na Praça Piratinino de Almeida, próxima ao local, em 1975 (MONQUELAT, 2015).

No parque, destaca-se o Altar da Pátria, um marco em granito contendo placas em bronze que exaltam aqueles que lutaram pela Pátria, e o marco em homenagem à Marinha do Brasil, também em bronze, com sua parte superior representada por uma roda de leme e o busto do Almirante Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré, militar rio-grandino e patrono da Marinha do Brasil.

No quadrante sudoeste da Praça, foi construído um banheiro para a época e um mictório, com lanternim oriental no alto do edifício de planta octogonal, cercado por canteiros (ver Figura 3.16). Atualmente, é utilizado como banheiro masculino e sua construção encontra-se em grau de descaracterização (ver Figura 3.12).

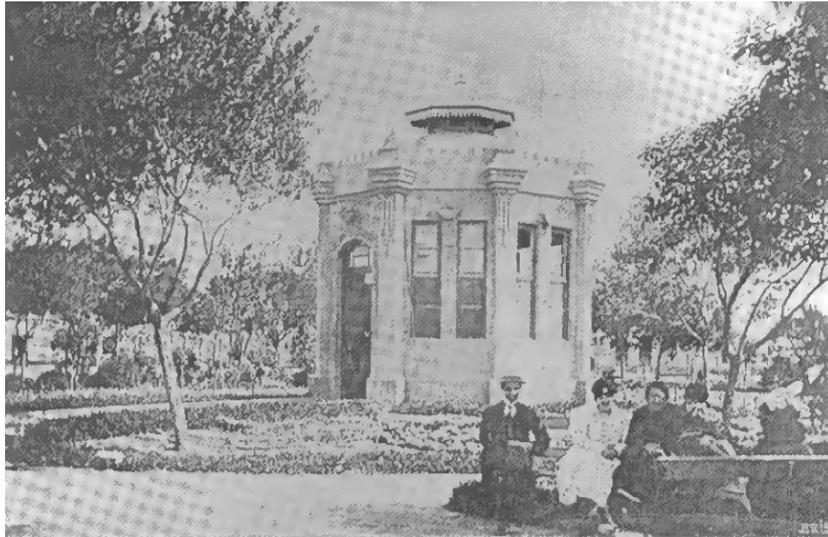


Figura 3.16: Lanternin Oriental 1920
Fonte: Álbum de Pelotas, 2010.

O local onde hoje situa-se o parque era rota de passagem para as Charqueadas e a história ainda registra que ali existiu um cemitério. Além das mudanças do nome ao longo dos anos, o parque sofreu modificações físicas e de zoneamento. O zoológico da época de 1990 desapareceu e o playground mudou várias vezes de lugar, antes localizava-se na parte central e sul do parque, foi realocado, em 2009, para a parte norte, perto da Escola Municipal Ruth Blank e hoje, no local, há apenas muralhas da estrutura (ver Figura 3.16). A antiga escola João Afonso, na esquina das ruas Andrade Neves e Amarante, abrigou o Movimento Bandeirante e, desde 2001, sedia à Academia Pelotense de Letras, por convênio com a Secretaria de Educação (PARADEDADA, 2003).



Figura 3.17: Estrutura da entrada do playground que antes era fechado
Fonte: Autora, 2015.

Em 2009, em sua última reforma (ver Figura 3.18), além das realocações, o projeto de iluminação e calçamento foi refeito, porém sem respeitar as diretrizes da norma NBR9050 (ABNT, 2015).



Figura 3.18: 3D Projeto de reforma

Fonte: Disponível em:

<<http://www.pelotas.com.br/noticia/noticia.htm?codnoticia=17137#>> Acesso em: 2016

A pavimentação só contou com a colocação de piso de alerta no entorno da praça, inviabilizando outros trajetos por pessoas com problemas de locomoção e visão. Bebedouros e outros locais do parque seguem sem acessibilidade para cadeirantes ou pessoas com dificuldades de visão.

No ano de 2016, o Parque, entre outras reformas, passou por processo de requalificação do seu passeio público, com uma verba no total de R\$35,688,00, financiada pela Prefeitura Municipal de Pelotas (ver Figura 3.19). As áreas da pavimentação (ver Figura 3.20) que estavam degradadas e com falta de ladrilho hidráulico foram consertadas. Entretanto, a qualificação das calçadas foi feita sem seguir as normas da NBR9050 (ABNT, 2015).



Figura 3.19: Placa informativa sobre a obra de recuperação do passeio
Fonte: Autora, 2016



Figura 3.20: Pavimentação recuperada
Fonte: Autora, 2016

Outra melhoria significativa no Parque foi a instalação de aparelhos de ginástica ao ar livre. O espaço está situado em uma área aberta atrás do monumento da cruz (ver Figura 3.21), em frente ao lar de idosos, e conta com 10 aparelhos disponibilizados para a população). Foi inaugurado em fevereiro de 2017, juntamente com mais 3 espaços na cidade (ver Anexo B).



Figura 3.21: Academia de ginástica ao ar livre
Fonte: Autora, 2017

A escola Ruth Blank (ver Figura 3.22) teve sua reforma finalizada no ano de 2017, foram feitas ampliações das salas para receber uma nova turma, cobertura do pátio utilizado para recreações, pintura do prédio e grades. Foram gastos o total de R\$540 mil e a obra foi executada pela empresa Villa Bela Engenharia Ltda (FARACO, 2017).



Figura 3.22: Escola Ruth Blank após a reforma
Fonte: Autora, 2017

3.2 MÉTODOS DE COLETAS DE DADOS

Nesta pesquisa, com a finalidade de analisar e conhecer o objeto de estudo de caso, O Parque Dom Antônio Zattera, utilizou-se como base para coleta de dados os quatro conceitos de Dischinger e Bins Ely (2006) Orientação, comunicação, deslocamento e uso, são adotados para atender aos objetivos deste estudo:

(i) Levantamento de arquivo: análise de fontes primárias e secundárias e análise dos projetos de requalificação já executados no parque.

(ii) Levantamento de campo: levantamento físico do objeto de estudo; mapas comportamentais; grupo focal com alunos da Escola Ruth Blank, moradores do Lar de Idosos e alunos da Escola Louis Braille; entrevistas com professores de educação física da escola Louis Braille e arquitetos da prefeitura, que atuaram nos processos de requalificação do parque; e entrevistas caminhadas com os alunos da Escola Louis Braille.

3.2.1 Levantamento de arquivo

Esta fase da pesquisa configura-se como o ponto de partida, pois abrange a busca por informações necessárias às atividades a serem desenvolvidas na segunda etapa. Foram pesquisadas fontes primárias e secundárias sobre a história do parque e projetos de requalificação já executados no local. Além disso, essa etapa serviu para a sistematização de informações em ambiente computacional, necessários ao desenvolvimento desta análise:

(i) Obtenção de informações sobre as características do parque a partir de plantas, fotos aéreas, imagens digitais disponibilizadas, jornais antigos com notícias do parque, fotos de acervo pessoal, bem como artigos e dissertações sobre o local.

3.2.2 Levantamento de campo

Os métodos adotados nesta pesquisa consistem em sete etapas, as quais abrangem distintas técnicas descritas a seguir:

3.2.2.1 Levantamento Físico e fotográfico

Esse método consiste na marcação em planta baixa dos elementos físicos presentes na área estudada, com objetivo de avaliar o ambiente. Nesta pesquisa, para identificação das características físicas do parque Dom Antônio Zattera, realizam-se observações *in loco*, as quais resultam em fotografias do mobiliário, postes de iluminação, lixeiras, bicicletários, monumentos, vegetação, canteiros e edificações presentes.

Para o levantamento físico (ver Figura 3.23 e 3.24), utilizou-se, inicialmente, a planta baixa existente no banco de dados da Prefeitura de Pelotas e foram acrescentadas novas informações devido à desatualização desses dados. Assim, foi criada uma planta base utilizada na elaboração dos mapas comportamentais. Através dessa planta, também foi elaborada a planta do levantamento físico e localização do mobiliário.

O levantamento fotográfico contou com levantamento dos espaços de lazer e monumentos (ver Apêndice A).

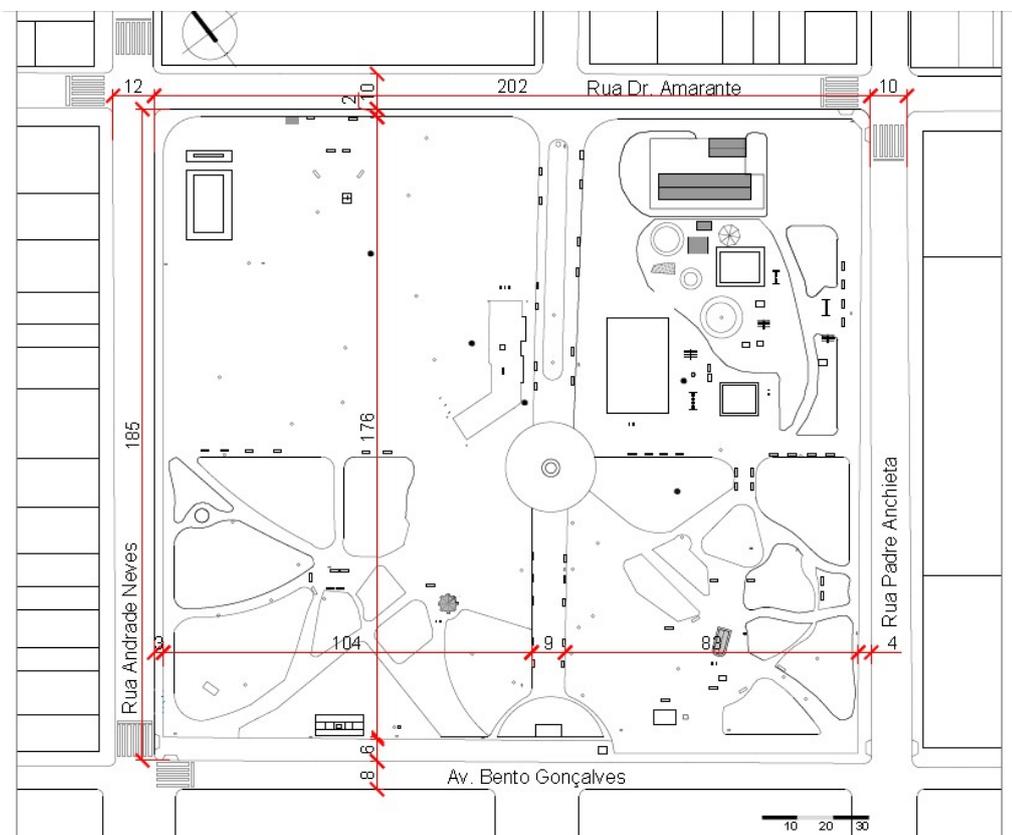


Figura 3.23: Levantamento físico Parque Dom Antônio Zattera
Fonte: Autora, 2015.



EQUIPAMENTOS

- | | | |
|---------------------------------|-------------------------------|-----------------------|
| 01 Escola Infantil Ruth Blanck | 05 Recreação infantil | 09 Espelho d'água |
| 02 Academia Pelotense de Letras | 06 Banheiro feminino | 10 Banheiro masculino |
| 03 Espaço Cívico | 07 Pista de Skate | 11 Parada de ônibus |
| 04 Quadra de esporte | 08 Espaço parque de diversões | 12 Orelhão |

LEGENDAS

- | | | |
|----------------------|----------------|-------------|
| ● poste de luz alto | ♣ bicicletário | ○ bebedouro |
| ○ poste de luz médio | □ banco | 8 lixeiras |

Figura 3.24: Levantamento físico Parque Dom Antônio Zattera
 Fonte: Autora, 2015.

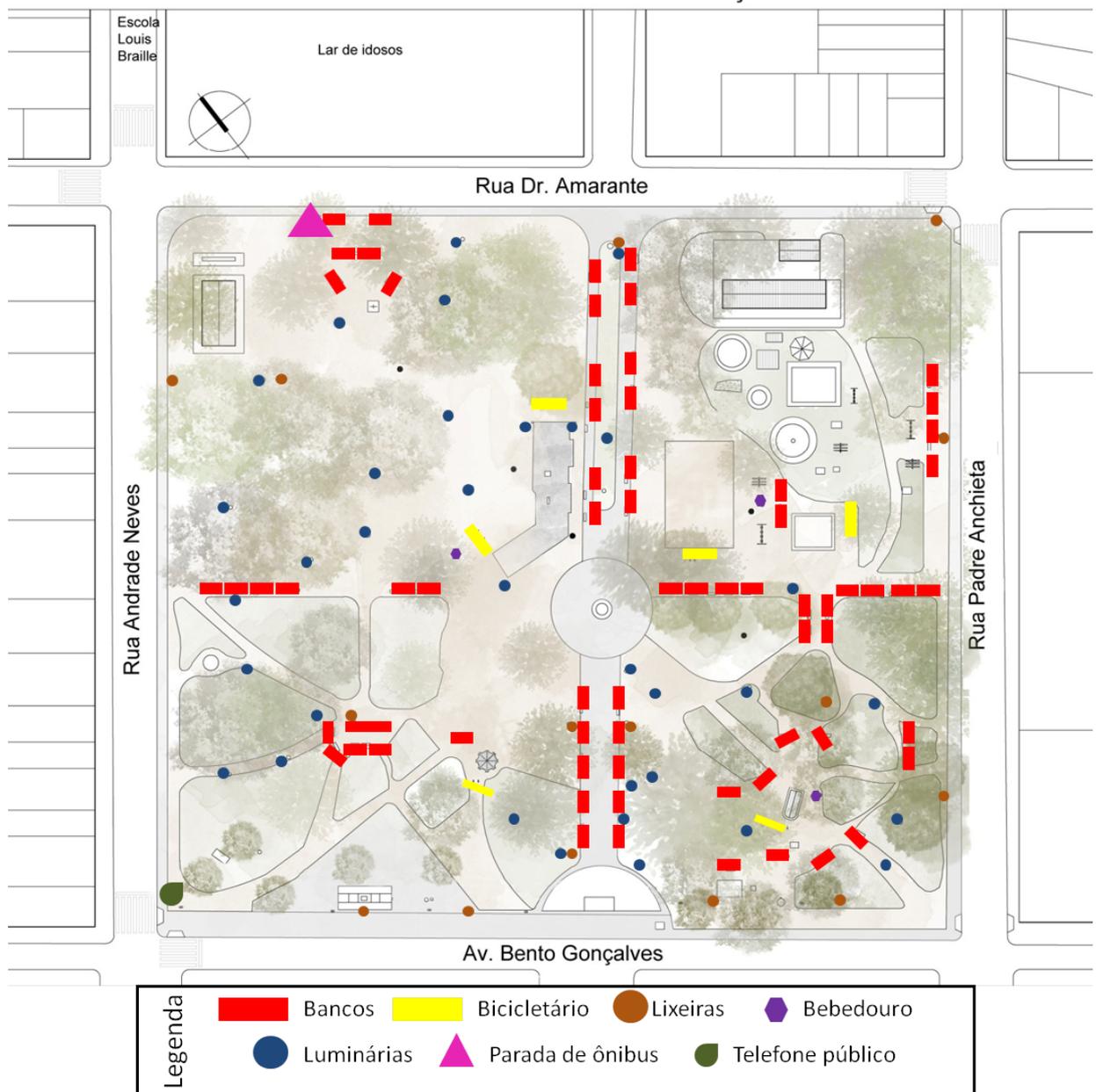


Figura 3.25: Levantamento do mobiliário do Parque Dom Antônio Zattera
Fonte: Autora, 2015.

No levantamento do mobiliário, foram mapeados um total de 70 bancos, sete bicicletários, 13 lixeiras, três bebedouros, 42 luminárias, uma parada de ônibus e um telefone público (ver Figura 3.26).



Figura 3.26: Mobiliário Parque Dom Antônio Zattera
Fonte: Autora, 2015.

Além dos espaços internos, através do levantamento fotográfico observa-se a presença de caminhoneiros que trabalham com frete no lado noroeste do parque, local reservado de segunda a sábado, das 7 as 20 horas, para referida atividade (ver Figura 3.27).



Figura 3.27: Espaço destinado ao estacionamento para prestadores de frete
Fonte: Autora, 2017

Outro uso do Parque é o local destinado à feira. Os lugares que são normalmente reservados a estacionamentos, faixa superior leste, norte e oeste, aos sábados, destina-se, exclusivamente, à realização de feira ao ar livre (ver Figura 3.28).



Figura 3.28: Feira no Parque Dom Antônio Zattera
Fonte: Autora, 2017

3.2.2.2 Mapa Comportamental

O mapa comportamental é uma aplicação especial de procedimento de observação, é um mapeamento de localização e gravação sistemática que ilustra onde e quais os comportamentos ocorrem e o que pode contrastar com o que foi planejado para o espaço (SOMMER; SOMMER, 2002, p 63).

Esses mapas foram feitos para acompanhar a localização e movimentação dos usuários dentro do espaço ao longo do tempo, observando rotas e padrões de caminhos dos ocupantes do espaço, para ajudar a definir zonas de diferentes comportamentos.

Os mapas comportamentais foram realizados para identificar o uso e a apropriação do espaço pelos usuários, considerando os seguintes critérios:

- (i) Os grupos de usuários presentes no parque;
- (ii) As atividades realizadas;
- (iii) A movimentação dos usuários, fluxo ir e vir;
- (iv) Concentração de usuários no local.

A partir dessas observações, criou-se um mapa com os lugares, atividades e usuários em maior e menor concentração no parque.

Os mapas comportamentais foram realizados no parque durante o verão, de novembro a dezembro de 2015, pois nessa estação o parque é mais utilizado pelos usuários; nos dias de semana, segunda, quarta e sexta, às 10, 16 e 18 horas; nos fins de semana, sábado e domingo, às 14, 16 e 18 horas, totalizando dez mapas comportamentais (ver Apêndice B). As observações foram efetuadas em dias e horários diversos, a fim de uma maior compreensão dos hábitos dos usuários e atividades que ocorrem no local. O trajeto empregado para realizar o mapa comportamental iniciou-se na esquina das ruas Padre Anchieta e Av. Bento Gonçalves, em direção à Rua Andrade Neves, circundando a praça no sentido horário. Após esse trajeto, realizou-se outro, num sentido de cruz, pelo meio da praça, no sentido Av. Bento Gonçalves e Rua Dr. Amarante e Rua Padre Anchieta e Rua Andrade Neves (ver Figura 3.29).

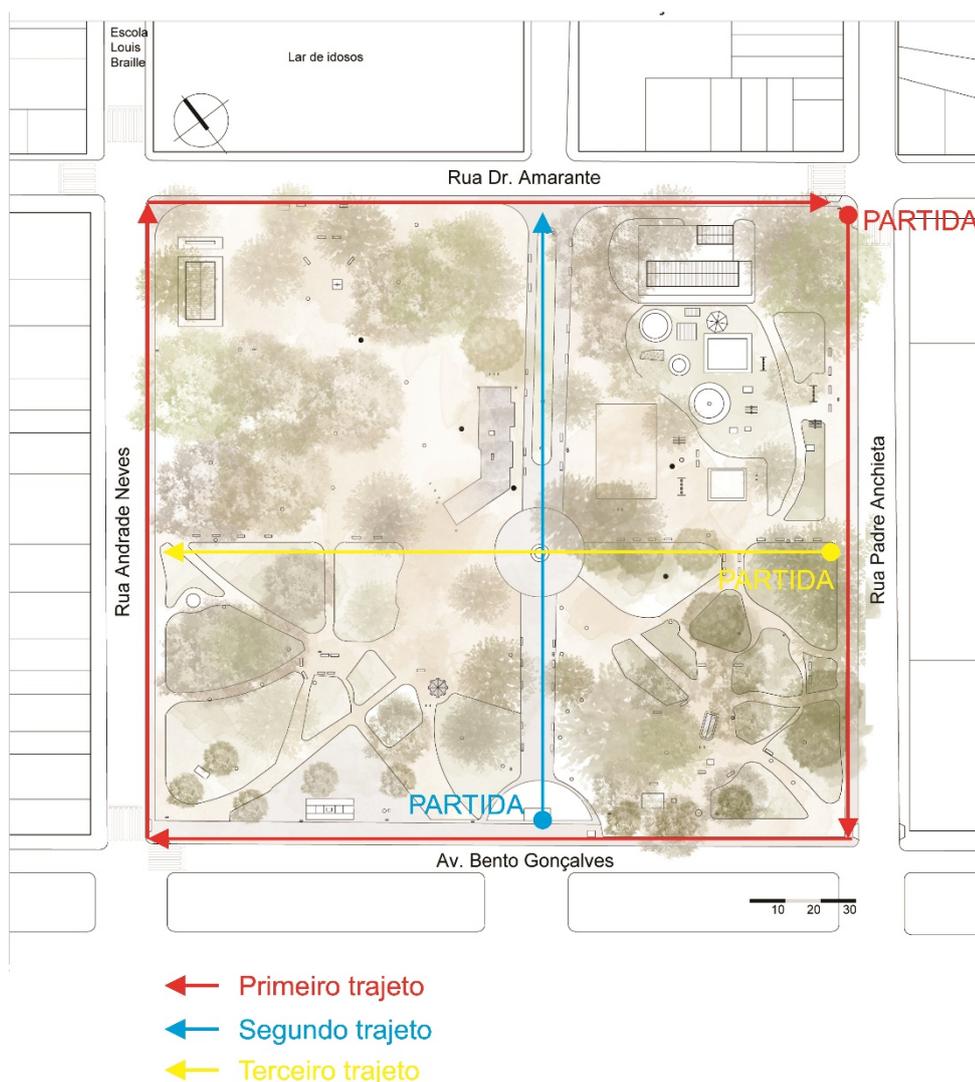


Figura 3.29: Caminho percorrido para realização do mapa comportamental.
Fonte: Autora, 2015.

Definiram-se legendas para organizar as direções e fluxo dos usuários. Os fluxos foram categorizados como pouco movimento (0-10 usuários), movimento frequente (11-30 usuários) e movimento intenso (mais que 30 usuários).

3.2.2.3 Grupo focal

Grupo focal é um método qualitativo usado de modo a complementar outros métodos. A aplicação da técnica permite uma grande coleta de dados em pequeno espaço de tempo. O grupo focal permite uma riqueza de flexibilidade de dados, geralmente não alcançados em um instrumento individual, ao mesmo tempo permite uma espontaneidade entre os participantes (FREITAS et al., 1998)

O grupo escolhido para essa conversa foi o dos alunos da Escola Louis Braille (ver Figura 3.30), já que estes costumam frequentar o parque durante atividades físicas da própria escola. Objetivando, com isso, compreender a percepção dos usuários em relação ao local.

O grupo focal com os alunos do Braille durou 25 minutos e foi realizado dia 04/08/2015, às 14 horas, com seis alunos e duas professoras. Foi questionado aos alunos se eles frequentavam o parque, quais as dificuldades que encontravam e que tipo de atividade praticavam (ver Apêndice D).



Figura 3.30: Grupo focal com os alunos da Escola Louis Braille
Fonte: Autora, 2015.

A atividade com as crianças da Escola Ruth Blank compreendeu uma conversa e um trabalho com desenhos, com o objetivo de investigar o imaginário delas em relação ao parque (ver Figura 3.31). Participaram da atividade 16 crianças e duas professoras, com a duração de uma hora e meia, sob a orientação de uma moderadora. Questionou-se, junto aos alunos, o que era a praça na visão deles, além do que havia dentro dela, como espaços e equipamentos. Os resultados foram feitos a partir de uma análise dos desenhos, acompanhados da descrição dada sobre eles pelas crianças (ver Apêndice I).



Figura 3.31: Grupo focal com os alunos da escola Ruth Blank
Fonte: Autora, 2015.

No Lar de Idosos, o mesmo método foi utilizado com 11 participantes de ambos os sexos, entre 60 e 90 anos. Foi aplicado, no dia 08/09/2015, em uma terça-feira, às 10 horas, com duração de aproximadamente 50 minutos. Foi perguntado aos participantes se eles utilizavam o parque e qual a percepção deles sobre o lugar. Questionou-se sobre as dificuldades encontradas para utilizar o espaço, o que achavam que faltava para o parque poder ser utilizado, se eles têm medo do local, se o utilizam sozinhos ou acompanhados, por que não utilizam, há quanto tempo moram no Lar de Idosos e se gostam da praça (ver Figura 3.32 e 3.33) (ver Apêndice E).



Figura 3.32: Grupo focal com os moradores do Lar de idosos de Pelotas
Fonte: Autora, 2015.



Figura 3.33: Moradores do Lar de idosos de Pelotas
Fonte: Autora, 2015.

3.2.2.4 Entrevistas semiestruturadas

Algumas vezes, mostra-se necessário desenvolver entrevistas semiestruturadas, nas quais os entrevistados respondem as mesmas perguntas, mas a ordem difere de uma pessoa para outra. Em alguns casos, muda-se a formulação das perguntas para atender melhor ao objetivo da entrevista. Esse método pode ser mais adequado para obtenção de informação e profundidade onde o entrevistador não se restringe a uma ordem pré-estruturada e permite que sejam feitas as mesmas perguntas a todos os entrevistados (SOMMER; SOMMER, 2002).

As entrevistas foram aplicadas com a funcionária da escola Ruth Blank (ver Apêndice H), com dois usuários com problemas de mobilidade (ver Apêndice F) e com o arquiteto da prefeitura responsável pelo projeto de revitalização do parque. As entrevistas com os usuários, com a funcionária da escola e o arquiteto foram transcritas e analisadas.

A entrevista com os usuários teve como finalidade a percepção e os problemas por eles enfrentados na utilização do parque. Durou cerca de 10 minutos e foi realizada no parque com dois correspondentes cadeirantes, sendo as perguntas: Quais as maiores dificuldades de utilizar o parque? Qual a frequência com que visitam o parque? O que os motiva a virem ao parque?

Por sua vez, a entrevista com a funcionária da escola Ruth Blank foi realizada a fim de conhecer a percepção dos funcionários acerca do parque, saber se o utilizavam nas atividades da escola, como se sentiam em relação à segurança do parque e à acessibilidade para os alunos com deficiência.

A entrevista com o arquiteto da prefeitura teve o objetivo de entender como os projetos de requalificação são pensados e projetados pelos arquitetos da prefeitura, se eles levam em consideração a NBR9050 (ABNT, 2015) e a opinião dos usuários e moradores do entorno. Com cerca de 1 hora e 30 minutos de duração, foram questionados quais os procedimentos metodológicos para realização de projetos de revitalização de parques na cidade de Pelotas, se o arquiteto tem ciência da norma NBR9050 (ABNT, 2015) e se pretendem aplicar a norma em futuros projetos (ver Apêndice J). Por fim, buscou-se estruturar a entrevista com os seguintes questionamentos: 1- Como os projetos de requalificação são pensados?; 2- Por que os projetos não contemplaram as diretrizes da NBR9050 (ABNT, 2015)?; 3- Quais os aspectos foram considerados para projeto?; 4- Algo que ficou marcado nos grupos focais e algumas entrevistas com os usuários foi a questão da segurança, como vocês trataram esse aspecto no projeto?; 5- Nos projetos, foi consultado os usuários do parque?

3.2.2.5 Questionários

O questionário é um método que permite a padronização de respostas, de modo que todos os respondentes são avaliados da mesma maneira, eliminando influências do pesquisador. Por ser um método anônimo, oferece maior transparência e sensibilidade nas respostas. Possui uma aplicação mais rápida e abrangente de público (SOMMER; SOMMER, 2002). Por essas características, os questionários foram escolhidos como método nessa pesquisa.

Neste estudo, esse método é empregado para investigar o grau de satisfação dos usuários em relação a questões de agradabilidade, segurança e conforto. Além disso, avaliam-se as atividades praticadas nesse local, as percepções sobre os caminhos do parque, a avaliação quanto à manutenção dos elementos da praça e a acessibilidade do local. Anota-se, ainda, se o respondente possui alguma deficiência.

O questionário foi aplicado *in loco*, visando a maior credibilidade deste instrumento. Foram aplicados 120 questionários, sendo que dois questionários foram descartados, pois não foi possível o término da aplicação, devido a compromissos dos respondentes (ver Apêndice F).

O questionário foi desenvolvido possuindo uma folha de rosto com a identificação da instituição, da pesquisa, contato dos pesquisadores e agradecimento de participação, contendo 27 perguntas, sendo 41 fechadas e 19 abertas, totalizando 60 variáveis. As perguntas abertas permitem aos entrevistados escreverem suas próprias respostas, já nas perguntas fechadas os entrevistados escolhem entre as alternativas existentes, fornecidas pelo pesquisador (SOMMER; SOMMER, 2002).

Entre as perguntas abertas, existem as de identificação em um mapa do parque, produzido no *Software SkechtUp*, impresso colorido. Em uma delas o respondente deveria marcar com X os melhores lugares para caminhar no parque e com um círculo o melhor lugar para atravessar a rua e chegar ao parque, justificando as suas respostas. Em outra, num mapa idêntico, deveria assinalar com X os piores lugares para caminhar no parque e com um círculo o lugar mais difícil de atravessar a rua e chegar ao parque, justificando as suas respostas. As perguntas abertas são utilizadas quando o pesquisador desconhece todas as respostas possíveis, quando a variedade de respostas é em um grande número e quando o pesquisador quer que as respostas sejam feitas com liberdade (SOMMER; SOMMER, 2002).

As perguntas fechadas, inicialmente, foram referentes à percepção dos usuários quanto ao parque, sobre a frequência e a utilização do mesmo. Posteriormente, as questões referiam-se aos caminhos e a mobilidade dos usuários, a avaliação dos elementos do parque (bancos, brinquedos da pracinha, pavimentação, grama, árvores, pista de skate e quadra poliesportiva) e perguntas relacionadas à proximidade de moradia ou trabalho do usuário e o modo como este dirige-se até o parque. Por fim, é feita perguntas a fim de caracterizar o respondente, como as condições físicas, idade e sexo. As respostas de múltipla escolha são utilizadas quando há um grande número de respondentes e para poder classificar e avaliar as respostas em termos de importância. (SOMMER; SOMMER, 2002).

Os questionários foram aplicados diretamente pela pesquisadora nas segundas, quartas e sextas-feiras e aos sábados e domingos, nos horários de maior movimento, das 14 as 18 horas, no mês de dezembro de 2015, nos usuários que exerciam alguma atividade ou apenas utilizavam o local como passagem (ver Apêndice G).

3.2.2.6 Entrevista caminhada

A entrevista caminhada é um método que pode ser definido como um percurso dialogado complementado por fotografias, croquis gerais e gravações de áudio e de vídeo, abrangendo todos os ambientes. Estes instrumentos servem para registrar todas as reações dos participantes em relação ao local e possibilita que o observador faça um registro e uma identificação dos aspectos positivos e negativos do local analisado (RHEINGANTZ, 2009).

Após a realização do grupo focal com os alunos do Louis Braille, com o qual se obteve poucos dados, devido às limitações dos participantes, realizou-se outra com a presença da professora de Educação Física da escola e mais quatro alunos do Louis Braille, em um passeio pelo Parque Dom Antônio Zattera (ver Figura 3.34). O passeio teve como percurso a saída da escola Louis Braille em direção ao parque, pela calçada da esquerda, passando pela frente do Hospital Miguel Piltcher e chegando ao Parque. O caminho percorrido foi conduzido pela professora, trajeto este percorrido todas as terças-feiras, quando utilizam o parque para atividade física dos alunos.



Figura 3.34: Passeio com alunos do Braille pelo Parque
Fonte: Autora, 2015.

O objetivo foi verificar quais as dificuldades que os deficientes visuais encontram não só no lugar , mas também no caminho entre a escola e o parque, as

dificuldades de uso e como eles percebem o local. O passeio durou 45 minutos e foi perguntado se eles gostavam de passar no parque, se utilizavam o banheiro, o playground, e quais as maiores dificuldades encontradas nesse local para a utilização desses itens.

3.3 ANÁLISE DE DADOS

Utilizou-se o levantamento de arquivo juntamente com levantamento físico, a fim de conhecer as mudanças que o parque sofreu com o passar dos anos. Os levantamentos físico e fotográfico foram transformados em mapas e darão suporte a outras metodologias. Os mapas comportamentais foram repassados para programa AUTOCAD, a fim de se sobrepor um a um e obter um mapa total, evidenciando os locais mais utilizados para atividade e locais de fluxo.

O Grupo Focal realizado com os idosos e os alunos do Louis Braille, bem como as entrevistas, foram transcritos para poder analisar as respostas, juntamente com os desenhos feitos pelas crianças e os questionários.

Esses dados foram registrados no programa estatístico SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*). Os dados são tabulados no SPSS e analisados quantitativamente, empregando testes não paramétricos, como frequências (verifica-se a distribuição de dados) e tabulações cruzadas (utilizados para cruzar duas variáveis). Na análise, os dados foram cruzados com a finalidade de se chegar a conclusões sobre os objetivos da pesquisa.

CAPÍTULO 4: RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados obtidos a partir da análise dos dados resultantes da aplicação dos diferentes métodos de coleta. Esses resultados estão organizados em quatro itens, os quais correspondem aos objetivos específicos desta dissertação (item 1.2.2). Sendo eles:

Objetivo específico 1: Avaliar as condições de acessibilidade no Parque Dom Antônio Zattera de acordo com a Norma NBR9050;

Objetivo específico 2: Identificar as percepções dos usuários sobre o Parque Dom Antônio Zattera;

Objetivo específico 3: Identificar as limitações dos grupos com problemas de mobilidade sobre o Parque Dom Antônio Zattera;

Objetivo específico 4: Identificar o comportamento dos usuários no local;

Objetivo específico 5: Identificar os fatores considerados pelos arquitetos do poder público na elaboração de projetos de praças e parques.

4.1 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE NO PARQUE DOM ANTÔNIO ZATTERA

Este item será utilizado para investigar os objetivos específicos 1 e 2, os quais correspondem em avaliar as condições de acessibilidade no Parque Dom Antônio Zattera, comparando com a NBR9050 (ABNT, 2015) e indicando soluções para o espaço.

4.1.1 Avaliação do Parque Dom Antônio Zattera através do levantamento físico, fotográfico e comparação com norma NBR9050 (ABNT, 2015).

No parque, através do levantamento físico e fotográfico, observaram-se inúmeras barreiras físicas e operacionais, como a falta de condições adequadas de mobilidade, de segurança e de conforto, que restringem a utilização de usuários com deficiência ou algum problema de mobilidade em inúmeras atividades. Isso impede a socialização, integração e lazer das pessoas com limitações. Mesmo após as várias

reformas no parque, percebe-se haver um desrespeito quanto à utilização da NBR9050 (ABNT, 2015), principalmente àquilo que remete à locomoção das pessoas em ambiente público de lazer. A NBR9050 (ABNT, 2015), no item 10.13.1, cita que parques, praças e locais turísticos, que possuam pavimentação, mobiliário ou equipamentos edificados ou montados, devem ser dotados de rotas acessíveis (ver Anexo A).

Constatou-se que o parque não possui mapa de localização - instrumento indispensável para usuários com alguma deficiência visual - que também serve de auxílio àqueles sem nenhuma deficiência, para se localizarem na praça e localizarem os locais do parque. As poucas placas que possui encontram-se em situação de degradação e abandono.

Por sua vez, o piso da área transitável não só possui áreas danificadas como, em sua maioria, não atende a todos os nichos de lazer e utilização desse local. O item 10.13.3, da NBR9050 (ABNT, 2015), especifica que em praças e em parques, o piso e as rotas devem atender às especificações contidas no item 6.3 (ver Anexo A). A falta de cumprimento dessas especificações acarreta o risco de os usuários machucarem-se e os exclui da participação das atividades no parque. Nos poucos locais em que o piso tátil de alerta foi aplicado, nota-se uma colocação de forma impensada, sem prévio planejamento. Já o de direcionamento, geralmente na cor vermelha, não é encontrado no parque.

As rampas - elementos indispensáveis nas esquinas para um melhor acesso de cadeirantes e pessoas com mobilidade - não se encontram em todos os locais necessários e, geralmente, não apresentam a inclinação e dimensionamento recomendados no item 6.6 da NBR9050 (ABNT, 2015) (ver Anexo A).

Diagnosticaram-se problemas de acesso e de utilização dos banheiros feminino e masculino. Além dos obstáculos para acessá-los, no interior nota-se o emprego de equipamentos que não fornecem conforto e segurança, como piso escorregadio e pia sem apoios. Além disso, o sanitário não possui dimensões, tampouco entrada exclusiva e duchas, como recomenda a norma NBR 9050, (ABNT, 2015) no item 7 (ver Anexo A).

Através do levantamento físico e fotográfico, organizou-se um quadro esquemático (ver tabela 4.1), em que se comparou a NBR9050 (ABNT, 2015), as imagens coletadas no parque, a avaliação do que é visto como ideal e de como deveria ser.

	O que a NBR 9050 (ABNT, 2015) determina:	Imagem dos elementos no Parque Dom Antônio Zattera	Situação dos elementos em comparação com a NBR9050	Sugestões
Orientação espacial	A sinalização deve estar disposta em locais acessíveis para pessoa em cadeira de rodas, com deficiência visual, entre outros usuários, de forma que possa ser compreendida por todos.		A sinalização existente no local é apenas visual e encontra-se em situação de má conservação.	A placa de sinalização deveria vir identificada não só com sinalização visual, mas com tátil e sonora, sendo possível, assim, compreensão por todos os usuários. Deve ser localizada, na medida do possível, na parte central do espaço público de lazer.
Pavimentação	Especifica que em praças e em parques, o piso e as rotas devem atender às especificações contidas no item 6.3 (ver Anexo A).		A pavimentação do parque, além de não apresentar a colocação correta do piso de alerta, apresenta inúmeros obstáculos aos usuários.	O parque deveria não só possuir o piso de alerta, como também o direcional. Uma pavimentação mais homogênea que facilite o caminhar, permitindo aos usuários acesso e utilização dos elementos e edificações dos espaços públicos de lazer.
Rampas	A Norma determina inclinação constante e não superior a 8,33% no sentido longitudinal da rampa central e na rampa das abas laterais. A largura mínima do rebaixamento é de 1,50 m.		As rampas, além de não possuírem as dimensões determinadas, apresentam péssimo estado de manutenção.	As rampas devem ser aplicadas em todas as situações de desnível e implantadas nas dimensões determinadas pela norma.

Banco	A Norma determina que os bancos e demais mobiliários devem ser acessíveis.		Alguns bancos encontram-se em locais de difícil acesso e não apresentam ergonomia confortável, por exemplo, para pessoas idosas.	Deveria situar-se em locais com pavimentação, piso de alerta e direcional. Ademais, os bancos deveriam apresentar ergonomia capaz de contemplar os diferentes tipos de usuários.
Lixeira	As lixeiras e demais mobiliários devem ser acessíveis.		As lixeiras encontram-se em locais sem acessibilidade, além de as alturas não satisfazem a acessibilidade e, por último, apresentam ergonomia pouco confortável à totalidade dos usuários.	As lixeiras deveriam apresentar abertura na parte superior e ser acompanhadas de pavimentação com sinalização tátil.
Playground	Os mobiliários e equipamentos edificadas ou montados devem ser acessíveis.		O playground apresenta problemas, tais como seu acesso por grupos com problemas de mobilidade.	O playground deveria localizar-se em local de fácil acesso e ter brinquedos que, além de acessíveis, estimulem a cognição e promovam a integração dos usuários.

Banheiros	<p>Os sanitários devem localizar-se em rotas acessíveis, próximos à circulação principal. Preferencialmente próximos ou integrados às demais instalações sanitárias e devem ser devidamente sinalizados</p>		<p>Problemas de acesso e de utilização dos banheiros feminino e masculino.</p>	<p>Os banheiros deveriam apresentar acesso com pavimentação e piso direcional, com fácil identificação, não só visual como tátil.</p>
	<p>Os sanitários devem atender dimensões mínimas.</p>		<p>O sanitário é totalmente inconsistente com o que determina a Norma.</p>	<p>Os banheiros deveriam possuir as dimensões mínimas exigidas na Norma, assim como barras, equipamentos e piso recomendado.</p>
	<p>Os lavatórios devem ser suspensos, por sua vez as torneiras de lavatórios devem ser acionadas por alavanca. Ainda, devem ser instaladas barras de apoio.</p>		<p>Equipamentos que não fornecem conforto e segurança, como piso escorregadio, além de não respeitarem o que preceitua a Norma.</p>	<p>Preliminarmente, necessita de piso direcional, antiderrapante, sinalização tátil e visual. Além de pia com altura acessível e, por fim, com barras de apoio.</p>

Bebedouro	A bica deve estar localizada no lado frontal do bebedouro e os controles devem estar localizados na frente.		Além do número evidentemente insuficiente para atender à demanda, nenhum dos bebedouros apresenta facilidade de acesso e não atende nenhuma das especificações da Norma.	O número de bebedouros deveria ser ampliado e sua disposição de forma preordenada com distâncias específicas. Além de ser instalado em locais de fácil acesso e com rotas acessíveis.
Pista de skate	A Norma determina que mobiliários, equipamentos edificados ou montados devem ser acessíveis.		A pista de skate encontra-se sem pavimentação de acesso, impossibilitando, assim, acesso de todos os usuários.	O acesso deveria ser feito através de uma pavimentação adequada e o espaço projetado com o intuito de ser utilizado por todos os usuários que assim desejarem.
Estacionamento	A Norma não prevê estacionamento em vias públicas. Porém, o Estatuto da pessoa com deficiência determina que “devem ser reservadas vagas próximas aos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoa com deficiência com comprometimento de mobilidade”.		Não há vagas destinadas a pessoas com problema de mobilidade.	Deveria haver, pelo menos, uma vaga destinada a pessoas com problemas de mobilidade em cada setor da praça, totalizando um total de quatro vagas acessíveis.

Tabela 4.1: Avaliação dos equipamentos e espaço
Fonte: Autora, 2015.

4.1.2 Levantamento dos usos no entorno

O mapa de usos do entorno apresenta 45 lotes voltados para praça. Desses lotes, 32 são de uso comercial (72,5%), 12 de uso residencial (27%), dois (0,25%) de uso misto e dois (0,25%) de usos institucional, revelando que a área de estudo tem caráter comercial, com destaque para atividades de comércio e residencial (ver Figura 4.1). Esses dados indicam que há um grande número de atividades e grande rotatividade de pessoas concentrados no entorno do Parque Dom Antônio Zattera, verificando que é uma zona mista, porém com predominância de comércio e serviços.

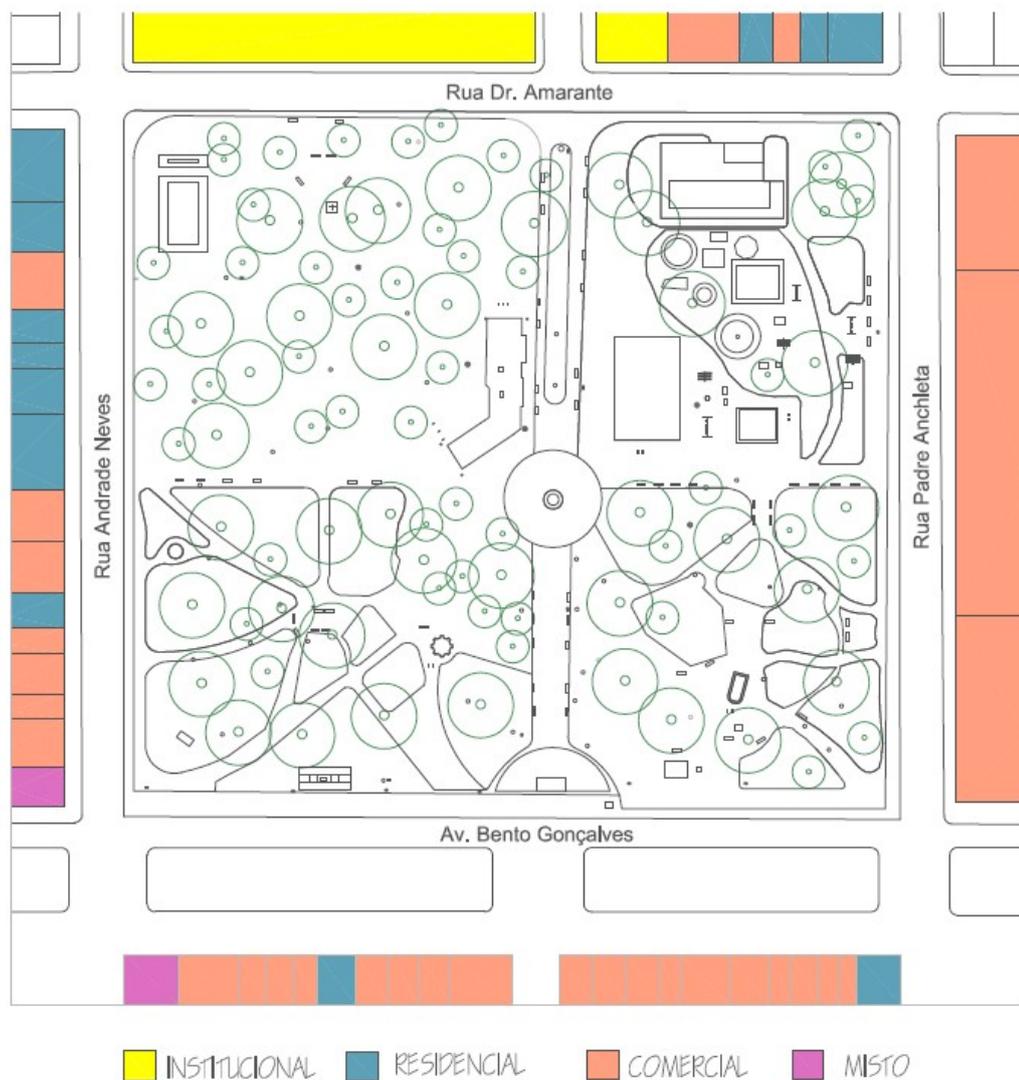


Figura 4.1: Mapa de Usos
Fonte: Autora, 2017

Como citado no capítulo 2, item 2.2.2, o sucesso ou fracasso de parques depende do tipo de uso do solo existente ao seu redor. Diversidade de usos e de pessoas no entorno geram diferentes necessidades e horários de utilização, que, por sua vez, auxiliam o parque a ser usufruído em diferentes horas do dia e da noite. A localização, no contexto mais amplo, também é essencial.

A fachada da rua Anchieta, composta pelo posto de gasolina, estádio Boca do Lobo e a Churrascaria Lobão, apresentam poucas janelas para rua, juntamente com a fachada da rua Dr. Amarante, Lar de idosos, Igreja e alguns prédios comerciais e poucos residenciais, diminuem os olhos na rua, podendo dar a sensação de insegurança aos usuários, pois, além de poucas janelas, elas funcionam apenas em horários específicos.

4.2 PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS ACERCA DO PARQUE DOM ANTÔNIO ZATTERA.

Este item será utilizado para avaliar a relação entre o número de usuários com problemas de mobilidade e sem deficiência e avaliar a percepção dos usuários quanto ao parque. Apresentará, também, dados provenientes dos questionários (ver questionário no Apêndice G).

4.2.1 A relação entre usuários com problemas de mobilidade e sem limitações e sua percepção do parque

A partir da análise de frequência das perguntas “27. Condições físicas do correspondente?” e “27.1. Qual o problema de mobilidade?” (ver tabela 4.2 e 4.3), constatou-se que a maioria dos usuários (80,5%) não apresentam problemas de mobilidade e, por sua vez, 9,3% são obesos, 5,9% idosos, 1,7% cadeirantes e 0,8% cegos. Isso demonstra a baixa representatividade de usuários com deficiência no parque.

Tabela 4.2- Frequência da pergunta 27. Condições físicas do correspondente?

	Percentual	Frequência
Sem problemas de mobilidade	80,5%	95
Com problemas de mobilidade	19,5%	23

Fonte: Autora, 2016.

Tabela 4.3- Frequência da pergunta 27.1 Qual o problema de mobilidade?

	Percentual	Frequência
Cadeirante	1,7%	2
Cego	0,8%	1
Idoso	5,9%	7
Obeso	9,3%	11
Carrinho de bebê	1,7%	2

Fonte: Autora, 2016.

Através da frequência das perguntas “O que você acha da praça 1A- Agradabilidade, 1C- Conforto” (ver Tabela 4.4 e 4.5), as respostas mostram que os usuários avaliam o espaço positivamente, sendo a sua maioria 80,5% de pessoas sem quaisquer problemas de mobilidade, ou seja, grande parte dos usuários não possuem problemas físicos ou motores, sendo, assim, alheios às dificuldades de outros grupos.

Tabela 4.4- Frequência da pergunta 1A. O que você acha da praça?

	Percentual	Frequência
Muito agradável, agradável	81,2%	97
Nem agradável, nem desagradável	11,0%	13
Desagradável, Muito desagradável	6,8%	8

Fonte: Autora, 2016.

Tabela 4.5- Frequência da pergunta 1B. O que você acha da praça?

	Percentual	Frequência
Muito segura, Segura	25,4%	30
Nem segura, nem insegura.	17,8%	21
Pouco segura, Insegura	55,9%	66

Fonte: Autora, 2016.

Tabela 4.6- Frequência da pergunta 1C. O que você acha da praça?

	Percentual	Frequência
Muito confortável, Confortável	59,2%	70
Nem confortável, nem desconfortável.	22,0%	26
Pouco confortável, Desconfortável	17,8%	21

Fonte: Autora, 2016.

Através da frequência das perguntas “1A. O que você acha da praça? (Agradabilidade)”, “1B. O que você acha da praça? (Segurança)” e “1C. O que você acha da praça? (Conforto)” (ver Tabela 4.6), observa-se que o maior grau de satisfação é referente à agradabilidade, pois 81,2% dos usuários classificam o parque como muito agradável e agradável, seguido da confortabilidade, onde 59,2% dos usuários percebem o parque como muito confortável e confortável. A pergunta referente à segurança é a que demonstra maior grau de insatisfação, onde 55,9% dos usuários classificam a praça como pouco segura e insegura. Confirmando, assim, os relatos dos grupos focais: idosos, alunos do Louis Braille e alunos da Escola Ruth Blank, os quais apontaram como principal motivo da falta de uso do Parque a insegurança que sentem quanto ao local.

4.2.2 Apropriação do espaço e manutenção

Analisando as respostas da pergunta “2. Com que frequência você vem a praça?”, sobre o uso do parque, 48,3% dos correspondentes têm baixa frequência de uso (de 1 a 3 vezes por mês) e 33,9% têm média frequência (de 1 a 2 vezes por semana), enquanto apenas 11,9% responderam que utilizam o parque todos os dias ou 3 vezes na semana. Sobre a pergunta 19. “Você mora ou trabalha perto da praça?”, 64% dos correspondentes não moram ou trabalham perto da praça. Essas tabelas corroboram com o que afirma Alexander (2013): o usuário tende a usar mais as praças quando a distância da sua casa e da praça não ultrapassa duas ou três quadras, após essa distância, seu uso cai radicalmente. Sendo assim, as pessoas que moram nessa distância possuem uma alta frequência nos espaços de lazer.

Tabela 4.7: Frequência da pergunta 2. Com que frequência você vem a praça?

	Percentual	Frequência
Alta (Todos os dias/3 vezes ou mais por semana)	11,9 %	14
Média (de 1 a 2 vezes por semana)	33,9%	40
Baixa (de 1 a 3 vezes por mês)	48,3%	57

Fonte: Autora, 2016.

Tabela 4.8: Frequência da pergunta 19. Você mora ou trabalha perto da praça?

	Percentual	Frequência
Sim	35,6%	42
Não	64%	72

Fonte: Autora, 2016.

Na tabela a seguir, foi descrita a Tabulação cruzada entre as variáveis: “Você utiliza a praça sozinho ou acompanhado?” e o sexo dos respondentes. Sendo observado um número significativamente baixo de mulheres que utilizam o parque sozinhas (12,5%), comparado ao número de homens (40,74%). A maioria dos respondentes, quando perguntados sobre qual fator influencia a utilizar o parque sozinho ou acompanhado, responderam os seguintes fatores: segurança e local de convívio familiar.

Tabela 4.9: Tabulação cruzada das perguntas 23 “Você utiliza a praça sozinho ou acompanhado?” e pergunta 29 “Sexo dos respondentes”

	Feminino	Masculino	Total
Sozinho	8 (12,5%)	22 (40,74%)	30 (25,42%)
Acompanhado	56 (87,5 %)	32 (59,26%)	88 (74,58%)
Total	64 (100%)	54 (100%)	118 (100%)

Fonte: Autora, 2016.

Analisando a frequência da pergunta 4 “O que você vem fazer na praça?” (ver Tabela 4.10), 36% dos usuários utilizam a praça para trazer crianças para brincarem, 22% utilizam o local para conversar com os amigos, 5,9% para trazer criança para brincar na pracinha e conversar com amigos, 5,9% para ficar de

bobeira e conversar com os amigos, 5,1% para andar de skate e 4,2% para ficar de bobeira sozinho.

Tabela 4.10 - Frequência da pergunta 4. “O que você vem fazer na praça?”

	Percentual	Frequência
Trazer criança para brincar na pracinha	30,5%	36
Conversar com amigos	22%	26
Trazer criança para brincar na pracinha + conversar com amigos	5,9%	7
Ficar de bobeira + conversar com os amigos	5,9%	7
Skate	5,1%	6
Ficar de bobeira sozinho	4,2%	5

Fonte: Autora, 2016.

Como citado no item 2.6, a manutenção do espaço público é um fator importante para atrair os usuários, a quadra poliesportiva, pouco utilizada, além de apresentar falta de manutenção, não possui uma drenagem necessária, fazendo assim com que o espaço fique sem uso nos dias de chuva, até que a drenagem natural da quadra absorva a água.

Tabela 4.11: Grau de satisfação quanto à manutenção dos equipamentos

	Manutenção Satisfatória	Manutenção nem Satisfatória, nem insatisfatória	Manutenção Insatisfatória
Bancos	62,7 %	21,2 %	16,1 %
Brinquedos da pracinha	41,5%	33,1 %	25,5%
Pavimentação	49,2 %	27,1%	23,8%
Grama	41,5%	18,6%	39,9%
Árvores	72%	10,2%	17,8%
Pista de Skate	48,3%	26,3%	25,4%
Quadra poliesportiva	30,5%	33,1%	35,6%

Fonte: Autora, 2015.

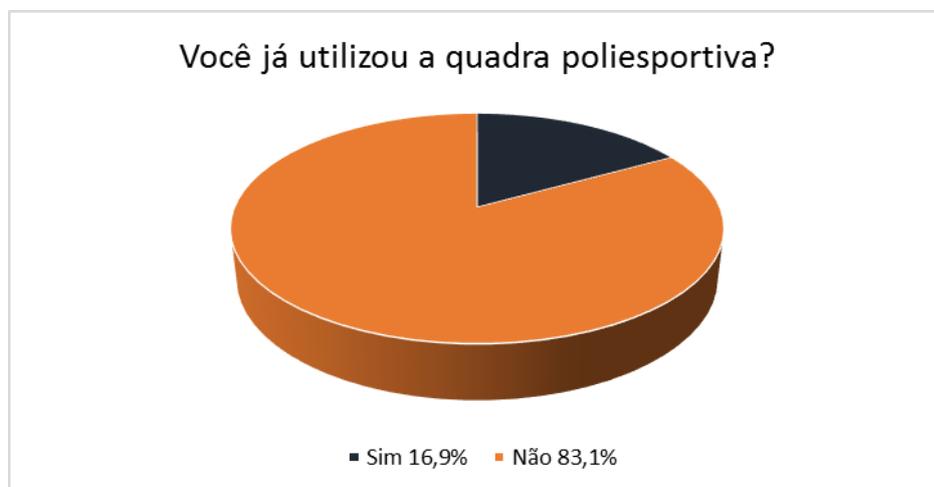


Figura 4.2 Frequência do uso da quadra poliesportiva?
Fonte: Autora, 2015.

4.2.3 Conforto no caminhar

Analisando as tabelas de frequência das perguntas 25. “Aponte a melhor coisa que tem na praça e ajuda você a caminhar” (ver Tabela 4.12), a natureza é apontada por 22,9% dos usuários, seguida da pavimentação 20,3%, lugar grande 7,6%, ambiente 6,8%, brinquedos 5,9%, guarda 5,1%, caminho central 4,2% e a pista de skate por 4,2%. Mostrando a importância desses itens para a população.

Tabela 4.12: Frequência da pergunta 25. Aponte a melhor coisa que tem na praça e ajuda você a caminhar

	Percentual	Frequência
Natureza	22,9%	27
Pavimentação	20,3%	24
Lugar grande	7,6%	9
Ambiente	6,8%	8
Brinquedos	5,9%	7
Guarda	5,1%	6
Caminho central	4,2%	5
Pista de skate	4,2%	5

Fonte: Autora, 2016.

Observando a frequência da pergunta 15. “Marque no mapa abaixo com um X os melhores lugares para caminhar na praça” (ver Tabela 4.13), a faixa central norte e sul é pontada por 55,1% dos usuários, a volta da praça por 8,5%, sul da faixa central 7,6% e o canteiro nordeste por 5,9% (ver Figura 4.3).

Tabela 4.13: Frequência da pergunta 15. “Marque no mapa abaixo com um X os melhores lugares para caminhar na praça”

	Percentual	Frequência
Faixa central norte e sul	55,1%	65
Volta da praça	8,5%	10
Sul da faixa central	7,6%	9
Canteiro Nordeste	5,9%	7

Fonte: Autora, 2015.



Figura 4.3 Lugares apontados como melhores lugares para caminhar em ordem decrescente
Fonte: Autora, 2015.

Na frequência da pergunta 15.1 “Por que?” (ver Tabela 4.14) a pavimentação surge como item mais citado (23,7%), depois os caminhos abertos 10,2%, maior atividade 9,3% e segurança 5,9% (aspectos ligados à segurança citados no item 2.6). Esses dados indicam que a natureza, pavimentação e segurança são

apontados como fatores que proporcionam o conforto dos usuários ao caminharem pelo parque.

Tabela 4.14: Frequência da pergunta 15.1 “Por quê?”

	Percentual	Frequência
Pavimentação	23,7%	28
Caminhos abertos e amplos	10,2%	12
Maior atividade	9,3%	11
Segurança	5,9%	7

Fonte: Autora, 2015.

Quando perguntados sobre os piores lugares na praça para caminhar, os usuários (ver Tabela 4.15) apontaram com 32,2% o quadrante noroeste, 19,5% interior dos canteiros, 12,7% quadrante sudeste e sudoeste, 10,2% quadrante noroeste e 4,2% a faixa central leste e oeste. Quando questionado o Porquê? (ver Tabela 4.16), a insegurança apareceu em 16,9% das respostas, pouca ou sem pavimentação em 13% e pouco movimento em 6,8% (ver Figura 4.4).

Tabela 4.15: Frequência da pergunta 17. “Marque com X os piores lugares na praça para caminhar”

	Porcentual	Frequência
1- Quadrante noroeste	32,2%	38
2-Interior dos canteiros	19,5%	23
3-Quadrante sudeste e sudoeste	12,7%	15
4-Quadrante nordeste	10,2%	12
5- Faixa central leste e oeste	4,2%	5

Fonte: Autora, 2016.



- Quadrante noroeste
- Faixa central leste oeste
- Quadrante sudeste e sudoeste
- Quadrante nordeste
- Interior dos canteiros

Figura 4.4 Lugares apontados como melhores lugares para caminhar em ordem decrescente
Fonte: Autora, 2015.

Tabela 4.16: Frequência da pergunta 17.1. “Por quê?”

	Porcentual	Frequência
Insegurança	16,9%	20
Pouco ou sem pavimentação	13%	11
Pouco movimento	6,8%	8

Fonte: Autora, 2016.

A NBR9050 (ABNT, 2015) define como rota acessível: trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos ou internos de espaços e edificações e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência. A rota acessível externa pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, rampas, etc. A rota acessível interna pode incorporar corredores, pisos, rampas,

escadas, elevadores, etc; analisa-se, assim, os acessos da praça quanto aos locais de mais fácil acesso.

4.2.4 Acesso ao Parque

Os lugares mais citados como fáceis para atravessar e acessar o parque são, segundo os usuários: Esquina Av. Bento Gonçalves e Andrade Neves do lado da praça (35,6%), Rua Amarante (18,6%), Meio da quadra Av. Bento Gonçalves (14,4%), Esquina Amarante e Andrade Neves pela praça (11,0%) e Esquina Av. Bento Gonçalves e Padre (9,3%) (ver Figura 4.5).

Tabela 4.17: Frequência da pergunta 16. “Marque no mapa abaixo com um CIRCULO o lugar mais fácil para atravessar a rua e chegar na praça”

	Percentual	Frequência
1-Esquina Av. Bento Gonçalves e Andrade Neves do lado da praça	35,6%	42
2-Rua Amarante	18,6%	22
3-Meio da quadra Av. Bento Gonçalves	14,4%	17
4-Esquina Amarante e Andrade Neves pela praça	11,0%	13
5-Esquina Av. Bento Gonçalves e Padre	9,3%	11

Fonte: Autora, 2015.



Figura 4.5: Locais apontados como os mais fáceis de se atravessar para chegar no Parque, em ordem crescente.

Fonte: Autora, 2015.

Analisando a frequência da pergunta 16.1 “Por quê?” (ver Tabela 4.18), a sinaleira é apontada por 14,4% dos respondentes, os caminhos usuais por 12,7%, a faixa de segurança por 11,9%, a pouca movimentação 7,6% e a proximidade por 4,2%. A importância da sinaleira e da faixa de segurança está relacionada à segurança do trânsito de veículos. No caminho entre a escola Louis Braille e o parque não se encontra faixa de pedestres nas ruas do trajeto, inviabilizando e dificultando, assim, um maior uso e aproveitamento por parte dos alunos do espaço. Sendo assim, não só o ambiente exerce um papel fundamental na sociedade, mas também o trajeto conector, uma vez que tem o poder de facilitar ou de impedir o uso dos locais no cotidiano dos cidadãos. Ao projetar o espaço para que seja um ambiente confortável, garante-se, sem nenhuma forma de discriminação, o direito de igualdade, estabelecido pela Constituição Federal de 1988.

Tabela 4.18: Frequência da pergunta 16.1 “Por quê?”

	Percentual	Frequência
Sinaleira	14,4%	17
Caminho usual	12,7%	15
Faixa de segurança	11,9%	14
Pouco movimento	7,6%	9
Proximidade	4,2%	5

Fonte: Autora, 2015.

Quando questionados sobre o que mais atrapalha o caminhar dos usuários, a maioria (21,2%) revela que não existem elementos que atrapalhem o caminhar, seguido do item insegurança (20,3%) e falta de pavimentação (1,6%) (ver Tabela 4.19).

Tabela 4.19: Frequência da pergunta 26. “Aponte a pior coisa que tem na praça e atrapalha seu caminhar”

	Percentual	Frequência
Não tem	21,2%	25
Insegurança	20,3%	24
Falta de pavimentação	18,6%	22
Iluminação	6,8%	8
Raízes e transito de bicicleta	5,1%	6
Transito de bicicletas ou skate	4,2%	5
Mendigos	4,2%	5

Fonte: Autora, 2016.

Quando questionados sobre o lugar mais difícil de atravessar a rua e chegar na praça, os respondentes apontaram com 20,3% a Esquina Av. Bento Gonçalves e Padre Anchieta pelo lado do Lobão, com 12,7% a Av. Bento Gonçalves, 9,3%, o meio da quadra Rua Andrade Neves, 9,3% a esquina Andrade Neves e Dr. Amarante, 7,6% Meio da quadra da praça pela Av. Bento Gonçalves e 7,6% o meio da quadra Rua Dr. Amarante (ver Tabela 4.20) (ver Figura 4.6).

Tabela 4.20: Frequência da pergunta 18. “Marque mapa abaixo com um CIRCULO o lugar mais difícil para atravessar a rua e chegar na praça?”

	Porcentual	Frequência
1- Esquina Av. Bento Gonçalves e Padre Anchieta pelo lado do Lobão	20,3%	24
2-Av. Bento Gonçalves	12,7%	15
3-Meio da quadra Rua Andrade Neves	9,3%	11
4-Esquina Andrade Neves e Dr. Amarante	9,3%	11
5-Meio da quadra da praça pela Av. Bento Gonçalves	7,6%	9
6-Meio da quadra Rua Dr. Amarante	7,6%	9

Fonte: Autora, 2015.



Figura 4.6: Locais apontados como os mais difíceis de se atravessar para chegar no Parque, em ordem crescente.

Fonte: Autora, 2015.

Apontados como elementos de falta de conforto ao cesso do parque, foram citados os seguintes itens: tráfego intenso, insegurança, falta da faixa de pedestres, pouco movimento (ver Tabela 4.21).

Tabela 4.21: Frequência da pergunta 18.1 “Por quê?”

	Porcentual	Frequência
Tráfego intenso	24,6%	29
Insegurança	11%	13
Falta faixa de pedestre	5,9%	7
Pouco movimento	2,5%	3
Gosta de tudo	2,5%	3
Mais obstáculos	2,5%	3

Fonte: Autora, 2015.

4.3 PERCEPÇÕES QUANTO AO COMPORTAMENTO DOS USUÁRIOS

Os mapas comportamentais analisados revelam não só as atividades, mas também os percursos realizados pelos usuários e transeuntes do Parque Dom Antônio Zattera. Os mapas foram realizados nos dias de semana, às 10 horas, 14 horas, 16 horas e 18 horas e nos finais de semana (sábado e domingo), às 14 horas, 16 horas e 18 horas.

Como citado no item 2.5.1, Gehl (2013) divide as atividades em: necessárias – sendo aquelas que as pessoas precisam realizar todos os dias, como ir para o trabalho ou escola, esperar o ônibus e comprar comida - e opcionais - aquelas que dependem de uma escolha, como caminhar, aproveitar o sol e ver vitrines - e, por isso, são um termômetro para medir a qualidade dos espaços.

O mapa no dia de semana, às 10 horas, contabilizou 21 usuários caminhando, um andando de bicicleta, nove homens trabalhando e seis pessoas paradas. O mapa das 14 horas mostra um aumento no número de usuários, 75. Sendo que, 28 pessoas utilizando a praça como local de passagem, um fluxo mais alto na Av. Bento Gonçalves, uso da pista de skate com 10 usuários, 13 pessoas trabalhando, seis pessoas sentadas e 18 pessoas observando o lugar.

O mapa comportamental das 16 mostra uma diminuição na frequência de usuários, 50 no total, sendo que 15 pessoas estavam sentadas, 14 em movimento,

12 crianças brincando, cinco andando de skate e quatro pessoas observando o lugar. Nos mapas dos dias da semana, o parque é muito utilizado como local de passagem e revela um caráter de uso descanso.

No mapa comportamental de sábado, às 14 horas, 30 pessoas estavam caminhando, 20 sentadas, 12 utilizando a pista de skate, sete brincando e 13 trabalhando na praça, totalizando 82 usuários. No mapa de sábado, às 16 horas, foram mapeadas 11 pessoas caminhando, 31 sentadas, quatro andando de skate, cinco brincando, 30 pessoas paradas e sete trabalhando, totalizando 70 usuários. No mapa de sábado, às 18 horas, foram mapeadas 14 pessoas caminhando, 18 sentadas, 12 andando de skate, 14 brincando, oito pessoas paradas e 15 trabalhando, totalizando 81 pessoas.

No mapa comportamental de domingo, às 14 horas, 24 pessoas estavam caminhando, 40 sentadas, 12 utilizando a pista de skate, sete brincando, 33 pessoas paradas e quatro trabalhando na praça, totalizando 120 usuários. No mapa de domingo, às 16 horas, foram mapeadas 34 pessoas caminhando, 80 sentadas, 15 andando de skate, 47 brincando, 25 pessoas paradas e 14 trabalhando, totalizando 216 usuários. No mapa de domingo, às 18 horas, foram mapeadas 20 pessoas caminhando, 72 sentadas, duas andando de skate, 31 brincando, cinco pessoas paradas e três trabalhando, totalizando 137 pessoas.

Os dados colhidos foram compilados e organizados em uma tabela, a fim de melhor visualização e compreensão (ver Tabela 4.22).

Tabela 4.22: Frequência dos usuários segundo os mapas comportamentais

	DIAS DA SEMANA				SÁBADO			DOMINGO		
	10 horas	14 horas	16 horas	18 horas	14 horas	16 horas	18 horas	14 horas	16 horas	18 horas
Caminhar	21	28	14	44	30	11	14	24	34	20
Sentar	2	6	15	12	20	31	18	40	80	72
Skate	1	10	5	17	12	4	12	12	15	2
Brincar			12	2	7	5	14	7	47	31
Paradas	4	7	4	5		30	8	33	25	5
Bicicleta										3
Trabalhar	9	18			13	7	15	4	14	3
Passear animal									1	1
Total	37	75	50	80	82	70	81	120	216	137

Fonte: Autora, 2015.

Analisando os dados colhidos nos mapas, podemos verificar a praça durante a semana como local de passagem e lazer passivo (sentar), uma frequência menor de usuários variando de 37 a 80 usuários, enquanto aos sábados a frequência varia de 70 a 80 usuários; a atividade mais presente foi o lazer passivo (sentar) e a presença de pessoas trabalhando no local. Aos domingos, a frequência de usuários aumenta significativamente, de 120 a 216. O lazer passivo (sentar) segue como atividade mais mapeada, com ênfase para a atividade ativa (brincar).

Um total 948 pessoas foram observadas utilizando o Parque. A porcentagem de frequência de cada faixa etária é representada no gráfico abaixo (ver Figura 4.7):

Frequência Parque Dom Antônio Zattera

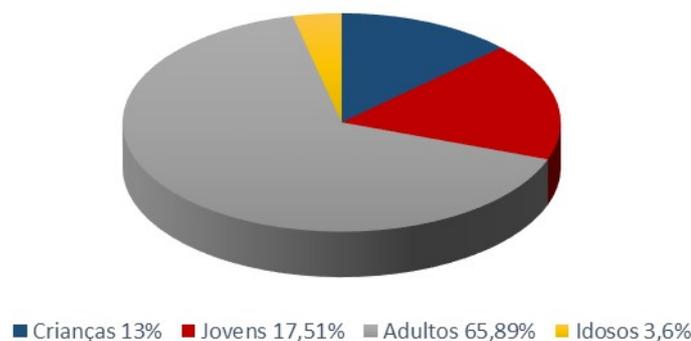


Figura 4.7: Frequência dos usuários segundo os mapas comportamentais
Fonte: Autora, 2017.

Observa-se a predominância do público adulto, seguida de jovens e crianças e uma representatividade baixa dos idosos. Mesmo a praça estando em uma localização estratégica, o que implicaria em facilidade de mobilidade estimulando seu uso.

O mapa comportamental das sobreposições revela os caminhos criados pelos usuários que foram negligenciados pelo arquiteto da prefeitura na hora da elaboração do projeto.

Na análise dos mapas comportamentais, percebe-se que os locais mais utilizados da praça são os espaços com maior nível de acessibilidade e conforto (pavimentação e iluminação) (Figura 4.8). O maior fluxo de pedestres concentra-se na Av. Bento Gonçalves, seguido pelo eixo norte e sul da Av. Bento Gonçalves, Rua Dr. Amarante e Rua Padre Anchieta, trechos marcados pela presença da

pavimentação. Já o menor fluxo e menor concentração de usuários ocorre no interior dos canteiros.

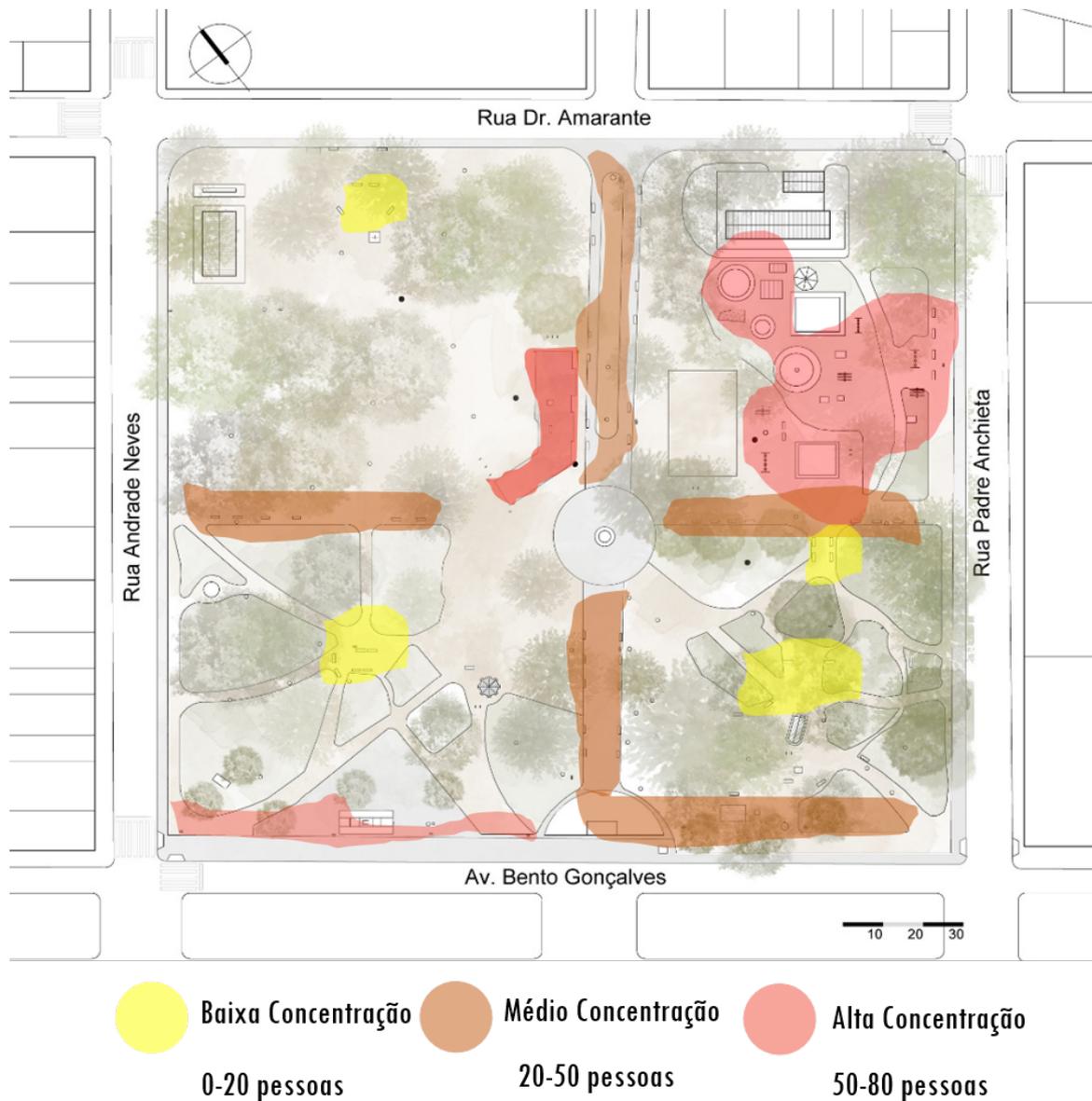


Figura 4.8: Áreas de maior concentração, sobreposição dos mapas comportamentais.
Fonte: Autora, 2015.

As áreas de maior apropriação e uso são as que concentram o lazer ativo, playground infantil e pista de skate. Outro local com grande concentração de pessoas é o altar da pátria, caracterizado por ser um espaço muito apropriado pela

população, como local de lazer passivo para descanso, sentar, tomar chimarrão ou apenas observar a movimentação do local (ver Figura 4.9).



Figura 4.9: Locais de maior concentração de pessoas (Altar da pátria, playground infantil e pista de skate).

Fonte: Autora, 2015.

Observando as fotos dos finais de semana, sábado e domingo, estando lotado, o parque adquire um caráter mais familiar e comercial. Aumenta o comércio de alimentos (pipoca, sorvetes, algodão-doce, pastel, cachorro quente), localizados na Av. Bento Gonçalves, no playground infantil e instalações temporárias de brinquedos (infláveis, cama elástica e bolinhas), localizados junto ao altar da pátria (ver Figura 4.10).

Apesar do parque ser marcado por grande presença de público nos finais de semana, nos dados levantados pelos questionários, levantamento fotográfico e os mapas comportamentais, não é percebida a presença de pessoas com problemas de mobilidade ou deficiência, mostrando que o espaço é falho quando se refere a receber ou atrair esses grupos.



Figura 4.10: Imagem das atividades comerciais encontradas no Parque.
Fonte: Autora, 2015.

4.4 PERCEPÇÃO DOS GRUPOS COM PROBLEMA DE MOBILIDADE QUANTO AO PARQUE DOM ANTÔNIO ZATTERA

4.4.1 Percepção dos idosos

No grupo focal realizado com os idosos (ver Apêndice D), com a participação de 13 moradores do Lar, foi percebido que os idosos, mesmo morando na frente do Parque (ver Figura 4.11 e 4.12), não o utilizam, quando perguntados o motivo, o item mais citado foi a insegurança que sentem no local.

Nenhum dos idosos que participou da pesquisa utiliza o parque e três deles citaram a palavra medo como resposta à pergunta. A idosa 5 diz: “Olha, tenho medo...” O idoso 6 reforça: “Eu nunca fui...” Um dos idosos do lar, quando questionado sobre a vontade de ir ao Parque, relata a altura das árvores como sensação de insegurança: “Olha, tenho medo. Tenho medo. Eu nunca posso, nem nunca andei em nada, mas só de olhar as alturas assim já...”. Uma moradora do lar, que é cadeirante, faz o seguinte relato sobre sair do lar e poder passear:

“Pode, desde que tenha uma pessoa para me ajudar, porque tem ... primeiro que a locomoção é muito difícil para cadeirante, eu não fico nem em pé. Então, para eu andar na rua assim com uma pessoa que eu não tenho confiança, eu fico com muito medo de...”



Figura 4.11: Vista da sala no Lar de Idosos
Fonte: Autora, 2015.



Figura 4.12: Sala de estar no Lar de idosos
Fonte: Autora, 2015.

Os idosos não saem porque não se sentem convidados, não se sentem parte do grupo para qual o parque foi desenhado. No grupo focal, eles relataram que há cerca de dois anos não saem do asilo, mesmo morando em frente ao Parque, demonstrando que os nossos espaços públicos estão sendo projetados sem critérios de inclusão e acessibilidade, tornando-se locais que, ao invés de socializar espaços, só atraem e acolhem os ditos normais.

Após o grupo focal, conversou-se com uma funcionária do Lar e, quando questionada sobre o uso do Parque, fez o seguinte relato:

“É, é muito perigoso isso aí né. Claro, no verão bem quente, aí dá pra levar eles, mas agora é uma área meio perigosa sem policiamento. Então, é meio perigoso, tem acontecido muito assaltos aqui na volta ...precisaria ter um maior policiamento porque é meio perigoso pela tarde, às vezes, dá até tiroteio ali na praça.”

4.4.2 Percepção dos alunos do Braille

Através do grupo focal realizado com os alunos do Braille, percebe-se a dificuldade e a insegurança de grupos com mobilidade reduzida na utilização e participação do uso do parque. Os alunos deixam de usufruir os espaços de lazer, não só pela insegurança pública, mas também pela insegurança em locais que não foram pensados para diferentes grupos. Esses espaços tornam-se inseguros e inóspitos para pessoas com deficiência. Quando questionados sobre as condições do parque, eles afirmam que não sentem dificuldades de utilizar o parque, porém quando perguntados sobre a frequência de utilização do lugar, os alunos relatam que não visitam o parque como espaço de lazer e diversão há alguns anos.

Durante o grupo focal, foi relato que os alunos do Braille realizam atividades com a professora de educação física no parque. Acompanhou-se a atividade que consiste, praticamente, em caminhar no entorno e locais pavimentados (ver Figura 4.13), sem poder realizar maiores atividades pela falta de infraestrutura e acessibilidade para pessoas com problemas visuais, privando os alunos não só da utilização de certos locais, mas restringindo as opções de atividades que poderiam ser realizadas ao ar livre, caso o espaço fosse pensado para todas as pessoas.

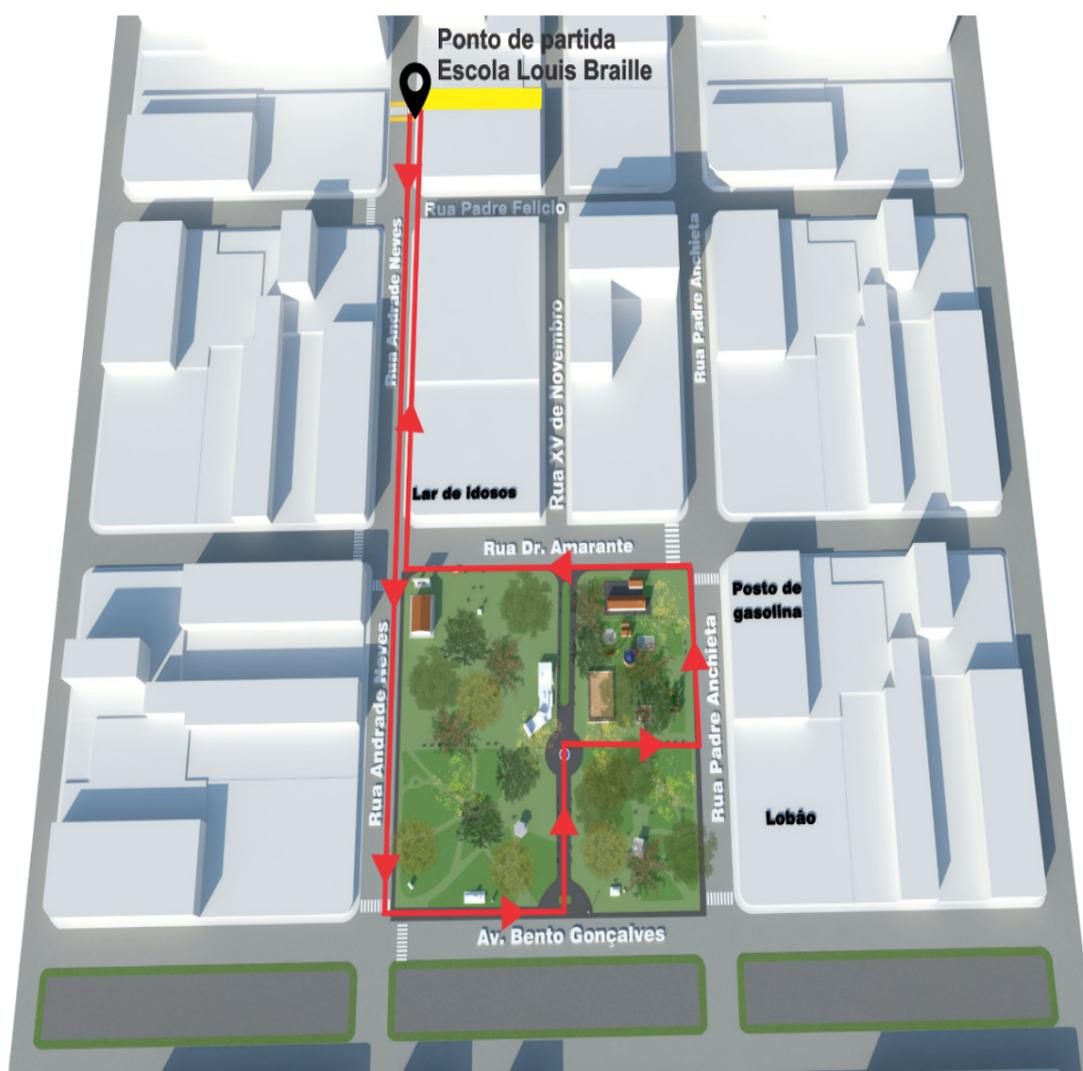


Figura 4.13: Trajeto percorrido pelos alunos da escola Louis Braille
Fonte: Autora, 2015.

Durante o trajeto, foram observadas algumas dificuldades do grupo logo ao sair da escola, como a péssima pavimentação das calçadas públicas e ausência de rampas e faixa de pedestres, tanto na esquina das ruas Andrade Neves e Padre Felício. Essas circunstâncias dificultam atravessar as ruas com tranquilidade, visto

que os passos dos alunos são mais lentos e precisam de um tempo maior para chegar à outra calçada. Como se não bastasse a falta desses recursos, o tráfego intenso faz com que isso torne-se ainda mais perigoso. O mesmo repete-se na esquina das Ruas Andrade Neves e Dr. Amarante (ver Figura 4.14). No interior da praça, na parte sem pavimentação, o ritmo da caminhada é novamente lento, devido à lama e a raízes que dificultam o andar e causam desconforto aos alunos. Todo percurso é marcado por momentos de insegurança e pequenos tropeços.



Figura 4.14: Trajeto percorrido pelos alunos da escola Louis Braille
Fonte: Autora, 2015.

A professora relatou que prefere percorrer os espaços pavimentados, porém tenta variar o caminho com o grupo, mas alerta para as condições do piso que, em alguns pontos, onde não há pavimentação adequada, os buracos e raízes atrapalham o caminhar dos alunos

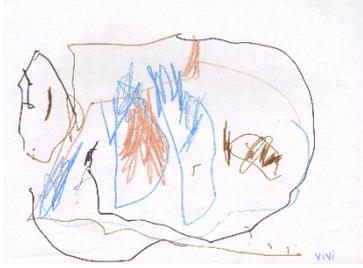
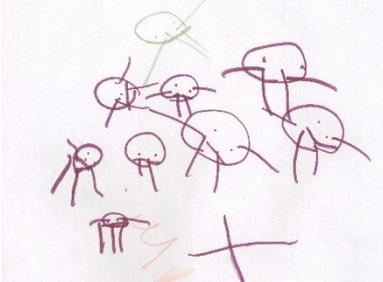
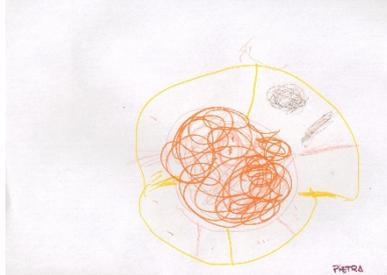
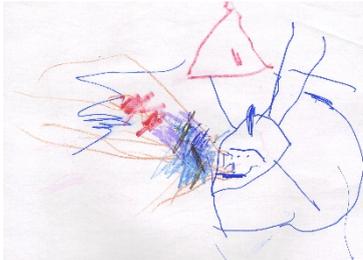
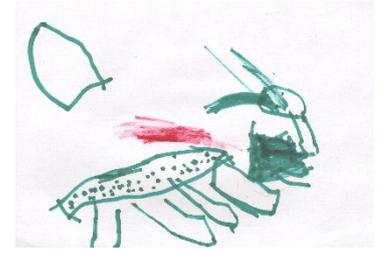
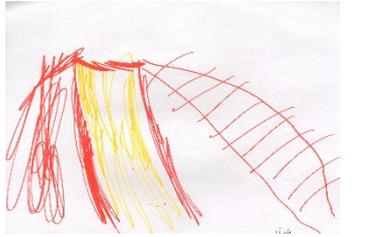
4.4.3 Percepção dos alunos da Escola Ruth Blank

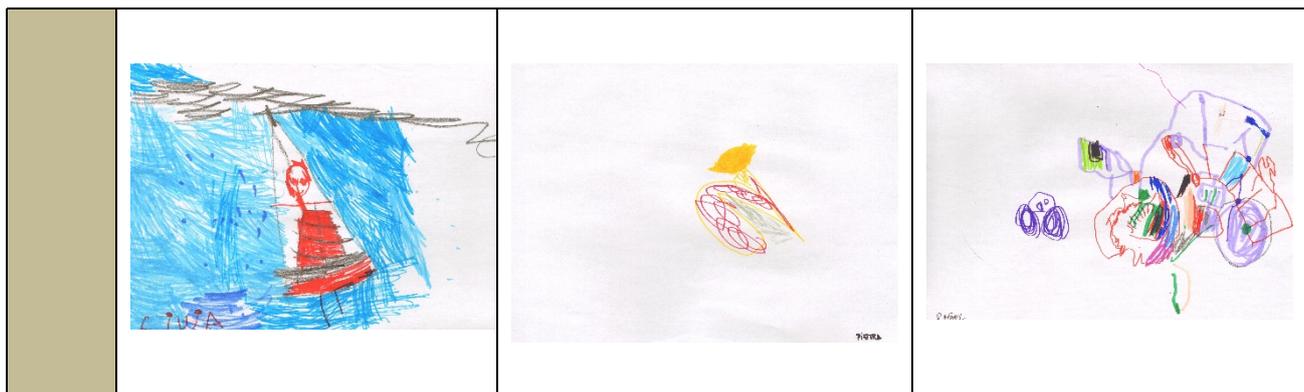
Com a conversa e a atividade desenvolvida com os alunos da Escola Ruth Blank, foram indagadas questões como: o que eles mais gostavam no parque, o que eles menos gostavam e quais as atividades que realizavam no local.

Na conversa, assim como no exercício de desenho (ver Anexo I), foi questionado o que chamava a atenção dos alunos e as palavras citadas foram: escorregador, árvore, flor, cigana, pato, pessoas, aranhas, casa, playground, família, casa assustadora na praça, bichos, pula-pula colorido, campo, casinha da árvore, balanço, passarinho, lago, casa cheia de espinhos, ratos, cavalos e lama.

Nos desenhos, os elementos mais citados foram a questão da água que, em dias de chuva e enquanto o solo não drena o playground infantil, torna-se inacessível. Outra representação bastante ilustrada nos desenhos, foi a natureza a partir de elementos como animais e flores e também brinquedos que representam o playground (ver Tabela 4.23).

Tabela 4.23: Desenhos alunos Ruth Blank

	Água	Natureza	Brinquedos
Desenhos alunos Ruth Blank			
			



Fonte: Autora, 2016.

As crianças que antes utilizavam o parque para atividades como educação física e lazer na hora do recreio passaram a utilizar cada vez menos o espaço. Eles utilizavam o playground infantil e a quadra de esportes, localizados ao lado da escola, mas passaram a evitar o uso não só por questões de segurança, mas por falta de manutenção dos brinquedos e por tratar-se de um local de péssima drenagem (ver Figura 4.15).



Figura 4.15: Playground infantil em épocas de chuva.

Fonte: Autora, 2016.

4.4.4 Entrevista com o arquiteto prefeitura

Na entrevista realizada com o arquiteto da Prefeitura de Pelotas, responsável pelos projetos novos e de requalificação das praças e parques da cidade, percebe-se um desconhecimento sobre acessibilidade, sobre a norma NBR9050 (ABNT, 2015), questões ligadas não só à inclusão, mas em criar espaços que proporcionem que todos os grupos possam conviver e utilizar o espaço de lazer.

Foi questionado, na entrevista, quais as diretrizes projetuais tomadas na elaboração do projeto de requalificação do parque e a resposta do entrevistado foi:

“Os projetos de requalificações são pensados baseados no seguinte, claro que dependendo... quando é uma zona de menos uso, claro aqui já é uma praça quase centenária então era uma praça que atendia tinha um zoológico a proposição de área infantil, depois a proposta para uma área de idosos, mesinhas de mesa e xadrez, mas aí mandei para Guto e a coisa não andou.. esse projeto aqui deve ter uns 5 anos, não tem mais nada de.. tinha um recanto de mesa de estar para idosos, a área infantil teria uma cerca em toda a volta, quando eu acho que a coisa esta mais perigosa.. se usou esse quadrado aqui de área meio lote para brinquedos de crianças de 3 a 8 anos, a caixa de areia, brinquedos essa fonte aqui que não foi revitalizada, fizeram outra fonte não sei porque... deveriam ter refeito essa que já tinha e fizeram essa no mesmo nível que não durou 3 meses.. Ai quando os skatistas me pediram essa pista de skate foi eu que fiz há uns 6 ou 7 anos atrás botei a pista de skate aqui e quando eles disseram que tinham q tirar a área infantil daqui o pessoal da secretaria de urbanismo resolveu as calçadas isso e aquilo e botou o parquinho pra cá.. Bueno ai ficou o parquinho praça, a pista de skate e eu achei um absurdo colocar o parquinho perto de uma escola.. barulho, gritaria.. eu fiz um isolamento dessa área do altar da pátria com uma linha de palmeiras que é vertical mas é transparente e tu consegue dar um efeito e aqui seria um café, temos que ter um café.. e aqui um posto de informações turísticas e administração nesse prédio art déco que já existe e esse prédio art déco também das informações turísticas também existe, bom foi feito um levantamento de todas as espécies vegetais e arbóreas, fiz um levantamento qualitativo e quantitativo e mandei pra secretaria de urbanismo ai eles resolveram colocar essa avenida aqui com coqueiros e tal aqui também com coqueiros e a continuidade seria pra marcar o caminho aqui. E aqui recantos de estar e foi feito projeto e orçamento e parou, só foi feito só a calçada.”

O projeto criado para o parque (ver Figura 4.16), em 2009, contemplava locais de lazer para idosos e crianças, porém nitidamente separados e em locais de difícil acesso. O projeto contava com banheiros novos, café e um prédio com informações turísticas, porém não foram construídos na execução O projeto não contemplou a opinião dos usuários e os usos do local, o traçado e canteiros desenhados pelo arquiteto não satisfazem as necessidades e caminhos gerados pelos usuários, citado no item 4.3, nos mapas comportamentais.



Figura 4.16: Poster do Projeto de requalificação Parque Dom Antônio Zattera.
Fonte: Autora, 2015.

Questionado sobre a lei de acessibilidade no âmbito dos espaços públicos de lazer, como praças e parques, o arquiteto mencionou o projeto no parque linear Duque de Caxias (ver Figura 4.17), o qual está sendo estudada a possibilidade de implantação de um balanço para cadeirantes, porém implantado em local afastado do playground infantil existente. Sobre a falta de brinquedos e estruturas que possibilitem uma maior segurança e conforto aos usuários, como uma pavimentação adequada, o arquiteto relata a falta de comunicação do setor que trabalha (projetos) e a secretária de serviços urbanos (execução), além da falta de verbas para tais melhorias.

A acessibilidade em espaços públicos de lazer, como praças e parques, ainda é uma questão relativamente nova no âmbito acadêmico e, por conseguinte, alguns profissionais mais antigos não têm conhecimento das normas e necessidades dos usuários e acabam por tornarem-se obsoletos nas requalificações de espaços de lazer.



Figura 4.17: Projeto de requalificação Parque Duque de Caxias
Fonte: Autora, 2015.

Em maio de 2017, o Governo Federal sancionou uma lei exigindo que no mínimo 5% de cada brinquedo ou equipamento das praças deveriam ser acessíveis e um prazo de 90 dias para cumprimento da lei. Pelotas ainda não apresenta nenhum local com brinquedos ou equipamentos acessíveis. Eles devem ser tanto quanto tecnicamente possíveis, adaptados e identificados, para possibilitarem sua utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida. Porém, há um projeto sendo conduzido pelo Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), do Instituto Federal Sulriograndense, Campus Visconde da Graça (IFSulCAVG). O projeto, segundo reportagem do Diário Popular (ver Anexo E), pretende instalar em uma área verde, brinquedos e mobiliário que estimulem crianças e adultos a interagirem com os objetos. Entretanto, ao entrar em contato com o professor que está no comando do projeto, Raymundo Ferreira Filho, o mesmo relata que o projeto está analisado, localizado no Campus CAVG, seria desenvolvido pelo projeto ALPAPATO, já citada no item 2.2.4, Ana Laura Parque para todos.

4.4.5 Entrevista com usuário com problemas de mobilidade

As visitas realizadas no Parque revelaram uma frequência menor por parte de pessoas com problemas mais graves de mobilidade (ver Figura 4.18), como cadeirantes e pessoas com perda total da visão. Em dias de semana, não foi encontrado nenhum usuário citado acima, ocorrendo apenas em finais de semana, quando o Parque abriga um caráter mais familiar e de atividades opcionais. Na entrevista, foi questionado ao cadeirante (ver Figura 4.19) questões sobre acessibilidade, frequência e uso do Parque (ver Apêndice E). Questionado sobre a sua percepção de acessibilidade no parque e quais as maiores dificuldades, o entrevistado respondeu:

“Não sei a gente subiu por lá, foi o único acesso que a gente achou, uma das dificuldades é que não tem estacionamento para deficientes... A maior dificuldade é que é desparelho o piso, não tem uma calçada pra gente cruzar...”



Figura 4.18: Usuários com problemas de mobilidade
Fonte: Autora, 2015.



Figura 4.19: Usuários entrevistados
Fonte: Autora, 2015.

A entrevista corrobora com as questões levantadas nas perguntas dos questionários, nas quais revelam os locais de pavimentação como locais mais confortáveis e utilizados pelos usuários mesmo sem nenhum problema de mobilidade. Espaços bem pavimentados são vistos como locais seguros,

confortáveis e mais utilizados por pessoas com ou sem mobilidade, sendo um fator de atração ou repulsão pelos usuários.

4.5 OBSERVAÇÕES

Através do levantamento físico e fotográfico do local, percebe-se que o projeto de requalificação do Parque Dom Antônio Zattera foi pensado sem considerar os moradores do entorno e as necessidades de todos os grupos, não seguindo as normas estabelecidas na NBR9050 (ABNT, 2015), em relação à pavimentação, mapas de localização, banheiros, estacionamentos e espaços de lazer ativo como playground e pista de skate. Não foi determinada paleta de cores para o projeto, nem a padronização de mobiliário. A vegetação em alguns locais bloqueia a visibilidade do interior do parque e o sol, conferindo insegurança nos usuários e diminuindo a sua luminosidade. As quantidades e distribuições de bancos, lixeiras e bebedouros não satisfazem as necessidades dos usuários do local. As rampas de acesso não só não estão fora das dimensões necessárias como se encontram apenas nas esquinas, dificultando o acesso por outros locais no parque. As sinalizas e faixas de pedestres não são encontradas em todas as esquinas, dificultando o acesso em esquinas de tráfego intenso.

A precariedade de acessibilidade no local faz com que determinados grupos não possam não só usufruir o local, como não se sintam convidados e não se considerem parte do espaço, impactando diretamente na participação social. Essa situação afeta de forma negativa a vida das pessoas pela importância dos espaços públicos de lazer na saúde, não só física como mental.

Os grupos focais, como o lar de idosos, alunos do Braille e alunos da escola Ruth Blank, demonstraram a insegurança que esses grupos sentem em utilizar o local, insegurança não só física como psicológica, por já terem vivenciado no local cenas de assalto e tiroteio. Essa situação acaba gerando um isolamento social e diminuindo, assim, a qualidade de vida desses grupos.

Os mapas comportamentais e questionários revelam como usuários, em maiores números homens adultos sem deficiências, preferem atividades de descanso e uso do playground, sendo ele um importante atrativo ao parque.

Juntamente com as entrevistas, esses dois métodos confirmam a preferência pela utilização de todos os usuários pelos caminhos pavimentados.

O ambiente não é apenas avaliado negativamente quando não tem acessibilidade, ele também exclui grupos que se sentem vulneráveis, como idosos, crianças e deficientes visuais, os quais acabam por evitar locais inseguros, que não propiciam conforto e atividades destinadas à sua idade ou condição

O projeto de requalificação não foi pensado levando em conta os usuários com necessidades ou alguma dificuldade de locomoção, nem seus usuários e o seu entorno. Diante disso, projetam-se, assim, lugares inóspitos e inseguros. Como se não bastasse, essas circunstâncias adversas afastam grupos de vulnerabilidade do convívio social.

CAPÍTULO 5: CONCLUSÕES

Este capítulo apresenta a conclusão geral do trabalho, debatendo o problema de pesquisa, objetivos, métodos e os resultados, bem como sua interferência em pesquisas da área ambiente-comportamento. Por fim, é identificado os fatores a serem considerados em revitalizações e projetos de espaços públicos de lazer como praças e parques.

5.1 PROBLEMA DE PESQUISA, OBJETIVOS E MÉTODOS

Este estudo propõe-se a identificar as diretrizes que devem ser consideradas nos projetos de praças e parques, a fim de que se tornem locais acessíveis e convidativos à toda população. Para tanto, investigou-se as percepções de diferentes usuários, suas necessidades, satisfações e inseguranças quanto ao espaço público eleito como estudo de caso.

Através da revisão da literatura, constatamos a importância da acessibilidade para a integração social de grupos com problemas de mobilidade (CAMBIAGHI 2007, BINS ELY 2010, GEHL, 2013), bem como a relevância das praças e parques para a saúde, integração e democracia da sociedade. (ALEX 2011, BARROS; BENTLEY 2012).

Nesse sentido, o problema de pesquisa reflete sobre a falta de acessibilidade em praças e parques, de modo a compreender quais os fatores devem ser considerados em seus projetos, com o intuito de garantir o uso e apropriação de todos, sem distinção de gênero ou condição física. remetendo à seguinte pergunta de pesquisa: “Quais as diretrizes que devem ser adotadas nos projetos de praças e parques, a fim de que todos os grupos sintam-se confortáveis e seguros e possam utilizar o espaço sem limitações?”

Na busca pelo encontro de uma resposta ao problema sugerido, esta investigação determinou como objetivo principal apontar as necessidades dos usuários, auxiliando, assim, o poder público, responsável pela elaboração de projetos de praças e parques, a projetar praças e parques voltados para a acessibilidade.

Com base nesse objetivo, e considerando as necessidades e interesses dos distintos grupos de usuários, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- (I) Avaliar as condições de acessibilidade no Parque Dom Antônio Zattera de acordo com a NBR9050 (ABNT, 2015);
- (II) Identificar as percepções dos usuários sobre o local;
- (III) Identificar as limitações dos grupos com problemas de mobilidade sobre o parque;
- (IV) Identificar o comportamento dos usuários no local;
- (V) Identificar os fatores considerados pelos arquitetos do poder público na elaboração de projetos de praças e parques.

Para alcançar os objetivos desta investigação, foi selecionado como estudo de caso o Parque Dom Antônio Zattera, no Município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, sendo esse um dos maiores parques da cidade, o qual recebeu revitalizações no ano de 2009, 2016 e 2017. Os métodos de coleta de dados empregados foram: (i) levantamento físico; (ii) Levantamento fotográfico; (iii) mapa comportamental; (iv) grupo focal; (v) entrevistas semiestruturadas; (vi) questionários; (vii) entrevista caminhada. Os dados coletados analisados foram avaliados de forma qualitativa e quantitativa.

5.2 RESULTADOS

A síntese dos resultados no capítulo 4 permitiu conclusões sobre os fatores que influenciam o uso e apropriação dos espaços públicos de lazer como praças e parques por diferentes grupos de usuários, conforme as descrições que seguem.

Presente na maioria dos resultados obtidos através das metodologias aplicadas no presente estudo, a insegurança aparece como fator determinante a não utilização do parque. Seja pelo público idoso, em relação, por exemplo, às árvores, que limitam a visibilidade do local, seja pelo público, feminino que se sente temeroso em relação a vulnerabilidade do gênero quando não estão acompanhadas para uso do local.

Quanto a infraestrutura, pode-se constatar que o parque não abrange, de forma integral, nenhum dos grupos entrevistados, por exemplo, para as crianças, o

playground, embora seja o brinquedo mais utilizado, encontra-se em local de drenagem ineficiente, inviabilizando seu uso em dias de chuva e subsequentes. Já quanto aos idosos, faltam espaços de lazer condizentes com suas preferências. Ainda, quanto aos usuários com algum tipo de deficiência ou mobilidade, constata-se a ausência de brinquedos acessíveis ou táteis, além da má distribuição dos equipamentos, não só em número, quando se trata de lixeiras, bebedouros e bancos, mas também quanto à sua distribuição espacial, o que não colabora com a vitalidade dos espaços e não satisfazem as necessidades de lazer de todas as parcelas da população.

Assim, como nos estudos de Alex (2011) que mostram que espaços acessíveis e adaptáveis são mais frequentemente utilizados e os espaços deficientes, sem manutenção e abandonados pelo poder público, não são utilizados pela população, a pesquisa apontou que os lugares mais utilizados são os com pavimentação, pois, de acordo com os resultados obtidos, são os locais de preferência de uso da população, são locais que permitem caminhadas a todos os públicos. Outro resultado relevante é a importância do playground e pista de skate como principais atratores de variados públicos para parque. O estudo revela também que o Parque Dom Antônio Zattera é percebido pelos usuários como refúgio ligado à natureza e lugar de descanso, sendo essa uma das características mais marcante.

Diante desses resultados, foi possível constatar que, dentre outras coisas, a falta de representatividade da população idosa no parque confirmada pelos questionários, grupo focal e mapas comportamentais, mesmo com a proximidade de uma instituição de idosos de longa permanência é justificada pela ausência de equipamentos de lazer recreacional, que possibilitem as relações sociais entre o público idoso, e a sensação de insegurança física e psicológica. Mesmo após projetos de revitalizações, as necessidades desse público não foram consideradas, o que mostra a importância da consulta populacional durante o processo de projeto.

Também com relação ao quadrante noroeste do Parque, local onde não existem equipamentos, acabam sendo menos utilizados, gerando, assim, a sensação de insegurança dos usuários. A instalação de equipamentos, segundo Alexander (2013), deve ser distribuída nas bordas do parque, a fim de criar movimento através do deslocamento entre esses nichos no interior da praça.

Por sua vez através da análise da entrevista do arquiteto responsável pelo projeto de revitalização executado, foi possível constatar que não foram consideradas as necessidades de todos os usuários. Mesmo havendo no seu interior e no entorno usuários com problemas de mobilidades, que necessitam de atenção especial, como alturas específicas, brinquedos acessíveis, pisos específicos, sinalizações, mapas de localização, entre outros cuidados, alguns já especificados na NBR9050 (ABNT 2015), o projeto não atende às necessidades. Constatou-se que, por falta de metodologias que analisem e consultem a população e os usuários na etapa de criação, o projeto não contempla as necessidades reais dos usuários, tais como os caminhos utilizados como passagem, a realocação do playground para um local de difícil drenagem do terreno, má distribuição dos equipamentos como bancos, luminárias, lixeiras e bebedouros.

O desinteresse do poder público, o despreparo de arquitetos em relação da importância da acessibilidade em praças e parques, o desconhecimento da NBR9050 (ABNT, 2015) e a falta de recursos resultam em projetos que não contemplam toda população. Um projeto feito sem a participação social, sem considerar os usuários e seu comportamento, sem respeitar as diretrizes da norma NBR9050 (ABNT, 2015) acaba por ser pouco utilizado por usuários com algum problema de mobilidade (idosos e crianças) e deficiência (deficientes visuais), por não se sentirem convidados e seguros.

Através de todos os métodos de investigação utilizados, foram coletadas informações fundamentais que devem ser consideradas em projetos e revitalizações de praças e parques.

5.2.1 Diretrizes que devem ser consideradas em projetos de espaços públicos de lazer como praças e parques

Dischinger e Bins Ely (2016) identificam como componentes de acessibilidade (i) a orientação espacial, (ii) a comunicação, (iii) o deslocamento e (iv) o uso, os quais juntamente exemplos de parques citados no item 2.2.3 e da análise dos resultados obtidos por meio da aplicação dos métodos, foram utilizados para criar as diretrizes. Os conceitos do desenho universal, criados por Ron Mance, (i) igualitário, (ii) adaptável, (iii) óbvio, (iv) conhecido, (v) seguro, (vi) sem esforço e (vii)

abrangente, serviram de base para desenvolver oito diretrizes necessárias para projetos de praças e parques acessíveis.

(i) Orientação espacial: Muito embora a orientação espacial afete de forma mais contundente as pessoas com algum problema de mobilidade, ela atinge também, de certo modo, as demais pessoas que utilizam o local. Com intuito de diminuir as dificuldades encontradas pelo público alvo dessa pesquisa, propõe-se a implementação de um dispositivo de sinalização e orientação que auxilia os usuários, sendo este dispositivo um mapa tátil, em que devem conter informações em Braille, alto relevo e cores contrastantes. Ainda, um espaço de lazer deve conter não só um mapa de localização de forma ampla, mas mapas táteis específicos para cada equipamento ou edificação existente, com o propósito não só de facilitar o acesso, mas também de melhorar a compreensão do local.

(ii) Pavimentação: A mobilidade é um dos fatores mais importantes para o usuário e uma pavimentação regular é a base para um bom caminhar. Por se tratar de espaços públicos de lazer, praças e parques, não se recomenda pavimentação na totalidade dos espaços, mas se orienta a implementação dessa aos acessos de mobiliário e edificações. Além de uma pavimentação homogênea, que facilite o andar e, sempre que possível, evitando os desníveis, e, quando preciso, utilizando rampas. Ademais, o piso direcional e de alerta conferem ao usuário onde poder caminhar com segurança. Por último, as rampas e os pisos táteis devem obedecer ao que determina a norma NBR9050 (ABNT, 2015).

(iii) Mobiliário: Todo o mobiliário deve ser acessível a todos os usuários. Não só a localização como também o equipamento em si deve poder ser utilizado por todos, sem dificuldades e com segurança. Por sua vez, as pessoas idosas, ou com algum problema de mobilidade, por exemplo, têm maior dificuldade na hora de utilizar bancos sem apoios na lateral. Um bom exemplo seria um banco com apoio não só na parte traseira como nas laterais. A Norma determina também um módulo de referência reservado ao lado dos bancos fixos. As lixeiras e bebedouros devem estar dispostos em locais de fácil acesso e com pavimentação, apresentar um desenho e

dimensões que facilitem a utilização por parte de todos usuários, sejam cadeirantes, crianças ou deficientes visuais.

(iv) Nichos acessíveis: é necessário que o arquiteto crie, no projeto, espaços que não só satisfaçam os diferentes grupos, mas que sejam compartilhados independentemente de condições físicas e culturais. Portanto, o projeto deve contemplar as necessidades dos usuários e seus comportamentos no espaço, como exemplo do item 2.2.3, o brinquedão, que pode ser utilizado por crianças, os adultos conseguem acompanhar as crianças com algum problema de mobilidade e compartilhar experiências.

(v) Banheiros: A NBR9050 (ABNT, 2015) estabelece que nos locais públicos os banheiros acessíveis devem obedecer à quantidade mínima e dimensões específicas. Os banheiros “devem possuir entrada independente, de modo a possibilitar que a pessoa com deficiência possa utilizar a instalação sanitária acompanhada de uma pessoa do sexo oposto”. Diante do exposto, orienta-se a criação de um banheiro independente, com as dimensões mínimas determinadas na norma.

(vi) Estacionamento Acessível: Os estacionamentos devem encontrar-se em locais de fácil acesso e perto das entradas principais. No Estatuto do Idoso, Lei 10.741 de 2003, Art. 41, é assegurado aos idosos 5% das vagas em estacionamentos públicos, já no Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no parágrafo 1º, do Art. 47, determina que: “As vagas a que se refere o caput deste artigo devem equivaler a 2% (dois por cento) do total, garantida, no mínimo, 1 (uma) vaga devidamente sinalizada e com as especificações de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes de acessibilidade.” Ainda, a NBR9050 (ABNT, 2015) determina que as vagas reservadas para veículos no estacionamento devem ser sinalizadas e demarcadas com o símbolo internacional de acesso ou a descrição de idoso, aplicado na vertical e horizontal, além de dimensões mínimas.

(vii) Espaços Sensoriais: As plantas e árvores como elementos essenciais para as praças e parques devem não só servir como elementos que proporcionem sombra, mas o arquiteto deve optar por plantas nativas frutíferas e odoríferas. Além de

ambientes mais coloridos e cheirosos para toda população, pessoas com problemas de visão podem utilizar o cheiro como dispositivo de localização. Plantas como jasmim podem ser utilizadas em locais de acesso e as árvores frutíferas utilizadas em espaços vazios, tornando o local movimentando aumentando assim a segurança. A água também pode ser utilizada como estímulo auditivo e tátil, servindo como referencial e espaço de contemplação.

(viii) Visibilidade: Para os usuários se sentirem seguros e convidados a utilizarem as praças e parques e permanecerem no local a visibilidade é um fator determinante. O plantio sem um prévio planejamento entre as distâncias das árvores e do seu tamanho futuro acarretam em locais bloqueados visualmente tanto no olhar do usuário que se encontra dentro das praças e parques quanto do possível usuário que se localiza fora do ambiente. Orienta-se um plantio de distâncias que sejam possíveis a criação de sombreamento sem o bloqueio não só horizontal (raio de visão) como verticalmente (raios de sol).

5.3 IMPORTÂNCIA DOS RESULTADOS

Comprovou-se, a partir desta investigação, a importância vital e histórica das praças e parques para as cidades e para a sociedade, já que além de ser um espaço agregador, incentivador de atividades, promove a democracia. Apesar disso, a falta de consideração do poder público nos projetos de requalificação, atesta a desconsideração do entorno e o descaso para com moradores e usuários.

Este trabalho é de extrema importância, pois gera informações sobre as diretrizes que devem ser adotadas nas revitalizações e nos projetos de praças e parques públicos, para que sejam utilizadas por toda a sociedade. Através da acessibilidade e da análise da percepção, é possível melhorar a qualidade de vida dos usuários, contribuindo para melhoria de vida de pessoas que têm restrições ou limitações. Dessa forma, será possível gerar um maior convívio social e bem-estar dos usuários.

Na investigação, os grupos focais mostraram-se ineficientes quanto à pontuação de necessidades dos usuários devido a sua falta de referencial e

horizontes limitados, mas se mostraram eficientes quanto às suas inseguranças e percepção do espaço. Os mapas comportamentais e questionários foram importantes para entender a apropriação e uso dos espaços mais utilizados e dos locais menos usados. Eficiente, também, para compreender o que os usuários buscam na utilização de praças e parques, quais os fatores que os atraem e os afastam do local.

Portanto, este estudo investigou a percepção de grupos com problemas de mobilidade e dos usuários do parque com a finalidade de averiguar suas necessidades e insatisfações, para que possamos criar espaços nos quais a população, independentemente de suas características físicas e habilidades, sinta-se parte do espaço e possa-o utilizar com segurança e facilidade, projetando, assim, não só lugares melhores, mas promovendo através da sociabilidade desses grupos uma sociedade mais inclusiva e sensível.

É necessário que haja um aumento da consciência social na população, expandindo as fronteiras da percepção, envolvendo uma educação inclusiva, não só na população em geral, mas também discutindo a acessibilidade no âmbito acadêmico, desde a graduação até os mais altos patamares. Quanto maior a consciência populacional, mais transparente será a mensagem, mais apropriada será a cidade para todos, denotando espaços que pertençam a todos.

REFERÊNCIAS

- ABNT. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Accessibility to buildings, equipment and the urbano environment. 3ª edição. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2015.
- ALEX, S. **Projeto da praça: Convívio e exclusão no espaço público**. 2ª Ed. Editora Senac São Paulo. São Paulo, 2011.
- ALEXANDER, Christopher. **Uma Linguagem de padrões**. BOOKMAM EDITORA LTDA. São PAULO, 2013.
- AMATO-LOURENÇO, Luis Fernando et al. **Metrópoles, cobertura vegetal, áreas verdes e saúde**. Estudos avançados. São Paulo. Vol.30 no.86, Jan./Apr. 2016
- BARROS, P. BENTLEY I. **Questões globais, respostas locais: projeto colaborativo em Betim**. 1 Ed. Belo Horizonte, Rona. 2012.
- BINS-ELY, V. H. M.; BRANDAO, M. M. ; BERTOLETTI, Roberta . **Acessibilidade Espacial no Centro Tecnológico da UFSC**: avaliação e proposição de soluções projetuais. Florianópolis, 2010.
- BINS-ELY, V. H. M.; et al .**Desenho Universal aplicado ao paisagismo**. Disponível em:
<<http://www.bu.ufsc.br/petarquitetura/CadernodeDesenhoUniversalAplicadoaoPaisagismo.pdf>>2010. Acesso em: 20 out. de 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 1p.
- BRASIL. **Decreto nº 3.298. da Lei nº 7.853, o direito à possibilidade de integração das pessoas com limitações na cidade, a partir da eliminação de barreiras de acesso às ruas**. Diário Oficial. Brasília. 24 de outubro de 1989
- BRASIL. **Decreto Federal nº 5.296 de dezembro de 2004**.Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial. Brasília. 2 de dezembro de 2004
- CAMBIAGHI, S. **Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. São Paulo, 2007.
- CAUQUELIM, Anne. **A invenção da paisagem**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- CONCEIÇÃO, J. A. e CARVALHO, M.S. e RAMOS, S.M.P. **Espaço e Tempo na formação urbana de Pelotas Rio Grande do Sul**. In: 12 Encontro Geógrafos da América Latina – EGAL, Montevideu, Uruguay, 2009. Disponível em:http://egal2009.easyplanners.info/area05/5469_Ramos_Shana_Monte_Pereira.pdf. Acesso em 14 de agosto de 2015.

CONROUX, Pierre. **Le paysage, um patrioie commun.** IN: LINGEIA, Dossiers sur l' Art (Les Paysages et la Ville). Paris, nº 19,20, octobre 1996/juin 1997. P. 146-148.

DARODA, Raquel F. **As novas tecnologias e o espaço público da cidade contemporânea.** Dissertação programa pós-graduação em planejamento urbano e regional. Porto Alegre. 2012.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena Moro; PIARDI, Sonia Maria Demeda Groisman. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: programa de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações de uso público (no prelo).** Florianópolis: [s.n.], 2009.

DORNELLES, Vanessa G. **Acessibilidade para idosos em áreas livres públicas de lazer.** Florianópolis, 2006. 178 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de pós Graduação, UFSC, 2006.

DORNELES, V. G.; AFONSO, S.; BINS ELY, V. H. M. **O desenho universal em espaços abertos:** uma reflexão sobre o processo de projeto. Gestão e Tecnologia de Projetos. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 55-67, jan.-jun. 2013.

FARACO, Camila. **Reinauguração da EMEI Ruth Blank completa um ano,** 2017. Disponível em: <<http://www.pelotas.rs.gov.br/noticias/detalhe.php?controle=MjAxNy0wNi0yOQ==&cdnoticia=45854>>. Acesso em: 07 de jul. 2017.

FARIAS, Norma, BUCHALLA, Cassia Maria. **A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde: Conceitos, Usos e Perspectivas.** Revista epidemiologia. 2005

FREITAS (H.), OLIVEIRA (M.), JENKINS (M.), and POPJOY (O.). **The Focus Group, a qualitative research method.** ISRC, Merrick School of Business, University of Baltimore (MD, EUA) WP ISRC N°01298, February 1998. 22p.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas.** Tradução: Anita Di Marco. 1. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GUIMARÃES, M. P. Acessibilidade Ambiental para Todos na Escala Qualitativa da Cidade. **Revista de Arquitetura e Urbanismo** Vol.1 Nº 1. Belo Horizonte, 1999.

HELM, joana. **Superkiling / BIG,** 2012. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-17475/superkilen-big>>. Acesso em: 16 de dez. 2015.

IBGE. **Censo demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de Grandes Cidades.** Editora WMF Martins Fontes Ltda. 2000.

- LAMEIRA, Cristiano. **Pracinha adaptada em Bagé – Rs**, 2012. Disponível em: <<http://www.cantinhodoscadeirantes.com.br/2012/05/pracinha-adaptada-em-bage-rs.html>> Acesso em: 20 de março. 2015.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Editora WMF Martins Fontes Ltda. 1997.
- MACEDO, Silvio S., SAKATA, Francine G. **Parques Urbanos no Brasil**. Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- MACEDO, Silvio Soares; ROBBA, Fabio. **Praças Brasileiras-Public Spaces in Brazil**. 3 ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2010.
- MANUAL do Desenho Universal, 2010. Disponível em: <<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/manual-desenho-universal.pdf>> Acesso em: 24 nov. 2016
- MARTINS, Júlia. **Parque da Amizade / Marcelo Roux + Gaston Cuña**, 2015. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/770159/parque-da-amizade-marcelo-roux-plus-gaston-cuna>>. Acesso em: 16 de nov. 2015.
- MONQUELAT, Adão Fernando. **As praças de Pelotas e suas histórias: século XIX**. Pelotas: Mundial, 2015.
- PAIVA, Patrícia D. de O. **Paisagismo I – Histórico, Definições e Caracterizações**. UFLA, 2004.
- PARADEDA, Maria Lúcia Bastos. **Arquitetura da paisagem e modernidade: um estudo sobre representações e memória das praças Pelotas: 1860-1930**. PUC-RS, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: Escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO; LANGUE. **Sensibilidades na História: memórias, singularidades e identidades sociais**. 1ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007, v. 1, p 9-21). Mimeo, 2007.
- PESSOA, Marcus. **Praça com Brinquedos acessíveis para cadeirantes na cidade de Dom Pedrito**, 2014. Disponível em: <<http://marcuspessoa.com.br/pracas-para-cidadaos-com-necessidades-especiais>> Acesso em: 14 de abril. 2015.
- QUEIROGA, Eugenio Fernandes. Notas Sobre Algumas “Praças” Contemporâneas: O Design na Paisagem. **Revista Eletrônica da Área da Paisagem e Ambiente**, FAU-USP. São Paulo, 2003.
- RHEIGANTZ, Paulo Afonso, AZEVEDO, Gisele Arteiro, BRASILEIRO, Alice, ALCANTARA, Denise de, QUEIROZ, Mônica. **Observando a qualidade do lugar: procedimento para avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro. PROARQ, 2009.
- RHEINGANTZ, P. A. **Qualidade do lugar e a cultura contemporânea**. FAU/PROARQ. Rio de Janeiro. 2012.

ROBBA, Fabio. **O Desenho da Praça Contemporânea**. IX Encontro Nacional de Arborização Urbana. Brasília, 2001.

SIAB. **Sistema de informação básica**. 2017 Disponível em: <http://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/epidemiologicos/siab>. Acessado em: 05 de jul 2017.

SILVA, R. M. **Proposição para Programa para Implantação de Acessibilidade ao Meio Físico**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis. UFSC, 2004.

SOMMER, B.; SOMMER, R. **A practical guide to behaviorl Research**. 5° ed. Oxford: Oxford University Press, 2002.

SOUZA, R.M. **Que palavra que te falta?: lingüística, educação e surdez**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

OMS - Organização Mundial de Saúde. **CID –10, tradução do Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português**. 9 ed. Rev –São Paulo: EDUSP, 2003.

OKAMOTO O, Jun. **Percepção ambiental e comportamento: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação**. São Paulo: Mackenzie, 2002.

ONU- Organização das Nações Unidas (ONU). **World Population Prospects**. The 2004 Revision, 2005

REIS, Antônio T.da Luz; LAY, Maria C. D. **Avaliação da qualidade de projetos - uma abordagem perceptiva e cognitiva**. Ambiente Construído. Porto Alegre. Vol. 6. N. 3, p21-34. 2006.

WERNER FLACH, Cláudia; MOREIRA BERDETE, Maiara. **Praças, Parques e Avenidas: áreas verdes e sua importância como espaço de lazer em Pelotas**. Ciência e Natura, v. 38, n. 1, p. 195-205, jan.-abr. 2016. Disponível em: . Acesso em: 15/07/2016.

WHO World Health Organization. **International classification of funcioctioning, disability and health**. Geneva: World Health Organization. 1980

WORDEN, Eva C.; MOORE, Kimberly A. **Sensory Gardens**. Disponível em: <http://edis.ifas.ufl.edu/ep117> Acesso em: 03 set 2016.

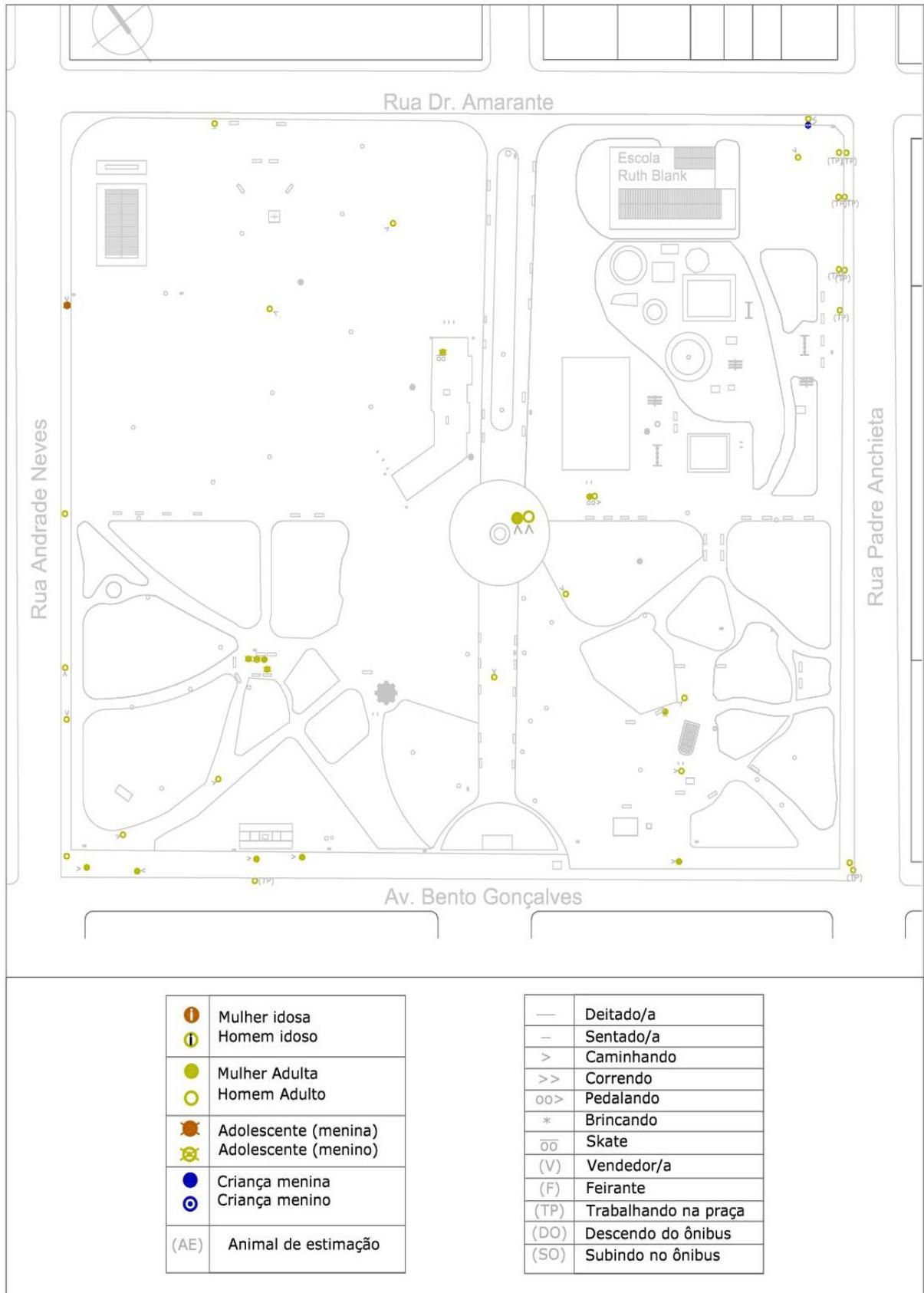
Apêndice A: Levantamento Fotográfico ESPAÇOS DE LAZER



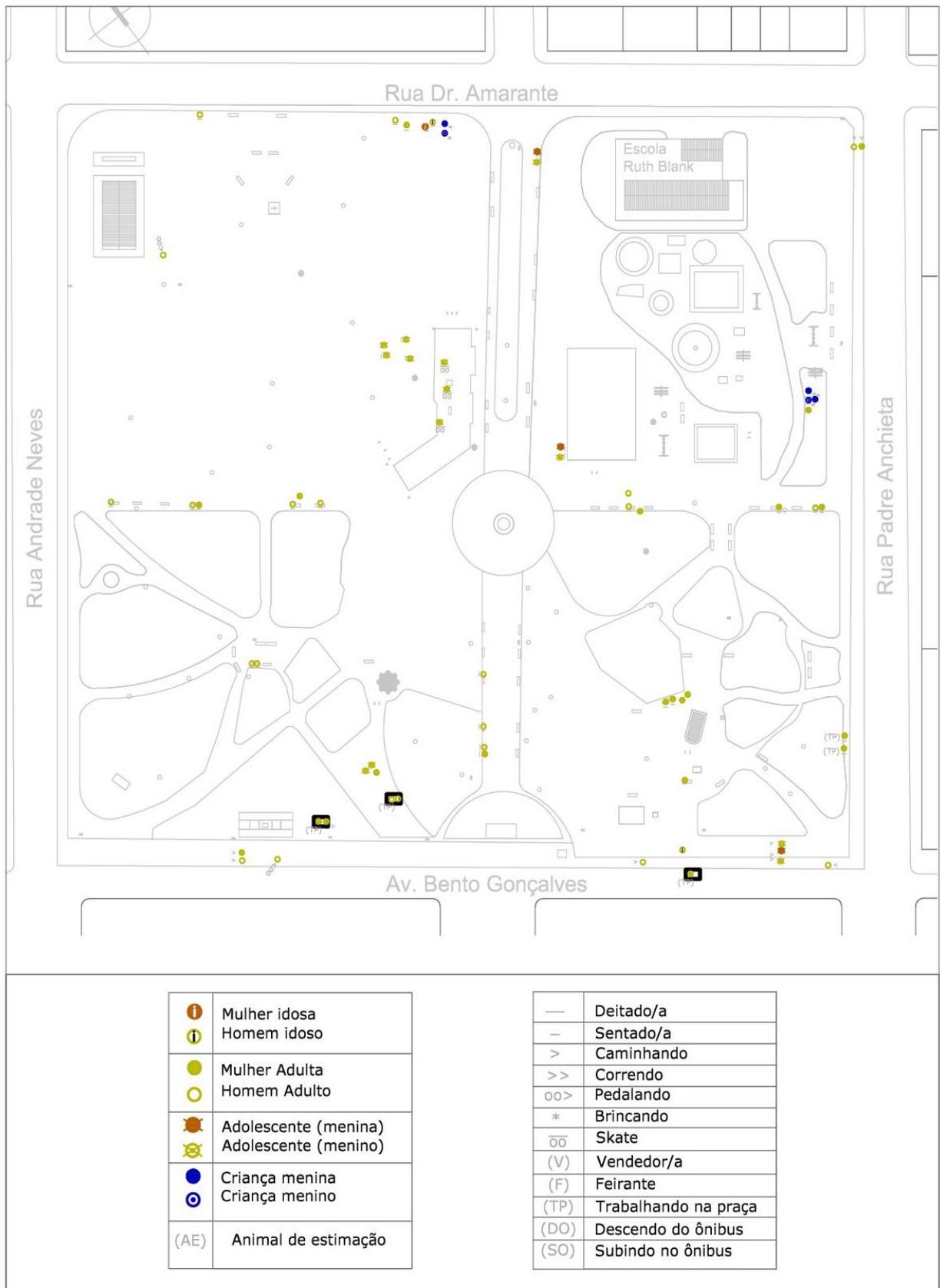
LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO MONUMENTOS



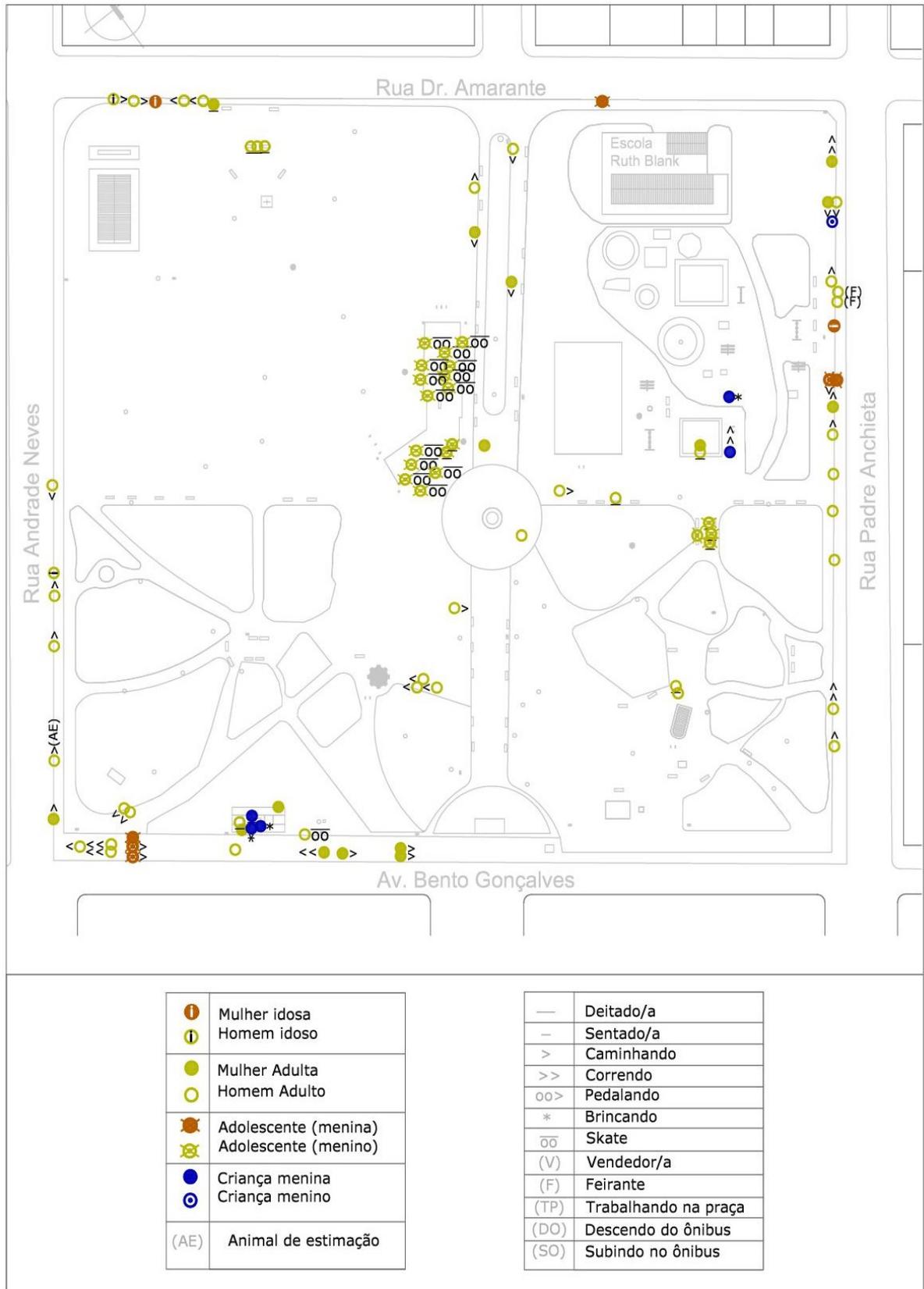
Apêndice B: Mapas comportamentais



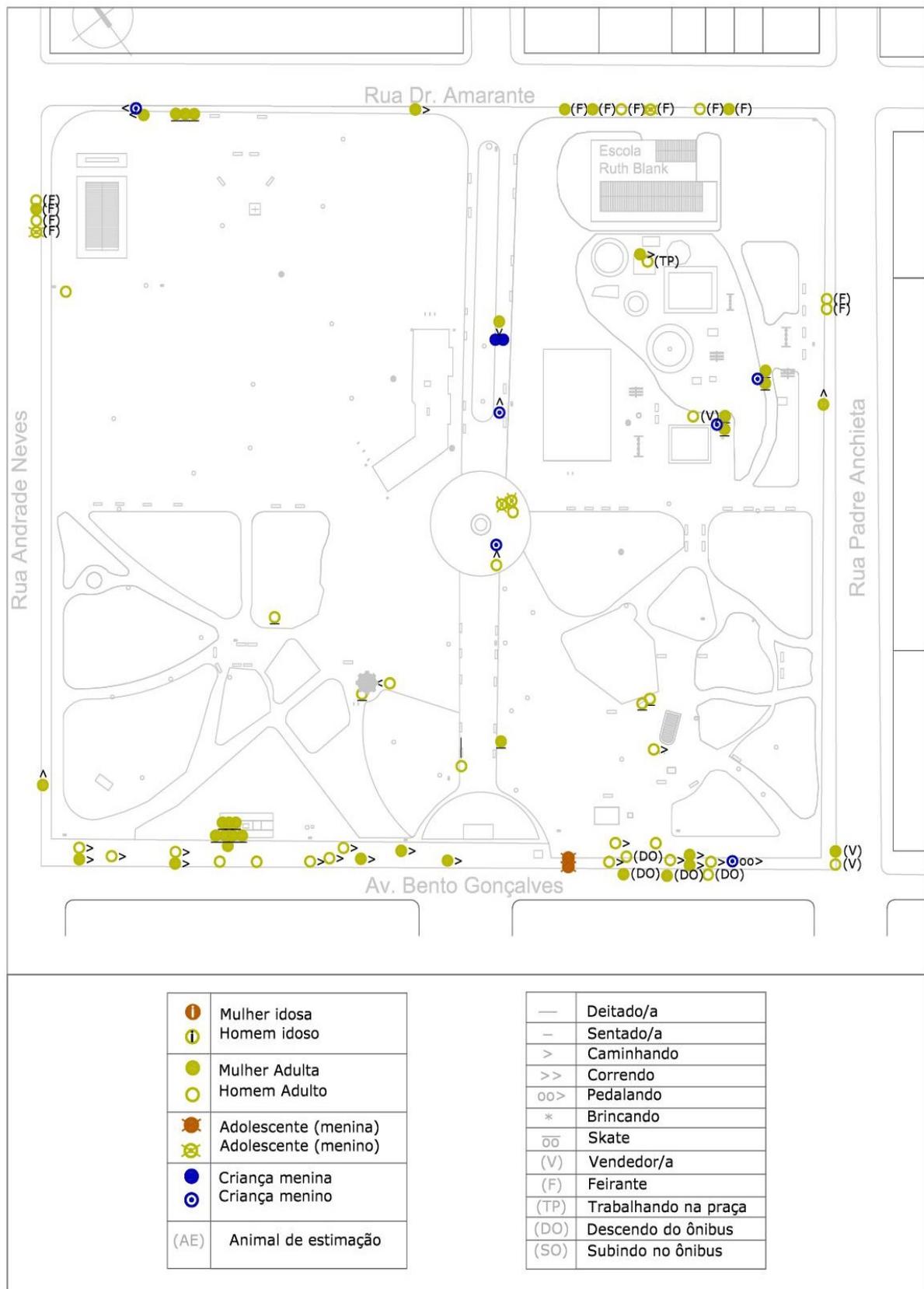
Mapa comportamental - Segunda - 14 horas



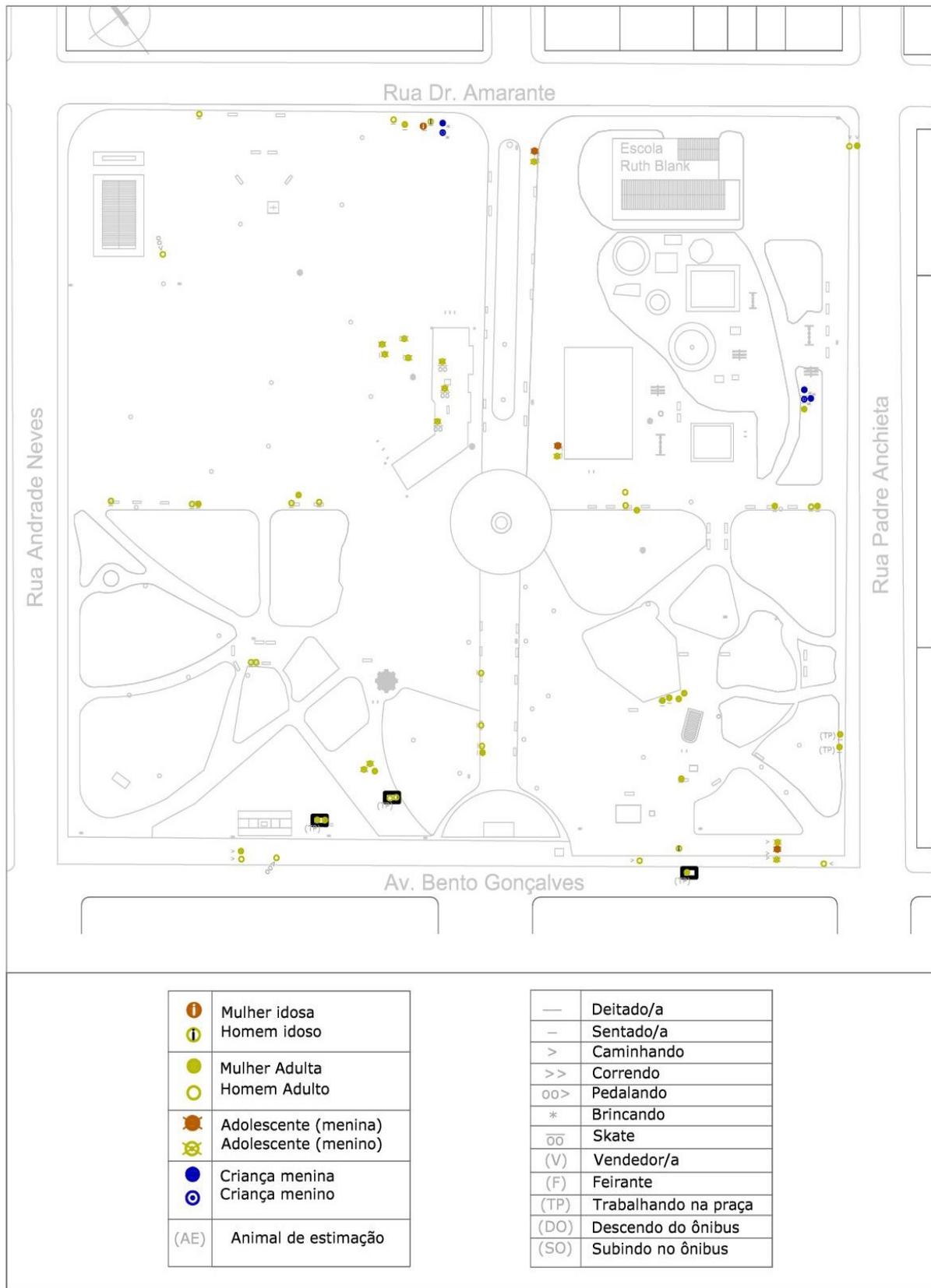
Mapa comportamental – Segunda - 16 horas



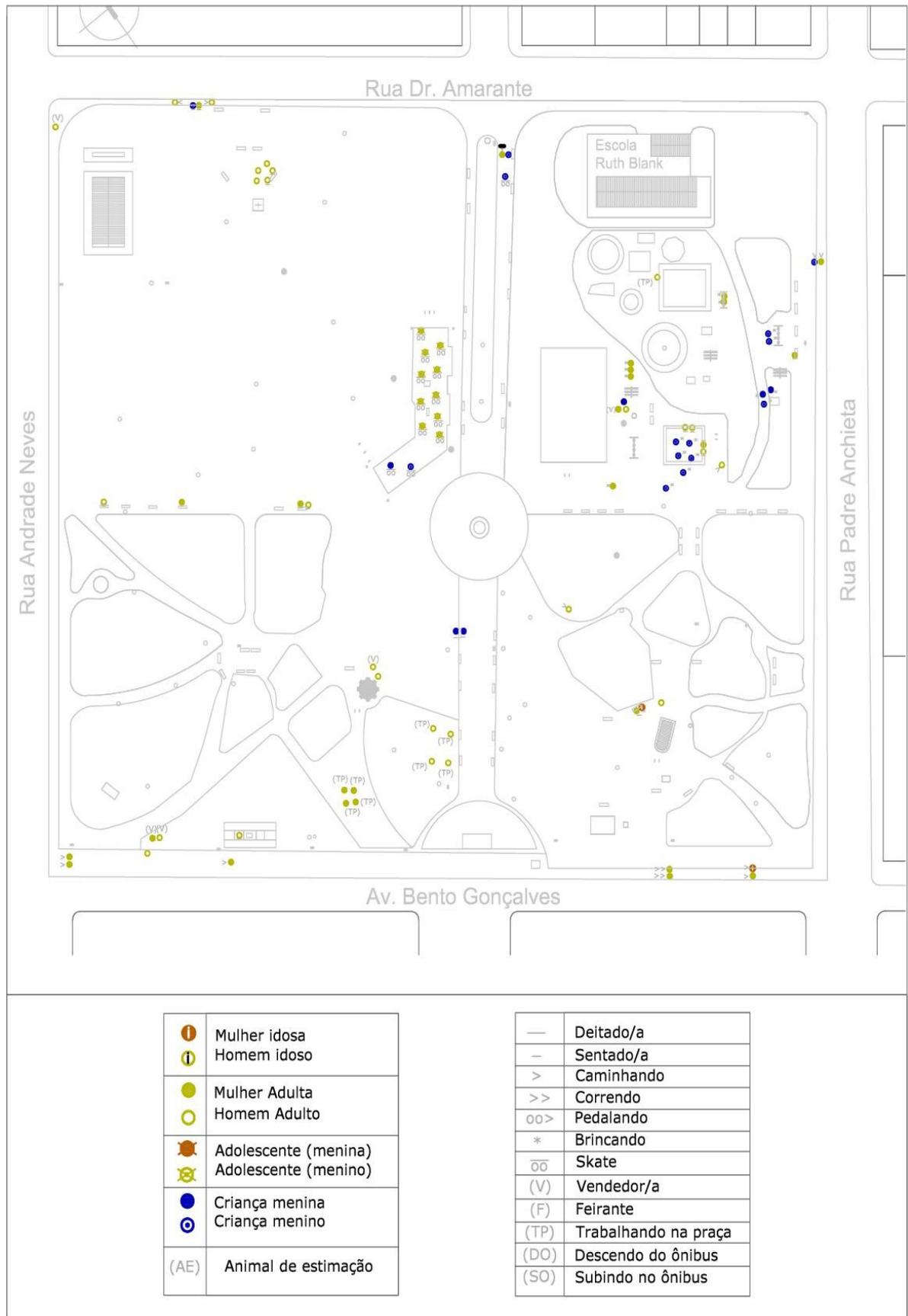
Mapa comportamental - Segunda - 18 horas



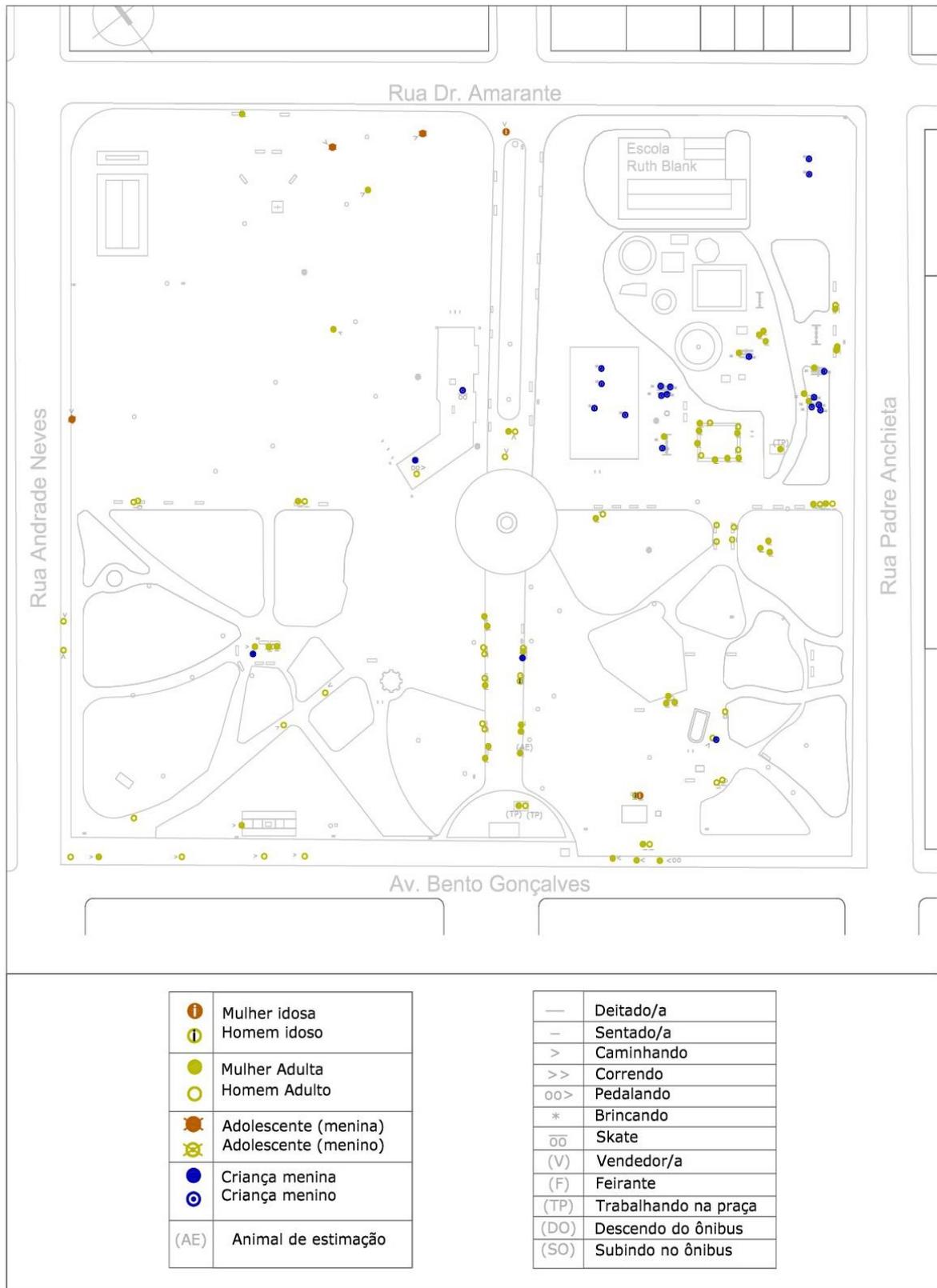
Mapa comportamental – Sábado - 14 horas



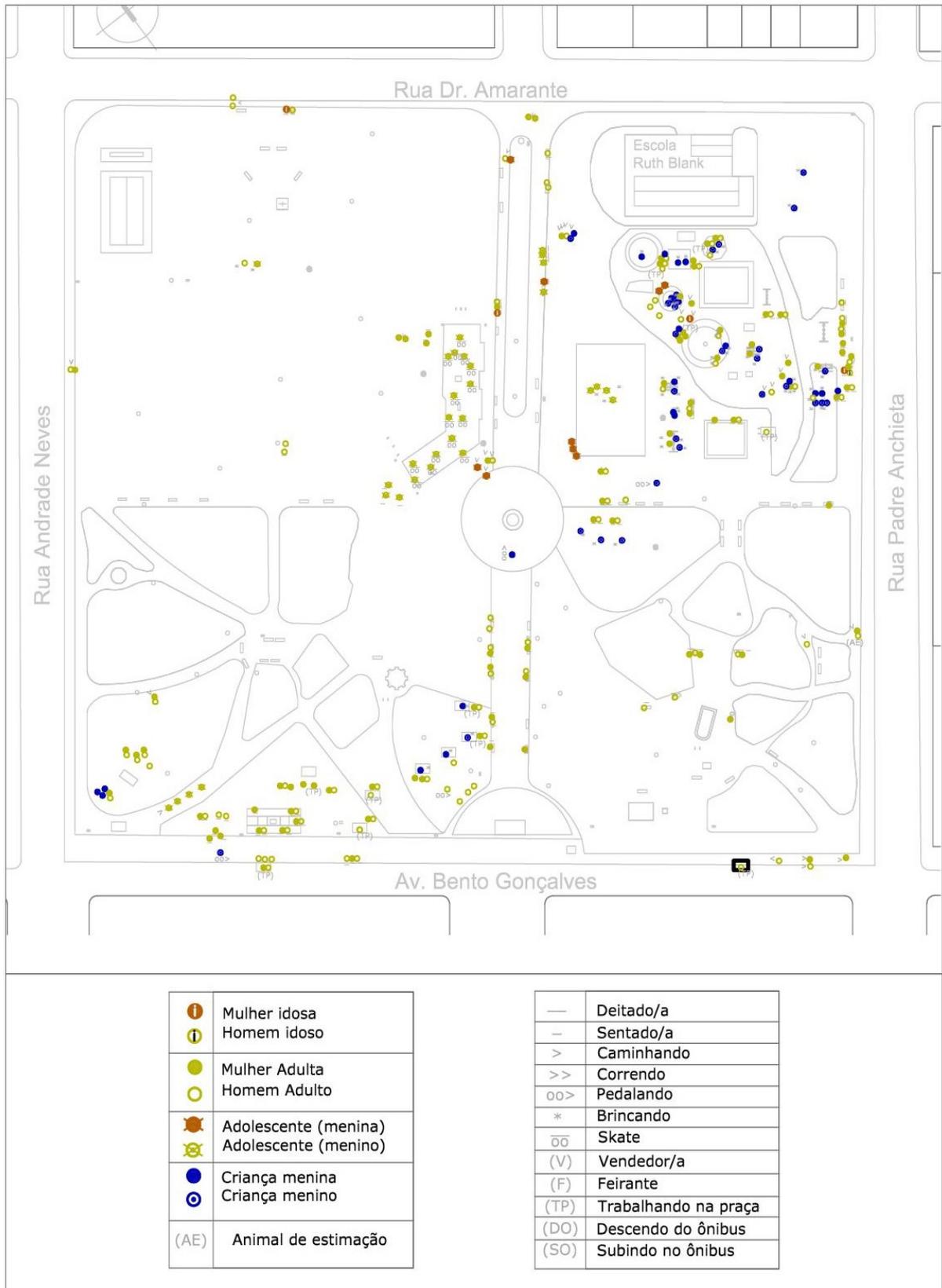
Mapa comportamental – Sábado - 16 horas



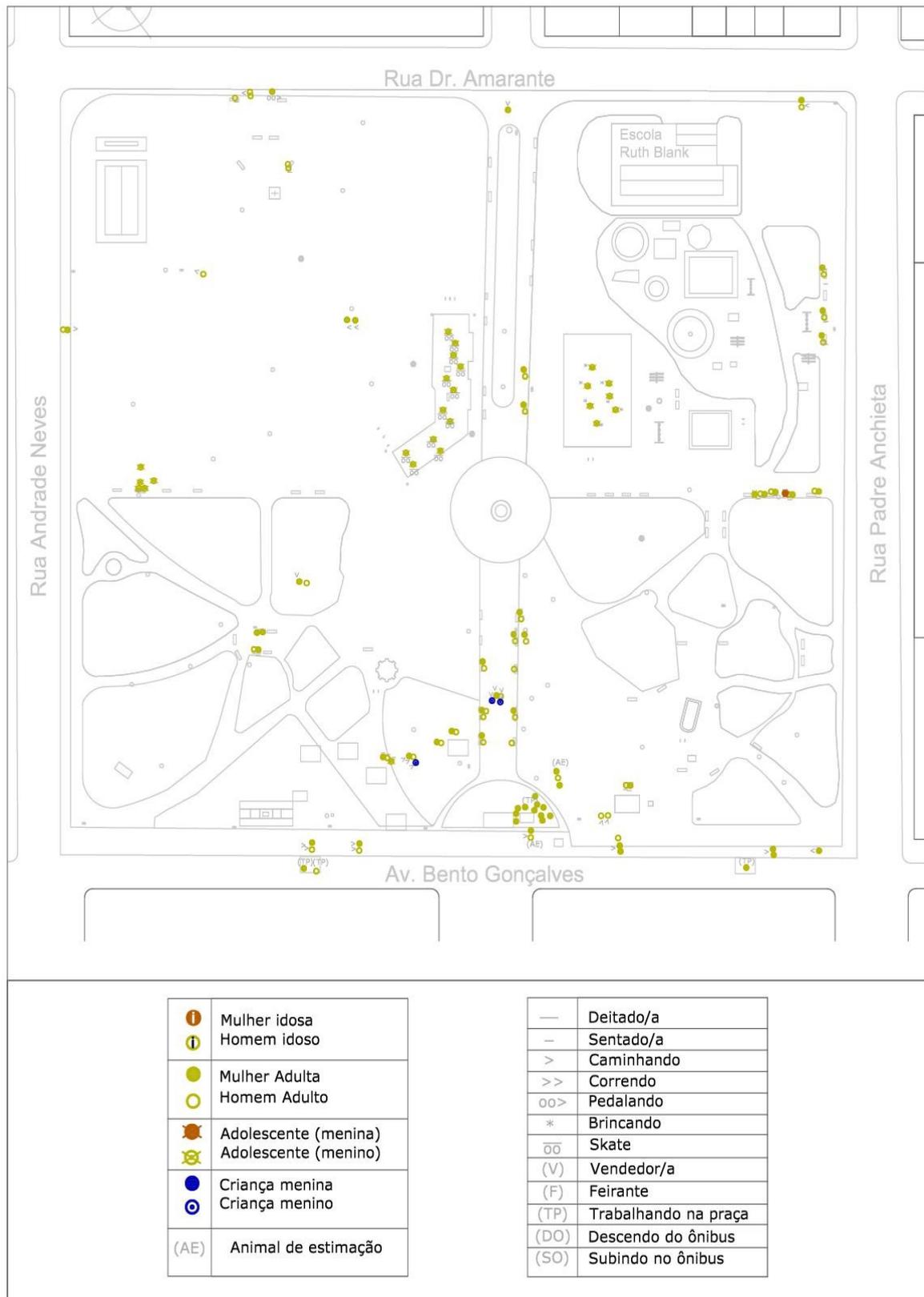
Mapa comportamental - Sábado - 18 horas



Mapa comportamental - Domingo - 14 horas



Mapa comportamental – Domingo - 16 horas



Mapa comportamental -Domingo 18 horas

Apêndice C: Grupo Focal Louis Braille

ENTREVISTADOR 1: Um documento, entregar para a prefeitura...

ENTREVISTADO: Tirar do papel e se concretizar

ENTREVISTADOR 1: Exatamente, para eles terem um subsídio do que as pessoas aqui da volta querem do lugar, porque se não, eles ficam fazendo essas obras sem saber o que a gente precisa

ENTREVISTADO: Fica sem utilidade.

ENTREVISTADOR 1: É por isso que nós estamos indo a todos estes lugares para conversar. Então a idéia é assim: cada um falar um pouquinho da praça, se gosta, o que está ruim... Seria mais uma conversa.

ENTREVISTADO: Everson, já foste nessa praça alguma vez?

ENTREVISTADO 1: Sim, vou seguido.

ENTREVISTADO: Que tipo de atividade tu fazes na praça?

ENTREVISTADO 1: Só vou quando tem jogo do Pelotas

PROFESSORA: Tu passas direto pela praça?

ENTREVISTADO 1: Atravesso ali pelo meio .

ENTREVISTADO: Nunca usaste a praça? Nem quando eras pequeno?

ENTREVISTADO 1: Só quando vou aqui da escola. Já fui quando era pequeno só.

ENTREVISTADO: Porque tu moras aqui perto não é? E o que tu achas da praça?

ENTREVISTADO 1: Tá atirada né...

ENTREVISTADOR 1: E quando tu vais ali para o jogo, tu atravessas pelo meio?

ENTREVISTADO 1: Sim, eu atravesso pelo canteiro para chegar no portão da Anchieta

ENTREVISTADOR 1: E tu achas fácil de caminhar ali? Ou tinha que ter algo a mais?

ENTREVISTADO 1: Acho fácil, porque eu sou de baixa visão

ENTREVISTADO: É isso que eu ia te perguntar Everson, para vocês que são baixa visão, não são cegos, é preciso melhorar alguma coisa?

ENTREVISTADO 1: Pra quem é cego sim, tipo o Diego é cego. Para o meu caso não.

ENTREVISTADO: Mas baixa visão tem dificuldade de enxergar, tu consegues caminhar bem ali, tem dificuldade com buraco, pedra? E porque tu achas que está atirada a praça?

ENTREVISTADO 1: Ah, porque a prefeitura não cuida...

ENTREVISTADO: E o que a prefeitura tem de fazer?

ENTREVISTADO 1: Limpeza, cuidar... Iluminação, porque de noite a gente não atravessa pelo meio, fica com medo, não é bem iluminada.

ENTREVISTADO: Vamos passar para o Diego agora. Diego conhece a praça ali?

ENTREVISTADO 2: Tinha que tapar os buracos...

ENTREVISTADOR 1: A gente conversou ali com as crianças e a percepção das crianças, não sei se é porque elas ficam mais interessadas no playground, mas mesmo os pequenininhos já tinham uma percepção bem boa na questão da água. Toda vez que chovia, eles tinham que ficar muito tempo sem ir à praça porque alagava tudo e e a gente que não usa tanto, não se dá de conta do problema. Eles falaram muito dos bichos porque havia aranha nos brinquedos e as crianças com quatro anos já estavam apontando isso. Diego, e o passeio que tu fizeste na praça foi aqui da escola?

ENTREVISTADO 2: Com a Gabriela, professora de Educação Física.

ENTREVISTADO: A escola também utiliza o espaço para aulas de educação física.

ENTREVISTADOR 1: Ah, isso é interessante, eu não sabia.

ENTREVISTADO: Porque nós tínhamos o parque da escola... Então o Diego conhece o parque através da escola, a gente também faz piquenique ali, teve uma vez que a gente foi fazer piquenique e deu até tiroteio...

ENTREVISTADOR 1: Ah que horror!

ENTREVISTADO: Foi um pânico, todos os cegos ou com baixa visão, com dificuldade para se locomover, de dia... 3hs da tarde mais ou menos... Estavam perseguindo não sei qual pessoa na praça. Imagina o terror que foi pra gente que vê, imagina pra quem não vê...

Felipe, tu gostas da praça?

ENTREVISTADO 3: Moro perto da Andrade Neves. Eu acho praça boa, às vezes eu acho buraco...

ENTREVISTADOR 1: E os caminhos?

ENTREVISTADO 4: Eu tenho que fazer força. Eu vou só com a escola, às vezes, no final de semana.

ENTREVISTADO: O que tu achas daquela praça ali? O que tem que melhorar?

ALUNO: A iluminação também...

ENTREVISTADORA 3: Mas vocês conseguem chegar a todos os lugares ou é mais limitado de fazer os trajetos, porque tem uns caminhos que são ruins, não é?

ENTREVISTADO: A acessibilidade ali é quase nenhuma né, é quase zero...

ENTREVISTADOR 1: E a gente está fazendo este trabalho porque há uns dois anos atrás eles investiram ?????? milhões de reais ali. O Governo Federal mandou para a Prefeitura e eles fizeram o que está agora. Virá mais uma verba dentro de um programa federal existente, vai beneficiar o Parque Dom Antônio Zattera e este de novo será reformado. Então, pelo menos, que esta pesquisa sirva para dar um subsídio porque parece que dinheiro existe, o problema parece que é o pessoal fazendo projeto, não é...

ENTREVISTADO: Vanessa, tu gostas da praça?

ENTREVISTADO 5: Gosta.

ENTREVISTADOR 1: Essa turminha fez alguma atividade com esta professora? Fora o Emerson que disse que foi.

ENTREVISTADO: É que os outros são mais limitados, mas sempre que tem a oportunidade vamos à praça, passeamos, às vezes quando é o dia da árvore...

ENTREVISTADO 6: Dia 21 de setembro

ENTREVISTADO: Obrigada por lembrar Everson, a gente vai lá, eles conhecem as árvores, abraçam, fazem um trabalho de conscientização da natureza, sempre que pode a escola está ali presente

ENTREVISTADO 1: A única coisa que estraga ali é aquele estádio ali...

(momento da foto)

(entrega dos papéis da autorização)

(saem da sala)

ENTREVISTADOR 1: Agora, Lívia, acredito que tu já podias marcar um horário com a professora de Educação Física, porque eu acho que com ela tu vais conseguir muito mais informação. Eu achei que não precisava fazer desenho assim, mas para conversar, achei melhor. A professora vai te contar as experiências que ela teve. Marca uma entrevista, daí tu já vens com umas perguntas formuladas e depois tu a deixas à vontade, para ela continuar falando coisa que a gente não sabe porque é uma pesquisa semi-estruturada e aí tu gravas e depois transcreves, já é uma entrevista importante.

(na sala da direção)

ENTREVISTADOR 1: Foi super legal, nós conversamos com eles e aí eles falaram das experiências durante a Ed. Física e aí eu estava dizendo para a Lívia que seria

interessante nós combinarmos um dia e falar só com a professora. Entrevista-la para que nos conte essas experiências. Eles já nos contaram um pouquinho, que vão ali, falaram que não gostam muito da iluminação, que tem muito buraco, etc. e a professora nos contou como são essas atividades. Não sei se a Lívia comentou, nós já conversamos com o pessoal da Escolinha, com as crianças de 4 anos...

ENTREVISTADO: Para usar a imagem tem que pedir autorização, está bem?

ENTREVISTADOR 1: Está nós até tiramos uma foto agora, mas é só para o nosso registro para a gente não nos esquecermos de vocês, não vai ser usada em lugar nenhum, nós comentamos ali na hora da foto. Nós estamos juntando essas três informações, das crianças aqui de vocês e o próximo passo é conversarmos com os idosos e aí juntaremos essas informações para tentarmos traçar algumas diretrizes de projeto, porque esse parque foi restaurado, renovado há uns dois anos atrás e agora eles receberam um novo dinheiro junto com a Coronel Pedro Osório só que renovar sem conversar com as pessoas que moram na volta fica difícil, não é... E agora eu vi na Andrade Neves, que abriu um centro de atendimento de pessoas com dificuldades visuais....

ENTREVISTADOR 1: Ocorre um grande movimento aqui de pessoas com problemas visuais porque abriu este centro de atendimento?

PESSOA 1: Era na Osório com Padre Felício, para diminuir as despesas nós optamos pelo salão que fazia as festas.

Adriana: E colocou ali.

PESSOA 1: Então a entrada é pela Padre Felício.

ENTREVISTADOR 1: A minha mãe, que é dentista, vai até ali. Eu achei tão bom que também fui ali.

PESSOA 1: Ah eu sei, conheço ela.

ENTREVISTADOR 1: A Adélia? Ela disse, que até propôs doar o seu consultório, mas não há dentista ali eles disseram que assim não seria possível...

PESSOA 1: Assim, a professora de Educação Física vem terça de manhã, quarta de manhã e quinta todo o dia.

ENTREVISTADOR 1: Anota os horários.

PESSOA 1: O horário deles com ela é quinta nos dois últimos, é das 4hs, das 15 pras 5hs até as 5h30, não desculpa, das 4hs até as 5h30.

ENTREVISTADOR 1: Mas acho que seria bom falar primeiro com ela sozinha, concordas Lívia?

ENTREVISTADOR: Sim.

ENTREVISTADOR 1: Para ela contar as experiências do ponto de vista dela porque com os alunos já conversamos, já sabemos dessas atividades comentadas por eles.

PESSOA 1: É eles saíam bastante com o professor que saiu, fez o concurso do IFSUL e passou e aí teve que sair e a Gabi ficou no lugar dele, então a Gabi tem um mês, mais ou menos.

ENTREVISTADOR 1: E esse professor, será que a gente não consegue contato? Ah então quem sabe Lívia, tu consegues?

ENTREVISTADOR 2: Sim, como é o nome dele?

ENTREVISTADOR 1: Tu passas para nós?

PESSOA 1: Rafael Barbosa, é só tu por no Face o nome dele, vai aparecer, daí tu manda uma mensagem para ele.

ENTREVISTADOR 1: E ele fez concurso para onde?

PESSOA 1: IFSUL de Jaguarão.

ENTREVISTADOR 1: Mas, de repente ele ainda mora em Pelotas?

PESSOA 1: Ele vem pra cá só final de semana, tá ficando lá, parece que até quarta ele fica.

ENTREVISTADOR 1: E ele trabalhou quanto tempo aqui?

PESSOA 1: Dez anos que o Rafael teve aqui, né Lúcia?

PESSOA 2: Desde 2002.

ENTREVISTADOR 1: Bastante, aí fica interessante né. Tá, então tá. Então está bem. Tu podes marcar, Lívia?

PESSOA 1: Isso, conversa com ele.

ENTREVISTADOR 1: Já temos dois profissionais... Se julgarmos necessário conversamos com a turminha, mas depois de conversar com os dois.

ENTREVISTADOR 2: Eu vi que há bastante pessoal de cadeira de rodas ali na turma. Existe algum centro aqui em Pelotas que eu possa ir pra conversar com eles também? Não sei, tipo como tem o Louis Braille?

ENTREVISTADOR 1: Cadeirantes...

PESSOA 1: Não, específico de cadeirantes não tem, tem ali as escolas especiais, Alfredo..... Cerelepe que tem cadeirantes, só que são alunos comuns, tem alunos aqui conosco e com eles também...

ENTREVISTADOR 1: E aquele aluno que tu entrevistaste para o teu TFG?

ENTREVISTADOR 2: Ele não está mais aqui, tinha um professor aqui, como era o nome dele, ã...

PESSOA 1: Era cego? De informática?

ENTREVISTADOR 2: Isso

PESSOA 1: Francis.

ENTREVISTADOR 2: Sim, o Francis, porque eu fiz no ano passado, meu TFG. Foi uma praça totalmente acessível. Agora eles estão discutindo sobre ali na Álvaro Chaves com Cassiano.

ENTREVISTADOR 1: A Praça da Palestina.

ENTREVISTADOR 2: Na frente da Escola Dom João Braga. Eu fiz um projeto para esse local com acessibilidade, com desenho universal. Então eu vim conversar com ele, mas ele não está mais aqui, não é?

PESSOA 1: Ele falou que tava com saudade daqui...

ENTREVISTADOR 2: Mas ele falou que aqui era muito ruim, que era pior do que lá. Inclusive as calçadas, porque é muito difícil para ele se locomover.

ENTREVISTADOR 1: E ele era totalmente deficiente visual?

PESSOA 1: Era totalmente, ele ficou aos 16 anos.

ENTREVISTADOR 2: É, na adolescência, ele me falou...

PESSOA 1: Mas totalmente autônomo, viaja.

ENTREVISTADOR 2: É, mas ele disse que pra ele é bem mais fácil, porque como ele já tinha visto uma vez na vida ele já tinha uma percepção maior. Quando eles nascem cegos é mais difícil de aprender a se locomover.

PESSOA 1: É, tem uns que só andam com acompanhante. Por causa da dificuldade. O Francis se queixava muito das lojas, quem é cego mesmo se não tem alguém que vá junto ou uma atendente, ele entrava e saía das lojas e ninguém perguntava nada pra ele.

ENTREVISTADOR 2: Mas aqui em Pelotas não o mau atendimento não é só com cegos.

ENTREVISTADOR 1: É complicado.

ENTREVISTADOR 2: O pessoal dessa turma além de visão, eles tem alguma outra deficiência? Eu não entendo assim, mas...

PESSOA 1: Tem problemas associados.

ALINE: Mas só um que era totalmente cego né? A maioria era baixa visão...

PESSOA 1: É a maioria é baixa visão, menos o Diego só.

ENTREVISTADOR 1: Então está bem.

PESSOA 1: Então gurias, como vai ser? Vocês já deram as autorizações para eles?

ENTREVISTADOR 2: Dei, dei...

PESSOA 1: E ela disse que dia é pra vir pegar?

ENTREVISTADOR 2: Ela disse que ia dar hoje, mas eu vou deixar pra vir pegar na quinta a fim de ter certeza. Então eu já conversei com a Gabriela.

PESSOA 1: De repente tu até acompanhava eles lá.

ENTREVISTADOR 2: Está bem. Na quinta-feira, das 4hs às 5hs30?

ENTREVISTADOR 1: Seria interessante tu acompanhares.

ENTREVISTADOR 2: E aí já deixo as autorizações com eles também.

PESSOA 1: tá, e de retorno pra nós?

ENTREVISTADOR 1: A ideia é assim: depois que terminarmos o trabalho aqui, iremos ao encontro dos idosos que moram em frente à praça. Vamos fazer um trabalho com eles também, durante, um ou dois dias, uma coisa rápida. Aí juntaremos essas três informações e escreveremos algum documento, que será enviado para a vocês e pra Prefeitura. Sobre essa questão que a população aqui da volta está dizendo, o que precisa ter no projeto, para as pessoas terem uma diretriz, porque eles não fazem esse trabalho. Eu sei porque o meu marido trabalha na Secretaria de Mobilidade Urbana e tem vários arquitetos lá, mas eles não saem de lá, entendeu? E aí tu perguntas por que isso ocorre. “Ah porque a gente precisa de autorização do chefe que não os deixam sair”. E eles não saem. Então os projetos realmente são baseados em imagens que eles veem no Google, é isso que acontece. Diante disso a universidade pelo menos deveria dar esse subsidio, não é? Certamente nós podemos, visto que fazemos essas pesquisas.

PESSOA 1: Onde já se viu fazer um projeto sem estudar o ambiente...

ENTREVISTADOR 1: Vou dizer para minha mãe que tu estavas aqui.

PESSOA 1: Ela já sabe que eu tava na padaria.

ENTREVISTADOR 2: Obrigada.

PESSOA 1: Ela disse, vai tomar um cafezinho comigo. A Taís me disse: “Ah teve uma senhora aqui, uma dentista, veio aqui olhou tudo, perguntou...”

ENTREVISTADOR 1: Ela disse que já queria doar tudo para eles. Se aparecer um dentista, tu já sabes, já que a mãe deixou de trabalhar. Depois que o pai faleceu, ela não voltou mais e o consultório ficou lá paradinho, está desativado. E eu estudei Arquitetura, minha irmã Direito...

PESSOA 1: Ela só quer vida boa agora...

ENTREVISTADOR 1: É, só cuidar do Leo, meu filho que tem quatro anos, Hoje já passou a manhã inteira com ele.

PESSOA 1: Então está gurias.

ENTREVISTADOR 2: Tchau, obrigada.

Apêndice D: Grupo Focal Lar de idosos

ENTREVISTADOR 1: Vou me apresentar então: meu nome é Lívia, essa aqui é a Taís. Eu faço um trabalho sobre acessibilidade em praças e parques sobre como as pessoas se locomovem, como podem utilizar o parque. Meu estudo de caso é o Parque Dom Antônio Zattera. Então eu queria saber como vocês se locomovem, se vocês utilizam o parque.

ENTREVISTADO 1: Não, não, não

ENTREVISTADOR 1: Porque o senhor não quer participar?

ENTREVISTADO 1: Não, por enquanto a gente não tinha autorização de sair, muita gente pode sair e muitos não podem porque têm dificuldade pra caminha e se localizar. Esses cadeirantes passam muito trabalho. Então eu trabalho, já que a senhora falou eu trabalho sozinho lá na minha sala, faço minha pesquisa sozinho.

ENTREVISTADOR 1: E os outros utilizam o parque para passear? Vocês vão passear no parque aqui na frente?

Idoso 2: Não

Idoso 3: Não, na frente não, vou no parque em Porto Alegre, em Rio Grande, aí da frente eu só passo. É difícil, sempre vou direto ao centro.

ENTREVISTADOR: E a senhora, a senhora utiliza o parque para passear?

Idosa 4: Não

ENTREVISTADOR: Também não, nunca vai ao parque? A senhora não pode sair para rua também?

Idosa 4: Eu posso

ENTREVISTADOR: Pode, mas prefere não utilizar.

Idosa 4: Posso, mas não vou.

Tais: E o que acha que falta no parque para que vocês tenham vontade de ir lá, ficarem sentados?

Idosa 5: Olha, tenho medo.

Tais: Tem medo? É perigoso, não é?

Idoso 5: Tenho medo. Eu nunca posso, nem nunca andei em nada, mas só de olhar as alturas assim já ...

ENTREVISTADOR: Altura das árvores?

Idosa 5: É.

ENTREVISTADOR: E vocês, vocês utilizam a praça aqui na frente? Vocês desfrutam da praça para passear?

Idoso 6: Na frente?

ENTREVISTADOR: É

Idoso 6: Ir à praça?

ENTREVISTADOR: É.

Idoso 6: Eu nunca fui

ENTREVISTADOR: Nunca foi?

Idoso 6: Não deixam eu ir.

ENTREVISTADOR: E a senhora, utiliza a praça aqui na frente?

Idosa 7: Não.

ENTREVISTADOR: Também não pode sair para passear?

Idosa 7: Não.

ENTREVISTADOR: Está bem então.

Idoso 8: Não pode, só se vai um responsável para tirar a gente, senão não pode sair.

ENTREVISTADOR: E vocês nunca foram com responsável ali na praça?

Idoso 8: Não.

ENTREVISTADOR: Não?

Idoso 8: Não, fomos lá no Barro Buro, fomos ao cinema, fomos à Fenadoce

ENTREVISTADOR: E como são as ruas da cidade para vocês caminharem?

Idoso 8: É bom.

ENTREVISTADOR: É bom?

Idoso 8: É.

ENTREVISTADOR: Tudo bom?

Idoso 8: É, eu já morei aqui em Pelotas.

ENTREVISTADOR: E a senhora, sai para passear de vez em quando?

Idosa Cadeirante 9 (Ivone): O último dia que eu saí aqui foi no dia 21 de janeiro .

ENTREVISTADOR: E a senhora foi aonde?

Idosa Cadeirante 9 (Ivone): De lá pra cá não saí

ENTREVISTADOR: E onde a senhora foi passear?

Idosa Cadeirante 9 (Ivone): Bom, eu tive meus amigos que vieram lá de Brasília pra me verem aqui. Alugaram uma pousada lá no Laranjal, vieram aqui me levaram

pra lá eu fui e fiquei dez dias com eles. Então passeamos, fomos ao Cassino, fomos ao Uruguai, passeamos.

ENTREVISTADOR: Ah, legal! Passeou bastante, então.

Idosa Cadeirante 9 (Ivone): Foi minha afilhada que veio de lá com a família dela né, marido e os dois filhinhos e a mãe dela, mas depois eu não saí mais.

ENTREVISTADOR: Nem aqui na frente no parque?

Idosa Cadeirante 9 (Ivone): Não.

ENTREVISTADOR: E vocês podem ir ali?

Idosa Cadeirante 9 (Ivone): Pode, desde que tenha uma pessoa para me ajudar, porque tem ... primeiro que a locomoção é muito difícil para cadeirante, eu não fico nem em pé. Então, pra eu andar na rua assim com uma pessoa que eu não tenho confiança, eu fico com muito medo de...

ENTREVISTADOR: De sair?

Idosa Cadeirante 9 (Ivone): É, embora a cadeira seja segura e tudo né, mas tem que ter alguém comigo eu não posso ir sozinha

ENTREVISTADOR: Nós vamos fazer um passeio aqui no parque, quando o dia estiver bonito. Aí se a senhora quiser ir conosco vamos dar uma volta na praça para ver como vocês andam, o que vocês acham da praça

Idosa Cadeirante 9 (Ivone): Ah, quando eu quero ver o Sol ou a chuva ou qualquer coisa, eu vou pra porta lá na frente e olho pra rua

ENTREVISTADOR: Como é seu nome mesmo? Desculpa!

Idosa Cadeirante 9 (Ivone): Ivone.

ENTREVISTADOR: Prazer, eu sou a Lívia.

Idoso 10 (Getúlio): Eu já falei, agora posso ir?

ENTREVISTADOR: Já, muito obrigado pela sua participação.

Idoso 10 (Getúlio): Felicidades.

ENTREVISTADOR: Bom passeio.

Idoso 10 (Getúlio): Vocês transmitem para os outros jovens porque eles não vão para parque. Não vão para parque por motivos muito alheios à vontade deles e também porque não podem sair sozinhos.

Depende de alguém pra levá-los. Às vezes, vêm pessoas de fora e levam pra passear de ônibus por aí, foram ao (parte inaudível) inclusive eu fui junto e foram também na Fenadoce, mas tudo é uma excursão, sozinho não. Sozinho fui eu.

ENTREVISTADOR: Bom passeio.

Idoso 10 (Getúlio): Tenho que sair

ENTREVISTADOR: Há quanto tempo o senhor vive aqui no lar de Idosos?

Idoso 11 (Lamartine): Dois.

ENTREVISTADOR: Dois anos?

Idoso 11 (Lamartine): É.

ENTREVISTADOR: Faz pouquinho tempo?

Idoso 11 (Lamartine): Eu tive uma isquemia, eu gostava de levar o pessoal, levava as pessoas pro baile.

ENTREVISTADOR: Ah, gostava de baile?

Idoso 11 (Lamartine): Gostava, dançava bem.

ENTREVISTADOR: É? E aqui na praça, aqui na frente, o senhor costuma ir ou não?

Idoso 11 (Lamartine): Não.

ENTREVISTADOR: Não, não vai?

Idoso 11 (Lamartine): Não, a gente vê muita besteira aí não é muito bom.

ENTREVISTADOR: Não é muito bom?

Idoso 11 (Lamartine): Não.

ENTREVISTADOR: O senhor nunca foi aqui à praça então?

Idoso 11 (Lamartine): Não.

Aline: Mas o senhor não vai mais, por quê? Porque não é seguro, tem muita gente?

Idoso 11 (Lamartine): Não, não é, é que a gente vê muitas pessoas com gesto obsceno

ENTREVISTADOR: Acha meio perigoso por ser obsceno, está bem.

ENTREVISTADO 1: Eu gosto de trabalhar sozinho, porque eu falei com a senhora que eu tenho a professora da federal que trabalha comigo na pesquisa, eu trabalho separado dos outros

ENTREVISTADOR: E o senhor mora aqui faz quanto tempo?

ENTREVISTADO 1: Depois que eu vim de Porto Alegre eu estou há três anos aqui.

ENTREVISTADOR: Há três anos aqui?

ENTREVISTADO 1: Esse ano fecha três anos aqui

ENTREVISTADOR: E é bom morar aqui?

ENTREVISTADO 1: É bom, aqui é minha casa

ENTREVISTADOR: Pois é!

ENTREVISTADO 1: E o meu título depois eu mostro pra vocês o título da minha pesquisa. O asilo é minha casa.

Eu digo uma coisa pra senhora que você não conhece. Aqui tem muito assalto, tem muito assalto, acredita q as meninas, as colegiais aí não sei eu não conheço muito aqui, conheço mais Porto Alegre, fazem sexo aqui ao vivo aqui nessas arvores, entendeu? Por isso que a dona não deixa nós sair, porque aqui tem muito assalto, tem muito marginal aqui nessa pracinha aí, muito perigoso.

A minha família não quer que eu saia sozinho, saio, mas acompanhado, então minha família já pediu quando eu entrei aqui que eu tenho que sair acompanhado ou com eles ou com um responsável, ela pediu quando eu entrei.

ENTREVISTADOR: Posso fazer uma pergunta? Eu estou fazendo um trabalho com eles sobre o parque aqui na frente. Eles não vão visitar o parque, eles dizem que não vão, nenhum deles vai, eles disseram que acham perigoso

Funcionária: É, é muito perigoso isso aí né. Claro, no verão bem quente, aí dá pra levar eles, mas agora é uma área meio perigosa sem policiamento. Então, é meio perigoso, têm acontecido muito assaltos aqui na volta.

ENTREVISTADOR: Ah está bem! Como nenhum deles disse que vai ao parque, achei estranho porque é um local tão grande e domingo quando faz sol e tem bastante pessoas, seria um local aprazível.

Funcionária: Quando faz sol eles até podem ir, mas às vezes chega domingo e tem pouco funcionário pra levar eles e eles têm que ir com pessoas responsáveis e, às vezes, tem pouco funcionário pra isso, porque no domingo é uma enfermagem e dois cuidadores. Aí é pouco porque 14 horas começa a chegar visita e tem não sei quanto aqui e quinta feira tem visita também. São esses os dias de visita que alguns familiares vêm, outros não vêm né, mas sempre tem visita e a gente tem q tá sempre aqui né com eles. Então é difícil a gente levar, então é mais fácil a gente poder levar num dia de semana que tenha sol e que tenha mais pessoas trabalhando pra poder... eles sozinhos não podem ir aí pra levar eles têm que ter uns dois cuidadores.

Aline: Nós gostaríamos mais de saber sobre o uso e os problemas da praça.

ENTREVISTADOR: Para eles sim, mas meu trabalho é sobre acessibilidade, sobre desenho universal, como a praça poderia se transformar pra melhor receber eles, entende?

Funcionária: Pois é, precisaria ter um maior policiamento porque é meio perigoso pela tarde, às vezes, dá até tiroteio ali na praça.

Aline: É foi isso que eles estavam nos falando, que eles não gostam de ir por causa disso.

Funcionária: A gente corre até risco, é a gente levar, a gente não tem como sair correndo. O filho de uma amiga minhaque tinha uns 14 anos estava brincando do lado de lá faz uns dois anos. Do lado de lá no skate porque tava estragado a de skate. Então ele tava do lado de lá saiu uma muvuca daqui assim então ele foi morto na frente da São João e não tinha nada a ver ele saiu correndo que viu aquela muvuca correndo e ai ele correu também pra frente e ai levou um tiro e morreu, 14 anos de idade. Então precisa assim de mais policiamento que não tem e eles também tão com problema lá com a Dilma e tá difícil ainda.

ENTREVISTADOR: Oi, tudo bom? Qual seu nome?

Idosa 12 (Arlinda): Arlinda

ENTREVISTADOR: Eu sou a Lívia e essa aqui é a Aline

ENTREVISTADOR: Eu faço um trabalho na faculdade sobre acessibilidade na praça, o que poderia melhorar neste local pra vocês poderem utilizá-la mais, vocês poderem irem no fim de semana utilizá-la mais. Para vocês poderem se divertir ali, poder passar o tempo.

Idosa 12 (Arlinda): Eu não saio pra lado nenhum

ENTREVISTADOR: Ah a senhora não sai?

Idosa 12 (Arlinda): Não saio porque eu tenho muita dor nos pés e nos joelhos, não posso caminhar.

ENTREVISTADOR: Ah não pode caminhar e cadeira de rodas, a senhora pensou?

Idosa 12 (Arlinda): Não, nem pensar, enquanto der pra dar um passo

ENTREVISTADOR: Então a senhora nunca foi aqui na praça?

Idosa 12 (Arlinda): Não, não. Fez um mês ontem que eu tô aqui, faz pouco tempo.

ENTREVISTADOR: Faz pouco tempo então, não deu tempo ainda de conhecer

Idosa 12 (Arlinda): Não deu.

Aline: A senhora não sente falta de sair? Tem uma praça tão grande aqui na frente.

Idosa 12 (Arlinda): Eu sempre fui muito de tá em casa eu só participei muito de baile de idosos. Aí eu saia, fui rainha, fui princesa e tudo, só q depois que eu adoeci, não deu mais. Então faz uns seis anos que eu não participo de mais nada

ENTREVISTADOR: E a senhora é daqui de Pelotas?

Idosa 12 (Arlinda): Sim.

ENTREVISTADOR: A sua família é daqui?

Idosa 12 (Arlinda): Sim, é que eu não tava aqui. Eu fui pra casa da filha lá em Estância Velha lá passando Novo Hamburgo, mas eu não me dei lá, tava muito isolada de tudo e mais é alemão ninguém fala brasileiro. Então disse, não eu vou embora e eu que quis vir pra cá. Na hora eles levaram um choque quando eu disse que queria vir pra cá, mas agora já tão acostumando.

ENTREVISTADOR: E como a senhora conheceu este lugar?

Idosa 12 (Arlinda): Eu já conhecia, desde menina que eu visitava aqui

ENTREVISTADOR: Tudo bem, meu nome é Lívia e o seu?

Idoso 13 (Vaniel): Vaniel.

ENTREVISTADOR: Eu sou da faculdade de arquitetura e eu faço um trabalho sobre a praça aqui, e eu queria saber se vocês a utilizam, o senhor não vai lá na praça?

Idoso 13 (Vaniel): Às vezes vou.

ENTREVISTADOR: Ah que bom, dia de sol é bem bonita a praça, não é?

Idoso 13 (Vaniel): É bonita a praça.

ENTREVISTADOR: E quais as dificuldades que o senhor encontra ali na praça? Para poder utilizá-la, tem alguma dificuldade ali ou é tudo tranquilo?

Idoso 13 (Vaniel): Tudo tranquilo.

ENTREVISTADOR: E o que o senhor mais gosta de fazer ali no parque?

Idoso 13 (Vaniel): De olhar o movimento.

ENTREVISTADOR: De olhar só o pessoal ali na praça?

Idoso 13 (Vaniel): Aham.

ENTREVISTADOR: E se tivesse alguma coisa ali na praça pra melhorar, teria alguma coisa ou não?

Idoso 13 (Vaniel): Gostaria.

ENTREVISTADOR: O quê?

Idoso 13 (Vaniel): Não sei o quê.

Aline: Por exemplo: o senhor consegue ficar ali sentado, olhando o movimento?

Idoso 13 (Vaniel): Ah consigo.

Aline: Tem espaço para isso, para ficar sentadinho ali olhando o movimento?

Idoso 13 (Vaniel): Tem, tá cheio de banco ali.

Aline: E o piso, é bom, é ruim?

Idoso 13 (Vaniel): É bom

Aline: O piso está bom?

Idoso 13 (Vaniel): Muito bom

ENTREVISTADOR: E vocês fazem alguma atividade ali na praça com o pessoal daqui ou não?

Idoso 13 (Vaniel): Faz.

ENTREVISTADOR: Fazem?

Idoso 13 (Vaniel): Faz, faz a volta

ENTREVISTADOR: Vocês dão uma caminhada na volta?

Idoso 13 (Vaniel): Aham.

ENTREVISTADOR: Em alguns dias da semana?

Idoso 13 (Vaniel): É

ENTREVISTADOR: E é tranquilo caminhar?

Idoso 13 (Vaniel): É bom

ENTREVISTADO 1: Como eu disse pra vocês essa praça aqui é muito perigosa, viu?

ENTREVISTADOR: Está bem, já vimos que é mesmo.

ENTREVISTADO 1: Aqui tem muita maconha, o pessoal vem pode nem ser só a juventude,

Tais: Nem só aqui, em toda a cidade.

ENTREVISTADO 1: Nem todos, então a gente só sai acompanhado, pedido da minha irmã quando eu entrei. Eu viajei com a Souza Cruz há quatro anos. Eu conheço a metade do Brasil, até tribo indígena eu conheço. Até eu tive uma irmã minha que estagiou aqui e ela é médica, chefe dos médicos em Rondônia, uma cidade como Pelotas assim, tem acho que uns 60 bairros, eu morei em São Paulo também uns quatro anos.

ENTREVISTADOR: São Paulo é legal.

ENTREVISTADO 1: Eu não gosto, pra jovem como vocês é bom, sabe por que? Se perde o emprego pega O Estadão lê ali, faz um cursinho ... tá empregado, agora pra velho não, os carros passam por cima

ENTREVISTADOR: Mas agora está mudando

ENTREVISTADO 1: Sim.

ENTREVISTADOR: as pessoas mais velhas estão mais inseridas no mercado.

ENTREVISTADO 1: Lá é metrópole do Brasil, sabe quando houve aquele negócio, os gaúchos que morreram lá no avião.

ENTREVISTADOR: Sim.

ENTREVISTADO 1: Então, eu fui lá, é coisa mais triste guria, foi o acidente mais terrível que eu vi na minha vida, gente morrendo assado no avião, um fogo da altura desse prédio aqui, uma fumaça que você tinha que botar um negócio assim no nariz, gente pedindo socorro pelo amor de Deus, gente assado no fogo aquilo ali foi terrível, terrível

Olha foi o acidente que comoveu o Brasil todo

Tais: Mesmo gostando tanto de viajar, não gostaria tanto de passear na praça hoje?

ENTREVISTADO 1: Eu viajei, mas é que eu viajei com a firma Souza Cruz. É a firma melhor que tem de cigarro. A Souza Cruz é a firma maior que tem de cigarro, pode ser se melhorar o tempo e ficar melhor assim, vocês chegam lá, chegam lá q a gente vai resolver o problema.

Eu vou fazer uma enquete agora.

ENTREVISTADOR: Bom, eu queria agradecer a participação de vocês, foi muito útil para minha pesquisa. Assim que eu puder, vou trazer um resultado para vocês ou alguma publicação no jornal ou até um artigo se vocês quiserem ler ou puderem. Aí nós viremos outro dia aqui para passearmos na praça. Um dia que tiver sol para aproveitarmos o dia ali, dar um passeio, se vocês quiserem participar eu vou ficar muito feliz também, está bem?

Idosa Cadeirante 9 (Ivone): Uma coisa que eu acho muito importante, aqui em Pelotas a gente tem muito pouco acesso pro cadeirante, porque não tem. É muito difícil os meios fios são muito altos, não tem passagem na faixa de pedestre pra cadeirante. Então a gente fica muito assim com medo, presa e a pessoa que acompanha também não tem experiência, nem prática. Isso é muito ruim e aqui em Pelotas as poucas vezes que eu andei até mesmo no centro, às vezes eu tinha que ir ao banco, sair assim, eu ia com a minha irmã que morava aqui, agora não mora mais. Ela tinha muito trabalho pra me empurrar porque a cadeira é leve, não faz peso, mas como ela é assim mignon, miudinha então ela não tinha força.

Agora mesmo, em novembro, vão vir duas amigas minhas lá de Brasília, vão vir pra cá pra passar meu aniversário comigo aqui. Vão passar dez dias, vão se hospedar aqui no pensionato que a Dona Beatriz permitiu né que elas ficassem. Mas eu não tenho nem como sair pra rua, porque elas não têm experiência de cadeirante né e eu não tenho quem vá me levar, quem vá me buscar, mas eu posso sair pra todo lado desde que alguém me ajude né nas coisas porque sozinha eu não ... e eu já cai várias vezes da cadeira. Então eu tenho muito medo.

Tais: Na rua?

ENTREVISTADOR: Por causa do meio fio e do piso?

Idosa Cadeirante 9 (Ivone): É por causa dessas... não ter passagem reta, cheio de elevações no chão e no meio fio também. Esses paralelepípedos, ninguém consegue andar com cadeira de rodas. Eu consegui andar por tudo porque o André me carregava. Ele me levava que ele é fortão né, até para me levar assim pra ir para vaso, pra ir tomar banho. Tudo ele me levava no colo, onde a cadeira não entrava ele entrava, comigo, mas no colo assim

Aqui não tem como, esse paralelepípedo na rua é um horror você está ali parece q tá dentro de um liquidificador, porque a gente tinha que ter uma passagem reta pra gente passar, lisa né e isso eu acho que vocês tinham que buscar ajuda com as autoridades competentes pra resolver esse problema, afinal de contas os cadeirantes são muitos não são pouquinhos.

Aline: Sim, é por causa desses problemas que vocês acabam nem saindo para rua, porque não têm como se locomover.

Idosa Cadeirante 9 (Ivone): Não , não, é por isso eu tenho uma amiga que vem sempre aqui, que a gente ficou amigo aqui dentro. Ela vem sempre porque eu gosto muito de ler ela disse assim ah vou te levar na livraria, mas eu tenho medo de sair com ela pra ir numa livraria ver um livro, pra ir num shopping. Tudo isso eu posso fazer, desde que eu tenho uma pessoa de confiança que chegue aqui e assine por mim e leve né. Então são essas coisas que eu acho assim que tinha que ser resolvido de alguma forma ou daqui talvez eu nem chegue a alcançar, mas alguém alcance por mim. Eu acho que isso é uma coisa que vocês tinham que procurar junto à prefeitura, ou sei lá dos órgãos competentes sabe

Se você pegar um ônibus aqui, não tem condições de pegar um ônibus, eu morei mais de 50 anos em Brasília lá a gente tem o hospital Sara Kubistchek que é um hospital de referência da América do Sul né, muito bom. Então eles têm esses cuidados com os cadeirantes, fazem esses... a maioria sai de outros estados pra ir pra lá e é tudo muito mais fácil. A gente consegue andar sozinha na rua, porque não tem aqueles buracos, aquelas elevações. Se essa roda pequena aqui da cadeira bater no chão e trancar, eu viro, eu caio pra frente. Então isso aqui eu já caí uma vez, eu morava em Goiânia e ia na Igreja da Trindade, não sei se vocês já ouviram falar. É uma igreja onde todo ano tem uma festa e nós fomos conhecer essa festa e o primo do meu afilhado tava empurrando a cadeira segurando assim e essa cadeira

a roda da frente caiu numa fresta no chão. Eu caí pra frente e quebrei os dois pés, mas não cheguei a machucar o rosto, mas os pés machucou. Ficou tudo preto e teve que engessar um. Aqui acontece a mesma coisa, aqui ainda é pior, teve um dia que eu saí domingo pra ir no mercado aqui, nossa senhora nunca mais eu fui, porque não tem... para mim a pior coisa que existe aqui em Pelotas é isso.

ENTREVISTADOR: Muito obrigada, então é isso, a falta de mobilidade nas ruas.

Idosa Cadeirante 9 (Ivone): É verdade, a gente não tem.

Tais: E tem como ter não é? Se em Brasília tem porque aqui não pode ter?

Idosa Cadeirante 9 (Ivone): Pois é, aqui pra você pegar um ônibus você fica no ponto espera, espera, lá em Brasília não, tudo que é ônibus tem, baixa o elevador, o elevador sobe e te coloca no ônibus. Quando eu cheguei aqui no aeroporto aqui de Porto Alegre que eu vim sozinha de Brasília pra cá, cheguei no aeroporto não tinha como eu descer do avião. O pessoal da companhia aérea me carregou nos braços pra eu descer pra pegar a cadeira pra poder vir pra cá.

Tais: Isso é constrangedor, não é?

Idosa Cadeirante 9 (Ivone): É muito, porque a gente não tá assim porque quer é porque algo aconteceu que não te deixa andar, não tem facilidade pras coisas. Banheiros assim nos locais públicos é muito difícil, não tem banheiro adaptado. Eu faço tudo sozinha eu tomo meu banho sozinha, eu vou no banheiro sozinha porque eu movimento da cintura pra cima. Então os meus braços que fazem isso. Você pode pegar aqui que é duro, se eu der um murro derrubo. Então nos lugares não tem.

Tais: Agora a prefeitura passou a exigir em qualquer lugar que abrir um novo estabelecimento tem que ter banheiro acessível e rampa de acessibilidade pra entrar. Agora eles começaram a fazer, mas tudo que já existia é complicado.

Idosa Cadeirante 9 (Ivone): É ruim, é complicado. Então, o que acontece a gente prefere ficar em casa o que acontece é uma acomodação. Eu ganhei, no ano passado, uma cadeira motorizada e devolvi por que eu não tinha condições de andar sozinha com a cadeira motorizada. Aqui dentro eu não preciso de cadeira motorizada, mas pra andar na rua seria ótimo, mas pra quê? Eu subo no carro sozinha, eu desço do carro sozinha e pra que eu vou precisar de cadeira de rodas com a bateria enorme embaixo? Eu devolvi, não quis. Então é essa que eu acho a dificuldade assim maior, o resto pra mim tá maravilhoso porque fiquei sem perna,

mas eu tenho dois braços, tenho cabeça pra pensar as coisas. Nada me atrapalha, me atrapalha a locomoção.

ENTREVISTADOR: É difícil mesmo e o parque é bem precário com a questão de pavimentação

Tais: É, depois que tu encontras ali que é o obstáculo, tu consegue fazer a volta tranquilamente, só isso também, por dentro do parque é impossível

Idosa Cadeirante 9 (Ivone): Então eu acho que essa é a maior dificuldade pra mim.

Apêndice E: Entrevista com usuários deficientes

ENTREVISTADOR 1: Tudo bom? Meu nome é Livia e eu faço mestrado sobre acessibilidade em praças e parques. Gostaria de saber se eu posso falar com vocês dois minutinhos sobre a minha pesquisa?

ENTREVISTADO 1: A gente não é de Pelotas.

ENTREVISTADOR 1: Não, tudo bem, é sobre a praça aqui que é o meu estudo de caso. Eu gostaria de saber o que vocês acham aqui da praça, vocês vem acessibilidade, qual a maior dificuldade que vocês encontram pra utilizar o espaço?

ENTREVISTADO 2: Acessibilidade...

ENTREVISTADO 1: Acessibilidade é difícil...

ENTREVISTADO 2: Não sei a gente subiu por lá, foi o único acesso que a gente achou, uma das dificuldades é que não tem estacionamento para deficientes...

ENTREVISTADO 1: Hoje mesmo, a gente foi almoçar num restaurante aqui e não tinha rampa, o banheiro era para cadeirante e não tinha rampa, e aí o que aconteceu... os garçons nos carregaram, levantaram as cadeiras.

ENTREVISTADOR 1: E aqui é a primeira vez que vocês vem?

ENTREVISTADO 1: Não é a primeira vez, mas aqui dentro da praça é.

ENTREVISTADO 2: A maior dificuldade é que é desparelho o piso, não tem uma calçada pra gente cruzar

ENTREVISTADOR 1: Não tem uma pavimentação nos caminhos para os nichos de lazer, né

ENTREVISTADO 2: O mais é tranquilo, eu acho que segurança tem, não sei....

ENTREVISTADOR 1: Mas vocês só vêm no final de semana para cá?

ENTREVISTADO 2: Só de vez em quando, só aos domingos...

ENTREVISTADO 1: Quatro dias no ano, por ai...

ENTREVISTADO 2: De local em local, esses dias nós fomos lá para a praça da Quinta, lá não tem nada...

ENTREVISTADO 2: O nosso caso é que a gente tem um netinho então a gente acompanha ele na praça, tá lá brincando

ENTREVISTADOR 1: Eu também tenho uma filha, ela tá enlouquecida pra vir aqui

ENTREVISTADO 2: É a praça para nós é por causa dele, mas se gosta... dá para relaxar...

ENTREVISTADOR 1: Está bem era só isso mesmo. Foi bem legal porque a história do estacionamento realmente é uma observação importante que eu não tinha percebido ainda na minha pesquisa. Muito Obrigada

Apêndice F: Questionário



Prezado Convidado,

Convidamos você a participar da pesquisa intitulada “**Acessibilidade em praças e parques: Caso Parque Dom Antônio Zattera - Pelotas**”, onde estudamos como a falta de acessibilidade afeta a vida de pessoas. A pesquisa é desenvolvida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Sua participação é extremamente importante para nós e o questionário não tomará mais do que 10 minutos do seu tempo. Qualquer dúvida entre em contato com os pesquisadores e se de alguma forma você se sentir prejudicado pela pesquisa envie um e-mail para: adrianaportella@yahoo.com.br

Caso você concorde em participar respondendo o questionário, por favor guarde esta folha com você. Os resultados desse estudo estarão concluídos em Março de 2017 e a disposição para consulta na Biblioteca da Universidade Federal de Pelotas e no site do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPEL.

Muito Obrigada pela participação,

Pesquisadores para contato:

Adriana Portella; adrianaportella@yahoo.com.br

Lívia Winkel Fernandes; arq.liviafernandes@gmail.com

Lucia Lopes

Thais Libardoni

Josie Abrão

Andréia Schneid

1. O que você acha da praça?

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> muito agradável | <input type="checkbox"/> muito segura | <input type="checkbox"/> muito confortável |
| <input type="checkbox"/> agradável | <input type="checkbox"/> segura | <input type="checkbox"/> confortável |
| <input type="checkbox"/> nem agradável, nem desagradável | <input type="checkbox"/> nem segura, nem insegura | <input type="checkbox"/> nem confortável, nem desconfortável |
| <input type="checkbox"/> desagradável | <input type="checkbox"/> pouco segura | <input type="checkbox"/> pouco confortável |
| <input type="checkbox"/> muito desagradável | <input type="checkbox"/> insegura | <input type="checkbox"/> desconfortável |

2. Com que frequência você vem a praça?

- ALTA - todos os dias ou 3 vezes ou mais por semana
 MÉDIA - de 1 a 2 vezes por semana
 BAIXA - de 1 a 3 vezes por mês pelo menos
 está a primeira vez que estou aqui

3. Que dias você mais frequenta a praça?

- dias de semana
 sábado
 domingo
 sábado e domingo
 todos - dias de semana, sábado e domingo

4. O que você vem fazer na praça?

- trabalhar
 trazer criança para brincar na pracinha
 skate
 jogar bola
 conversar com amigos
 praticar corrida, esporte
 ficar conversando com os amigos
 ficar de bobeira sozinho
 cortar caminho para chegar em algum lugar
 outro: _____

5. Ao caminhar pela praça você sente:

- Muita dificuldade
 dificuldade
 nem dificuldade, nem facilidade
 facilidade
 muita facilidade

Cite as principais coisas que influenciam sua resposta anterior: _____

6. Em geral, o que você acha dos caminhos internos da praça para caminhar?

- muito bons
 bons
 nem bons, nem ruins
 ruins
 muito ruins

7. Você já caiu ou se acidentou de alguma forma enquanto caminhava pela praça?

- não
 sim

Se sim, o que causou o acidente?

- buraco
 raiz de árvore
 poça d'água
 piso escorregadio
 piso solto
 outros: _____

8. Em relação aos caminhos de dentro da praça, você:

- gosta muito
- gosta
- nem gosta, nem desgosta
- gosta pouco
- não gosta

9. Como você avalia o percurso que você faz para chegar até a praça a pé:

- muito difícil
- difícil
- nem difícil, nem fácil
- fácil
- muito fácil

10. Em um dia quente, como você se sente na praça:

- muito bem
- bem
- nem bem, nem mal
- mal
- muito mal

11. Em um dia frio, como você se sente na praça:

- muito bem
- bem
- nem bem, nem mal
- mal
- muito mal

12. Você já acompanhou alguma criança para brincar na praça?

- sim
- não

13. Como você avalia os seguintes elementos da praça:

	ótimos	bons	nem bons, nem ruins	ruins	péssimos
bancos	<input type="checkbox"/>				
brinquedos da pracinha	<input type="checkbox"/>				
pavimentação	<input type="checkbox"/>				
grama	<input type="checkbox"/>				
árvores	<input type="checkbox"/>				
pista de skate	<input type="checkbox"/>				
quadra esportiva	<input type="checkbox"/>				

14. Qual é sua opinião quanto à manutenção dos seguintes elementos da praça:

	manutenção muito satisfatória	manutenção satisfatória	nem satisfatória, nem insatisfatória	manutenção pouco satisfatória	manutenção insatisfatória
bancos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
brinquedos da pracinha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
pavimentação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
grama	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
árvores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
pista de skate	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
quadra esportiva	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

15. Marque no mapa abaixo COM UM X os melhores lugares para caminhar na praça e diga o porquê:
 16. Marque no mapa COM UM CÍRCULO o lugar mais fácil para atravessar a rua e chegar na praça e diga porque



17. Marque no mapa abaixo COM UM X os piores lugares para caminhar na praça e diga o porquê:
 18. Marque no mapa COM UM CÍRCULO o lugar mais difícil para atravessar a rua e chegar na praça e diga porqu



19. Você mora ou trabalha perto da praça?

- () Sim
 () Não

19.1. Se sim, a quantas quadras de distância?

- 0 a 2 quadras
- 3 a 5 quadras
- 5 a 7 quadras
- 8 a 10 quadras
- mais que 10 quadras

20. Como você chega à praça?

- a pé
- de bicicleta
- de ônibus
- de taxi ou carro particular
- moto
- caminhão
- outro: _____

21. Caminhando do seu trabalho ou da sua casa até a praça, como você avalia este caminho:

- muito bom muito difícil ruim fácil
- bom difícil muito ruim muito fácil
- nem bom, nem ruim nem difícil, nem fácil não vou caminhando até a praça

22. Qual o turno que você mais frequenta a praça:

- Manhã
- Tarde
- Noite

23. Você usa a praça sozinho ou acompanhado?

- Sozinho
 - Acompanhado
- Por quê?

24. Você já usou a quadra poliesportiva?

- Sim
 - Não
- Por quê?

25. Aponte a melhor coisa que tem na praça e ajude você caminhar: _____

26. Aponte a pior coisa que tem na praça e que atrapalha seu caminhar: _____

27. Condições físicas do respondente:

- sem problemas de mobilidade
- mobilidade reduzida (o pesquisador marca com um X ao que corresponde o respondente, se for deficiência visual se faz uma observação se é total ou parcial, se for deficiência auditiva visual se faz uma observação se é total ou parcial, se for deficiência mental é para registrar):

27.1.



-

28. Idade:

- de 16 a 20 anos
- De 21 a 30 anos
- De 31 a 40 anos
- De 41 a 50 anos
- Acima de 50 anos

29. Sexo:

- Feminino
- Masculino

Apêndice G: Entrevista Ruth Blank

ENTREVISTADOR: Bom dia. Nós somos da faculdade de arquitetura e estamos desenvolvendo um trabalho sobre acessibilidade e o parque.

ENTREVISTADOR: Sobre acessibilidade, da percepção dos usuários. A escola aqui é de ensino fundamental?

ENTREVISTADO: Não infantil.

ENTREVISTADOR: Vocês têm algum aluno com alguma deficiência ou com algum problema de mobilidade?

ENTREVISTADO: Com deficiência sim, mas cadeirante em termos de acessibilidade, não. Ainda bem, porque nossa escola não tem nada de acessibilidade. Estamos num processo de reforma.

ENTREVISTADOR: O aluno que possui deficiência utiliza o parque? O playground?
Márcia: Pouquíssimo, em função da segurança, anos atrás utilizamos muito.

ENTREVISTADOR: Mesmo sendo assim tão perto?

ENTREVISTADO: O parquinho aqui duas vezes no ano eles nos cedem os brinquedos e levamos as crianças e fazemos assim, levamos nos brinquedos, mas não com a mesma frequência como nos anos anteriores. A praça está suja, muito suja, duas por três estão ali fumando, ocorrem cenas de quase sexo. Então, não tem como, os pais ficam apreensivos. Olha está bem raro, infelizmente porque antes nos levávamos para brincadeiras ao ar livre, para brincar nos brinquedos, atividades de desenho piquenique. Tudo nós fazíamos na praça, mas aí, conforme os anos foram passar foi diminuindo a frequência, ainda vamos, mas com uma frequência bem menor.

ENTREVISTADOR: Eu vi o policiamento do outro lado. Então isso é raro por aqui?

ENTREVISTADO: A guarda policial passa, até duas três vezes na manhã, quando vemos alguma coisa estranha e nós ligamos e eles vêm, nós temos quarenta alunos, então...

ENTREVISTADOR: Eles são de que idade?

ENTREVISTADO: De quatro a seis anos incompletos.

Lívia: Esse aluno que possui alguma deficiência ..

ENTREVISTADO: Nós temos alunos autistas aqui na escola, já tivemos alunos cadeirantes.

ENTREVISTADOR: E como vocês faziam?

ENTREVISTADO: Complicado, tínhamos que pegar a aluna no colo, fechar a cadeira de rodas dela e armar dentro da sala de aula, porque não passa nem na largura, o outro portão é mais estreito, a calçada toda irregular, na reforma será arrumada.

ENTREVISTADOR: Já tem um projeto?

ENTREVISTADO: Já tem todo o projeto, o problema são as árvores, pois tem 24 árvores pra serem tiradas e outras transplantadas, essas palmeiras aqui, então é um processo muito complicado. Sabe que retirar árvore hoje em dia é muito complicado.

ENTREVISTADOR: Mas por que teria que retirar as árvores?

ENTREVISTADO: Porque a construção vem ate aqui.

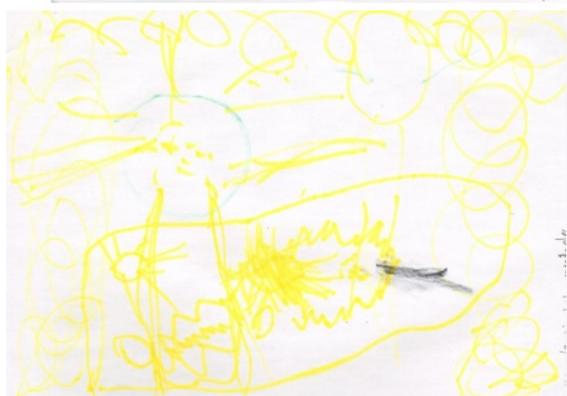
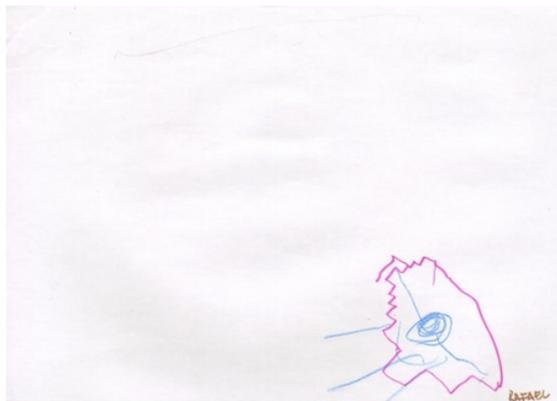
Lívia: Ah, então vocês vão fazer ampliação e reforma?

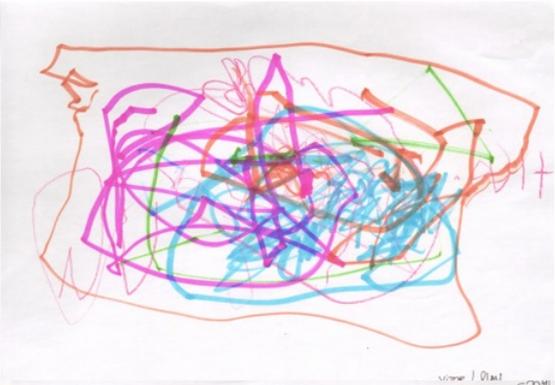
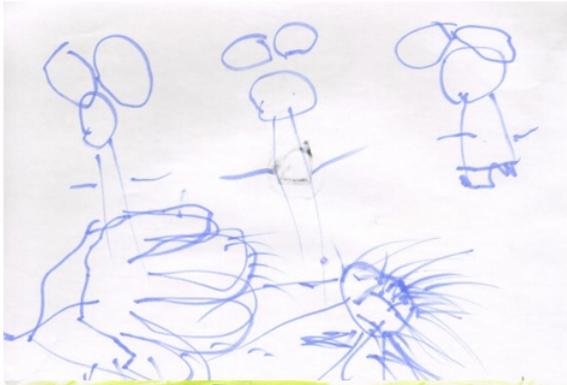
ENTREVISTADO: Isso, ampliação e reforma.

ENTREVISTADOR: Muito obrigada Márcia.

Apêndice H: Desenhos alunos Escola Ruth Blank







Apêndice I: Entrevista arquiteto da Prefeitura de Pelotas

ENTREVISTADOR: Bom dia meu nome é Livia eu sou arquiteta formada pela Universidade Federal de Pelotas e estou desenvolvendo uma pesquisa no mestrado sobre acessibilidade em praças e parques e gostaria de fazer algumas perguntas sobre meu estudo de caso que é o Parque Dom Antônio Zattera e eu escolhi ele porque ali perto tem o lar de idosos e a duas quadras tem o Louis Braille e tem a escola Ruth Blank, que tem as crianças de 4 a 5 anos

ENTREVISTADO: Isso antigamente era a escola de artes.

ENTREVISTADOR: Ali eu vi que o prédio está sendo pouco utilizado...

ENTREVISTADO: esse prédio agora abriga a Academia Pelotense de Letras, eles usam uma vez por semana e fazem as reuniões deles..

ENTREVISTADOR: Enfim.. eu comecei a minha pesquisa com a realização dos grupos focais com a escola, o lar de idosos e no Louis Braille eu reuni eles.. com as crianças eu ainda realizei uma atividade de desenho, conversei com as professoras... Nos grupos focais eu obtive a mesma percepção de insegurança, tu vê só aqui é o playground e as crianças não utilizam mais por não se sentirem seguras e tem a questão da drenagem, não sei se tu já percebeu...

ENTREVISTADO: vira um barro

ENTREVISTADOR: Então mesmo que hoje não tenha chovido...

ENTREVISTADO: se choveu ontem..

ENTREVISTADOR: Sim fica três ou quatros dias e ai depois já chove de novo.. enfim.. vou fazer umas perguntas que eu nem sei se cabem a ti..

ENTREVISTADO: de acessibilidade não me cabe..

ENTREVISTADOR: Teve vários projetos de requalificação no parque, das calçadas, a escola também recebeu uma reforma bem grande, não só desse como de outras praças e parques..

ENTREVISTADO: os projetos de requalificações são pensados baseados no seguinte, claro que dependendo... quando é uma zona de menos uso, claro aqui já é uma praça quase centenária então era uma praça que atendia tinha um zoológico a proposição de área infantil, depois a proposta para uma área de idosos, mesinhas de mesa e xadrez, mas aí mandei para Guto e a coisa não andou.. esse projeto aqui deve ter uns 5 anos, não tem mais nada de.. tinha um recanto de mesa de estar para idosos, a área infantil teria uma cerca em toda a volta, quando eu acho que a

coisa esta mais perigosa.. se usou esse quadrado aqui de área meio lote para brinquedos de crianças de 3 a 8 anos, a caixa de areia, brinquedos essa fonte aqui que não foi revitalizada, fizeram outra fonte não sei porque... deveriam ter feito essa que já tinha e fizeram essa no mesmo nível que não durou 3 meses.. ai quando os skatistas me pediram essa pista de skate foi eu que fiz há uns 6 ou 7 anos atrás botei a pista de skate aqui e quando eles disseram que tinham q tirar a área infantil daqui o pessoal da secretaria de urbanismo resolveu as calçadas isso e aquilo e botou o parquinho pra cá.. Bueno ai ficou o parquinho pra ca, a pista de skate e eu achei um absurdo colocar o parquinho perto de uma escola.. barulho, gritaria.. eu fiz um isolamento dessa área do altar da pátria com uma linha de palmeiras que é vertical mas é transparente e tu consegue dar um efeito e aqui seria um café, temos que ter um café.. e aqui um posto de informações turísticas e administração nesse prédio art déco que já existe e esse prédio art déco também das informações turísticas também existe, bom foi feito um levantamento de todas as espécies vegetais e arbóreas, fiz um levantamento qualitativo e quantitativo e mandei pra secretaria de urbanismo ai eles resolveram colocar essa avenida aqui com coqueiros e tal aqui também com coqueiros e a continuidade seria pra marcar o caminho aqui. E aqui recantos de estar e foi feito projeto e orçamento e parou, só feito só a calçada.

ENTREVISTADOR: Quando vocês fazem o projeto há uma consulta a população aos usuários? Na minha pesquisa eu fiz além dos grupos focais eu fiz os mapas comportamentais pra saber quais locais eram utilizados, por qual grupo de usuários, onde eles caminhavam... o que acontece as pessoas que vem pela Andrade Neves elas atravessam aqui e formam um caminho que existe ali os caminhos de ratos...

ENTREVISTADO: Aqui como já existia esses caminhos aqui eu fui obedecendo, daqui passava pra cá e ia por ali...

ENTREVISTADOR: Sim ele vem e as pessoas cortam aqui, o mapa comportamental não sei se tu conheces, eu não conhecia antes da minha pesquisa, nós fazemos um mapeamento do comportamento em dias e horários diferentes. Onde as pessoas mais se aglomeram, onde elas andam...

ENTREVISTADO: Não tudo bem isso ai não foi feito em função de temos que ter área infantil, parquinho, área para os idosos, recanto do asilo que no final não colocaram banco nenhum até lá, isso aqui também não saiu e as informações turísticas também não, esse aqui é um depósito..

Lívia: Não, não esse aqui é um banheiro feminino agora.

ENTREVISTADO: Ah é? Desde que fiz o projeto nunca mais entrei lá.

ENTREVISTADOR: Eu já fui tantas vezes... Fizeram uma academia ao ar livre...

ENTREVISTADO: Eu achei que deveriam ter feito mais aqui...

ENTREVISTADOR: Eu acho que pela questão da segurança, por exemplo por aqui é um lugar mais escuro e como tem muita quantidade de árvores o pessoal se sente mais inseguro por não enxergar pra onde estar indo não se sente segura de entrar no ambiente, eu até achei bom porque tu vê claramente o que tem ali.

ENTREVISTADO: Eu teria posto mais aqui, mas quando eu vi mudaram....

ENTREVISTADOR: Mas como assim mudaram?

ENTREVISTADO: Ah assim não sei quem mudou... não passou por mim quando eu vi secretaria de serviços urbanos foi lá e botou..

ENTREVISTADOR: É separado a parte de projeto, execução..

ENTREVISTADO: Até uns anos atrás era tudo junto eu era diretor do departamento de praças, parques e jardins e fazia por exemplo a praça da Dom Joaquim eu fiz com os alunos da Católica eu era professor de paisagismo na Arquitetura, fizemos ai a Laurinha Ribeiro que morava em frente ela que tinha condições financeira ela disse que falava com Érico que a nossa firma patrocinaria a execução a filha dela era minha aluna de arquitetura, então nós nos juntávamos na casa dela a noite e fazíamos o projeto. O que vai ter que ter atingir idade infantil e os idosos...pista de caminhada só se for na volta porque não é uma área muito grande, recanto de estar aqui e na volta.. A Laurinha dizia aqui minha área, depois fizemos espaço com dama e xadrez, colocamos sistema de irrigação..

ENTREVISTADOR: Lá não tem pavimentação, é só areia?

ENTREVISTADO: Só areia

ENTREVISTADOR: Quando fiz o grupo focal no lar de idosos, eles me relataram do medo de sentem em questão das quedas, então acabam por não utilizar ali o parque, porque o que acontece a pavimentação estava bem danificada e eles ficam com medo e quando é só areia eles também não se sentem seguro.... Por isso eu te perguntei quando vocês fazem o projeto vocês não contemplam a NBR9050?

ENTREVISTADO: Não, quando nós fazíamos não existia a NBR9050...ninguém usava.

ENTREVISTADOR: Agora eu li uma reportagem no Diário Popular que o nosso presidente sancionou uma lei, a 13443 de 11 de maio e deu 90 dias para as prefeituras se adequarem.

ENTREVISTADO: É eu já estou fazendo pesquisa de brinquedos, estou esperando respostas de orçamentos que já chegaram....

ENTREVISTADOR: Pelotas é uma cidade muito grande, né..... e pelas pesquisas que eu andei fazendo..... até porque eu conheço muitas cidades, por exemplo Bagé... Bagé tem um praça pequena, talvez seja até mais simbólico, mas enfim... tem brinquedos para as crianças, cadeirantes, um piso mais adequado para a cadeira de rodas poder circular

ENTREVISTADO: aqui não tem nenhum....

ENTREVISTADOR: em Dom Pedrito, que é uma cidade minúscula, também tem uma praça.... e Pelotas, mesmo nas outras escolas para algum tipo de deficiência, também não tem brinquedos para as crianças, né.... e aí eu conversei com uma mãe e ela disse... “olha, o brinquedo mais próximo que eu podia levar ele era em Porto Alegre, quando nós íamos pro hospital, porque tinha que levar ele pro hospital uma vez por mês, na frente do hospital tinha um brinquedo, e era lá o único lugar que ele podia brincar”.

ENTREVISTADO: não.... agora eu estou fazendo uma na Duque de Caxias e foi colocando um brinquedo, estou esperando o orçamento que deve chegar por agora, Segunda ou Terça-Feira ... é o primeiro que vai se colocar... e o Secretário de Qualidade Ambiental me pediu para ver áreas que pudessem.... essa aqui vai ser uma das áreas que vai ter a proposta de brinquedos infantis, mas vai ser no máximo dois ou três...porque é 5% né, e 5% é uma coisa mínima. Então tá começando... (buscando papel)

ENTREVISTADO: Essa aqui é um praça na Duque de Caxias, com um posto de gasolina bem no meio da avenida... aqui fica uma parte onde é a lavagem dos carros e depois tem um espaço que só tem canteirinho estreito assim.... coisinha fininha, não tem como colocar muita coisa. E daí foi feito o estudo aqui... então esse é o primeiro estudo que vai entrar um brinquedo de cadeirante...

ENTREVISTADOR: Mas é um balanço?

ENTREVISTADO: é um balanço.... oh, ali entra a cadeira de rodas... só esse.... depois o resto é brinquedos como gangorra, balanço escorregador e tal. Daí vai ter uns transplantes de figueiras para dar sombra para os bancos e retirar algumas

coisas paisagísticas, fazer uma calçada que não tem... ligar isso aqui com isso, se não as pessoas vão atravessando por qualquer lugar, e depois nesse outro aqui, nesse lado de cá, ficou um recanto de estar... que vai ser um pergolado que vai passar para cá, que tem uma figueira daqui que vai passar pra cá, depois cresce e vai ficar deste tamanho... aqui tem uns eucaliptos mortos, que já entrar uns ipês roxos.. a proposta é para onde for morrendo um eucalipto na avenida, ir plantando um ipê roxo.... porque é uma árvore nativa nossa, que vai a 30 metros de altura....ela é bem alta, não é tão copada, mas é bonito a floresta. A avenida Duque de Caxias, daqui há 30 anos, se plantarem.... há anos eu venho pedindo....

ENTREVISTADOR: sabe o que eu estava lembrando.... quando eu era pequena, ali no Laranjal, plantaram os coqueirinhos.... e eu pensava “Meu Deus, quando é que eu vou ver esses coqueiros crescerem?” E daí esses dias eu estava voltando do Laranjal e percebi “Os coqueiros cresceram...” está lindo. Eu me lembro muito das avenidas lá de Bagé.... não sei se tu conhece Bagé, mas eu vou seguido a Bagé....e lá tem uns coqueiros gigantescos, assim ...

ENTREVISTADO: eu já dei aula em Bagé, mas na arquitetura, há uns 15 anos atrás. Eu chegava em Bagé meio-dia, almoçava, ia pra faculdade, jantava, dava aula de noite até as dez e me mandava pra cá, então pouco andei em Bagé..... Mas, vai ficar uma área de estar para o pessoal conversar... aquelas pedras bonitas, tem um monte de seixo rolados, graúdos, lindos, nessa praça aqui... dois, três amontoados, virados de cabeça para baixo... daí eu vou tirar tudo daqui, vou juntar e fazer um canteiro tem umas agaves também....aquelas espinhentas.... fazer uma macha aqui, dar uma elevada, porque esses dois eucaliptos estão mortos, já vamos colocar depois mais ipês roxos....

ENTREVISTADOR: esse parque aqui existe, é isso?

ENTREVISTADO: esse parque existe mas vai ser substituído.... ele tá caindo aos pedaços... e será a primeira praça que se coloca um brinquedo de..... e agora vai ser em todas as praças.... o secretário quer....

ENTREVISTADOR: e quem sabe fazer uma ligação do balanço com o parque.... para não deixar a criança segregada aqui quando ela for utilizar?

ENTREVISTADO: Não, pois é... o problema todo é que a prefeitura vai mandar dizer...oh tem uma balanço aqui, tem as gangorras, vamos mandar pintar.... para projetos particulares é maravilhoso de fazer, agora dependendo da prefeitura..... o melhorzinho que eu fiz foi aquela Praça da Dom Joaquim.... e foi com patrocínio,

pois se dependesse de dinheiro da prefeitura nunca tem. E quando resolvem fazer, fazem esses delírios assim.... gastam um dinheirão nisso aqui que não funciona.... por que que não restauraram isso aqui?

ENTREVISTADOR: deve ser alguma coisa na absorção da água, deve estar entrando muita sujeira junto...não deve ter filtros.

ENTREVISTADO: Sim.... mas por isso mesmo... então não coloca uma coisa dessas aqui... a prefeitura é tudo meia boca... Aí pelo menos ficou um espaço pra criança entrar aqui... se chover, para não ficar tudo embarrado, pelo menos pra criança poder entrar aqui.... porque se quiser começar a colocar muito piso aqui oh... por exemplo, isso aqui tudo é piso de areia... não, não pode ser de pavimentação... é areião mesmo... então tem tudo isso.

ENTREVISTADOR: é... tem muitas limitações né?

ENTREVISTADO: trabalhar em prefeitura de cidade pobre é brabo.

ENTREVISTADOR: limitações de todos os lados.

ENTREVISTADO: Tu vê todas as obras que fizeram na cidade nesses últimos governos, não acabaram nenhuma. Tu passa numa rua... a Osório, na esquina do cinema, estava Tabajar, ali na esquina com a Dr. Amarante, até hoje tem um buraco deste tamanho, mas tá escrito: oh, entregamos essa obra.

ENTREVISTADOR: mas até que eu fiquei surpresa, porque desde que eu comecei a minha pesquisa, faz dois anos já.... mudou bastante a praça, tu sabe... a calçada que era uma coisa perigosa até pra nós.... e agora colocaram os brinquedos, academia, a reforma na escola que foi bem considerávelOlha, porque é difícil... eu geralmente sou mais assim que nem tu... mas tem outras coisas que precisam ser repensadas e talvez refeitas.

ENTREVISTADO: Então, nessa área de brinquedos, só temos esse aqui por enquanto... agora eu estou esperando chegar, esse semana toda que vem, todos os orçamentos e quem faz... pois pra prefeitura precisa ter três orçamentos de cada brinquedo, mas tomara conseguir um fabricante que faça, que dirá três, não tem como, é difícil. Daí se a gente manda buscar do Rio ou de São Paulo eles já falam: "Ahh estão loucos, olha o preço disso...." mas é na média de 8 mil cada brinquedo... daí a prefeitura diz que não vai colocar isso daí de jeito nenhum.

ENTREVISTADOR: é que agora saiu a lei que eles vão ter que fazer, né.

ENTREVISTADO: Exatamente, em função dessa lei, agora me deram pra fazer, mas daí tu faz, entrega e depois fica.

ENTREVISTADOR: Olha... se precisar de alguma ajuda... eu acho que vou fazer isso pelo resto da minha vida... então se precisar de alguma coisa, a gente tá aqui. Até se tu quiser ouvir ideias para esse projeto, algo com que eu possa colaborar... Eu já até havia falado contigo, há muito tempo, não sei se tu vai lembrar... é que eu fiz uma braça ali no Dom João Braga, para o meu TCC, e aí eu tinha conversado contigo, tu tinha feito um projeto com os alunos, e o projeto que eu fiz ali é todo acessível. Hoje em dia talvez eu fizesse completamente diferente, mas na época, eu conversei com as crianças e vi do que elas precisavam... e realmente, para fazer um projeto acessível, ligado a desenho universal, é uma coisa super complexa e realmente bem mais cara.

ENTREVISTADO: cidades com maior poder econômico, né...

ENTREVISTADOR: mas acontece isso, acaba que a gente descobre algumas coisas.... pra mim foi uma coisa chocante saber que o pessoal do lar de idosos não utiliza a praça, mesmo morando na frente... eles só precisa, atravessar, ali tem um espaço super rico e eles não utilizam porque eles têm medo, porque não se sentem seguros.

ENTREVISTADO: pois é, mas algum tempo atrás, isso aqui enchia, a “velharada” toda atravessava aqui e vinha para cá.... agora em função do medo...

ENTREVISTADOR: eles não se sentem seguros.

ENTREVISTADO: antigamente todas as praças tinham vigilantes 24 horas, há trinta anos, 25 anos.... agora colocaram vigilantes de novo, mas assim de dia uns andando a cavalo e de noite um carrinho passando... é que nem no Parque da Baronesa agora, que colocaram luz, mas quem é que vai entrar ali naquele parque de noite... quem é que tem coragem de entrar... não adianta... colocaram luz, mas não tem um vigilante, não tem nada... aquele portão de noite fica aberto.... agora colocaram tela em toda a volta.... mas se tu passa ali de noite, o portão está todo aberto para trás... porque não fecham aquilo então, já que colocaram tela em tudo, para dar uma resguardada maior.... Eu já fiz projeto para em todo parque da Baronesa fazer um muro todo naquele feitiço com grades com lanças... foi tudo entregue para Dona Maria Rita Sampaio... que era filha da Dona Antoninha, uma pessoa que preservava muito o patrimônio... com orçamento, com isso e com aquilo... apresentei tudo, fui na casa dela, expliquei tudo.... tinha feito até pista de caminhada... mas agora pista de caminhada foi feita... só que ela foi feita assim, ela começa e entra em uns ângulos... daqui a pouco ela entra em curva... e daqui a

pouco chega nos cantos e quebra toda a geométrica, porque não fazer ela toda orgânica eu acho que o orgânico cabe sempre, em qualquer projeto.... claro que em projeto francês não cabe.... (risos)... mas...

ENTREVISTADOR: Mas esse aqui, originalmente, ele era uma praça francesa, né, com traçado francês...

ENTREVISTADO: mas olha, eu não conheço o desenho dele de canteiro simétrico.

ENTREVISTADOR: eu vi numa dissertação que eu li... da Maria Regina Paraleda... ela tem uma dissertação sobre praças e ela fala bastante sobre.... ela fez reproduções do traçado.... e é bem difícil reproduzir assim, sem imagens. Por exemplo, a Praça Coronel Pedro Osório.... essa é como se fosse um mistério né.... começa pela história dela... que aqui tinha uma força e aqui matavam as pessoas, mas depois, aí, pula pro ano quase dois mil...é difícil achar... por exemplo, fotos do zoológico... é impossível... eu tenho as minhas memórias de criança, que aqui era o parque...pra mim é só isso...

ENTREVISTADO: mas antes do parquinho tinha um lago aqui... aqui tinha um gaiolão de pássaros...

ENTREVISTADOR: então é muito difícil....

ENTREVISTADO: tinha um cara, o Nelson Nobre... ele tem uma casinha de vidro na XV...

ENTREVISTADOR: eles tiraram agora para reforma... essa casinha..

ENTREVISTADO: ahhh, tiraram... ele juntava postais de antigamente e ele foi quem me deu todas as dicas e postais antigos da Praça Coronel Pedro Osório, feitio de canteiro por feitio de canteiro.... fotos ali de cima... depois quando começaram a fazer o primeiro e segundo edifício na praça, fotos ali de cima.... as vegetações.... as herbáceas a gente não sabia o que que era, mas as arbóreas a gente tinha uma boa relação de espécie e localização de tudo... agora fizeram aquela coisa, aquele meio fio de concreto.... que antes era tudo gramadinho e a grama descia até o piso...

ENTREVISTADO: Então, o que eu tenho de reforma da praça é isso.... vamos fazer aqui uma área infantil... vamos ter que ter um espaço em algum lugar para colocar um trailer.... daí eu disse: “ah não, colocar um trailer.... então vamos fazer um café”... daí se fez um café nessa parte... que daí quem vem da Andrade Neves passa por aqui, quem vem da Anchieta, passa por aqui.... tem um café, com banheiro, claro..... e pelo menos já pode cortar por aqui por dentro.... Aí foi feito isso uma parte.... eu fiz o levantamento total... de espécies arbóreas, levantamento qualitativo e

quantitativo... e aí depois disso daqui e esses banheiros aqui foram feitos por aqui.... e ficou o infantil aqui, os brinquedos eletrônicos aqui e a pista de skate.... e o espaço livre... naquela época não tinha brinquedos de academia.... e isso aqui é o que eu tenho da praça. E tem esses detalhes todos... por exemplo, esse pórtico aqui, era bem aqui assim...

ENTREVISTADOR: Não... mas ele existe ainda....está lá ainda...

ENTREVISTADO: e aqui ele fechava todo, tinha um portão nessa esquina...

ENTREVISTADOR: isso no projeto ou antigamente?

ENTREVISTADO: Isso antigamente...

ENTREVISTADOR: ata.

ENTREVISTADO: quando eu era criança, que estudava no colégio Assis Brasil, ficava duas quadras para lá e eu morava aqui no Centro na Anchieta, esquina com a Major Cícero. Naquele sobradão antigo, que é um antiquário agora, perto da catedral... então tinha uma babá que levava e que trazia e quando a gente vinha de tarde passava por esse laguinho, ficava brincando, procurando tartaruguinhas.... tinham bichinhos e coisas assim.... e sapo, tinha muito sapo... a gente adorava pegar sapo, o sapo pulava na gente e a gente saia correndo.... tinha oito anos, nove anos, mais ou menos.... depois a gente começou a ir a pé... ou meu pai levava. Então da praça o que tem é isso.... um espaço arborizado com grama, depois um espaço arborizado com piso de areia... e essa área aqui q ficou uma área infantil... que tem até uma arquibancada, essa quadra aqui já existia....

ENTREVISTADOR: tu sabe que essa quadra é engraçada, porque eu fiz questionários também, com o pessoal que utiliza o parque... aí várias pessoas não sabiam da existência da quadra... e são pessoas que utilizam o parque, não são pessoas aleatórias... e ela passa despercebida... parece que ela nem existe.

ENTREVISTADO: Mas tu sabe que agora eu realmente não vejo mais ninguém usando isso daí.... antigamente eu me lembro de ter...

ENTREVISTADOR: outra coisa, a drenagem dela também é bem complicada... o dia tem que tá muito bom, o mês tem que ter sido muito bom, se não não dá pra usar.

ENTREVISTADO: foi colocado depois uma nova.... mas não tem uma drenagem nessas praças de Pelotas... em nenhuma tem drenagem. Nem aquela da Dom Joaquim... quando se fez, na hora da drenagem, ela disse, não.... vamos economizar... então tá, vamos colocar mais alto no centro, com escoamento lateral...

ENTREVISTADOR: isso já ajuda, né...

ENTREVISTADO: Ajuda, mas também fica alagada... eu já vi aquilo ali alagar... O problema é assim, quem é que manda em praças hoje? Gente que não entende absolutamente nada.. que mora lá no bairro, lá atrás do Dunas... é gente que tá aí porque entra na prefeitura nas eleições, por causa dos votos.....

ENTREVISTADO: Eu entreguei um plano de arborização agora... um plano para toda cidade...

ENTREVISTADOR: tu entrega isso na secretaria de Arquitetura e Urbanismo.... que fica onde?

ENTREVISTADO: Eu faço, quer usar usa, não quer usar não usa... e eles não gostam muito de mim pq eu digo muitas verdades na cara, então eu sou uma “persona não grata”....

ENTREVISTADOR: mas deve ser frustrante fazer e não ver acontecer....

ENTREVISTADO: aqui oh... objetivo geral: continuar o sistema de arborização das vias no município de Pelotas, iniciado em 2009...oh, nós já estamos em 2017, daqui a pouco já vamos para 10 anos... e não sai... agora começaram a replantar a estrada do laranjal, tinha 100 mudas para replantar, agora ficaram faltando 28.. eu fui lá hoje reclamar... aquela hora que eu estava saindo daqui, eu fui lá reclamar... e daí eles disseram: “ ah, tem um outro aqui dentro fazendo a arborização do Jardim Europa”.... que é ali no Areal... daí me pediram pra eu ver que tipo de árvore colocava, se era extremosa, se era ipê....por causa da fiação e sombra... aquela coisa toda... no inverno para não dar sombras nas casas, para as calçadas, ver tipo de raiz e tal... E aí já começaram outro plano.... mas porque não se acaba esse pra depois começar outro..... então tá... Aí depois tem os objetivos específicos: teria que fazer um inventário... iniciar um levantamento da arborização existente nas vias públicas, avaliar os prejuízos causados pela arborização, avaliar os danos levantados e definir uma política de atuação, principalmente nos casos mais drásticos, como aqueles que indicam a remoção e/ou a substituição de espécies plantadas e cadastrar todo o levantamento ... isso foi feito agora no Jardim Europa.... quer dizer, o Jardim Europa é um bairro que não tem meio fio, que tem calçadas que tem 50cm e daqui a pouco tem uma calçada que tem 4 metros de largura.... então como que tu vai iniciar um plantio sem saber onde começa o meio fio... quer dizer, onde que tu vai plantar a árvore.... ahh, aqui não planta porque tem calçada de 4 metros... Normas: elaborar um manual de manejo e plantio.... Metodologia: para dar início ao projeto de arborização 2017, baseamos na planta da cidade de Pelotas, um

plano diretor que só permite a arborização em calçadas com largura superior a 2,10m, não faremos um plano radial, iniciando do centro para os bairros, nem do centro para as periferias, pois no centro da cidade poucas ruas possuem larguras apropriadas a arborização... assim sendo, tomamos como base para esse nono ano de arborização correta implementar a linha verde de vias arborizadas formando uma ligação interbairros... Então a ideia é assim... começa pelo fragata... a Duque de Caxias vai ser plantada, tá, então qual é a melhor árvore para lá... grande porte e tal... e indo ligando um interbairros que fizesse um corredor verde na cidade inteira... esse era o meu objetivo inicial... Logo após, definir arborização para vias secundárias, terciárias e posteriormente expandindo para todas as ruas possíveis, a fim de podermos obter uma cidade com melhor qualidade de vida possível.... trazendo melhorias no ar que respiramos... absorve ruídos... embelezamento da paisagem.... Normas Técnicas do Plantio: todas as áreas e serem implantadas deverão ter uma altura entre 1,80 e 2,50 de altura, enterrados 80cm do solo, as covas deverão medir 80x80x80cm, mandei fazer as covas aqui, o cara veio, fez um buraquinho de 50x50cm... quando é que vão desenvolver o resto...isso que foi dentro da prefeitura.... A armação do tronco do tutor deve ser feita em feitiço de 8 com tiras de rafia... tudo direitinho aqui, o projeto.... a divisão da malha urbana: 7 bairros... então começa na avenida Bento Gonçalves, reposição de 60 unidades da árvore robusta...entre as ruas Almirante Barroso e Santos Dumont, retirar raízes e troncos dos locais acerto das covas, acertar meio fio, colocar terra vegetal e acertar o plantio das espécies.... Depois naquela outra, do colégio pelotense pra baixo... aquilo já foi plantando no primeiro governo do Bernardo.... fazer um plantio variado... nos espaços que sobraram, que morreram, que não vingou, plantar ipê amarelo... 50 ipês amarelos, colocaram m grupo de 6 aqui, um grupo de 3 ali, para ter uma vegetação dominante.... se vai sair não sei. Avenida J.K. de Oliveira... canteiro central arborizado com aproximadamente 250 mudas de Ipê....desde a República do Líbano até a rua Tiradentes... e por aí vai, do centro até a avenida Fernando Osório, Marsílio Dias, Guilherme Vertzell, Domingos de Almeida, São Francisco de Paula, Laranjal, Adolfo Fetter... mas essa aqui não é pra esse ano, em função das obras que estão acontecendo lá agora... tem que cortar mais de 30 eucaliptos secos... Aí tem os ipês roxos eu mandei plantar há não sei quantos anos atrás... e ninguém me avisou.... plantaram 100 mudas e deve ter umas 20 ou 30 no máximo, porque a prefeitura não tem caminhão pipa pra molhar, se chover choveu... então

morreu tudo... agora diz que essa semana eles arranjaram com o Sanepe, um tonel, que vai atrás de um Saveiro, então, o que for implantando, vão molhando.... mas né... plantou molhou né, é uma regra básica de paisagismo.

ENTREVISTADOR: Tá mas e árvores frutíferas tu não pensa? Por exemplo, a bergamota, o limoeiro, a laranjeira.....

ENTREVISTADO: Já, já foram plantadas não sei quantas mudas no Laranjal, sabe quantas ficaram? Nenhuma, roubaram todas. Então não adianta... cadê o departamento de qualidade ambiental... não tem mais, acabou...então não tem ninguém que vai até as escolas ensinar e mostrar para as crianças, para as crianças voltarem para casa e mostrarem que vão plantar a laranjeira na rua.... não tem... uma vez se colocou 200 mudas de laranjeira no Laranjal, em dois anos não tinha mais nenhuma.... roubam tudo. Então, tem que ter uma educação ambiental, não adianta tu querer fazer, isso, aquilo e aquilo outro, que roubam, estragam.... tem que ter vigilância, sem vigilância não funciona... na praça de noite... outro dia não roubaram todas as lâmpadas da praça Coronel Pedro Osório.... roubaram... está toda a praça no escuro... a praça central da cidade... é muito difícil trabalhar em órgão público, assim, como aqui, é... e não sendo frutífera eles não têm interesse em roubar, eles raramente roubam alguma que não seja... Essa aqui é a Duque de Caxias que eu fiz uma coisa.... oh São Gonçalo, Benjamim Constant..... avenida Ferreira Viana, do shopping de Pelotas até a ponte do arroio pelotas, arborizar com ipê amarelo da Varzia... que no centro ela já tem.... que no ano passado eles plantaram onde tinham morrido e não regaram, estão morrendo as mesmas... tem que ter cuidado, jardim é ser vivo, é que nem criança, criança nasce e tu cuida... é que nem quando eu faço jardim particular, eu digo, é que nem filho, tem que ver crescer... ok, vamos colocar as árvores mais altas que tiverem, tu tem dinheiro pode colocar, mas é isso, jardim é que nem filho, tu tem que ver crescer, tem que adubar, tem que cuidar todos os dias, por muitos anos, as coisas têm que ser feitas...

ENTREVISTADOR: e é difícil fazer um orçamento, porque a maioria das ruas aqui de Pelotas não têm meio fio, não têm calçada...

ENTREVISTADO: mas essas aqui são as principais todas têm... Salgado Filho, República do Líbano.... então, tá aqui o plano de arborização.... e plantaram duas avenidas e agora já passou para o Jardim Europa... daí eu telefonei para o gabinete da prefeitura e pedi para entregar para a Paula o planejamento de arborização.... disseram que iam falar com ela e depois me avisavam... isso já faz mais de um mês

e até hoje nada. Vai enchendo... chega um pouco que vai enchendo... mas agora vamos vendo os brinquedos infantis.... E o que que tu tem de brinquedos de acessibilidade, tem orçamentos....

ENTREVISTADOR: não, eu já vi muitos parques...acho que a gente poderia entrar em contato, por exemplo, com essas prefeituras, para ver onde é que eles comparara.... se é tão difícil assim, mas eu posso ver na internet também...

ENTREVISTADO: eu até já pedi para umas, mas só me mandaram fotos, eu estou esperando....

ENTREVISTADOR: mas é só o balanço infantil para cadeira de rodas que tu precisa, é isso ??

ENTREVISTADO: não não... eu queria mais outros brinquedos, colocar lá na Baronesa, em outros lugares... já que é um parque né, uma área grande.

ENTREVISTADOR: Tem um playground super interessante... assim, mas o que que acontece... esse brinquedo é legal, mas duas pessoas vão brincar, né... o cadeirante, geralmente esse brinquedo vem com uma cadeira de rodas, e um espaço para uma pessoa sentar...

ENTREVISTADO: é... é difícil ter para dois cadeirantes....

ENTREVISTADOR: esse é o que eu mais gostei, mas depois quando eu visitei, eu achei ele mais.... é que o que que aconteceu... para acessibilidade tem que ser um brinquedo que as crianças possam utilizar e que tu possa chegar até ele... e ele era lá naquele parque em São Paulo, Ibirapuera, e a gente ficou 20 minutos caminhando para chegar até o brinquedo... como que um cadeirante vai demorar 20 minutos para chegar até lá... por isso que eu te falei que quando colocaram aqui... eu achei interessante, porque é um lugarzinho perto assim, né... por exemplo, do lar de idosos, e é rápido de chegar.... se tu coloca um brinquedo aqui, vão dizer que só tem aqui... mas as vezes o só, para eles é muito né...

ENTREVISTADO: com certeza.... eu só achei assim... aqui dentro tinha um eixo de simetria... e ficou aquela coisa chamando atenção... quando tu olha da esquina hoje, como aquilo é colorido, te chama mais atenção do que qualquer outra coisa.... então que tivesse sido mais aqui que daí não ficava tão gritante aos olhos e não ficava quebrando tanto esse recanto aqui, que era um recanto de simetria, que agora não tem mais nada aqui... essas gramas já acabaram... tem que restaurar essa parte toda de canteiros né... isso aqui não foi nem mexido.

ENTREVISTADOR: oh deixa eu te mostrar aqui, talvez nessa imagem tu não consiga ver direito, mas o que que acontece, o cadeirante pode entrar e brincar, o cadeirante entra...o cego por utilizar as barras aqui.... tem brinquedos para crianças que têm síndrome... esses brinquedos coloridos... a criança pode ter pouca visão, mas as cores ela enxerga...

ENTREVISTADO: é eu nunca vi.... brinquedos de cadeirantes eu realmente não vi...

ENTREVISTADOR: esse aqui é interessante, oh.... porque, o que que acontece, as crianças também podem brincar... as crianças ditas normais, né... sem deficiência....elas brincam juntas... e isso é o que é importante... eu acho, na minha visão... se não, o que que acontece, a criança fica aqui sozinha.... claro que eu já vou achar isso aqui um ganho maravilhoso para cidade... eu tenho uma filha e felizmente ela não possui nenhuma deficiência, mas imagina tu ter um filho e tu não ter onde poder levar ele, né.... eu já sou da época das praças.... eu levo minha filha em tudo que é praça... as vezes é difícil tu ver criança né... as crianças não brincam quase em praças... não sei o que elas fazem exatamente.... Oh... esse aqui é outro... é uma gangorra, para dois cadeirantes... Eu visitei um parque também em Montevideu, é um parque super legal, lindo, lindo.... me emocionei... ele é com piso emborrachado nos brinquedos, para as crianças deficientes também tem os balaços... também tem as cadeiras em acrílico.... daí tu coloca a criança deitada.... porque têm crianças que não são cadeirantes mas elas não podem ficar num brinquedo normal, porque elas caem.... tem os tambores... tem música... tem água e tem um mapa da praça tátil.... é lindo.... tem árvores frutíferas e com cheiro, na volta... os banheiros todos acessíveis... e o melhor, o que me deixou mais chocada, é que quando eu vi as imagens na internet, eu vi um parque... quando eu cheguei lá eles haviam reformado... o parque estava melhor ainda... no Ibirapuera... eu vi as imagens na internet e quando eu cheguei lá eu tinha vontade de chorar... estava super degradado, ninguém utilizando.... tudo bem que era dia de semana, mas enfim.... Nesse aqui tinha... parque da Amizade, em Montevideu... tinha também aquele brinquedo roda a roda, só que na altura do piso... ou seja, tinha um círculo na volta.... que era pra água escorrer... que era pra colocar o cadeirante e lugares para gente sentar também... ou seja, até isso eles pensaram... todo mundo podia usar junto ao mesmo tempo.

ENTREVISTADO: eu vi gangorra outro dia... para o cadeirante e a pessoa que carrega o cadeirante sentar do outro lado...

ENTREVISTADOR: é um jeito de incluir... para todo mundo brincar junto... é muito importante.

ENTREVISTADO: Com certeza.

ENTREVISTADOR: oh.. essa foto é vendo de cima... o de Montevideú.... tem essa parte coberta com os brinquedos e essa parte escura é o piso emborrachado... coisa de primeiro mundo... olha, aqui tem um labirinto.... o que que acontece... tu podes vir por uma rampa... daí tem um escorregador e tu desce o escorregador ou tu brinca no labirinto lá embaixo... se tu não tem nenhuma deficiência...

ENTREVISTADO: bárbaro os brinquedos... realmente...

ENTREVISTADOR: e olha que Montevideú nem é uma cidade assim tão rica...

ENTREVISTADO: Não, não é...mas e palmeiras Fênix tem maravilhas, né?

ENTREVISTADOR: um apaixonado por plantas e outro por acessibilidade.... combinação perfeita pra fazer praça...

ENTREVISTADOR: quando eu fiz a minha praça... ali na frente do Dom João Braga... eu fiz todo o levantamento, né... tinha 47 espécies no total... e aí eu pedi para aquele paisagista, o Frederico, e aí ele me apontou todas elas e me falou quais que eu deveria colocar no meu projeto... por isso que eu falei das frutíferas... e aí eu fiquei a louca das árvores... minhas amigas não aguentavam mais... agora passou um pouco essa síndrome, agora veio da acessibilidade...

ENTREVISTADO: Cada vez que eu vou a Porto Alegre eu fico encantado em agosto tu vais e os ipês amarelos estão todos floridos... e setembro tu vais e os ipês roxos estão todos floridos... depois em novembro tu vai e os jacarandás "... e são quantidade, né.... tu passa na Independência e é só jacarandá... e eu adoro.

ENTREVISTADOR: eu fiquei surpresa que ali no Laranjal tem umas árvores frutíferas e eu não sabia que eram... uma amiga minha de São Paulo, está fazendo residência aqui... daí um dia a gente passou lá e ela disse que ia comer... umas sementinhas roxas, tipo umas azeitonas.... a gente começou a comer e eu achei bom... não sei o nome... é amargo, forte, mas é bom...

ENTREVISTADO: tem um caroço?

ENTREVISTADOR: isso.

ENTREVISTADO: Ahh, aquilo diabético que tem que comer... eu sou diabético né, mas tenho horror daquilo... é Jambolão. É uma fruta meio azeda, ácida...

ENTREVISTADOR: Eu gostei...

ENTREVISTADO: as pessoas me levavam um saco de Jambolão, porque eu sou diabético... as pessoas saíam e eu colocava todo aquele saco fora...

ENTREVISTADOR: mas por que que diabético tem que tomar?

ENTREVISTADO: Porque baixa a taxa de glicose...

ENTREVISTADOR: aii, tem o pai de uma amiga minha que tem... vou falar para ela.

ENTREVISTADO: mas eu já sou diabético de insulina.. estou há muito tempo tomando insulina... eu tenho horror de fazer chazinho...

ENTREVISTADOR: eu vivo a base de chá e café...

ENTREVISTADO: não, de café eu vivo.... mas tenho horror de cozinha, tenho horror de cozinhar, tenho horror de lavar louça... Eu moro sozinho numa casa no Laranjal... só tenho empregada as sextas-feiras... nos outros dias de manhã eu levanto, tomo café, lavo a minha xícara.... arrumo a cama... tomo banho, deixo as toalhas penduradas secando.... eu sou organizadérrimo, sou organizado para chuchu... tenho horror de bagunça... meus papéis têm que estar tudo arrumadinho... isso é toque... (risos)...

ENTREVISTADOR: Então tá, eu queria te agradecer...

Anexo A: NBR9050- Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

3 Circulação – Piso

A circulação pode ser horizontal e vertical. A circulação vertical pode ser realizada por escadas, rampas ou equipamentos eletromecânicos e é considerada acessível quando atender no mínimo a duas formas de deslocamento vertical.

6.3.1 Condições gerais Os pisos devem atender às características de revestimento, inclinação e desnível, conforme descrito em 6.3.2 a 6.3.8.

6.3.2 Revestimentos Os materiais de revestimento e acabamento devem ter superfície regular, firme, estável, não trepidante para dispositivos com rodas e antiderrapante, sob qualquer condição (seco ou molhado). Deve-se evitar a utilização de padronagem na superfície do piso que possa causar sensação de insegurança (por exemplo, estampas que pelo contraste de desenho ou cor possam causar a impressão de tridimensionalidade).

6.3.3 Inclinação A inclinação transversal da superfície deve ser de até 2 % para pisos internos e de até 3 % para pisos externos. A inclinação longitudinal da superfície deve ser inferior a 5 %. Inclinações iguais ou superiores a 5 % são consideradas rampas e, portanto, devem atender a 6.6.

6.3.4 Desníveis

6.3.4.1 Desníveis de qualquer natureza devem ser evitados em rotas acessíveis. Eventuais desníveis no piso de até 5 mm dispensam tratamento especial. Desníveis superiores a 5 mm até 20 mm devem possuir inclinação máxima de 1:2 (50 %), conforme Figura 68. Desníveis superiores a 20 mm, quando inevitáveis, devem ser considerados como degraus, conforme 6.7.

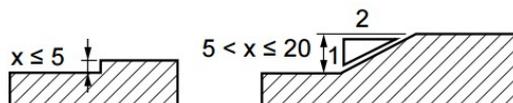


Figura 68- Tratamento de desníveis

6.3.4.2 Em reformas, pode-se considerar o desnível máximo de 75 mm, tratado com inclinação máxima de 12,5 %, conforme Tabela 7, sem avançar nas áreas de circulação transversal, e protegido lateralmente com elemento construído ou vegetação.

6.3.4.3 Nas áreas de circulação, quando o desnível for lateral, observar o descrito em 4.3.7.

6.3.4.4 As soleiras das portas ou vãos de passagem que apresentem desníveis de até no máximo um degrau devem ter parte de sua extensão substituída por rampa com largura mínima de 0,90 m e com inclinação em função do desnível apresentado e atendendo aos parâmetros estabelecidos nas Tabelas 6 ou 7. Parte do desnível deve ser vencido com rampa, e o restante da extensão pode permanecer como degrau, desde que associado, no mínimo em um dos lados, a uma barra de apoio horizontal ou vertical, com comprimento mínimo de 0,30 m e com seu eixo posicionado a 0,75 m de altura do piso, sem avançar sobre a área de circulação pública.

6.3.8 Sinalização no piso A sinalização visual e tátil no piso indica situações de risco e direção. Deve atender ao disposto em 5.4.6 e em normas específicas.

6.6 Rampas

6.6.1 Gerais São consideradas rampas às superfícies de piso com declividade igual ou superior a 5 %. Os pisos das rampas devem atender às condições de 6.3.

6.6.2 Dimensionamento Para garantir que uma rampa seja acessível, são definidos os limites máximos de inclinação, os desníveis a serem vencidos e o número máximo de segmentos. A inclinação das rampas, conforme Figura 70, deve ser calculada conforme a seguinte equação: $h \leq 100 i c$ onde i é a inclinação, expressa em porcentagem (%); h é a altura do desnível; c é o comprimento da projeção horizontal

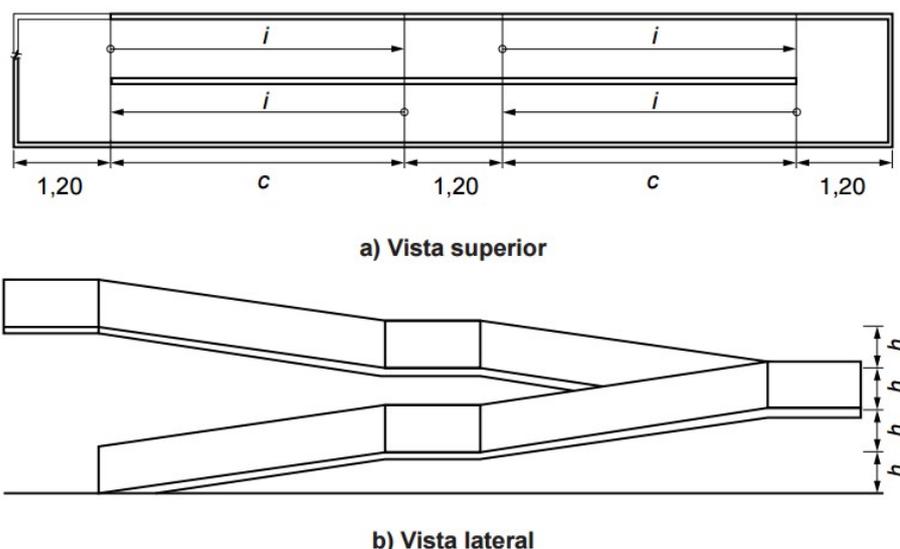


Figura 70- Dimensionamento de Rampas.

6.6.2.1 As rampas devem ter inclinação de acordo com os limites estabelecidos na Tabela 6. Para inclinação entre 6,25 % e 8,33 %, é recomendado criar áreas de descanso (6.5.) nos patamares, a cada 50 m de percurso. Excetuam-se deste requisito as rampas citadas em 10.4 (plateia e palcos), 10.12 (piscinas) e 10.14 (praias).

Tabela 6 – Dimensionamento de rampas Desníveis máximos de cada segmento de rampa h m Inclinação admissível em cada segmento de rampa i % Número máximo de segmentos de rampa

$h \leq 1,00$	$0,80 < i \leq 6,25$ (1:16)	Sem limite
$1,00 < h \leq 5,00$ (1:20)	$6,25 < i \leq 8,33$ (1:12)	15

6.6.2.2 Em reformas, quando esgotadas as possibilidades de soluções que atendam integralmente à Tabela 6, podem ser utilizadas inclinações superiores a 8,33 % (1:12) até 12,5 % (1:8), conforme Tabela 7.

Tabela 7 – Dimensionamento de rampas para situações

6.6.2.3 Para rampas em curva, a inclinação máxima admissível é de 8,33 % (1:12) e o raio mínimo de 3,00 m, medido no perímetro interno à curva, conforme Figura 71.

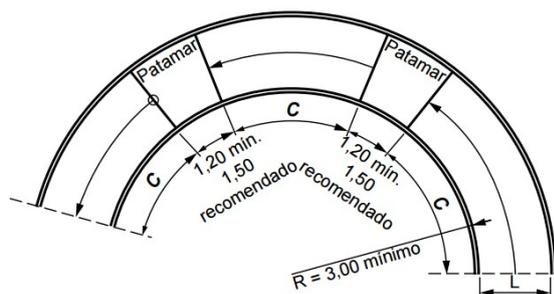


Figura 71- Rampa em curva.

6.6.2.4 A inclinação transversal não pode exceder 2 % em rampas internas e 3 % em rampas externas.

6.6.2.5 A largura das rampas (L) deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas. A largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de 1,50 m, sendo o mínimo admissível de 1,20 m.

6.6.2.6 Toda rampa deve possuir corrimão de duas alturas em cada lado, conforme demonstrado na Figura 72. 59 ABNT NBR 9050:2015 © ABNT 2015 - Todos os direitos reservados

6.6.2.7 Em edificações existentes, quando a construção de rampas nas larguras indicadas ou a adaptação da largura das rampas for impraticável, as rampas podem ser executadas com largura mínima de 0,90m e com segmentos de no máximo 4,00 m de comprimento, medidos na sua projeção horizontal, desde que respeitadas as Tabelas 6 e 7. No caso de mudança de direção, devem ser respeitados os parâmetros de área de circulação e manobra previstos em 4.3.

6.6.2.8 Quando não houver paredes laterais, as rampas devem incorporar elementos de segurança, como guarda-corpo e corrimãos, guias de balizamento com altura mínima de 0,05 m, instalados ou construídos nos limites da largura da rampa, conforme Figura 72.

6.6.2.9 A projeção dos corrimãos pode incidir dentro da largura mínima admissível da rampa em até 10 cm de cada lado, exceto nos casos previstos em 6.6.2.7.

6.10.11 Rebaixamento de calçadas para travessia de pedestres

6.10.11.1 As calçadas devem ser rebaixadas junto às travessias de pedestres sinalizadas com ou sem faixa, com ou sem semáforo, e sempre que houver foco de pedestres.

6.10.11.2 Não deve haver desnível entre o término do rebaixamento da calçada e o leito carroçável.

6.10.11.3 Os rebaixamentos de calçadas devem ser construídos na direção do fluxo de pedestres. A inclinação deve ser constante e não superior a 8,33% (1:12), conforme exemplos A, B, C e D da figura 100.

6.10.11.4 A largura dos rebaixamentos deve ser igual à largura das faixas de travessia de pedestres, quando o fluxo de pedestres calculado ou estimado for superior a 25 pedestres/min/m.

6.10.11.5 Em locais onde o fluxo de pedestres for igual ou inferior a 25 pedestres/min/m e houver interferência que impeça o rebaixamento da calçada em toda a extensão da faixa de travessia, admite-se rebaixamento da calçada em largura inferior até um limite mínimo de 1,20 m de largura de rampa.

6.10.11.6 Quando a faixa de pedestres estiver alinhada com a calçada da via transversal, admite-se o rebaixamento total da calçada na esquina, conforme figura 100 – rebaixamento C.

6.10.11.7 Onde a largura do passeio não for suficiente para acomodar o rebaixamento e a faixa livre (figura 100 – rebaixamentos A e B), deve ser feito o rebaixamento total da largura da calçada, com largura mínima de 1,50 m e com rampas laterais com inclinação máxima de 8,33%, conforme figura 100 – rebaixamento D.

6.10.11.8 Os rebaixamentos das calçadas localizados em lados opostos da via devem estar alinhados entre si.

6.10.11.9 Deve ser garantida uma faixa livre no passeio, além do espaço ocupado pelo rebaixamento, de no mínimo 0,80 m, sendo recomendável 1,20m (ver figura 100 - rebaixamento A).

6.10.11.10 As abas laterais dos rebaixamentos (ver figura 100 - rebaixamento A) devem ter projeção horizontal mínima de 0,50m e compor planos inclinados de acomodação A inclinação máxima recomendada é de 10%.

6.10.11.11 Quando a superfície imediatamente ao lado dos rebaixamentos contiver obstáculos, as abas laterais podem ser dispensadas. Neste caso, deve ser garantida faixa livre de no mínimo 1,20 m, sendo o recomendável 1,50 m, conforme figura 100 – rebaixamento B.

6.10.11.12 Os rebaixamentos de calçadas devem ser sinalizados conforme figura 61.

6.10.11.13 Os rebaixamentos de calçadas podem ser executados conforme exemplos A, B, C e D da figura 100.

7 Sanitários, banheiros e vestiários

7.1 Requisitos gerais Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem obedecer aos parâmetros desta Norma quanto às quantidades mínimas necessárias, localização, dimensões dos boxes, posicionamento e características das peças, acessórios barras de apoio, comandos e características de pisos e desnível. Os espaços, peças e acessórios devem atender aos conceitos de acessibilidade, como as áreas mínimas de circulação, de transferência e de aproximação, alcance manual, empunhadura e ângulo visual, definidos na Seção 4.

7.2 Tolerâncias dimensionais Os valores identificados como máximos e mínimos nesta Seção devem ser considerados absolutos, e demais dimensões devem ter tolerâncias de mais ou menos 10 mm.

7.3 Localização

7.3.1 Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem localizar-se em rotas acessíveis, próximas à circulação principal, próximas ou integradas às demais instalações sanitárias, evitando estar em locais isolados para situações de emergências ou auxílio, e devem ser devidamente sinalizados conforme Seção 5.

7.3.2 Recomenda-se que a distância máxima a ser percorrida de qualquer ponto da edificação até o sanitário ou banheiro acessível seja de até 50 m.

7.4 Quantificação e características

7.4.1 As instalações sanitárias acessíveis nas edificações e espaços de uso público e coletivo devem estar distribuídas nas proporções e especificidades construtivas estabelecidas nesta seção. 83

7.4.2 Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem possuir entrada independente, de modo a possibilitar que a pessoa com deficiência possa utilizar a instalação sanitária acompanhada de uma pessoa do sexo oposto.

7.4.2.1 Recomenda-se, para locais de prática esportiva, terapêutica e demais usos (10.11 e 10.12), que os vestiários acessíveis excedentes sejam instalados nos banheiros coletivos, ou seja, que as peças acessíveis, como chuveiros, bacias sanitárias, lavatórios e bancos, estejam integrados aos demais.

7.4.2.2 Devem ser instalados dispositivos de sinalização de emergência em sanitários, banheiros e vestiários acessíveis, atendendo ao disposto em 5.6.4.1.

7.4.3 O número mínimo de sanitários acessíveis está definido na Tabela 9 e em 7.4.3.1 a 7.4.3.3.

Tabela 9- Número mínimo de sanitários acessíveis.

Edificação de uso	Situação da edificação	Número mínimo de sanitários acessíveis com entradas independentes
Público	A ser construída	5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um, para cada sexo em cada pavimento, onde houver sanitários
	Existente	Um por pavimento, onde houver ou onde a legislação obrigar a ter sanitários
Coletivo	A ser construída	5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um em cada pavimento, onde houver sanitário
	A ser ampliada ou reformada	5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um em cada pavimento acessível, onde houver sanitário
	Existente	Uma instalação sanitária, onde houver sanitários
Privado áreas de uso comum	A ser construída	5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um, onde houver sanitários
	A ser ampliada ou reformada	5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um por bloco
	Existente	Um no mínimo

NOTA As instalações sanitárias acessíveis que excederem a quantidade de unidades mínimas podem localizar-se na área interna dos sanitários.

7.4.3.1 Em espaços de uso público ou uso coletivo que apresentem unidades autônomas de comércio ou serviços, deve ser previsto à no mínimo um sanitário por pavimento, localizado nas áreas de uso comum do andar. Quando o cálculo da porcentagem de 5 % de peças sanitárias do pavimento resultar em mais do que uma instalação sanitária ou fração, estas devem ser divididas por sexo para cada pavimento.

7.4.3.2 Em estabelecimentos como shoppings, terminais de transporte, clubes esportivos, arenas verdes (ou estádios), locais de shows e eventos ou em outros edifícios de uso público ou coletivo, com instalações permanentes ou temporárias que, dependendo da sua especificidade ou natureza, concentrem um grande número de pessoas, independentemente de atender à quantidade mínima de 5 % de peças sanitárias acessíveis, deve também ser previsto um sanitário acessível para cada sexo junto a cada conjunto de sanitários.

7.4.3.3 Em edificações de uso coletivo a serem ampliadas ou reformadas, com até dois pavimentos e área construída de no máximo 150 m² por pavimento, as instalações sanitárias acessíveis podem estar localizadas em um único pavimento.

7.4.4 Recomenda-se que nos conjuntos de sanitários seja instalada uma bacia infantil para uso de pessoas com baixa estatura e de crianças.

7.4.5 Banheiros e vestiários devem ter no mínimo 5 % do total de cada peça instalada acessível, respeitada no mínimo uma de cada. Quando houver

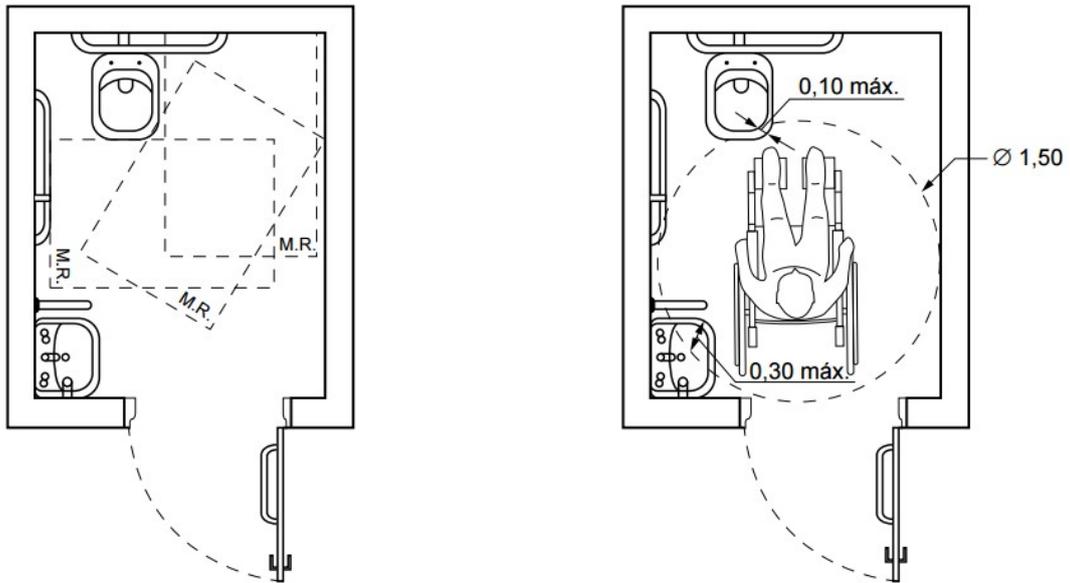
divisão por sexo, as peças devem ser consideradas separadamente para efeito de cálculo.

7.4.6 Quanto ao número mínimo de instalações sanitárias em escolas, observar o descrito em 7.4.3.

7.5 Dimensões do sanitário acessível e do boxe sanitário acessível

As dimensões do sanitário acessível e do boxe sanitário acessível devem garantir o posicionamento das peças sanitárias e os seguintes parâmetros de acessibilidade:

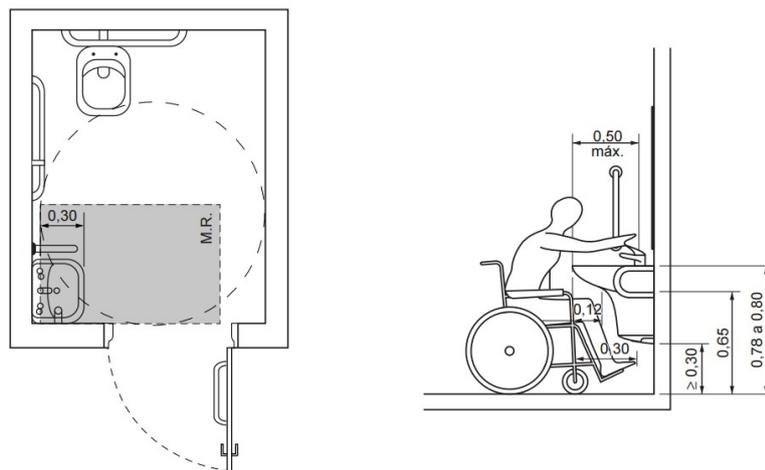
- a) circulação com o giro de 360°, conforme 4.3.4;
- b) área necessária para garantir a transferência lateral, perpendicular e diagonal para a bacia sanitária, conforme Figuras 97 a) e 102;
- c) a área de manobra pode utilizar no máximo 0,10 m sob a bacia sanitária e 0,30 m sob o lavatório, conforme Figuras 97 b) e 99;
- d) deve ser instalado lavatório sem coluna ou com coluna suspensa ou lavatório sobre tampo, dentro do sanitário ou boxe acessível, em local que não interfira na área de transferência para a bacia sanitária, podendo sua área de aproximação ser sobreposta à área de manobra, conforme Figura 98;
- e) os lavatórios devem garantir altura frontal livre na superfície inferior, conforme Figura 98, e na superfície superior de no máximo 0,80 m, exceto a infantil;
- f) quando a porta instalada for do tipo de eixo vertical, deve abrir para o lado externo do sanitário ou boxe e possuir um puxador horizontal no lado interno do ambiente, medindo no mínimo 0,40 m de comprimento, afastamento de no máximo 40 mm e diâmetro entre 25 mm e 35 mm, conforme Figura 84;
- g) pode ser instalada porta de correr, desde que atenda às condições previstas em 6.11.2.4 e 6.11.2.11;
- h) para travamento das portas deve ser observado o descrito em 4.6.8;
- i) quando o boxe for instalado em locais de prática de esportes, as portas devem atender a um vão livre mínimo de 1,00m;
- j) deve ser respeitado 6.11.2.2 e 6.11.2.3;
- k) alcance manual para acionamento da válvula sanitária, da torneira, das barras, puxadores e trincos e manuseio e uso dos acessórios conforme 4.6 e 7.6;
- l) alcance visual do espelho conforme 7.11.1;
- m) recomenda-se a instalação de ducha higiênica ao lado da bacia, dentro do alcance manual de uma pessoa sentada na bacia sanitária, dotada de registro de pressão para regulagem da vazão;
- n) a Figura 99 exemplifica medidas mínimas de um sanitário acessível;
- o) quando houver mais de um sanitário acessível (Figura 99), recomenda-se que as bacias sanitárias, áreas de transferência e barras de apoio sejam posicionadas simetricamente opostas, contemplando todas as formas de transferência para a bacia, para atender a uma gama maior de necessidades das pessoas com deficiência;
- p) em edificações existentes ou em reforma, quando não for possível atender às medidas mínimas de sanitário da Figura 99, serão admitidas as medidas mínimas demonstradas na Figura 100.



a) Vista superior da área de transferência

b) Vista Superior da área de manobra

Figura 97 – Áreas de transferência e manobra para uso da bacia sanitária



a) Vista superior

b) Vista lateral

Figura 98 – Área de aproximação para uso do lavatório

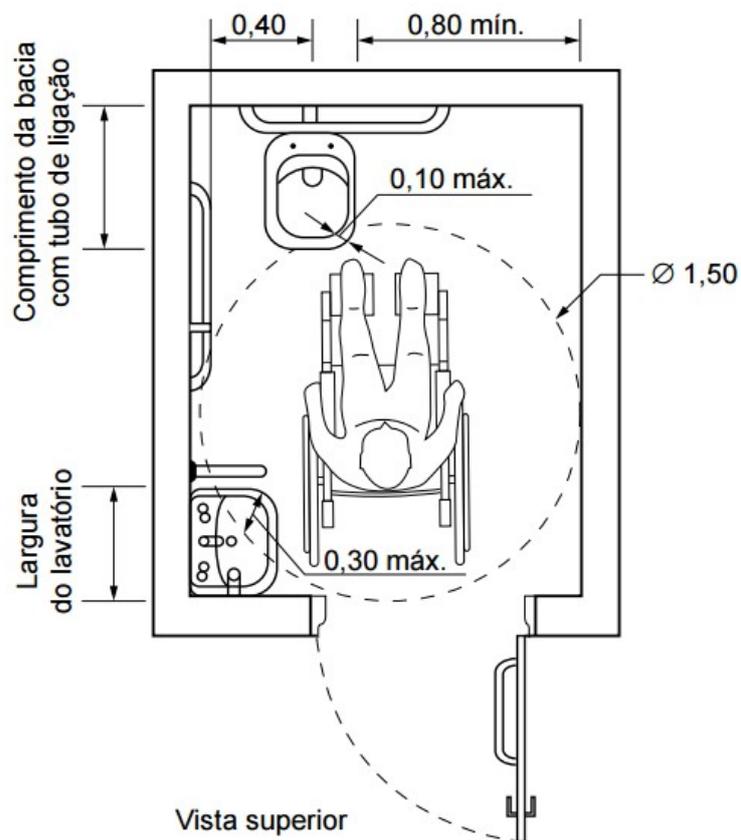


Figura 99 – Medidas mínimas de um sanitário acessível

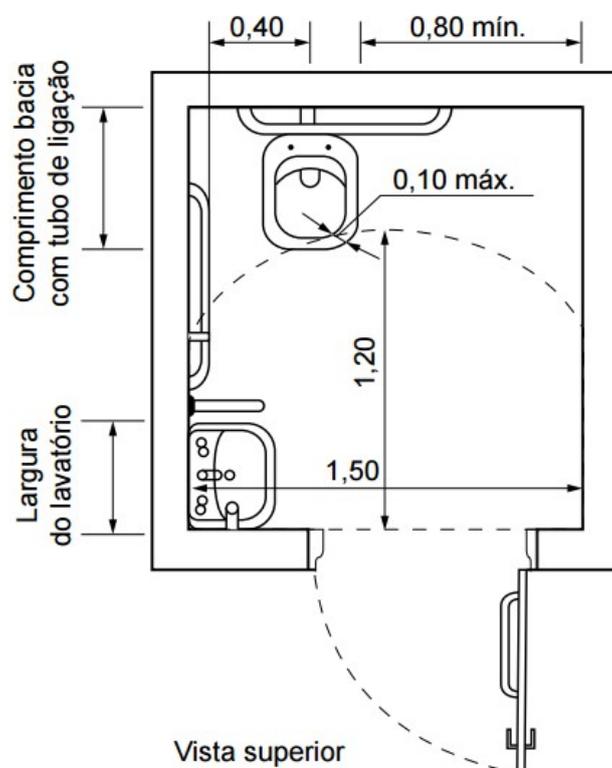


Figura 100 – Medidas mínimas de um sanitário acessível em caso de reforma –
Vista superior

Os pisos dos sanitários ou boxes sanitários devem observar as seguintes características:

- a) ser antiderrapantes, conforme 6.3;
- b) não ter desníveis junto à entrada ou soleira;
- c) ter grelhas e ralos posicionados fora das áreas de manobra e de transferência.

7.6 Barras de apoio

As barras de apoio são necessárias para garantir o uso com segurança e autonomia das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme especificado em 7.7.2.2.

7.6.1 Todas as barras de apoio utilizadas em sanitários e vestiários devem resistir a um esforço mínimo de 150 kg no sentido de utilização da barra, sem apresentar deformações permanentes ou fissuras, ter empunhadura conforme Seção 4 e estar firmemente fixadas a uma distância mínima de 40 mm entre sua base de suporte (parede, painel, entre outros), até a face interna da barra. Suas extremidades devem estar fixadas nas paredes ou ter desenvolvimento contínuo até o ponto de fixação com formato recurvado. Quando necessários, os suportes intermediários de fixação devem estar sob a área de empunhadura, garantindo a continuidade de deslocamento das mãos. O comprimento e a altura de fixação são determinados em função de sua utilização, conforme exemplos apresentados em 7.7.2.3 e 7.7.2.4.

7.6.2 Quando executadas em material metálico, as barras de apoio e seus elementos de fixação e instalação devem ser confeccionadas em material resistente à corrosão, conforme ABNT NBR 10283, e determinação da aderência do acabamento conforme ABNT NBR 11003.

7.6.3 As dimensões mínimas das barras devem respeitar as aplicações definidas nesta Norma com seção transversal entre 30 mm e 45 mm, conforme Figura 101, e detalhadas no Anexo C. O comprimento e o modelo variam de acordo com as peças sanitárias às quais estão associados e são tratados na Seção 7.

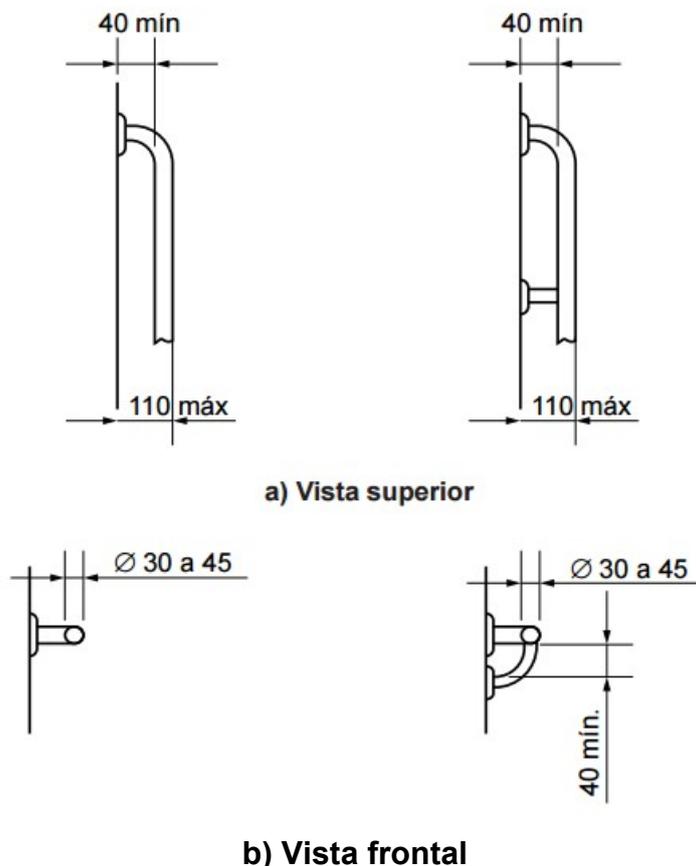


Figura 101 – Dimensões das barras de apoio

7.6.4 As barras podem ser fixas (nos formatos reta, em “U”, em “L”) ou articuladas, conforme detalhado no Anexo C.

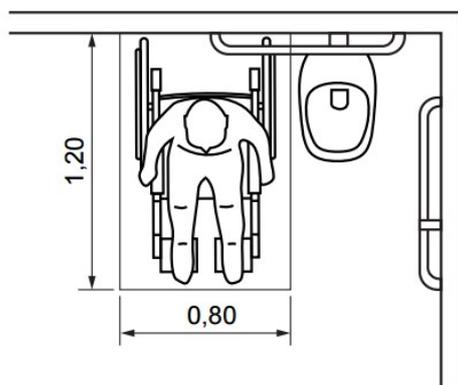
As barras em “L” podem ser em uma única peça ou composta a partir do posicionamento de duas barras retas, desde que atendam ao dimensionamento mínimo dos trechos verticais e horizontais, conforme Figuras 117 e 126.

As barras articuladas devem possuir dispositivo que evite quedas repentinas ou movimentos abruptos.

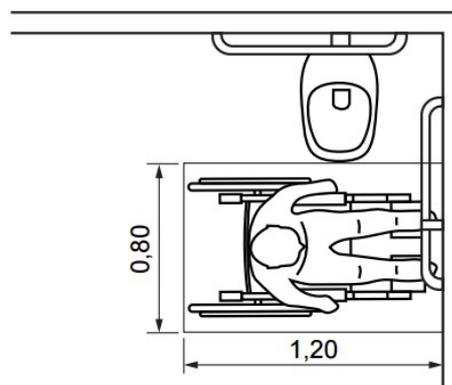
7.7 Bacia sanitária

As bacias e assentos em sanitários acessíveis não podem ter abertura frontal.

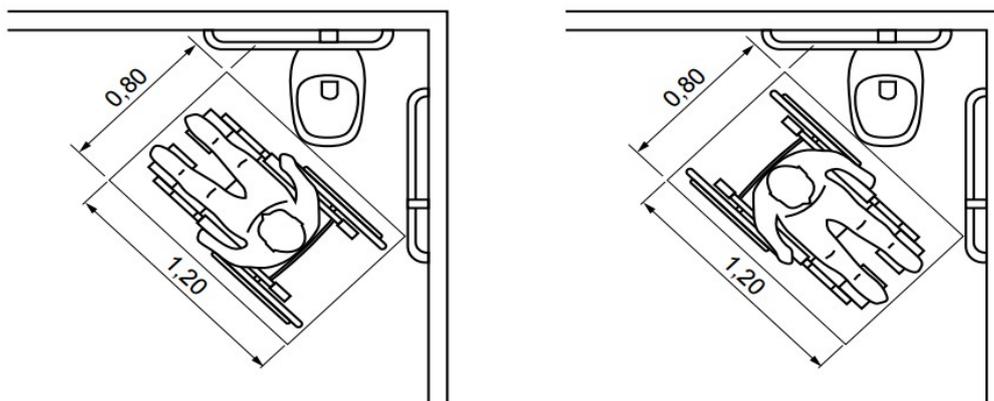
7.7.1 Áreas de transferência Para instalação de bacias sanitárias devem ser previstas áreas de transferência lateral, perpendicular e diagonal, conforme Figura 102.



a) Transferência lateral



b) Transferência perpendicular



c) Transferência diagonal A

d) Transferência diagonal B

Figura 102 – Áreas de transferências para a bacia sanitária

7.7.2 Instalação de bacias convencionais, com caixas acopladas ou suspensas e barras de apoio A instalação das bacias deve atender às ABNT NBR 15097-1 e ABNT NBR 15097-2. As instalações das bacias e das barras de apoio devem atender às Figuras 105 a 110 e podem ser simetricamente opostas.

7.7.2.1 Altura da bacia

As bacias e assentos sanitários acessíveis não podem ter abertura frontal e devem estar a uma altura entre 0,43 m e 0,45 m do piso acabado, medidas a partir da borda superior sem o assento. Com o assento, esta altura deve ser de no máximo 0,46 m para as bacias de adulto, conforme Figura 103, e 0,36 m para as infantis.

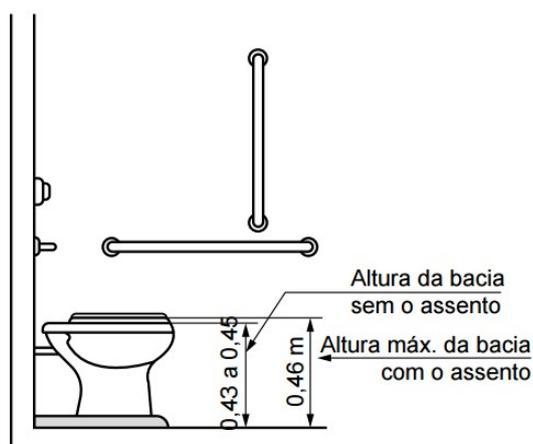


Figura 103 – Altura da bacia – Vista lateral

Essa altura pode ser obtida pela peça sanitária com altura necessária, ou pelo posicionamento das bacias suspensas ou pela execução de um sóculo sob a base da bacia, convencional ou com caixa acoplada, isento de cantos vivos e com a sua projeção avançando no máximo 0,05 m, acompanhando a base da bacia, conforme Figura 104.

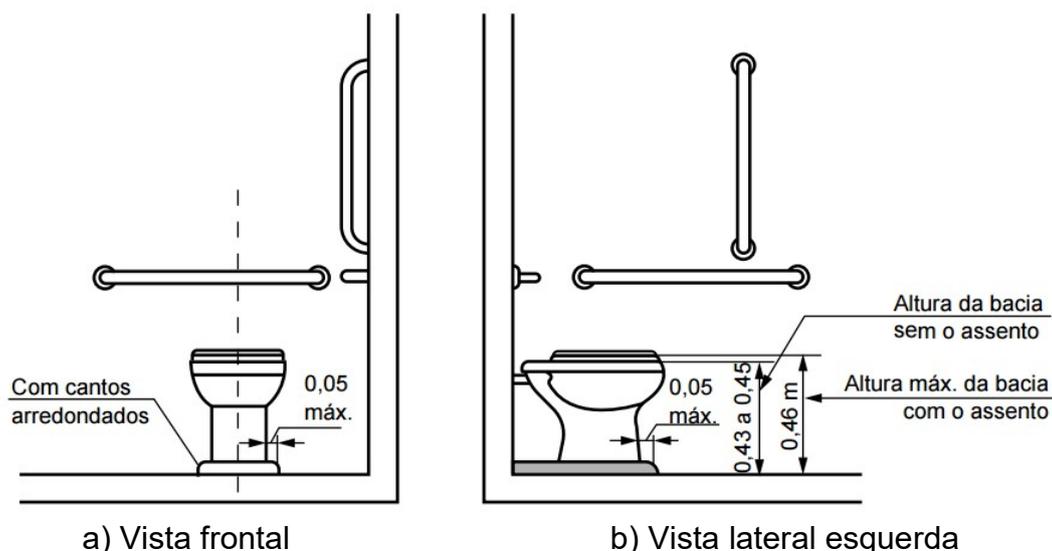


Figura 104 – Bacia com sóculo

7.7.2.2 Barras de apoio na bacia sanitária

7.7.2.2.1 Junto à bacia sanitária, quando houver parede lateral, devem ser instaladas barras para apoio e transferência. Uma barra reta horizontal com comprimento mínimo de 0,80 m, posicionada horizontalmente, a 0,75 m de altura do piso acabado (medidos pelos eixos de fixação) a uma distância de 0,40 m entre o eixo da bacia e a face da barra e deve estar posicionada a uma distância de 0,50 m da borda frontal da bacia. Também deve ser instalada uma barra reta com comprimento mínimo de 0,70 m, posicionada verticalmente, a 0,10 m acima da barra horizontal e 0,30 m da borda frontal da bacia sanitária, conforme Figuras 105 a 107.

7.7.2.2.2 Junto à bacia sanitária, na parede do fundo, deve ser instalada uma barra reta com comprimento mínimo de 0,80 m, posicionada horizontalmente, a 0,75 m de altura do piso acabado (medido pelos eixos de fixação), com uma distância máxima de 0,11 m da sua face externa à parede e estendendo-se 0,30 m além do eixo da bacia em direção à parede lateral, conforme Figuras 105, 106 e 108.

7.7.2.2.3 Para bacias sanitárias com caixa acoplada, que possuam altura que não permita a instalação da barra descrita em 7.7.2.2.2, esta pode ser instalada a uma altura de até 0,89 m do piso acabado (medido pelos eixos de fixação), devendo ter uma distância máxima de 0,11 m da sua face externa à parede, distância mínima de 0,04 m da superfície superior da tampa da caixa acoplada e 0,30 m além do eixo da bacia em direção à parede lateral, conforme Figuras 107 e 109. A barra reta na parede do fundo pode ser substituída por uma barra lateral articulada, desde que a extremidade da barra esteja a no mínimo 0,10 m da borda frontal da bacia, conforme Figura 110.

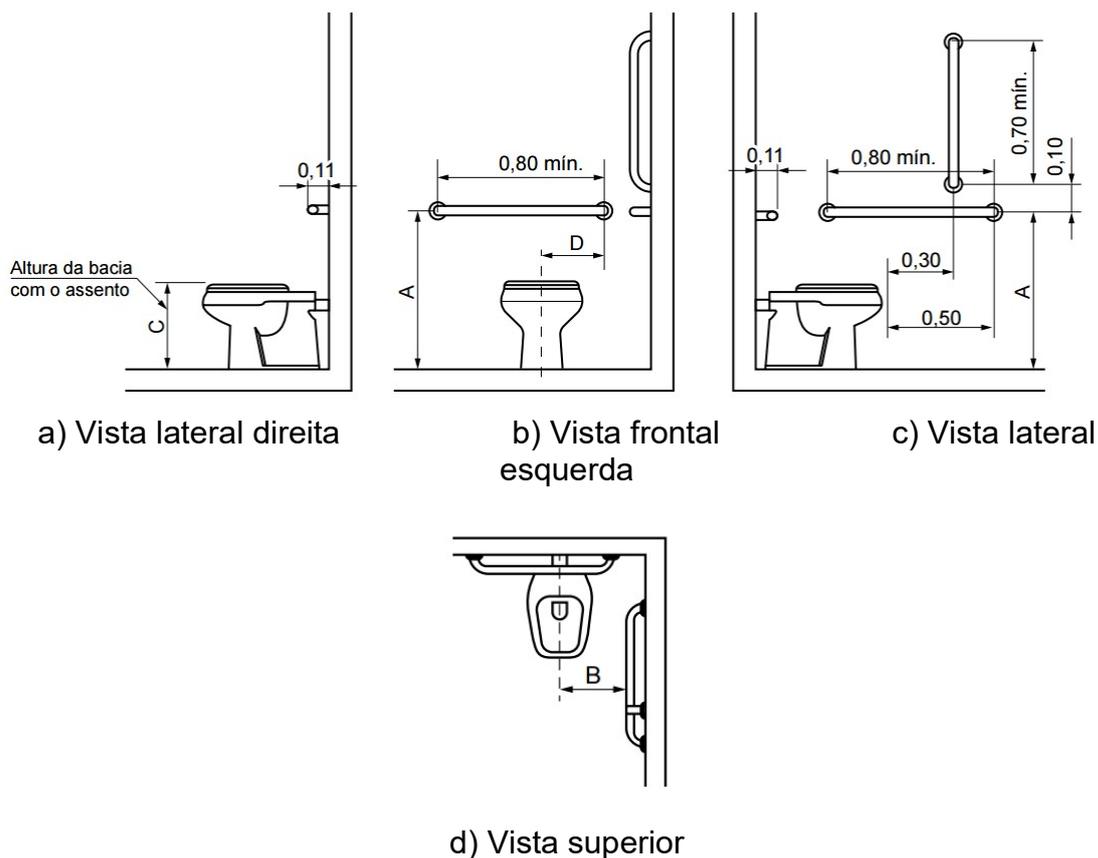
7.7.2.2.4 Na impossibilidade de instalação de barras nas paredes laterais, são admitidas barras laterais fixas (com fixação na parede de fundo) ou articuladas (dar preferência pela barra lateral fixa), desde que sejam observados os parâmetros de segurança e dimensionamento estabelecidos conforme 7.6, e que estas e seus apoios não interfiram na área de giro e transferência. A distância entre esta barra e o eixo da bacia deve ser de 0,40 m, sendo que sua extremidade deve estar a uma distância mínima de 0,20 m da borda frontal da bacia, conforme Figuras 108 e 109.

7.7.2.2.5 As bacias infantis devem seguir as mesmas disposições de barras e dimensões constantes nas Figuras 105 a 110.

7.7.2.3 Bacias sanitárias com parede lateral

7.7.2.3.1 Bacia convencional com barras de apoio ao fundo e a 90° na parede lateral

A Figura 105 ilustra o uso de uma barra de apoio reta fixada ao fundo e duas retas fixadas a 90° na lateral, quando a bacia convencional está próxima a uma parede.

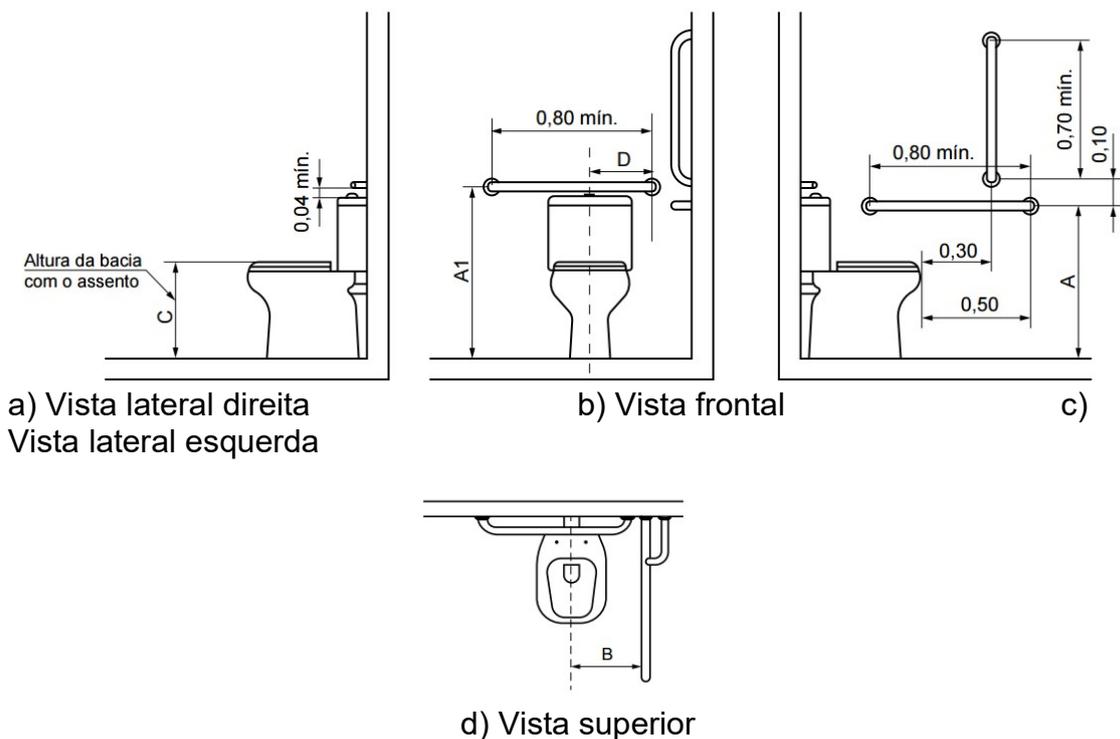


Legenda

Cotas	Adulto m	Infantil m
A	0,75	0,60
B	0,40	0,25
C	0,46	0,36
D	0,30	0,15

Figura 106 – Bacia suspensa com barras de apoio ao fundo e a 90° na parede lateral Exemplo B

7.7.2.3.3 Bacia com caixa acoplada com barras de apoio ao fundo e a 90° na parede lateral A Figura 107 ilustra o uso de uma barra de apoio reta fixada ao fundo e duas retas fixadas a 90° na lateral, quando a bacia com caixa acoplada está próxima a uma parede. D



Legenda

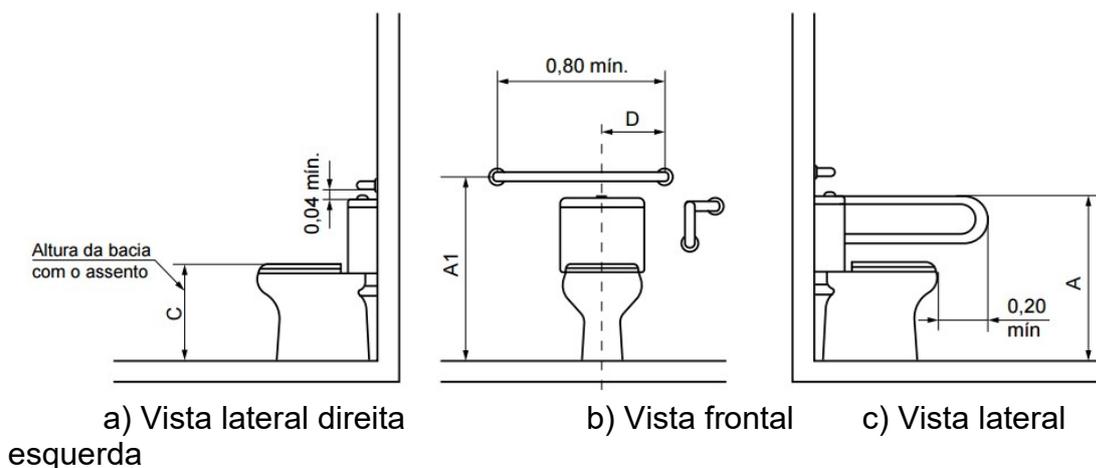
Cotas	Adulto m	Infantil m
A	0,75	0,60
B	0,40	0,25
C	0,46	0,36
D	0,30	0,15

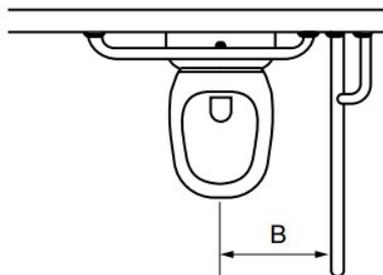
Figura 108 – Sem parede lateral – Bacia convencional ou suspensa com barras de apoio reta e lateral fixa – Exemplo A

7.7.2.4.2 Bacia com caixa acoplada com barras de apoio reta e lateral fixa

A Figura 109 ilustra o uso de uma barra de apoio reta e uma barra lateral fixa, fixadas na parede ao fundo, quando a bacia com caixa acoplada não possui uma parede lateral.

NOTA A barra de apoio lateral fixa pode ser substituída por uma barra de apoio lateral articulada.





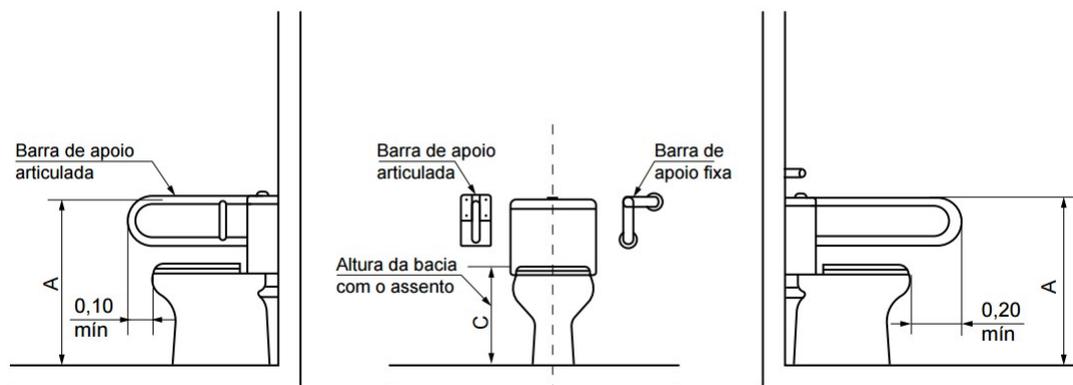
d) Vista superior

Legenda

Cotas	Adulto m	Infantil m
A	0,75	0,60
A1 máximo	0,89	0,72
B	0,40	0,25
C	0,46	0,36
D	0,30	0,15

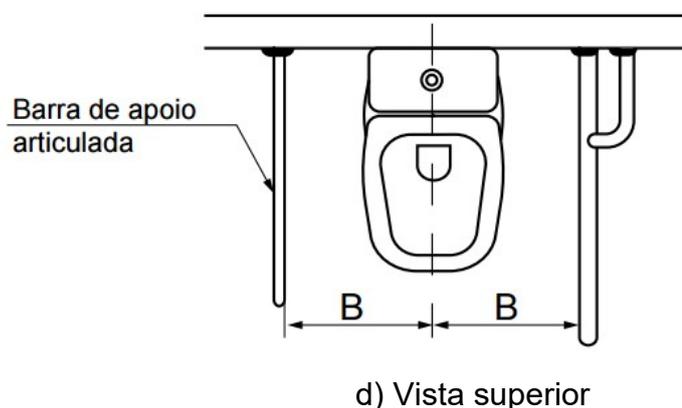
Figura 109 – Sem parede lateral – Bacia com caixa acoplada com barras de apoio reta e lateral fixa – Exemplo B

7.7.2.4.3 Bacia com caixa acoplada com barras lateral articulada e fixa
A Figura 110 ilustra o uso de uma barra lateral articulada e uma fixa.



a) Vista lateral direita
c) Vista lateral esquerda

b) Vista frontal



Legenda

Cotas	Adulto m	Infantil m
A	0,75	0,60
B	0,40	0,25
C	0,46	0,36

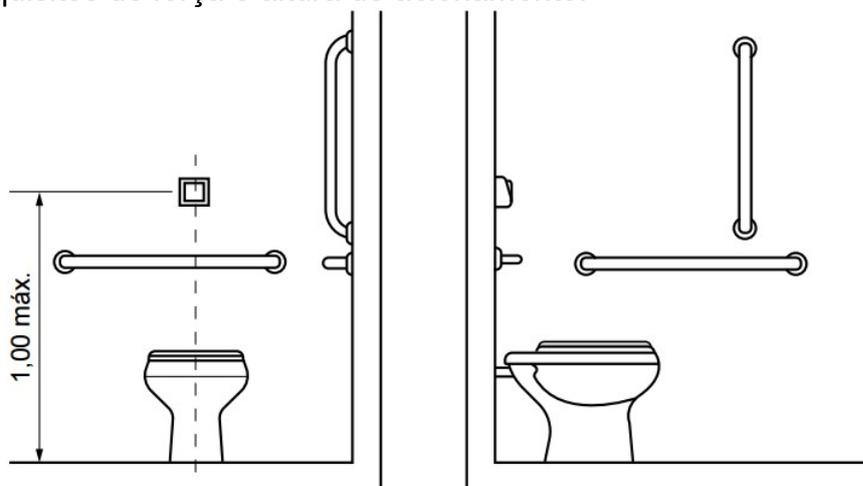
Figura 110 – Sem parede lateral – Bacia com caixa acoplada com barra de apoio lateral articulada e fixa – Exemplo C

7.7.3 Acionamento da válvula de descarga

7.7.3.1 Válvula de parede

O acionamento da válvula de descarga deve estar a uma altura máxima de 1,00 m, conforme Figura 111, e ser preferencialmente acionado por sensores eletrônicos ou dispositivos equivalentes. A força de acionamento deve ser inferior a 23 N. Admite-se outra localização para o acionamento com alcance manual, conforme Seção 4.

Na impossibilidade de uso de válvula de descarga, recomenda-se que seja colocada caixa de descarga embutida. Para estas caixas aplicam-se os mesmos requisitos de força e altura de acionamento.



a) Vista frontal

b) Vista lateral esquerda

Figura 111 – Altura máxima de acionamento da válvula de descarga

7.7.3.2 Mecanismo de acionamento de descarga em caixa acoplada

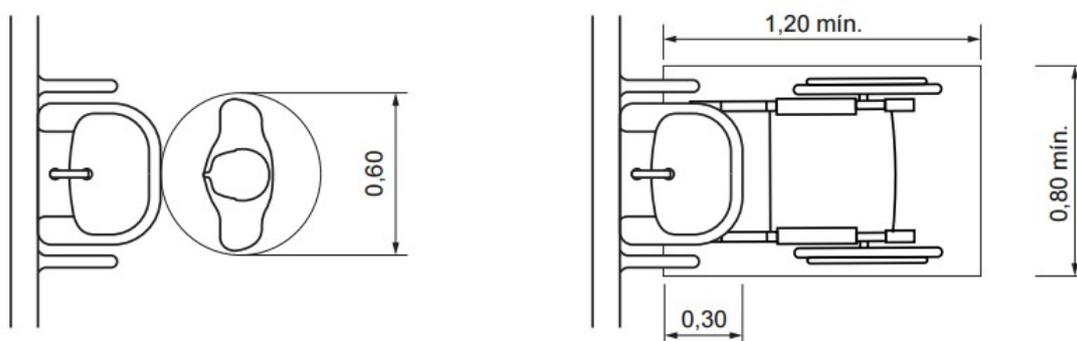
O mecanismo de acionamento de descarga em caixa acoplada deve estar localizado dentro do alcance manual de pessoas em cadeira de rodas, conforme 4.6.

O mecanismo de acionamento de descarga em caixa acoplada pode ser por alavanca, sensores eletrônicos ou dispositivos equivalentes, conforme 4.6.7.

7.8 Instalação de lavatório e barras de apoio

Os lavatórios, suas fixações e ancoragens devem atender no mínimo aos esforços previstos nas ABNT NBR 15097-1 e ABNT NBR 15097-2.

Sua instalação deve possibilitar a área de aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas, quando se tratar do sanitário acessível, e garantir a aproximação frontal de uma pessoa em pé, quando se tratar de um sanitário qualquer, conforme Figura 112.

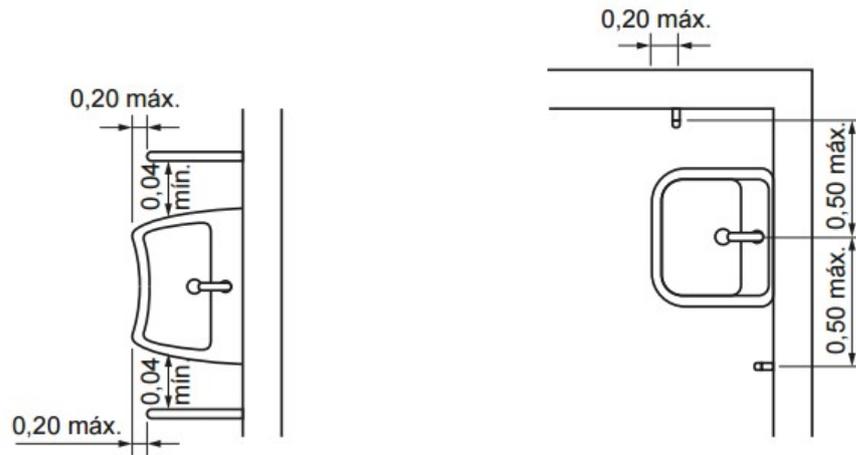


a) Área de aproximação para PMR b) Área de aproximação para PCD

Figura 112 – Área de aproximação frontal – Lavatório

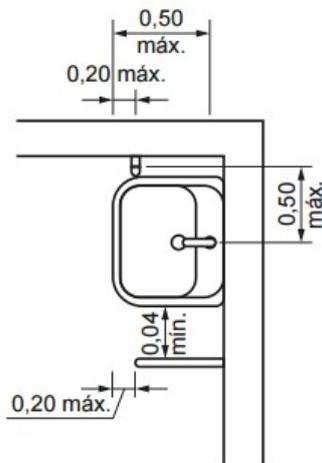
7.8.1 As barras de apoio dos lavatórios podem ser horizontais e verticais. Quando instaladas, devem ter uma barra de cada lado conforme exemplos ilustrados nas Figuras 113, 114 e garantir as seguintes condições:

- ter um espaçamento entre a barra e a parede ou de qualquer outro objeto de no mínimo 0,04 m, para ser utilizada com conforto;
- ser instaladas até no máximo 0,20 m, medido da borda frontal do lavatório até o eixo da barra para permitir o alcance;
- garantir o alcance manual da torneira de no máximo 0,50 m, medido da borda frontal do lavatório até o eixo da torneira, conforme Figura 98 e 113;
- as barras horizontais devem ser instaladas a uma altura 0,78 m a 0,80 m, medido a partir do piso acabado até a face superior da barra, acompanhando a altura do lavatório;
- as barras verticais devem ser instaladas a uma altura de 0,90 m do piso e com comprimento mínimo de 0,40 m, garantindo a condição da alínea a);
- ter uma distância máxima de 0,50 m do eixo do lavatório ou cuba até o eixo da barra vertical instalada na parede lateral ou na parede de fundo para garantir o alcance.

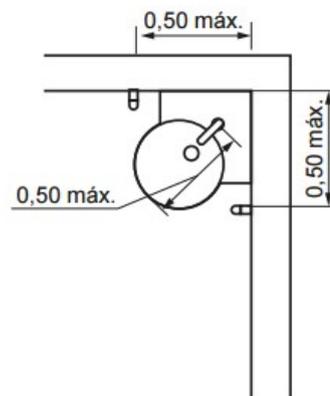


a) Barras horizontais

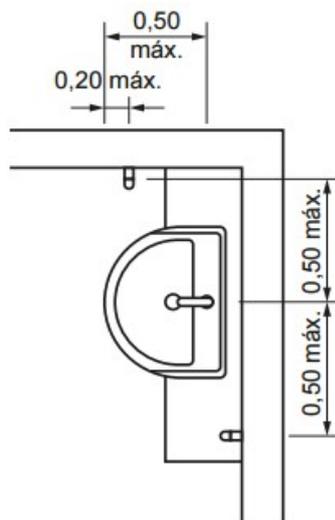
b) Barras verticais



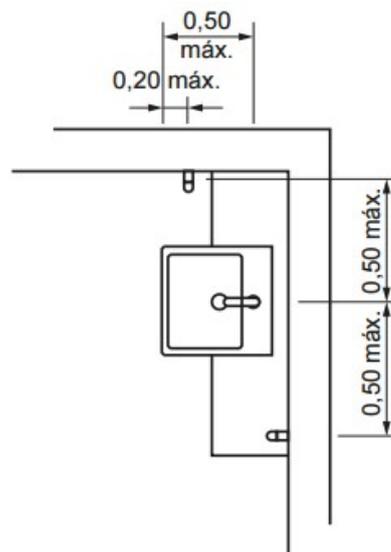
c) Barras horizontais e vertical



d) Lavatório de canto com barras verticais

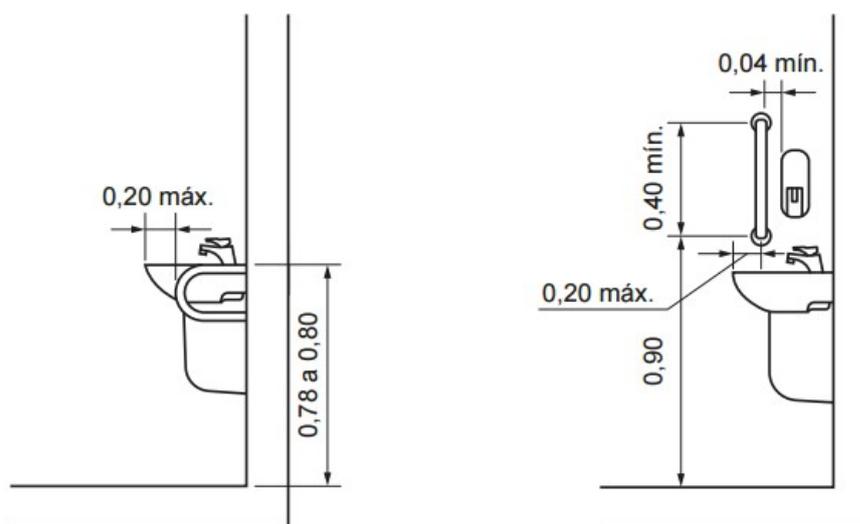


e) Lavatório de semiencaxe com barras verticais



f) Lavatório de semiencaxe com barras verticais

Figura 113 – Barra de apoio no lavatório – Vista superior



a) Vista lateral – Barra horizontal
vertical

b) Vista lateral – Barra

Figura 114 – Barra de apoio no lavatório – Vista lateral

7.8.2 Os lavatórios devem ser equipados com torneiras acionadas por alavancas, com esforço máximo de 23 N, torneiras com sensores eletrônicos ou dispositivos equivalentes. Quando utilizada torneira com ciclo automático, recomenda-se com o tempo de fechamento de 10 s a 20 s, atendendo a todos os requisitos da ABNT NBR 13713.

Quando houver água quente, é obrigatório garantir solução que evite o contato do usuário com o sifão ou a tubulação. É recomendado o uso de válvula termostática alimentando a torneira. Opcionalmente, a válvula termostática pode ser substituída por misturadores monocomando ou duplo comando, ou aparelho único que integre as funções de misturador e torneira automática, desde que dotados de alavanca.

7.9 Sanitários e banheiros com trocador para criança e adulto – Sanitário familiar Em edifícios de uso público ou coletivo, dependendo da sua especificidade ou natureza do seu uso, recomenda-se ter sanitários ou banheiros familiar com entrada independente, providos de boxes com bacias sanitárias para adulto (7.7.2.1) e outro com bacia infantil, além de boxe com superfície para troca de roupas na posição deitada, com dimensões mínimas de 0,70 m de largura por 1,80 m de comprimento e 0,46 m de altura, devendo suportar no mínimo 150 kg, e providos de barras de apoio, conforme 7.14.1.

7.10 Sanitário coletivo

O sanitário coletivo é de uso de pessoas com mobilidade reduzida e para qualquer pessoa. Para tanto, os boxes devem atender às condições do boxe comum (7.10.1), sendo um deles com a instalação de bacia infantil para uso de pessoas com baixa estatura e crianças. Recomenda-se a instalação de um boxe com barras de apoio (7.10.2) para uso de pessoas com mobilidade reduzida.

O sanitário coletivo pode ter um boxe acessível, conforme Tabela 9, para uso preferencial de pessoas em cadeira de rodas, além do com entrada independente. Para tanto, deve garantir área de circulação, manobra e aproximação para o uso das peças sanitárias, conforme Seção 4. NOTA Para sanitário para uso de ostomizados, ver Anexo D.

7.10.1 Boxes comuns

Nos boxes comuns, as portas devem ter vão livre mínimo de 0,80 m e conter uma área livre com no mínimo 0,60 m de diâmetro, conforme Figuras 115 e 116. Nas edificações existentes, admite-se porta com vão livre de no mínimo 0,60 m. Recomenda-se que as portas abram para fora, para facilitar o socorro à pessoa, se necessário.

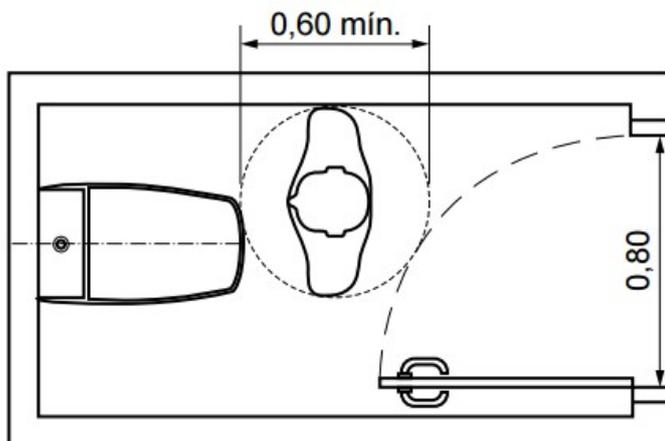


Figura 115 – Boxe comum com porta abrindo para o interior

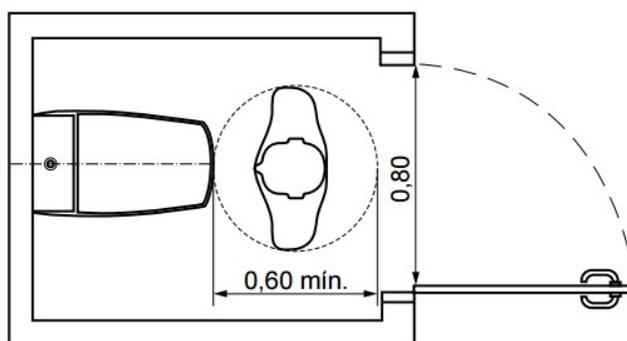
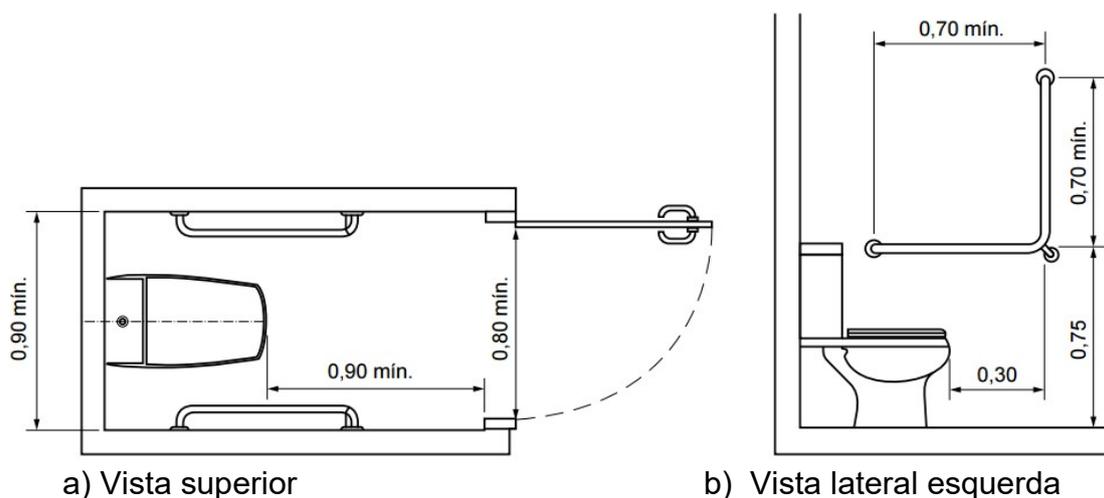


Figura 116 – Boxe comum com porta abrindo para o exterior

7.10.2 Boxes com barras de apoio

Nos sanitários e vestiários de uso coletivo, recomenda-se pelo menos um boxe com barras de apoio em forma de “L”, de 0,70 m por 0,70 m, ou duas barras retas de 0,70 m no mínimo e com o mesmo posicionamento, para uso de pessoas com redução de mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção, conforme Figura 117.

Este boxe com barra de apoio não substitui o boxe sanitário acessível disposto em 7.5.



a) Vista superior

b) Vista lateral esquerda

Figura 117 – Boxe com duas barras de 90°

7.10.3 Lavatórios em sanitários coletivos

Os tampos para lavatórios devem garantir no mínimo uma cuba com superfície superior entre 0,78 m e 0,80 m, e livre inferior de 0,73 m. Deve ser dotado de barras posicionadas conforme 7.8.1.

Quando se tratar de bancada com vários lavatórios, as barras de apoio devem estar posicionadas nas extremidades do conjunto, podendo ser em apenas uma das extremidades.

7.10.4 Mictório

Quando houver pelo menos um mictório em cada sanitário, ele deve atender ao disposto em 7.10.4.1 a 7.10.4.3.

7.10.4.1 Deve ser prevista área de aproximação frontal para P.M.R., conforme Figura 118

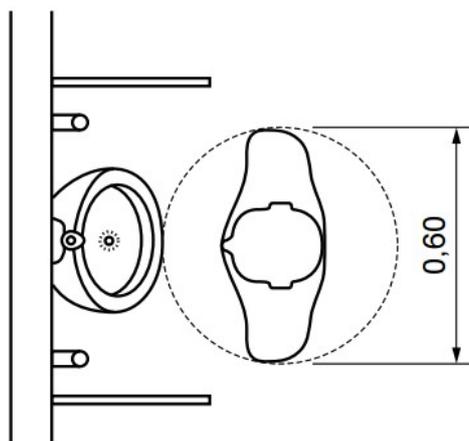


Figura 118 – Área de aproximação P.M.R – Mictório – Vista superior

7.10.4.2 Deve ser equipado com válvula de mictório instalada a uma altura de até 1,00 m do piso acabado, preferencialmente por sensor eletrônico ou dispositivos equivalentes ou de fechamento automático, com esforço máximo de 23 N e atendendo a todos os requisitos da ABNT NBR 13713. Quando utilizado o sensor de presença fica dispensada a restrição de altura de instalação.

7.10.4.3 Deve ser dotado de barras de apoio conforme disposto nas Figuras 119 e 120.

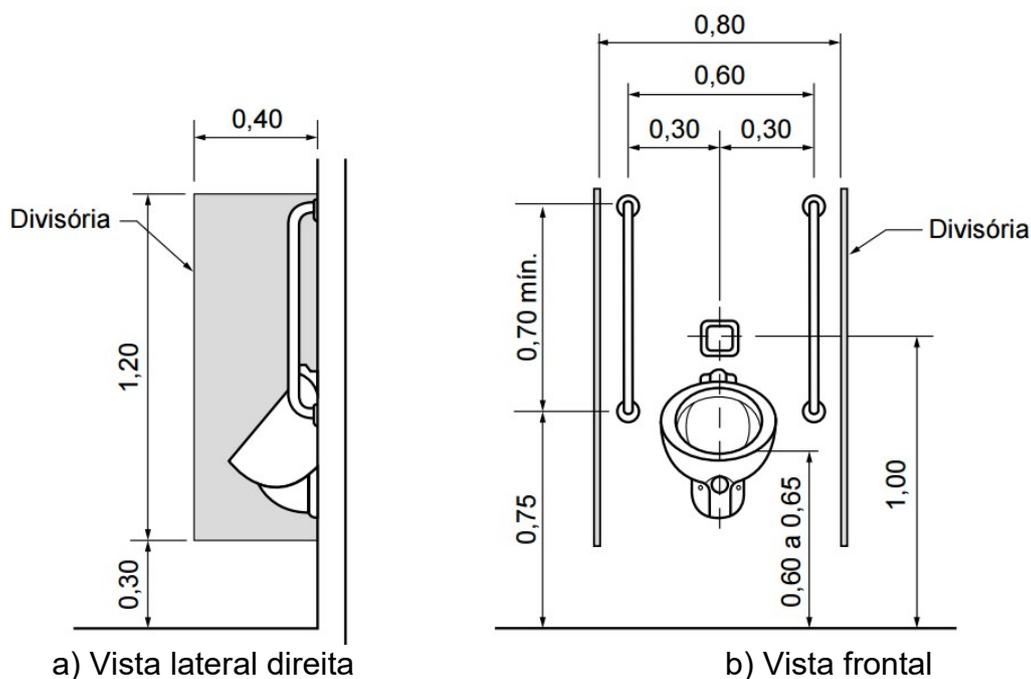


Figura 119 – Mictório suspenso

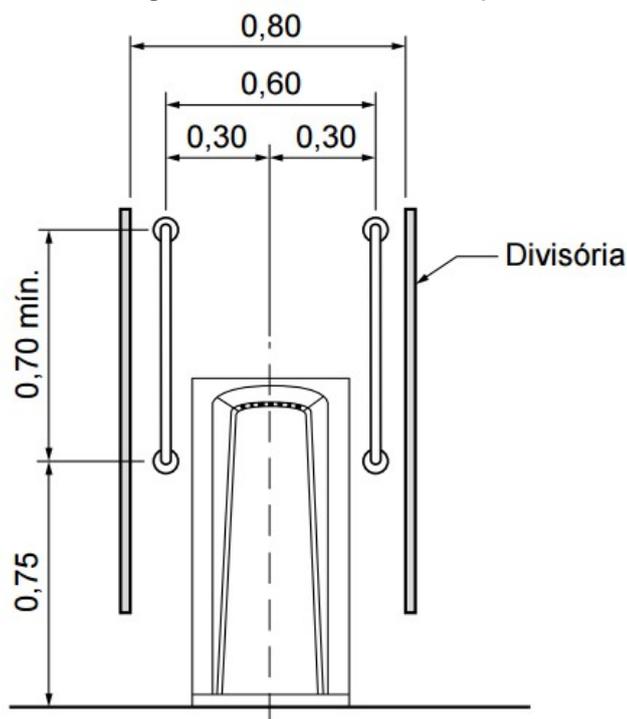


Figura 120 – Mictório de piso – Vista frontal

7.10.4.4 Recomenda-se que os mictórios para P.M.R. e P.C.R. sejam instalados o mais próximo possível da entrada dos sanitários.

7.11 Acessórios para sanitários acessíveis e coletivos

Os acessórios para sanitários, como porta-objeto, cabides, saboneteiras e toalheiros, devem ter sua área de utilização dentro da faixa de alcance acessível estabelecida na Seção 4, conforme Figura 121.

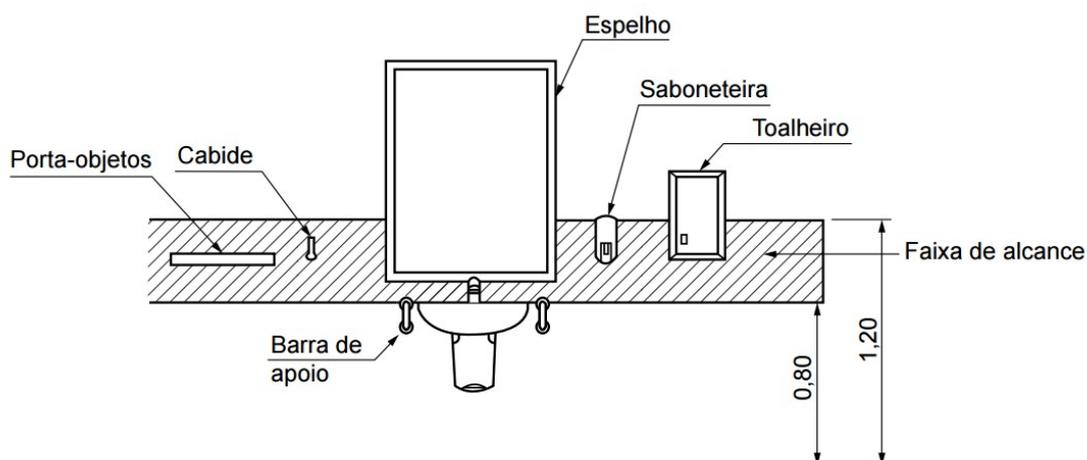


Figura 121 – Faixa de alcance de acessórios junto ao lavatório – Vista frontal

7.11.1 Espelhos

A altura de instalação e fixação de espelho deve atender à Figura 122. Os espelhos podem ser instalados em paredes sem pias. Podem ter dimensões maiores, sendo recomendável que sejam instalados entre 0,50 m até 1,80 m em relação ao piso acabado.

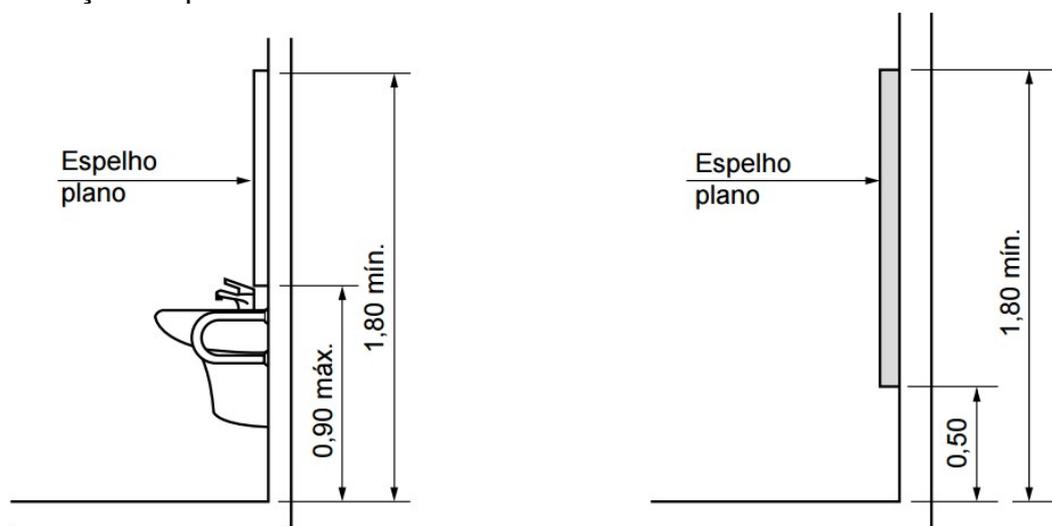


Figura 122 – Altura de instalação do espelho – Vista lateral

7.11.2 Papeleiras

As papeleiras embutidas devem atender à Figura 123. No caso de papeleiras de sobrepor que por suas dimensões devem ser alinhadas com a borda frontal da bacia, o acesso ao papel deve ser livre e de fácil alcance, conforme Figuras 124 ou 125. Não podem ser instaladas abaixo de 1,00 m de altura do piso acabado, para não atrapalhar o acesso à barra. Nos casos de bacias sanitárias sem parede ao lado, demonstrados em 7.7.2.4, a barra de apoio deve ter um dispositivo para colocar o papel higiênico.

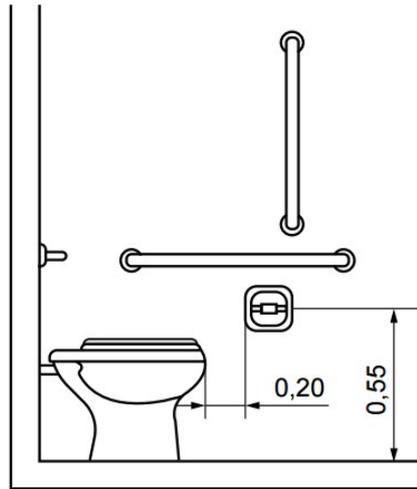


Figura 123 – Localização da papelira embutida – Vista lateral

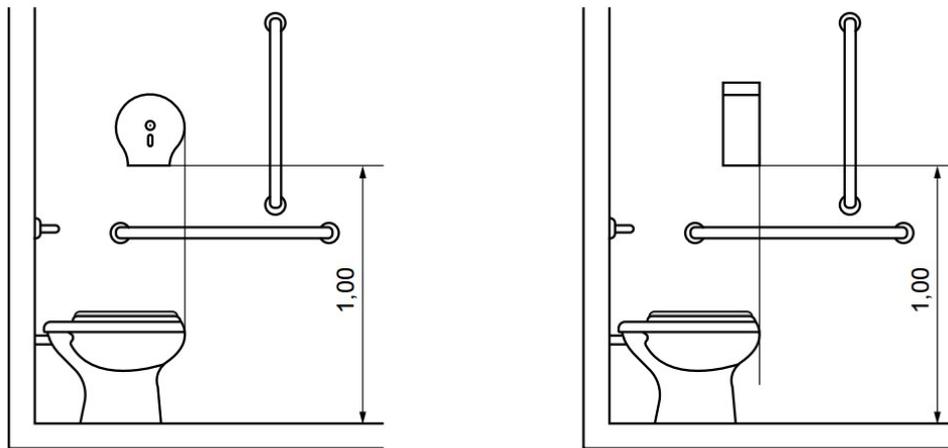


Figura 124 – Localização da
papeleira de sobrepor (rolo) – Vista
lateral 1,00 Figura 125 –
Localização da papeleira de
sobrepor (interfolhado) – Vista
lateral

7.11.3 Cabide

Deve ser instalado cabide junto a lavatórios, boxes de chuveiro, bancos de vestiários, trocadores e boxes de bacia sanitária, a uma altura entre 0,80 m a 1,20 m do piso acabado.

7.11.4 Porta-objetos

Deve ser instalado um porta-objetos junto ao lavatório, ao mictório e à bacia sanitária, a uma altura entre 0,80 m e 1,20 m, com profundidade máxima de 0,25 m, em local que não interfira nas áreas de transferência e manobra e na utilização das barras de apoio.

7.11.4.1 Recomenda-se que o porta-objetos não seja instalado atrás de portas.

7.11.4.2 O porta-objeto não pode ter cantos agudos e superfícies cortantes ou abrasivas.

7.11.5 Puxador horizontal

As portas de sanitários e vestiários, conforme especificado em 6.11.2.7 e Figura 84, devem ter, no lado oposto ao da abertura da porta, puxador horizontal associado à maçaneta. 7.12 Banheiros acessíveis e vestiários com banheiro conjugados

7.12.1 Boxe para chuveiro e ducha Banheiros acessíveis e vestiários com banheiros conjugados devem prever área de manobra para rotação de 360° para circulação de pessoa em cadeira de rodas.

7.12.1.1 Área de transferência Para boxes de chuveiros, deve ser prevista área de transferência externa ao boxe, de forma a permitir a aproximação e entrada de cadeira de rodas, cadeiras de banho ou similar.

Quando houver porta no boxe, esta deve ter vão com largura livre mínima de 0,90 m e ser confeccionada em material resistente a impacto. Recomenda-se o uso de cortina ou porta de correr, desde que sem trilho no piso.

A área de varredura da porta não pode interferir na área de transferência da cadeira de rodas para o banco.

Os boxes devem ser providos de banco articulado ou removível, com cantos arredondados e superfície antiderrapante impermeável, ter profundidade mínima de 0,45 m, altura de 0,46 m do piso acabado e comprimento mínimo de 0,70 m, instalados no eixo entre as barras, conforme Figura 126. O banco e os dispositivos de fixação devem suportar um esforço de 150 kg.

7.12.1.2 Dimensões mínimas dos boxes de chuveiros

As dimensões mínimas dos boxes de chuveiros devem ser de 0,90 m × 0,95 m.

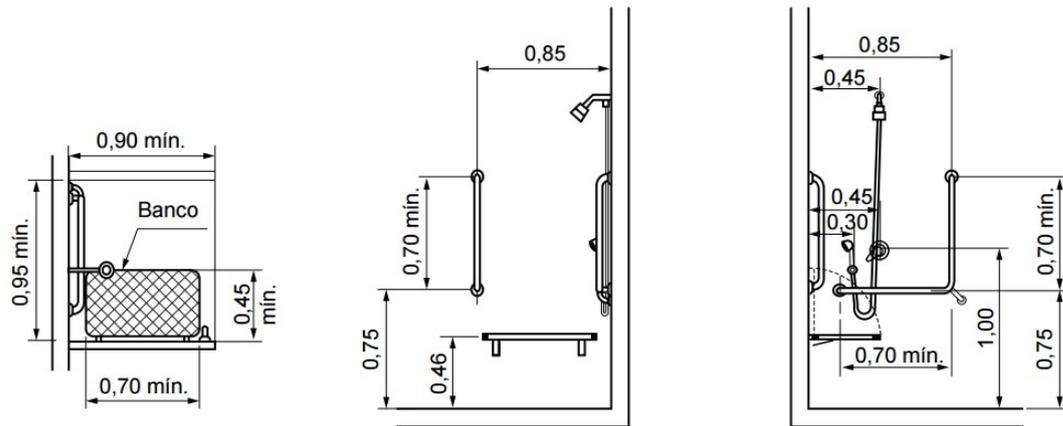
7.12.2 Comandos

Nos chuveiros recomenda-se o uso de equipamentos com válvula termostática, que evita o risco de queimaduras ou o uso de monocomandos. Quando do emprego de registros de pressão para a mistura das águas quente e fria, estes devem ser acionados por alavanca com curso de no máximo 1/2 volta e ser instalados conforme Figura 126.

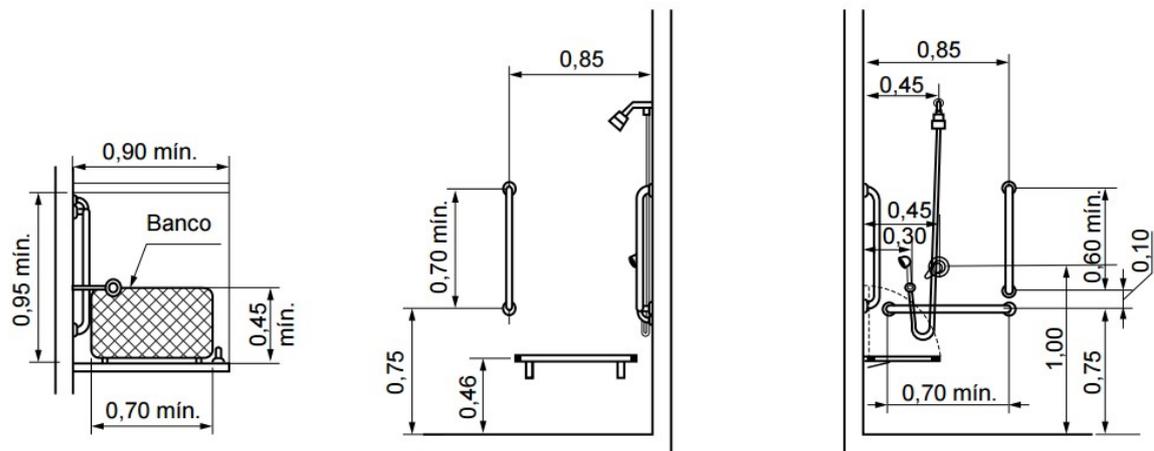
O chuveiro deve ser equipado com desviador para ducha manual, e o controle de fluxo (ducha/chuveiro) deve ser na ducha manual. A função chuveiro pode ser exercida por ducha manual, fixada em barra deslizante, permitindo regulagens de alturas apropriadas às diversas necessidades dos usuários.

7.12.3 Barras de apoio em boxes para chuveiros

Os boxes para chuveiros devem ser providos de barras de apoio de 90° na parede lateral ao banco, e na parede de fixação do banco deve ser instalada uma barra vertical, conforme Figura 126.



a) Exemplo A – Vistas superior, lateral e frontal



b) Exemplo B – Vistas superior, lateral e frontal

Figura 126 – Boxe para chuveiro

7.12.4 Desnível do piso do boxe do chuveiro e vestiários

Os pisos dos boxes de chuveiro e vestiários devem observar as seguintes características:

a) ser antiderrapantes;

b) estar em nível com o piso adjacente, uma vez que cadeiras de banho se utilizaram destes, é recomendada uma inclinação de até 2 % para escoamento das águas do chuveiro para o ralo;

c) grelhas e ralos devem ser posicionados fora das áreas de manobra e de transferência. É recomendado o uso de grelhas lineares junto à parede oposta à área de acesso.

7.13 Banheira

7.13.1 Deve ser prevista área de transferência lateral para plataforma fixa ou móvel, de forma a permitir aproximação paralela à banheira.

7.13.2 A transferência pode ser feita das seguintes formas: a) plataformas fixas niveladas conforme Figura 127; b) plataforma móvel conforme Figura 128.

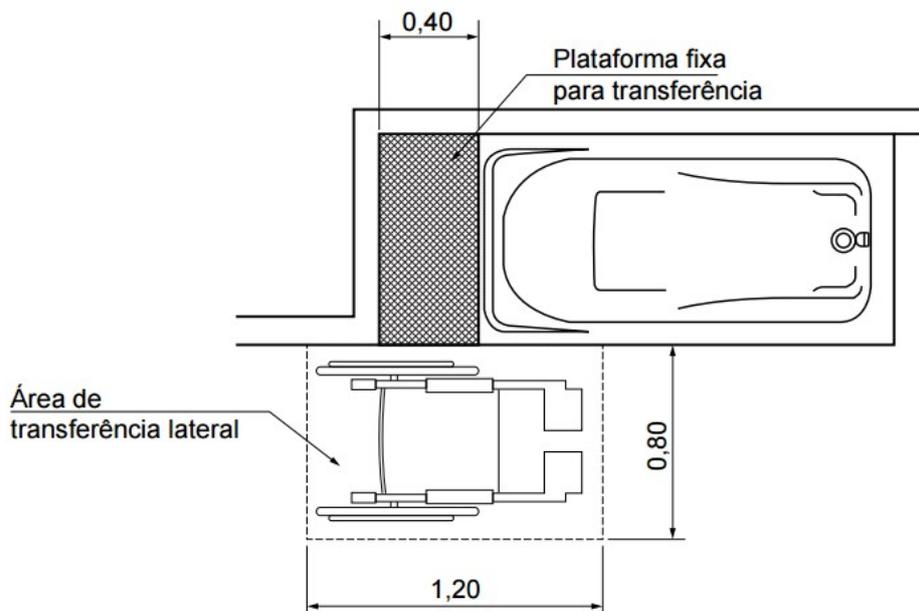


Figura 127 – Área de transferência para banheira – Plataforma fixa

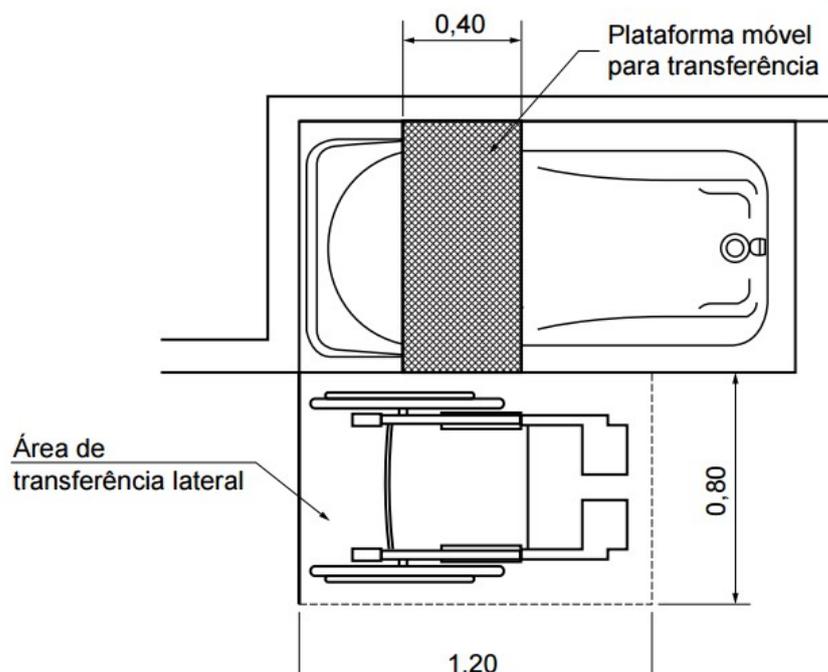


Figura 128 – Área de transferência para banheira – Plataforma móvel

7.13.2.1 A altura da banheira deve ser de no máximo 0,46 m do piso acabado.

7.13.2.2 Nas banheiras recomenda-se o uso de equipamentos com válvula termostática, que evita o risco de queimaduras, ou o uso de monocomandos. Quando empregados registros de pressão para a mistura de águas quente e fria, estes devem ser acionados por alavancas, com curso de 1/2 volta.

7.13.2.3 O acionamento do comando deve estar a uma altura de 0,80 m do piso acabado, conforme Figura 129. Recomenda-se que os acionamentos estejam posicionados na parede lateral à banheira, oposta à plataforma.

7.13.2.4 A banheira deve ser provida de duas barras de apoio horizontais na parede frontal e uma vertical na parede lateral, do mesmo lado da plataforma, conforme Figura 129.

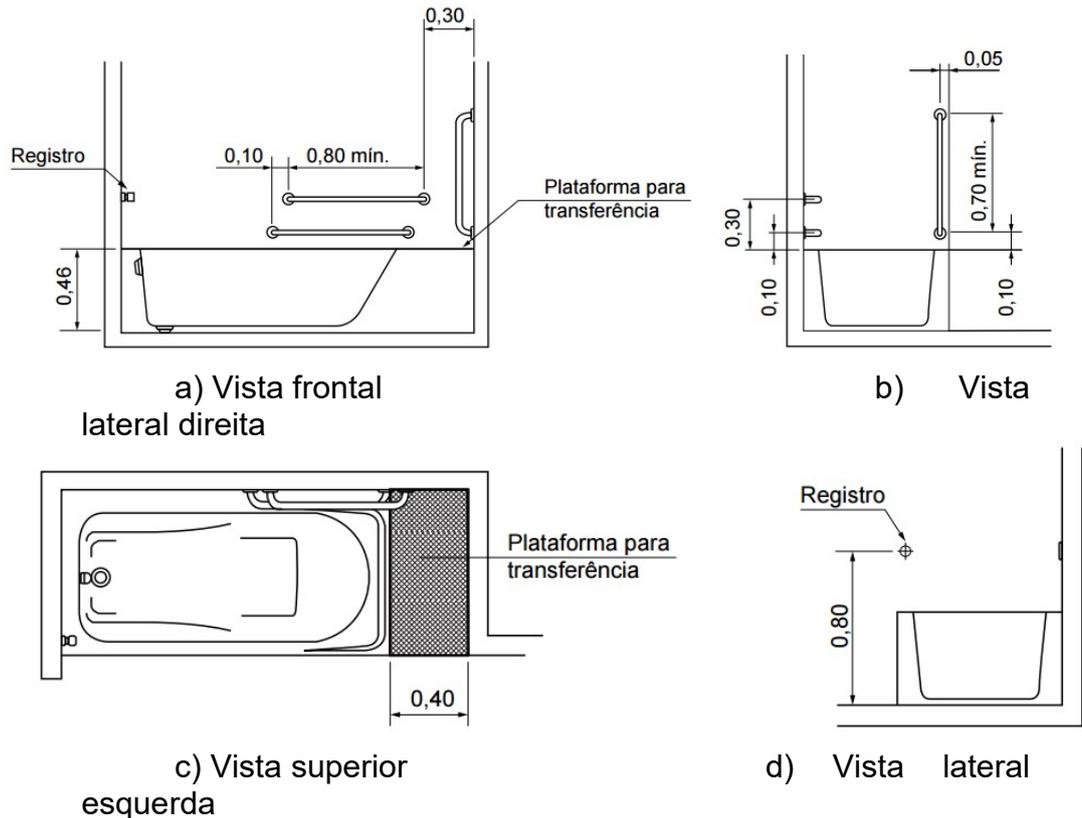


Figura 129 – Localização de barras de apoio – Banheira 7

.13.2.5 A plataforma para transferência, bem como o fundo da banheira, devem ter superfície antiderrapante, e não podem ser excessivamente abrasivos.

7.13.2.6 A existência da banheira acessível não elimina a necessidade do boxe acessível para chuveiro.

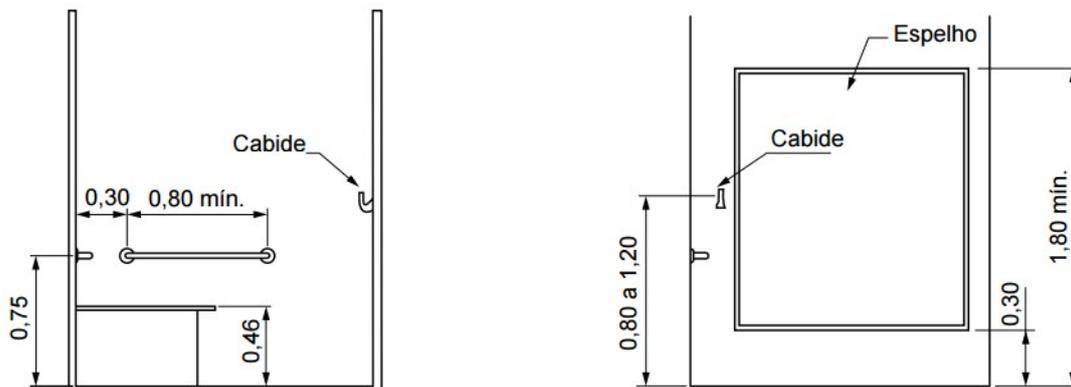
7.14 Vestiários

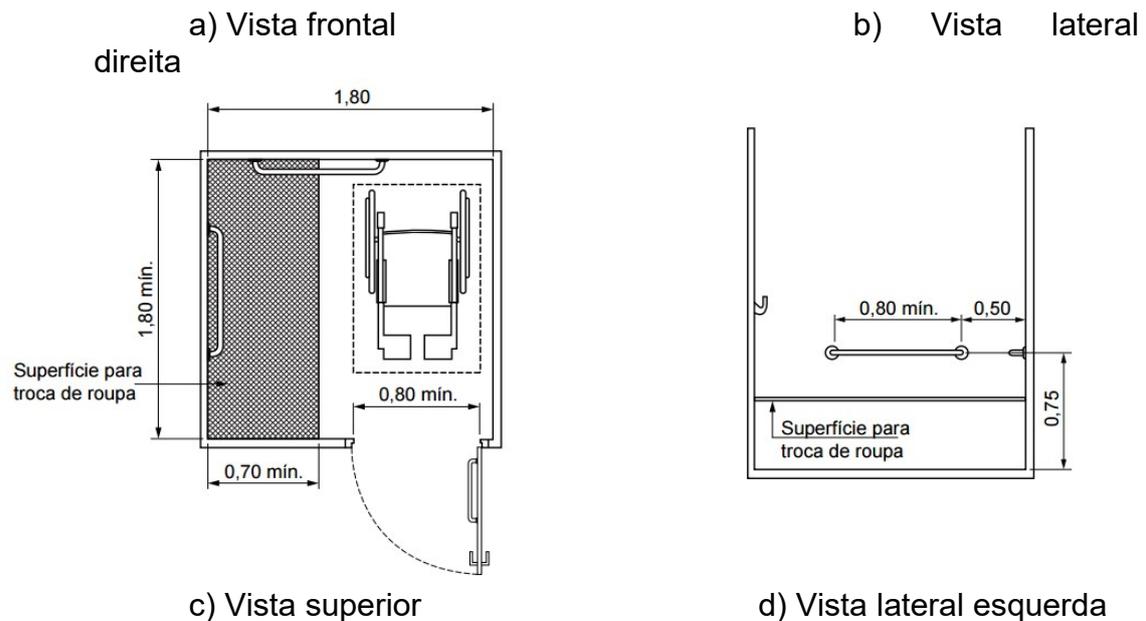
7.14.1 Cabinas

Os vestiários em cabinas individuais acessíveis com uma superfície para troca de roupas na posição deitada devem atender às dimensões da Figura 130. A área de transferência deve ser garantida, podendo as áreas de circulação e manobra estar externas às cabinas.

7.14.1.1 As cabinas individuais devem ser providas de duas barras de apoio horizontais, na parede frontal e na parede lateral oposta à porta, conforme Figura 130. O espelho e o cabide devem ser instalados conforme a Figura 130.

7.14.1.2 A porta da cabina deve atender ao descrito em 6.11.2.7, tendo sentido de abertura para o lado externo.





a) Vista frontal direita
b) Vista lateral direita
c) Vista superior
d) Vista lateral esquerda
Figura 130 – Cabinas para vestiário acessível – Medidas e localização de barras

7.14.2 Bancos

Os bancos devem ser providos de encosto, ter profundidade mínima de 0,45 m, largura mínima de 0,70 m e ser instalados a uma altura de 0,46 m do piso acabado.

Os bancos devem estar dispostos de forma a garantir as áreas de manobra, transferência e circulação, conforme Seção 4. Recomenda-se espaço inferior ao banco de 0,30 m, livre de qualquer saliência ou obstáculo, para permitir eventual área de manobra, conforme Figura 131.

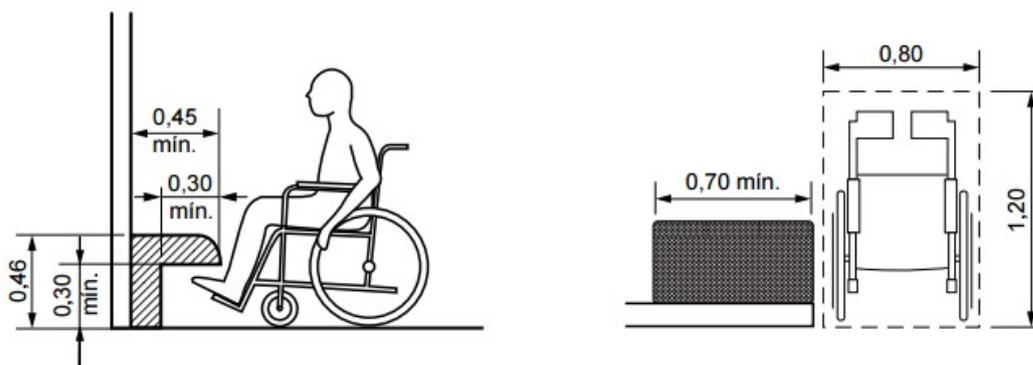


Figura 131 – Bancos para vestiários – Condições de aproximação e área de transferência

7.14.3 Armários

A altura de utilização de armários deve estar entre 0,40 m e 1,20 m do piso acabado. A altura de fixação dos puxadores e fechaduras deve estar em uma faixa entre 0,80 m e 1,20 m. As prateleiras devem ter profundidade máxima que atenda aos parâmetros estabelecidos em 4.6. A projeção de abertura das portas dos armários não pode interferir na área de circulação mínima de 0,90 m e as prateleiras, gavetas e cabides devem possuir profundidade e altura que atendam às faixas de alcance manual e visual, conforme Seção 4.

7.14.4 Espelhos Os espelhos devem ser instalados conforme

7.11.1. 7.14.5 Cabides e porta-objetos Os cabides e porta-objetos devem ser instalados a uma altura entre 0,80 m a 1,20 m do piso acabado. Os porta-

objetos devem ter profundidade máxima de 0,25 m. Não pode haver elementos com superfícies cortantes ou abrasivas.

10.13 Parques, praças e locais turísticos

10.13.1 Parques, praças e locais turísticos que possuam pavimentação, mobiliário ou equipamentos edificados ou montados devem ser dotados de rotas acessíveis.

10.13.2 Nos locais onde as características ambientais sejam legalmente preservadas, deve-se buscar o máximo grau de acessibilidade com mínima intervenção no meio ambiente.

10.13.3 O piso das rotas acessíveis deve atender às especificações contidas em 6.3.

10.13.4 Pelo menos 5 %, com no mínimo uma, do total das mesas destinadas a jogos ou refeições devem atender ao descrito em 9.3. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10 % sejam adaptáveis para acessibilidade.

10.13.5 Quando se tratar de áreas tombadas, deve-se atender ao descrito em 10.1 e 10.2.

Anexo B: Reportagem Diário Popular - Academias ao ar livre proporcionam saúde e lazer

Academias ao ar livre proporcionam saúde e lazer

<http://www.pelotas.rs.gov.br/noticias/detalhe.php?controle=MjAxNi...>

Notícias :: Prefeitura Municipal de Pelotas

31 Ago 2016 15:48 Redator(a): Monique Heemann

Academias ao ar livre proporcionam saúde e lazer

A mais recente das quatro instaladas este ano fica no Parque da Baronesa. Ao todo, são nove espaços com equipamentos de ginástica disponíveis à população



Quatro novas academias ao ar livre foram instaladas nos últimos meses em Pelotas. A mais recente integra o projeto de requalificação do Parque da Baronesa, no Areal, e está com todos os equipamentos prontos para uso: um investimento de R\$ 58 mil que contribui com a remodelação do local.

Outras três academias também foram montadas recentemente na cidade. Elas estão distribuídas pelo Centro, no Parque Dom Antônio Zattera, onde a estrutura foi finalizada este mês; Balneário dos Prazeres, na Praça Aratiba; e Fragata, na praça do Núcleo Guabiroba, ambas prontas desde junho. Juntas, elas totalizam mais de R\$ 200 mil em investimentos.

Antes das quatro novas, Pelotas contava com outras três academias: duas instaladas como forma de contrapartida pela Unimed na avenida Dom Joaquim e uma no Laranjal. As Unidades Básicas de Saúde (UBS) contam com educadores físicos – Simões Lopes e Bom Jesus – também possuem equipamentos de ginástica na parte externa.

“As academias disponibilizadas ao cidadão favorecem não só práticas saudáveis, como o esporte, mas também o lazer”, destaca o diretor de Desporto e Lazer da Secretaria de Educação e Desporto (Smed), Sérgio Ferreira.

Estrutura

O projeto das quatro novas academias inclui a construção de piso de concreto armado (concreto com estrutura de aço em seu interior) com 10cm de espessura, acessibilidade, placa orientativa e a instalação de dez equipamentos de ginástica:

*Multi-exercitador conjugado com seis funções distintas (Flexor de Pernas, Extensor de Pernas, Supino Reto Sentado, Supino Inclinado Sentado, Rotação Vertical Individual, Puxada Alta)

*Simulador de Cavalgada Duplo Conjugado

*Alongador com Três Alturas Conjugado

*Surf Duplo Conjugado

*Pressão de Pernas Duplo Conjugado

*Remada Sentada

*Simulador de Caminhada Duplo Conjugado

*Esqui Duplo Conjugado

*Rotação Diagonal Dupla

*Rotação vertical

Vida Ativa

O projeto Vida Ativa, da Smed, leva aulas de ginástica e atividades às academias do Parque da Baronesa, Guabiroba e Balneário dos Prazeres duas vezes por semana. São atividades que buscam estimular o uso do espaço disponível e a prática esportiva e incluem, além da ginástica, circuitos.

No Parque da Baronesa os encontros ocorrem nas segundas e quartas-feiras à tarde. Na Guabiroba, as aulas são nas terças e quintas-feiras pela manhã, enquanto no Balneário dos Prazeres são realizadas nas terças e quintas-feiras pela manhã e quartas e sextas-feiras à tarde. Em caso de chuva, as atividades transcorrem nos núcleos do projeto próximos de cada academia.



NOVO ACESSO



Anexo C: Reportagem Diário Popular - Calçadas do Parque Dom Antônio Zattera recebem qualificações

Calçadas do Parque Dom Antônio Zattera recebem qualificação

<http://www.pelotas.rs.gov.br/noticias/detalhe.php?controle=MjAxNi...>

Notícias :: Prefeitura Municipal de Pelotas

12 Jan 2016 16:55 Redator(a): Salvador Tadeo 7353

Calçadas do Parque Dom Antônio Zattera recebem qualificação



A obra de requalificação das calçadas externas do Parque Dom Antônio Zattera (avenida Bento Gonçalves e ruas Padre Anchieta, Doutor Amarante e Andrade Neves) prossegue com a substituição dos ladrilhos hidráulicos e deve ser concluída ainda neste mês.

Já foram concluídos 50% do trabalho com a restauração das calçadas na rua Felix da Cunha, e avenida Bento Gonçalves, restando agora a conclusão da rua Andrade Neves e da rua Doutor Amarante. Com um investimento de R\$ 35,6 mil, as obras são executadas pela AS Prestadora de Serviços Ltda.

O coordenador da Unidade Gerenciadora de Projetos (UGP)

Jair Seidel explica que o trabalho tem o propósito de qualificar a área para os pedestres e também dar mais conforto aos usuários da tradicional feira livre que é realizada aos sábados no local. O Parque Dom Antônio Zattera possui um total de 1,9 mil metros quadrados de passeios, onde serão recuperados 200 metros quadrados de pavimentação.

**VEM TRABALHAR
POR PELOTAS**
Acessar o formulário
de inscrição



**Compartilha
Pelotas**

Envie sua
proposta

**Contratos
de
gestão**

**CONTRA
CHEQUE
ONLINE**

NOVO ACESSO



1ª CMSMu

COMISSÃO MUNICIPAL DE MULHERES
15 de maio de 2017

Pelotas

**NOTA FISCAL
ELETRÔNICA**

INTEGRAÇÃO

**EDITAL
PROTÓTIPOS
SUBSTITUIÇÃO
CARROÇAS**



**ÔNIBUS
MUDANÇAS NOS
ITINERÁRIOS**

Anexo D: Projeto de revitalização do Parque resgata importância do Parque

Prefeitura Municipal de Pelotas

<http://www.pelotas.com.br/noticia/noticia.htm?codnoticia=17137#>

A aumentar fonteA diminuir fonte🖨️ imprimir notícia📄 indicar página

Projeto de revitalização do Parque resgata importância do Parque



Nesta quarta-feira (10), às 17h, após passar por uma revitalização completa, será reinaugurado o Parque Dom Antônio Zattera, na avenida Bento Gonçalves, no Centro de Pelotas. Concebido pela Coordenadoria de Planejamento (Coplan) da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), o maior intuito do projeto foi o de atrair a população para a antiga "praça dos macacos" – chamada assim na época em que a, então, praça Júlio de Castlhos abrigava um mini-zoológico – uma vez que, nas últimas décadas as pessoas foram deixando, gradativamente, de frequentar o local. As obras iniciadas no final do ano passado foram supervisionadas pela Unidade Gerenciadora de Projetos (UGP), através do projeto Polo do Sul.

As más condições de conservação e a posição em que se encontrava o parque de atrações infantil, que "bloqueava" a passagem para aqueles que cruzariam o parque, eram impedimentos que, ao invés de "convidar" as pessoas a usufruírem do local público, acabavam por afastá-las. Por isso, a maior mudança proposta pelo projeto foi a de revitalizar o eixo central – pelo qual, antigamente, passava a rua 15 de Novembro. Além de ter sido pavimentado e iluminado (com luminárias padronizadas, do mesmo modelo usado no Corredor Histórico, na frente do Theatro Guarany), o eixo recebeu bancos e um chafariz.

Além disso, foi feita uma limpeza em todo o parque, a cancha de esportes foi arrumada, a pista de skate foi iluminada, alguns monumentos foram recuperados e também foram colocados bebedouros, bicicletário e mobiliário novo (lixeiras, bancos, luminárias), entre outras melhorias.

Data: 08/06/2009
Hora: 17:57
Redator: Joice Lima MTB 025029
Fotógrafo: Divulgação

Anexo E: Reportagem Diário Popular - Lei exige acessibilidade em praças e parques

20/05/2017

Diário Popular

Inclusão

Lei exige acessibilidade em praças e parques

Pelotas ainda não possui locais de lazer adequados para crianças com deficiência e terá até agosto para se adaptar às exigências da lei federal sancionada dia 12 de maio pela Presidência da República

17 de Maio de 2017 - 06h38

[0 comentário\(s\)](#) [Corrigir](#)

A +

A -

Por: **Vinicius Peraça**vinicius.peraca@diariopopular.com.br

Balanço no parque Dom Antonio Zattera, no centro de Pelotas; municípios têm 90 dias para adaptar equipamentos em espaços públicos para portadores de deficiências físicas e visuais (Foto: Carlos Queiroz - DP)

É um número bem alto, mas que aparentemente não recebe a atenção que deveria.

Em **Pelotas**, mais de 120 mil pessoas possuem algum tipo de deficiência, em menor ou maior grau. E para a maioria delas acessibilidade é ideal difícil de ser conquistado no dia a dia. Mesmo com o direito assegurado por normas específicas como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, tarefas comuns ainda são um desafio. E se, por iniciativa própria, o município não investe tanto quanto deveria em acesso universal a áreas públicas, uma nova mudança na legislação nacional deve instigar a cidade a facilitar a vida de quem utiliza - ou pretende utilizar - praças e parques públicos. Especialmente crianças.

Sancionada na última sexta-feira por Michel Temer (PMDB), a lei 13.443/2017 não é extensa.

20/05/2017

Diário Popular

Tem apenas um artigo que mexe na redação da Lei da Acessibilidade (10.098/2000). Porém, se o texto é pequeno, o impacto pode ser bem maior para a inserção das crianças com deficiência na sociedade. A norma estabelece que pelo menos 5% de cada brinquedo e equipamento de lazer nas praças e parques públicos deverão ser adaptados para pessoas com limitações físicas ou visuais. E isso precisa ocorrer até agosto, quando termina o prazo de 90 dias estipulado pelo governo federal para que a exigência entre em vigor.

Vice-presidente do Conselho das Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades de Pelotas, Sidnei Fagundes considera a determinação federal importante como forma de melhorar a inclusão nos espaços públicos. No entanto, reclama que o cumprimento e a fiscalização das leis já existentes são brandos. "É preciso também que a prefeitura assuma esse compromisso, já que há uma série de outras dificuldades de acessibilidade na cidade. As calçadas sem rampas e piso tátil são um exemplo."

Os dados sobre o número de praças que deveriam passar por algum tipo de intervenção para se adaptar à nova lei são inconsistentes. Na verdade, sequer a administração tem um número definitivo de quantos destes locais Pelotas possui. Dados divulgados no final de 2015, quando anunciou um plano de recuperação de 40 locais de lazer, indicavam que o município possuía 192 praças. Contudo, na página oficial do município na internet consta um registro com 77 pontos. Já a Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura (Ssui) estima que cem áreas públicas possuem algum tipo de equipamento de lazer e podem ser chamadas de praças, mas promete concluir um levantamento sobre o tema até o final da semana.

Conforme o secretário Jeferson Dutra, a cidade atualmente não tem espaços com equipamentos adaptados.

Por conta disso, vislumbra dificuldades em cumprir o prazo legal de 90 dias, já que antes de iniciar a instalação dos novos brinquedos será preciso estudar projetos que atendam as normas. "Isso leva um tempo. Além disso, se cada praça precisa ter pelo menos 5% dos equipamentos com acessibilidade, como farei em locais pequenos onde tenho um ou dois balanços e um escorregador, por exemplo?"

Crítico das condições das áreas públicas de lazer, o professor de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e mestre em Planejamento Urbano e Regional, Maurício Polidori, aponta a exigência de mais acessibilidade por conta de lei nacional como uma nova oportunidade de o Poder Público municipal abrir os olhos para a importância das áreas de lazer. "As praças de Pelotas não são despreparadas apenas para pessoas com deficiência, mas sim para toda a população. É fundamental adaptá-las, como também é essencial que tenham boa localização, transporte de qualidade e vias qualificadas no entorno para que todos possam chegar sem dificuldades", comenta.

Demanda por acessibilidade é grande

Se não existem praças com equipamentos acessíveis em Pelotas, como confirma a Ssui, certamente

20/05/2017

Diário Popular

não é por falta de demanda. Afinal, conforme citado no começo da matéria e de acordo com dados do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade tem pouco mais de um terço da sua população com algum grau de deficiência (física, visual ou mental). Destes, 33,5 mil possuem limitações graves ou significativas, o que significa 10,1% dos pelotenses.

Embora não seja a partir de iniciativa da prefeitura, existe em andamento um projeto para instalação na cidade de uma praça de acesso universal. Conduzido pelo Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) do Instituto Federal Sul-rio-grandense, Campus Visconde da Graça (IFSul-CAVG), o projeto pretende instalar em uma área verde brinquedos e mobiliário que estimulem crianças e adultos a interagir com os objetos.

"Este será um espaço aberto a toda a comunidade pelotense. Infelizmente não costumamos ver os deficientes tendo acesso a serviços básicos e cidadania plena. Com essa praça queremos que ali as pessoas encontrem diversão e também terapia que auxilie no seu desenvolvimento", explica o coordenador do Napne, Raymundo Ferreira Filho. O projeto está sendo finalizado com o apoio de escolas especiais e da Secretaria Municipal de Educação e Desporto (Smed) e será apresentado à ONG Anna Laura Parques Para Todos. Com sede em São Paulo, a organização seleciona propostas e financia a construção das praças totalmente adaptadas.

A ideia da praça sensorial e a nova legislação voltada aos locais públicos dão um pouco de esperança a Cléia Borges. Aos 52 anos ela dedica sua rotina a acompanhar o filho Renato, 17, em atividades diárias na Apae e na Escola Alfredo Dub. Surdo e usuário de cadeira de rodas, o adolescente depende das estruturas das duas instituições para poder praticar atividades de lazer. Coisas que, segundo ela, são impossíveis nas áreas públicas de Pelotas. "Ele ainda gosta de brincar, andar de balanço. Mas como já é grande, não tenho mais forças para ficar carregando e colocando nos brinquedos das pracinhas. Se já é difícil simplesmente circular nesses lugares com cadeira de rodas, imagina encontrar equipamentos acessíveis", reclama.

O que mudou na lei?

A regra recém-sancionada altera o parágrafo único do artigo 4º da Lei da Acessibilidade (10.098/2000). Até então, a norma previa que apenas parques de diversões públicos e privados deveriam adaptar, no mínimo, 5% de cada brinquedo e equipamento para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Agora, o texto estabelece o seguinte: "No mínimo 5% de cada brinquedo e equipamento de lazer existentes nos locais [praças e parques] devem ser adaptados, tanto quanto tecnicamente possível, para pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida".

Saiba mais

No Brasil existem 45 milhões de pessoas com deficiência.

120,8 mil pelotenses declararam no último Censo possuir algum grau de deficiência auditiva, visual,

20/05/2017

Diário Popular

mental ou motora.

Destes, 33,5 mil (10,1% da população) têm limitações graves